

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DANIELLA AMARAL DINIZ DA SILVA

Alteridade e idéia de nação na passagem à modernidade:
O CÍRCULO RIO BRANCO no Brasil
“UBIQUE PATRIÆ MEMOR”

Niterói

2008

DANIELLA AMARAL DINIZ DA SILVA

Alteridade e idéia de nação na passagem à modernidade:

O CÍRCULO RIO BRANCO no Brasil

“UBIQUE PATRIÆ MEMOR”

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História

ORIENTADOR: Prof^a Dr^a GIZLENE NEDER

Niterói

2008

S581 Silva, Daniella Amaral Diniz da.

Alteridade e idéia de nação na passagem à modernidade: o
Círculo Rio Branco no Brasil “UBIQUE PATRIÆ MEMOR” /
Daniella Amaral Diniz da Silva. – 2008.

184 f.

Orientador: Gizlene Neder.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de
História, 2008.

Bibliografia: f. 198-204.

1. Política Externa - Brasil. 2. Diplomacia – Brasil –

DANIELLA AMARAL DINIZ DA SILVA

ALTERIDADE E IDÉIA DE NAÇÃO NA PASSAGEM À MODERNIDADE:
O CÍRCULO RIO BRANCO NO BRASIL “UBIQUE PATRIÆ MEMOR”

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a GIZLENE NEDER - Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. GISÁLIO CERQUEIRA FILHO
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. LUIS MANOEL REBELO FERNANDES
IRI – Puc-Rio

Niterói

2008

Ao meu companheiro e amigo, Colin, pelo apoio e pelo carinho.

Aos professores Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho,
pela dedicação, pelo carinho e pelo exemplo como intelectuais.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Gizlene Neder, pela paciência, cuidado e carinho na forma; e pela confiança, estímulo e firmeza no conteúdo.

Ao Professor Doutor Gisálio Cerqueira Filho, pelo tema lindo que me ofereceu e me ajudou a trabalhar e pela atenção ao longo dos anos. Pela sua força e exemplo.

À Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva e Rachel Gallante de Souza, amigas e colegas do Laboratório Cidade e Poder e do Grupo de Estudos de História Institucional, que ajudaram nas discussões sobre inúmeras das infinitas possibilidades da História.

Aos meus pais e amigos, que ainda me ensinam e me desafiam a pensar, agir e sentir sem autoritarismos.

RESUMO

Este trabalho contempla o estudo da idéia de nação no Brasil, na virada do século XIX para o XX, a partir da construção da política externa sob a liderança do Barão do Rio Branco. Verificaremos a alteridade nas representações da intelectualidade brasileira referente à América Latina e à americanidade. Para tanto, trabalharemos os intelectuais, que, das últimas décadas do regime monárquico às primeiras décadas republicanas, atuaram, escrevendo artigos para jornais, teses, livros e revistas; ou desempenhando funções governamentais. Contribuíram, assim, de forma decisiva para a formação de um *habitus* entre aqueles que se destinavam à administração da política externa brasileira.

Palavras-chave: Política Externa, intelectuais, diplomacia, Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Pan-americanismo.

ABSTRACT

This work studies the idea of nation in Brazil at the turn of the Twentieth Century and the political agendas and principles of the Foreign Affairs Ministry's policies concerning border issues and policies of cooperation between Latin American countries among intellectuals. I examine the works of some members of the group of intellectuals that were part of the Foreign Affairs Ministry - formally and informally - between 1902 and 1912, a period in which Barão do Rio Branco was the Minister of Foreign Affairs in Brazil. In addition, I investigate the relationship between some of these intellectuals and diplomats and their portrayals of Rio Branco as an intellectual and politician in letters and correspondences. I analyze these individuals' coresspondences in order to better understand how these intellectuals and politicians perceived issues such as progress, alterity, intellectuality, diplomacy, and history.

Keywords: Foreign Affairs, intellectuals, diplomacy, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Pan-americanism.

SUMÁRIO

<u>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO</u>	12
<u>CAPÍTULO II – IDÉIAS POLÍTICAS E CULTURA POLÍTICA: RIO-BRANCO E OS INTELLECTUAIS NA VIRADA PARA O SÉCULO XX</u>	25
1. QUADRO DE INTELLECTUAIS PESQUISADOS: O CÍRCULO RIO-BRANCO	29
2. DOMÍCIO DA GAMA: INFORMAÇÕES DE ESTADO E INTELLECTUALIDADE ..	32
2.1 A Inserção Política de Domício da Gama nos Círculos da Alta Cultura	
2.2 Cartas: história e política	
3. OLIVEIRA LIMA: CONSTRUÇÃO INTELLECTUAL, DISPUTAS POLÍTICAS E MEMÓRIAS	52
3.1 Oliveira Lima: concepções acerca da diplomacia	
3.2 Oliveira Lima: Alter-ego de Rio-Branco -Divergências e repercussões	
3.3 Reconciliação com a história e reafirmação do <i>status social</i> : As memórias de Oliveira Lima	
4. CENTRALIDADE E MARGINALIDADE INTELLECTUAL: EUCLIDES DA CUNHA E A ALTA CULTURA NO BRASIL NA VIRADA PARA O SÉCULO XX	70
4.1 Euclides da Cunha e o campo intelectual no Brasil	
4.2 Euclides da Cunha, <i>Os Sertões</i> e o relativismo cultural	
4.3 Euclides da Cunha, o Intelectual	
5. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS E MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: INTERLIGAÇÕES E DISPUTAS POLÍTICAS	96
5.1 O Itamaraty e a cultura política da elite na passagem do século	
5.2 Itamaraty e ABL como locus de saber	
5.3 Itamaraty e ABL como locus de poder	
6. PODER, CULTURA POLÍTICA E IDÉIAS POLÍTICAS: UMA REFLEXÃO.....	102

CAPÍTULO III – PODER POLÍTICO E CAMPO INTELECTUAL: A ESCRITA DA HISTÓRIA E OS ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE DIPLOMACIA NO BRASIL 110

1. FRONTEIRAS E ARBITRAMENTOS: O PROJETO POLÍTICO NACIONAL IMPERIAL E SEU PROLONGAMENTO REPUBLICANO 113
2. A DISPUTA PELO ESPAÇO AMAZÔNICO COM A GUIANA FRANCESA 119
3. A IDÉIA DE “HERANÇA COLONIAL” E FORMAÇÃO DO CAMPO DA DIPLOMACIA NO BRASIL-NAÇÃO 121
 - 3.1 A idéia de “herança colonial”
 - 3.2 Diplomacia como “missão”: As interlocuções entre o campo da diplomacia e a Igreja Católica Romana
4. DIREITO E HISTÓRIA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO NA VIDA ENTRE OS INTELECTUAIS DO CÍRCULO RIO-BRANCO 133
 - 4.1 A formação do campo da diplomacia no Brasil no século XIX
 - 4.2 História, Diplomacia e Nação: Uma reflexão sobre o tempo histórico
 - 4.3 Rio-Branco no imaginário nacionalista no Brasil

CAPÍTULO IV - INTELECTUALIDADE E LITERATURA: A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA DAS IDÉIAS E DO CAMPO DA SOCIOLOGIA-HISTÓRICA PARA OS ESTUDOS DOS INTELECTUAIS: ALGUMAS CONCLUSÕES 157

1. A GERAÇÃO DE PENSADORES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: GILBERTO FREYRE E A QUESTÃO DA IDENTIDADE NACIONAL 157
 - 1.1 A inserção *Casa-Grande & Senzala* no pensamento político brasileiro
2. O AUTO-EXÍLIO COMO EXPERIÊNCIA INTELECTUAL..... 161
3. ABORDAGEM LATINO-AMERICANA 173

4. ESTRANHAMENTO E (IN) TOLERÂNCIA EM <i>CASA-GRANDE & SENZALA</i> : AUERBACH E VOLTAIRE EM UMA ABORDAGEM DO INDICIARISMO	177
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	192
<u>FONTES</u>	197
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	198

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro I Relação dos intelectuais do Círculo Rio-Branco em sua posição no MRE e na ABL, f.20-23

Fig. 1 Foto dos intelectuais do Círculo Rio-Branco em 1908, f.24

Fig. 2 Ilustração figurativa das relações entre Rio-Branco, Domício da Gama, Oliveira Lima e Euclides da Cunha, f.31

Fig. 3 Imagem do Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no início do século XX, f.95

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Esta dissertação contempla o estudo da geração de intelectuais brasileiros na virada do século XIX para o XX, em especial, aqueles que estiveram em contato direto com o campo da diplomacia (na República) e que tiveram vínculos políticos ou sociais com José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio-Branco. Pretendemos trabalhar sua representação política no âmbito da diplomacia, nas questões relativas às idéias políticas e à cultura política sua.

Para tanto, trabalhamos os intelectuais, que, das últimas décadas do regime monárquico às primeiras décadas republicanas, atuaram escrevendo artigos para jornais, teses, livros e revistas; ou desempenhando funções governamentais. Contribuíram, assim, de forma decisiva para a formação de um *habitus* entre aqueles que se destinavam à administração da política externa brasileira. Encontramos na figura de José Maria da Silva Paranhos Júnior uma liderança intelectual e política que lhe rendeu o título de Barão de Rio-Branco, mantido e reconhecido legitimamente na República. O título, concedido por D. Pedro II em 1888, foi uma homenagem e forma de agradecimento ao excelente trabalho desempenhado por Paranhos no âmbito de suas ações consulares na Europa. Tendo estado presente no Congresso Internacional Americanista em 1878 (como representante do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), o Rio-Branco foi o primeiro delegado oficial do Brasil na Exposição de São Petersburgo em 1884, fazendo divulgação do país e ampliando as relações comerciais com outros países. Filho do prestigiado Visconde do Rio-Branco (1819-1890), que foi ministro dos Negócios Estrangeiros, da Marinha, da Guerra e da Fazenda e Presidente do Conselho de

Ministros (1871-1875), Paranhos Júnior também atuou como ministro das Relações Exteriores (1902-1912) e solidificou a postura brasileira nas relações com a América Latina, em particular, e com os Estados Unidos e Europa.

Trabalharemos, portanto, com o conjunto de intelectuais que estiveram direta ou indiretamente relacionados com ministério das Relações Exteriores e que fizeram parte de um grupo de intelectuais no entorno de Rio-Branco, grupo este ao qual chamaremos *Círculo Rio-Branco*. São eles: *Araripe Júnior, Araújo Jorge, Barão Homem de Melo, Domício da Gama, Euclides da Cunha, Gastão da Cunha, Graça Aranha, Hélio Lobo, José Veríssimo e Oliveira Lima*, alguns dos mais expressivos e sobre o qual elaboramos um quadro sociológico comparativo que analisamos no capítulo I. A idéia de *Círculo* em questão refere-se à sociabilidade, sob forma de um lócus de relação entre aqueles que compunham a intelectualidade, sob a liderança do Barão do Rio-Branco. Separadamente ou no conjunto, produziram e intervieram politicamente de forma expressiva naquele contexto histórico. A opção por esta denominação se faz em virtude da necessidade de se diferenciar de outras, como “escola”, no sentido socrático do termo; “academia”, de acordo com o paradigma platônico; “liceu”, conforme definição aristotélica, ou “colégio”, formulação dada pela igreja católica com forte sentido institucionalista^a.

Este trabalho se propõe, portanto, a pensar a história das idéias políticas no Brasil. Pensar conceitos como o “novo” e o “velho”, a identidade nacional e a construção de uma visão própria (brasileira) sobre o resto do mundo, fizeram parte das pautas principais destes intelectuais e políticos na virada para o século XX. O fervor literário, a intensa discussão sobre os rumos do país, e o processo de circulação de idéias e apropriação cultural (nos dois lados do Atlântico) redundaram na produção dos discursos que embasaram a ação política dos atores implicados.

Verificamos que, em sua maioria, os intelectuais em torno do Barão eram ligados ao campo do direito e compunham o que se convencionaria chamar de *República dos Bacharéis*^b, que teria o peso importante na geração da época. As escolas de direito, divididas em princípio entre São Paulo e Recife, dispunham de um poder político importante, e seus egressos foram destinados geralmente para a administração pública, participando das transformações fundamentais em sua estrutura que caracterizaram o período. Num momento

^a Cf. HAMILTON, Edith. *O Eco Grego*. São Paulo: Editora Landy, 2001. passim.

^b Cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

em que a formação acadêmica em humanidades estava fortemente ligada ao curso de direito (os demais cursos voltavam-se para Medicina e à formação em Engenharia), o peso das idéias produzidas e reproduzidas por juristas e bacharéis, tomaram uma potência capaz de modificar as formas de orientação do país^c.

A reestruturação do Estado sob a forma republicana no Brasil, dentro do ideário de passagem à modernidade e suas prerrogativas, esteve, em grande parte, nas mãos desses bacharéis, que encaminhavam as mudanças administrativas e as formas de regular e controlar as relações entre o Estado e a sociedade. Da mesma forma, eles estiveram presentes também no germinar da política exterior republicana, na construção da alteridade e nas respostas para as exigências políticas do período.

No contexto de implantação da República, as idéias de nação e cidadania sofreram uma atualização histórica, visando a manutenção do país nos quadros das trocas internacionais. Entretanto, não seria possível destituir da ordem burguesa que implantava seus interesses latentes e crescentes. As leis, representadas e autenticadas pelas figuras dos grandes magistrados e intelectuais, eram expressas segundo uma ótica que permitisse mudanças, sem grandes rupturas. O modelo liberal que promovia o ideário republicano trouxe uma gama de inovações e mudanças significativas, sendo a mais importante, a abolição da escravidão. Entretanto, não deixou de se enlaçar ao antigo aparato conservador que se preservava há séculos, o que resultou em um projeto para o país ao mesmo tempo modernizador e conservador. Fosse no domínio da razão neo-tomista - incorporada pelo discurso filosófico do positivismo - responsável pela organização das forças políticas divergentes, ou fosse no nacionalismo - capaz de construir a reificação da identidade nacional brasileira burguesa sob os signos de fortuna e de potência; no centro das discussões da transformação do Brasil republicano em “nova República”, a solução para os problemas cruciais relativos a sua população (cidadania para os ex-escravos, formação do proletariado, etc.) jamais passava pelo crivo dos mesmos, muito menos, pelos seus interesses ou necessidades.

Nesse mesmo sentido, a busca por uma nova forma de diálogo e relacionamento nacional, partiu das mesmas premissas, e se estendeu pelas concepções e aplicações de política internacional que foram incorporadas às agendas de ministros e embaixadores. O que discutimos é, portanto, como estas idéias, ditas “novas”, foram consolidadas no discurso e na prática política das primeiras décadas republicanas, e,

^c Cf. NEDER, Gizlene. *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1995. 168p.

apropriadas pelas preocupações dos diplomatas, relativas à agenda das relações exteriores do Brasil. Nessa mesma esfera analisamos o processo de inserção do Brasil no contexto internacional; sua postura intelectual e sua tomada de posições em relação aos países americanos, em geral, e dos latino-americanos, em particular. Estudamos, por exemplo, as ações e repercussões das idéias e das posições políticas do Barão do Rio-Branco na delimitação do território brasileiro, ainda antes de ter sido ministro, nos processos de arbitramento com a Argentina e com a França, das quais o Brasil saiu vitorioso.

Articulamos o trabalho de Rio-Branco na defesa dos interesses ditos “nacionais” com uma tradição historiográfica de resgate da ancestralidade colonial portuguesa, como viés da afirmação dos territórios sob posse justificadamente brasileira. Além disso, refletimos sobre os parâmetros de continuação encaminhados por Rio-Branco no sentido de trazer as noções históricas de um projeto nacional no âmbito das relações exteriores, que contemplasse o uso da metodologia de investigação da História, como prática relevante na formação do ofício de diplomata. Tudo isso, no sentido de formar uma juventude de intelectuais que desse encaminhamento às suas políticas no âmbito internacional, e que promovesse um perfil específico do diplomata que Rio-Branco acreditava ser o intelectual e político capaz de exercer as funções de chancelaria como membros do Itamaraty. O intuito de consolidar a imagem de um país cujo corpo político tinha conhecimento prático e teórico acerca de si, além do comportamento sofisticado de hábitos sociais aristocrático, foram alguns dos principais traços do gabinete do Barão na chefia do Ministério das Relações Exteriores.

Por outro lado, havia a necessidade de assegurar uma postura de segurança e centralidade do Estado, na mudança para o regime republicano, reafirmando um caráter de equidade política em relação com os países europeus (afirmados sob a insígnia da “Civilização”), e diferenciando-se, com aspectos de superioridade, do resto do continente (latino-americano), já independente e republicano. A preocupação de políticos e intelectuais brasileiros era promover o país, de forma que ele viesse a se destacar dos demais países da América Latina, como afirmativa de uma liderança regional que respondesse às questões políticas e econômicas nas relações com Europa e Estados Unidos. Sob os ícones de prosperidade, unidade, progresso e ideais humanistas; acreditava-se ser possível combinar os interesses nacionais com os valores difundidos na Europa liberal-burguesa do início do século XX.

Como um dos focos de nossas análises, temos José Maria da Silva Paranhos Junior, dono de um capital simbólico e intelectual e de um percurso político de destaque, que lhe

rendeu uma posição importantíssima na formulação da política republicana, ainda que fosse assumidamente monarquista. Por dez anos seguidos (entre 1902 e 1912, data de sua morte), passando por vários mandatos presidenciais, ocupou a pasta de Ministro das Relações Exteriores, sendo cogitado inclusive à candidatura para a presidência. Trouxe consigo um núcleo de intelectuais e de figuras de destaque no universo acadêmico, com os quais compôs seu Ministério. Sustentamos, diferentemente da maioria dos estudos que contemplam Política Externa e Diplomacia neste período, que o Barão do Rio-Branco não representou simbólica nem materialmente uma ruptura política com o encaminhamento das políticas em âmbito internacional brasileiras. Pelo contrário, defendemos que ele foi um dos ícones de uma tradição geracional que privilegiou aspectos das questões nacionais originadas no processo de independência do Brasil, e que trouxe desta tradição um vínculo forte com o passado e uma projeção de futuro capaz de organizar o corpo da chancelaria de maneira fiel a seus princípios.

Neste sentido, entendemos que Rio-Branco foi uma figura de liderança carismática e intelectual capaz de orientar homens no rumo daquilo que imaginava ser o “dever do diplomata”. Como “dever”, cabia ao diplomata explorar, conhecer, estudar, ler, e aplicar seu conhecimento a fim de defender os interesses “nacionais” (entendendo por nacionais, os aspectos que privilegiavam uma noção de “pátria” como posse do território e presença de um povo em unidade, centralidade e cuja grandeza sustentava suas aspirações de liderança). Para Rio-Branco, as questões de política interna eram a ele indiferentes frente ao “compromisso com a pátria”. A colocação da distinção entre a dimensão de política interna e de política externa suscitam imediatamente a relação entre política de Estado e política de Governo, como pólos na concepção ideológica de Rio-Branco, e que, em muitos casos, permanece até hoje no ideário de políticos no Brasil. Rio-Branco que afirmou fazer política externa como política de estado, soube resguardar suas convicções monarquistas e saber representar suas idéias sem veicular sua ligação estreita e pessoal com o regime republicano – de quem era crítico. O movimento de inserção e descolamento do núcleo decisório das políticas (interna e externa) puseram Rio-Branco em contato constante com seus pares. Rio-Branco trabalhou pelo Estado Brasileiro e promoveu eventos, como o Congresso Pan-Americano de 1906, no Rio de Janeiro, que serviu para promover a imagem do país no exterior.

Entender os limites entre o que representava compromisso político e o que transbordava como afetividade nas relações político-pessoais com a chamada “pátria” foi um dos desafios deste trabalho. Até onde *ubique patriae memor* foi o símbolo representativo de uma geração – cujo emblema da “saúde” e da “melancolia” desdobrou numa relação com o tempo histórico específica, e bastante viva. “*Em qualquer lugar, com a pátria*” é, além de

epígrafe, uma expressão cujo significante torna-se especial ao se tratar da geração de intelectuais brasileiros (e portugueses), nas suas relações pessoais (entre si), políticas (com as instituições) e com a pátria. Por isso também escolhemos trabalhar a figura de Gilberto Freyre, pois ele foi um dos grandes herdeiros deste prolongamento geracional, ao longo do século XX. Freyre, que permaneceu usando concepções de “conciliação”, “pacifismo”, “melancolia” e “exílio”, insere-se como um intelectual “fora e dentro” de seu tempo, e serve-nos de contraponto capaz de endossar nossos argumentos acerca do conceito de intelectual e de nação. Jogando uma lente de aumento sobre algumas trajetórias individuais, criamos condições para uma análise do processo histórico de passagem à modernidade no Brasil. Sem desconsiderar os aspectos mais abrangentes que enfatizam totalidades históricas já tantas vezes referidas pela historiografia que trata da virada do século XIX para o XX, nosso foco visou também à captura de acontecimentos históricos, contradições políticas e ideológicas ainda pouco privilegiadas na análise histórica.^d

Para tanto, tomaremos o último quartel do século XIX, a virada para o século XX, com prolongamentos por suas duas primeiras décadas como nosso período ou temporalidade histórica deste trabalho. O que não nos impede, todavia, de abranger por outros períodos e autores as análises teóricas a serem trabalhadas no texto. Teremos especial atenção, ao tratar da correspondência como fonte primária, pelo período de 1890 até meados da década de 1910.

Constituem-se nossas fontes primárias, portanto, cartas e documentos particulares e obras escritas que detalham o universo profissional e social do Itamaraty no início do século XX. Como obra de referência citada na Bibliografia e utilizada na pesquisa, consta o livro de Gurgel do Amaral *Meu Velho Itamaraty*^e, em que o autor apresenta suas memórias do tempo em que iniciou sua carreira no Ministério, como amanuense, precisamente no momento da entrada de Rio-Branco como Ministro das Relações Exteriores. Este título nos serve, ao longo deste capítulo como uma fonte preciosa para apreender as sutilezas que marcaram este período de atuação direta e decisiva de Rio-Branco e o *habitus* social e político daqueles que compunham esta instituição. Por se tratar também de um livro de memórias, guardamos o cuidado de não utilizá-lo como fonte exclusiva. Apresentamos também, como parte da pesquisa de arquivo, a reprodução de correspondências coletadas no Arquivo Histórico do

^d A idéia de se colocar uma ‘lente de aumento’ como forma de enxergar a partir da micro-história de um personagem, um universo mais amplo que atravesse a realidade social daquele contexto é muito bem formulada por Giovanni Levi, em seu texto *Sobre a micro-história*, no livro *Escrita da História – Novas Perspectivas* – Peter Burke (org.), São Paulo: Editora UNESP, 1992.

^e Cf. AMARAL, Luis Gurgel do. *Meu Velho Itamaraty: de Amanuense a Secretário de Legação 1905-1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. 359p.

Itamaraty, da Biblioteca da Academia Brasileira de Letras (como discursos de posse na Academia e cartas publicadas na revista da Academia), além de obras produzidas pelos autores que iremos abordar, como as memórias escritas por Oliveira Lima e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Além, claro, do arcabouço teórico fornecido pelas obras de Carlo Ginzburg, Tzvetan Todorov, Edward Said e Carl Schorske.

Assim, podemos apresentar a dissertação, obedecendo a seguinte organização de capítulos:

No capítulo II, que se inicia com o quadro comparativo dos intelectuais pesquisados durante o 2º Semestre de 2006, pretendemos trabalhar alguns dos membros do Círculo Rio-Branco, através das fontes primárias (cartas e correspondências), em especial, de três ícones: Domício da Gama, Euclides da Cunha e Oliveira Lima. Além disso, estaremos fazendo o diálogo entre o campo da Diplomacia e das Letras na virada do século XX, trazendo as implicações da participação política e cultural da Academia Brasileira de Letras com o Itamaraty. E, por fim, estaremos fazendo o debate teórico-conceitual da idéia de intelectual nas suas relações com os estudos de Cultura Política e História das Idéias no Brasil.

No capítulo III, discutimos limites e fronteiras do Brasil, assuntos diretamente ligados às duas questões de arbitramentos encaminhadas por Rio-Branco na última década do século XIX. O sucesso na defesa sustentada pelo Barão fora do país e sua relação com as instituições do Estado Republicano foram ressaltadas, a fim de perceber continuidades e descolamentos das políticas de cunho internacional, e, de que maneira, os conflitos territoriais resolvidos pela atuação do Barão vieram a se desdobrar na sua nomeação para a chefia do Ministério das Relações Exteriores em 1902. Além disso, nos preocupamos em fazer uma outra reflexão conceitual pertinente ao debate das origens do campo da diplomacia no Brasil. De maneira complementar, trabalhamos também as categorias de tempo histórico e nação para contextualizar sua inserção no panorama das relações diplomáticas implementadas e pensadas no Brasil como parte da construção de um projeto de nação imperial estendido. Estivemos interessados em investigar, o destaque da figura de Rio-Branco no imaginário nacionalista – não só das classes altas ou da elite, mas também das classes populares – na construção do vínculo afetivo com o Barão.

Por fim, no capítulo IV, fizemos o debate mais incisivo, no sentido de aproximar o estudo histórico-sociológico com o campo da Literatura, permitindo o estudo da Cultura

Política e das Idéias Políticas no Brasil, em seus prolongamentos geracionais, como, por exemplo, na reflexão acerca da obra *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Discutimos idéias acerca de modernidade, latinidade e intelectualidade, sob os signos da afetividade Ibero-Americana (expressa, por exemplo, no campo semântico das referências ao “exílio” e à “saudade”, como recorrências históricas), e fizemos uma discussão teórico-conceitual sobre os limites da tolerância e do estranhamento exatamente nesta mesma obra de Freyre. Nosso intuito aqui foi não só perceber algumas nuances da continuidade intelectual (no *habitus* da elite brasileira expresso nas suas ligações com a nacionalidade), mas também, debater identidade nacional, como parte de um desdobramento cultural e político de aprofundamento da afirmação da nacionalidade, agora projetada na idéia de povo brasileiro.

QUADRO I – Relação dos intelectuais do Círculo Rio-Branco em sua posição no MRE e na ABL

	NOME	ANO NASC./MORTE	LOCAL	FILIAÇÃO	FORMAÇÃO	POSIÇÃO NO MRE	OBRAS	JORNAIS	ABL
Araripe Júnior	Tristão de Alencar de Araripe Júnior	1848-1911	CE	Tristão de Alencar Araripe (conselheiro no Império) e Argentina de Alencar Lima	Direito - Recife (1869)	<p><u>Não exerceu nenhum cargo oficial no MRE</u></p> <p>Ministro dos Negócios do Império; na República, passou para o da Justiça e Negócios Interiores. Em 1895, foi diretor geral da Instrução Pública. Em 1903, foi promovido ao cargo que então se criou de Consultor Geral da República.</p>	<p><i>Cartas sobre a literatura brasileira (1869); José de Alencar (1882); Dirceu (1890); Gregório de Matos (1893); Movimento literário de 1893 Crepúsculo dos povos (1896); Ibsen e o espírito da tragédia (1911). Escreveu artigos para a Revista Americana.</i></p>	<p>Gazeta da Tarde, Gazeta de Notícias e A semana, Correio da Manhã</p>	<p>1897 (fundador)</p>
Araújo Jorge	Artur Guimarães de Araújo Jorge	1884-1977 *	AL	Rodrigo Afonso Araújo Jorge e Emília Guimarães de Araújo Jorge	Direito-Recife (1904)	<p>Auxiliar no Tribunal Arbitral: Brasil-Bolívia 1905 / Brasil-Peru 1906; Ingressou em 1906 no quadro da secretaria de Estado do MRE; chegou a ministro interino das Rel. Ext em 1920; Foi secretário no Brasil da Carnegie Endowment for International Peace.</p>	<p>Os problemas da fisiologia biológica (1905); Jesus Cristo e a psicologia mórbida (1909); Ensaios de História Dip. Do Brasil no regimen republicano 1ª série 1889-1912 (1912); Ensaios de História e Crítica (1916); História Diplomática do Brasil Colonial 1500-1800; Foi redator da Revista Americana</p>	<p>Jornal do Comércio; Fundador de "A tribuna" (Recife); Diretor da Rev. Jurídica e colab. Da Rev. Cult Acadêmica</p>	<p>Não fez parte da ABL</p>
Barão do Rio-Branco	José Maria da Silva Paranhos Júnior	1845-1912	RJ	José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio-Branco)	Direito - Recife e São Paulo (1866)	<p>Em 1876, entra para o MRE como cônsul geral do Brasil em Liverpool</p> <p>1891-1893, foi nomeado superintendente geral na Europa da emigração para o Brasil</p> <p>Em 1893, foi nomeado Ministro Plenipotenciário na defesa do Brasil pelo território das Missões (contra a Argentina); Em 1898, foi enviado como ministro Plenipotenciário na defesa do Brasil pelo território do Amapá (contra a Guiana Francesa)</p> <p>Em 1900, foi nomeado ministro plenipotenciário do Brasil em Berlim</p> <p>Em 1902, a convite do presidente Rodrigues Alves, assume a pasta das Rel. Exteriores</p>	<p><i>Efemérides Brasileiras (Jornal do Brasil); Esquisses de l'Histoire du Brésil; Anotações à História da Guerra da Triplíce Aliança de Schneider; Biografia do Visconde do Rio Branco. Foi o grande incentivador da Revista Americana (onde teve também artigos publicados)</i></p>	<p>A Nação/ Jornal do Brasil / Jornal do Comércio</p>	<p>1898</p>

*A informação de óbito de A.G. de Araújo Jorge foi encontrada nos arquivos internos de funcionários do Itamaraty.

	NOME	ANO NASC/MORTE	LOCAL	FILIAÇÃO	FORMAÇÃO	POSIÇÃO NO MRE	OBRAS	JORNAIS	ABL
Barão Homem de Melo	Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo	1837-1918	SP	Major Francisco Marcondes Homem de Melo (Visconde de Pindamonhangaba) e de Ana Francisca de Melo	Direito pela Faculdade de São Paulo (1858)	<p><u>Não exerceu nenhum cargo oficial no MRE</u></p> <p>Em cargos executivos no Império: ministro do Império do Gab. Saraiva e ministro interino da pasta da Guerra</p> <p>Na República: professor de História e de Geografia no Colégio Militar, de Mitologia na Escola Nacional de Belas Artes</p>	<p><i>Estudos de História Brasileira (1858); Esbôços Biográficos (2 vol); A constituinte perante a História (1863); Escritos Históricos e Literários; Excursões Geográficas; O Brasil intelectual em 1901; Lições de Mitologia; Biografia de Hipólito José da Costa Pereira; Biografia do General Andrade Neves - O Visconde de Beaupaire. Tem artigos publicados na Revista Americana (post mortem)</i></p>	Foi Presidente do IHGB	1913 (morre antes de tomar posse)
Domício da Gama	Domício Afonso Forneiro	1862-1925	RJ	Domingos Affonso Forneiro e D. Mariana Rosa de Loreto	Colégio Henrique - Escola Politécnica RJ (1878) - não completou o curso	<p>Secretário do serviço de imigração; Secretário da Missão Rio-Branco para questões de limites com a Argentina (1893) e com a Guiana Francesa (1895); Secretário na legação na Santa Sé (1900); Nomeado ministro em Lima (1906); Embaixador em missão especial em 1910 De 1911 à 1918 foi embaixador do Brasil em Washington</p>	<p><i>Contos a meia-tinta (1891); Históricas curtas (1901); e trabalhos diplomáticos. Escreveu artigos para a Revista Americana.</i></p>	Gazeta de Notícias (ao tempo de Ferreira de Araújo)	1897
Euclides da Cunha	Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha	1866-1909	RJ	Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha (fazendeiro e comerciante) e Eudóxia Moreira da Cunha	Engenharia Civil - Escola Militar do RJ	<p>Em 1904, é nomeado chefe da comissão mista brasileiro-peruana de reconhecimento do Alto-Purus.</p> <p><u>Não chegou a ser contratado oficialmente pelo Ministério.</u></p>	<p><i>Os Sertões (1902); Contrastes e confrontos (1907); Castro Alves e seu tempo (1907[conferência]); Peru versus Bolívia (1907); À margem da história (1909). Teve artigos publicados pela Revista Americana. (post mortem)</i></p>	Estado de São Paulo / Jornal do Comércio	1906
Gastão da Cunha	Miguel Gastão da Cunha	1863-1927	MG	Balbino Cândido da Cunha (presidente da província do Grão Pará) e Antônia Carolina da Fonseca	Humanidades em S.J.del Rei; Direito em São Paulo (1884)	<p>Comissão de Diplomacia e tratados (1900/1908); Árbitro do Brasil no tribunal arbitral Brasil-Bolívia e Brasil-Peru; Del. do Brasil na 3ª e 4ª Conferências Pan-Americanas (1907/1910); Min. Plenipotenciário no Paraguai (1907), Dinamarca, Suécia e Noruega (1911), Santa Sé (1913), Espanha (1914); Subsecretário das Rel. Exteriores (1915); Embaixador em Lisboa (1916), Roma (1919) e Paris</p>		Estado de Minas Gerais, Imprensa Oficial do Estado	Não fez parte da ABL

	NOME	ANO NASC/MORTE	LOCAL	FILIAÇÃO	FORMAÇÃO	POSIÇÃO NO MRE	OBRAS	JORNAIS	ABL
Graça Aranha	José Pereira da Graça Aranha	1868-1931	MA	Temistocles da Silva Maciel Aranha e de Maria da Glória da Graça	Direito - Recife (1886)	<u>Não exerceu nenhum cargo oficial no MRE</u>	Canaã (1902) Malazarte (1991- França) Estética da Vida (1921) O meu próprio romance (1931) Antologia		1897 (fundação) e rompe com a ABL em 1924
Hélio Lobo	Hélio Leite Pereira	1883-1960	MG	Fernando Lobo Leite Pereira (político da República) e Maria Barroso Lobo	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1903); Ciências Políticas e Sociais na Universidade de Columbia (EUA)	Secretário auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano e, a seguir, Brasileiro-Boliviano (1907); 3º oficial da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (1910-1915); Secret. da Junta de Jurisconsultos Americanos, encarregada de codificar o Direito Internacional americano (1912); 2º Oficial em 1913; 1º Secretário em 1914 e Secretário da Presidência da República; Cônsul-geral em Londres e N.York (1920-1926); Secretário geral da Delegação do Brasil na Conferência de Versalhes (1919); Del. à IV e à V Conferência Internacional Americana (1910 a 1923); Min. do Brasil em Montevidéu e em Haia (1926-1932);	<i>Sabres e togas, direito (1906); O Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano, diplomacia (1910); De Monroe a Rio Branco, diplomacia (1912); Brasil, Terra Chara... (1913); Preliminares do Conflito com o Paraguai (1914) O Brasil e seus princípios de neutralidade, direito internacional (1915); Aos estudantes do Rio da Prata, conferência (1918); Causas diplomáticas (1918); A passo de gigante, problemas norte-americanos (1923); Causas americanas e brasileiras (1925); Brasileiros e yankees (1926); No limiar da Ásia, ensaio (1935); Um verão da República: Fernando Lobo, biografia (1937); Manuel de Araújo Porto-Alegre, biografia (1938); O pan-americanismo e o Brasil (1939); O domínio do Canadá, ensaio (1942), Rio-Branco e o arbitramento com a Argentina (1952). Escreveu artigos para a Revista Americana.</i>	O Jornal e Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro; o Diário, de São Paulo; A Tarde, da Bahia; o Correio do Povo e a Federação, de Porto Alegre; La Nación, de Buenos Aires;	1918
José Veríssimo	José Veríssimo Dias de Matos	1857-1916	PA	José Veríssimo de Matos e de Ana Flora Dias de Matos	Escola Politécnica (1869), mas não concluiu o curso	<u>Não exerceu nenhum cargo oficial no MRE;</u> Diretor da Instrução Pública (1880-91); Foi professor na Escola Normal (atual Instituto da Educação) e no Ginásio Nacional (atual Colégio Pedro II), dos quais foi também diretor. Atual principalmente como crítico literário.	<i>Quadros Parenses (1878); Viagem no sertão (1878); Cenas da vida amazônica (1888); Estudos brasileiros 2vol. (1889/1894); A educação nacional (1891); A pesca na amazônia (1895); Estudos de Literatura Brasileira 6vol (1901/1907); O que é literatura? (1907) Homens e coisas estrangeiras 3vol. (1902-1910); História da Literatura Brasileira (1916); História Geral da Civilização (1915); Letras e literatos (1936). Escreveu artigos para a Revista Americana.</i>	Jornal do Brasil, A notícia, Fundador da Revista Brasileira (depois ABL)	1897 (fundação) e abandona a ABL em 1912 (devido ao descontentamento com a vitória de Lauro Muller

	NOME	ANO NASC/MORTE	LOCAL	FILIAÇÃO	FORMAÇÃO	POSIÇÃO NO MRE	OBRAS	JORNAIS	ABL
Graça Aranha	José Pereira da Graça Aranha	1868-1931	MA	Temistocles da Silva Maciel Aranha e de Maria da Glória da Graça	Direito - Recife (1886)	<u>Não exerceu nenhum cargo oficial no MRE</u>	Canaã (1902) Malazarte (1991- França) Estética da Vida (1921) O meu próprio romance (1931) Antologia		1897 (fundação) e rompe com a ABL em 1924
Hélio Lobo	Hélio Leite Pereira	1883-1960	MG	Fernando Lobo Leite Pereira (político da República) e Maria Barroso Lobo	Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1903); Ciências Políticas e Sociais na Universidade de Columbia (EUA)	Secretário auxiliar do Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano e, a seguir, Brasileiro-Boliviano (1907); 3º oficial da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (1910-1915); Secret. da Junta de Jurisconsultos Americanos, encarregada de codificar o Direito Internacional americano (1912); 2º Oficial em 1913; 1º Secretário em 1914 e Secretário da Presidência da República; Cônsul-geral em Londres e N.York (1920-1926); Secretário geral da Delegação do Brasil na Conferência de Versalhes (1919); Del. à IV e à V Conferência Internacional Americana (1910 a 1923); Min. do Brasil em Montevidéu e em Haia (1926-1932);	<i>Sabres e togas, direito (1906); O Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano, diplomacia (1910); De Monroe a Rio Branco, diplomacia (1912); Brasil, Terra Chara... (1913); Preliminares do Conflito com o Paraguai (1914) O Brasil e seus princípios de neutralidade, direito internacional (1915); Aos estudantes do Rio da Prata, conferência (1918); Cousas diplomáticas (1918); A passo de gigante, problemas norte-americanos (1923); Cousas americanas e brasileiras (1925); Brasileiros e yankees (1926); No limiar da Ásia, ensaio (1935); Um varão da República: Fernando Lobo, biografia (1937); Manuel de Araújo Porto-Alegre, biografia (1938); O pan-americanismo e o Brasil (1939); O domínio do Canadá, ensaio (1942), Rio-Branco e o arbitramento com a Argentina (1952). Escreveu artigos para a Revista Americana.</i>	O Jornal e Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro; o Diário, de São Paulo; A Tarde, da Bahia; o Correio do Povo e a Federação, de Porto Alegre; La Nación, de Buenos Aires;	1918
José Veríssimo	José Veríssimo Dias de Matos	1857-1916	PA	José Veríssimo de Matos e de Ana Flora Dias de Matos	Escola Politécnica (1869), mas não concluiu o curso	<u>Não exerceu nenhum cargo oficial no MRE;</u> Diretor da Instrução Pública (1880-91); Foi professor na Escola Normal (atual Instituto da Educação) e no Ginásio Nacional (atual Colégio Pedro II), dos quais foi também diretor. Atual principalmente como crítico literário.	<i>Quadros Parenses (1878); Viagem no sertão (1878); Cenas da vida amazônica (1888); Estudos brasileiros 2vol. (1889/1894); A educação nacional (1891); A pesca na amazônia (1895); Estudos de Literatura Brasileira 6vol (1901/1907); O que é literatura? (1907) Homens e coisas estrangeiras 3vol. (1902-1910); História da Literatura Brasileira (1916); História Geral da Civilização (1915); Letras e literatos (1936). Escreveu artigos para a Revista Americana.</i>	Jornal do Brasil, A notícia, Fundador da Revista Brasileira (depois ABL)	1897 (fundação) e abandona a ABL em 1912 (devido ao descontentamento com a vitória de Lauro Muller

Fontes: Sítio do MRE <http://www.mre.gov.br> ; Sítio da ABL: <http://www.academia.org.br> ; GÓES MONTEIRO, Norma. *Dicionário biográfico de Minas Gerais (período republicano 1889-1991)*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994. ABREU, Alzira Alves de (Org). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1984. 5 vol, 621 lp. Anais da Câmara dos Deputados, 1900. Vol I.



Fig. 1 Foto dos intelectuais do Círculo Rio-Branco: Visita de estudantes de São Paulo ao Barão do Rio-Branco no Itamaraty. – Da esquerda (sentados): Afonso Arinos, Barão Homem de Mello, Rio-Branco e Gastão da Cunha. Em pé (na mesma ordem): Euclides da Cunha, Araújo Jorge, Graça Aranha, ?, César Vergueiro, Peçegueiro do Amaral, Gaspar Libero e mais dois estudantes.^f

^f Fonte: ANDRADE, Rodrigo M. F. de *Rio-Branco e Gastão da Cunha*. Rio de Janeiro: MRE e Instituto Rio-Branco, 1953. 281p.

CAPÍTULO II – IDÉIAS POLÍTICAS E CULTURA POLÍTICA: RIO-BRANCO E OS INTELLECTUAIS NA VIRADA PARA O SÉCULO XX

Neste capítulo, procuramos trabalhar o perfil de alguns dos intelectuais que fizeram parte do então chamado “Círculo Rio-Branco”. Intelectuais estes que estiveram ligados ao Ministério das Relações Exteriores, direta ou indiretamente, oficial ou extra-oficialmente.

Portanto, configuram no painel dos intelectuais estudados aqueles com os quais Rio-Branco manteve relações políticas e afetivas, em diferentes graus e esferas. A apuração destas informações combinada com a leitura de materiais produzidos por estes intelectuais (tais como correspondências e documentos localizados no Arquivo Histórico do Itamaraty, além de biografias) nos permitem analisar o grau de acessibilidade e atuação no poder em diferentes casos. Como um bom exemplo desta proximidade, podemos de antemão citar o envolvimento de José Veríssimo na indicação do nome de Euclides da Cunha para ocupar o cargo técnico na excursão de reconhecimento da região do Alto Purús. Veríssimo, ainda que jamais tivesse feito parte do quadro de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, possuía um alto grau de influência sobre as decisões tomadas. Como veremos adiante, sua palavra e sua boa relação com políticos garantiu a ele uma posição de destaque não só no universo literário com o qual trabalhava formalmente (como crítico, escritor, jornalista), mas também nos meios sociais da diplomacia. Tudo isso nos permite pensar o grau de influência de alguns destes intelectuais - a princípio, numa posição periférica da tomada de decisões efetivamente políticas - mas atuantes e participativos ao tratar de temas de política externa. Confirmando a

nossa hipótese de que, naquele momento histórico, houve uma configuração de cunho político que conferia ao Itamaraty uma posição de destaque, senão de liderança, na discussão de questões relativas à nacionalidade e à identidade nacional. Esta hipótese irá permear este trabalho, de maneira a focalizar a atuação de membros e não membros do Ministério, na sua relação com as questões políticas por ele encaminhadas. Questões estas que podemos ver bem representadas nos processos que envolveram a ampliação das fronteiras do país (trabalhadas por Rio-Branco), e no estreitamento dos laços diplomáticos com outros países da América Latina e da América do Norte.

Trabalhamos o conceito de intelectual na perspectiva de análise de alguns dos mais proeminentes intelectuais no entorno de Rio-Branco e que estiveram envolvidos diretamente com o Ministério das Relações Exteriores no período de sua chefia. Partimos de um quadro explicativo, onde constam onze personagens que tiveram intensa participação cultural e política no período estudado para visualizar o perfil intelectual e o capital social de cada um deles de maneira geral: parentesco, local de nascimento, formação acadêmica, vínculo com o Itamaraty, produção literária e inserção na Academia Brasileira de Letras. Estes foram os parâmetros analisados e, a partir deles, pudemos tecer algumas considerações.

Havia uma boa circulação de intelectuais vindos de diferentes partes do Brasil, em especial, do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Nordeste. De acordo com a configuração política em vigor na época, a influência do Nordeste na formação do quadro político da República já se dava desde antes, pela penetração das famílias influentes do Império. A origem de boa parte dos personagens analisados é de famílias influentes e poderosas em seus estados, e quando este dado não se confirmou, como no caso de Domício da Gama, a construção das relações interpessoais contribuía decisivamente para facilitar o acesso à vida cultural. Euclides da Cunha constitui uma exceção até certo ponto, pois esteve inserido num quadro de relações que passaram por diferentes personagens. Uma vez que compunha os quadros do exército, e tinha como sogro o então influente major Sólton Ribeiro, teve sua construção política e pessoal razoavelmente marcada pelos quadros do positivismo republicano. Constitui, portanto, um caso a parte, e serve-nos como contraponto no diálogo sobre o conceito de intelectual que será trabalhado[§].

[§]Agradecemos ao professor Gisálio Cerqueira Filho pela generosidade com que disponibilizou sua reflexão sobre o Círculo Rio-Branco e sobre a peculiaridade da inserção de Euclides da Cunha nos quadros do Ministério das

Há uma grande incidência de intelectuais formados pelo campo do Direito que estiveram presentes dentro do Ministério das Relações Exteriores. Dos onze intelectuais analisados, sete tinham este perfil.. Neste sentido, podemos concluir que a influência das Escolas de Direito de São Paulo e do Recife estiveram bastante presentes, uma vez que foram responsáveis pela formação de quase todos (com exceção de Hélio Lobo, que se formou pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro). A reflexão acerca deste dado estará presente mais adiante, no capítulo III deste trabalho, onde abordamos a constituição do campo do Direito Internacional e da Diplomacia a partir da herança histórica da cultura política portuguesa. De todo modo, ele nos ajuda a entender, em boa medida, quão próximo o campo do direito esteve das letras, uma vez que muitos dos membros da Academia Brasileira de Letras tiveram formação em Direito.

Por contraponto, trataremos da posição intelectual e política tomada por Euclides da Cunha dentro do Ministério. Sua formação militar, ainda que complementada por um sólido conhecimento teórico dificultou em alguma medida sua penetração nos meios da intelectualidade da Capital Federal nos primeiros anos da República. Isto, por outro lado, serviu-lhe também, como uma ressalva política capaz de preservá-lo de posições afirmadamente monarquistas ou contestações no âmbito de sua perspectiva como literato. A projeção de *Os Sertões* como obra de referência e pioneira nos estudos sociológicos no interior do país, junto com sua crítica explícita, lançou o nome de Euclides da Cunha para além do ofício de engenheiro ou jornalista. As repercussões da obra até hoje são comentadas e analisadas e seu perfil intelectual e pessoal é fruto de estudos na área de literatura, sociologia, antropologia e história. Muito mais, portanto, do que boa parte dos intelectuais aqui citados, que restringiram sua atuação e produção literária ao campo das letras e da história. Portanto, justifica-se a entrada de Euclides da Cunha no quadro analítico e sua presença destoante, até certo ponto, serve-nos como o elemento de reflexão acerca da distância e proximidade na discussão do conceito de intelectual.

Outro traço passível de análise a partir do quadro de intelectuais pesquisado é a presença de duas gerações marcadamente de épocas distintas: uma referida a formação no Império, outra, mais jovem, já diplomada na República. Este aspecto bastante interessante e pertinente nos coloca para pensar a questão da transição do poder, na perspectiva da

Relações Exteriores. A “foto-de-família” reproduzida no trabalho, além de ter sido inspiração, foi um dos pontos de partida oferecidos pelo professor, ainda no processo de formulação do projeto de mestrado.

construção das idéias políticas. Houve, naquele período, por iniciativa pessoal de Rio-Branco, o interesse em formar um grupo de jovens intelectuais que se juntasse aos antigos diplomatas, embaixadores e pensadores de formação mais tradicional e que trouxesse ao mesmo tempo dinamismo e pujança acadêmica ao Ministério. A colocação de Luis Gurgel do Amaral^h confirma a nossa problemática, ao comentar sobre as preocupações de Rio-Branco em inserir jovens recém formados da área do direito, e de “lapidá-los” de certa forma, aprimorando o conhecimento da história, da literatura e de idiomas. A produção intelectual era estimulada e, até certo ponto, exigida, como pressuposto de ascensão na carreira diplomática e pode ser verificada na criação, com iniciativa do Ministério, da Revista Americana. O periódico, publicado entre 1909 e 1919, que teve a redação entregue ao jovem Araújo Jorge, permitiu a projeção de outros recém-formados como, por exemplo, Hélio Lobo (presente no nosso quadro), seguindo o caminho anteriormente percorrido por intelectuais como Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, bem como o próprio Rio-Branco. É possível pensarmos que, além dos objetivos intelectuais, havia uma preocupação pessoal de Rio-Branco em consolidar uma nova geração de políticos e diplomatas referidos aos valores intelectuais de sua época, com o resgate dos estudos históricos e literários e com a afirmação cultural do Império como locus principal de referência intelectual. Do ponto de vista estratégico, a postura de Rio-Branco também se confirmava, na medida em que possibilitou a formação de uma nova geração de diplomatas dedicados à defesa dos interesses nacionais (na sua concepção de nação), referido a uma política de Estado, esvaziando, em grande parte, o fervor do radicalismo republicano que influenciou a geração que se formou na passagem para o novo regime. Havia, portanto, um objetivo concreto a ser realizado na permanência de Rio-Branco no Ministério das Relações Exteriores, que ia para além do âmbito das relações internacionais. Este objetivo, em grande medida, se concretizou, uma vez que originou a construção intelectual do diplomata no Brasil, desdobrada na constituição de uma escola em nível superior, de especialização específica para formação de diplomatas, que hoje, corresponde ao Instituto Rio-Branco.

A confluência de intelectuais no Ministério das Relações Exteriores e na Academia Brasileira de Letras, desfolhada num dos tópicos do trabalho também confirma nossa hipótese de ter havido uma integração na área de humanidades entre os campos do direito e das letras. A fundação da Academia em 1897 não deve ser tratada como um acontecimento exclusivamente cultural, mas também político. Ao se referir a ela como “Torre de Marfim”,

^h Luis Gurgel do Amaral é autor da obra de referência neste trabalho *Meu velho Itamarati*. AMARAL, op. cit.

Machado de Assis deixou escapar a imponência e a construção de valores que caracterizam seus homens. Ainda que Machado procurasse defender a neutralidade da instituição em relação aos debates políticos em curso naquele momento, atravessado pela mudança de regime, é impossível não notar a importância política da Academia. A presença de um presidente da República na instituição (Afonso Pena), as disputas pelas cadeiras de membros, as votações como espaço de colocação do interesse político para além da academia; os envolvimento pessoais de figuras ilustres que trabalhavam para o Itamaraty, bem como os critérios de escolha dos candidatos nas eleições para membro da academia confirmam nossa hipótese. Havia, portanto, inúmeros fatores que referidos ao âmbito da política interna (e externa) envolviam-se com os assuntos da discussão literária proposta pela Academia.

1. QUADRO DE INTELECTUAIS PESQUISADOS: O CÍRCULO RIO-BRANCO

O quadro de intelectuais pesquisado constitui a referência de onze personagens históricos envolvidos com o Ministério das Relações Exteriores. São eles: *Araripe Júnior, Araújo Jorge, Barão Homem de Melo, Domício da Gama, Euclides da Cunha, Gastão da Cunha, Graça Aranha, Hélio Lobo, José Veríssimo e Oliveira Lima*. Além, é claro, do próprio Barão do Rio-Branco. Destes, constituíram o quadro permanente do Ministério como diplomatas ou consultores jurídicos: *Araújo Jorge, Rio-Branco, Domício da Gama, Gastão da Cunha, Graça Aranha, Hélio Lobo e Oliveira Lima*. Os demais: *Araripe Júnior, Barão Homem de Melo e José Veríssimo* estiveram vinculados ao Ministério pelos seus laços de afetividade e sociabilidade com o ambiente político do Itamaraty. A exceção constitui a presença de *Euclides da Cunha*, que esteve vinculado ao Ministério como funcionário técnico e não em atividades de chancelaria. Representa, neste caso, um tópico específico nas nossas reflexões acerca da distância e da centralidade de sua personagem no período.

Todos estes onze personagens freqüentaram os salões do Itamaraty em cerimônias oficiais, trocaram correspondências particulares com Rio-Branco e com outros intelectuais e diplomatas, escreveram para a *Revista Americana* e estiveram, de alguma forma, relacionados ao núcleo do Ministério. A *Revista Americana* foi um periódico de publicação trimestral, iniciado em 1909 por iniciativa pessoal de Rio-Branco, supervisionado e dirigido por Araújo Jorge, que contou com a participação de inúmeros políticos e intelectuais (dentre os quais todos os que constam no quadro de intelectuais pesquisado). Sob forma de artigos sobre Política Externa, bem como cultura e a Literatura, A *Revista* contou com a colaboração de

políticos e literatos de toda a América. Foi um espaço de sociabilidade intelectual e intimamente ligado às percepções sobre Nação e Cultura Intelectual de Rio-Branco.

Este grupo, que pretendemos abordar de maneira mais aprofundada ao falar do “Círculo Rio-Branco”, estabeleceu um eixo de ligação com Rio-Branco com diferentes graus e projeções. Objetivamente, iremos nos dedicar ao estudo dos seguintes intelectuais e diplomatas: Domício da Gama e Oliveira Lima. Nosso objetivo é apreender as relações de poder referidas à cultura política e às idéias políticas em prática no período. A escolha destes dois diplomatas se justifica pelas seguintes razões:

- 1) Exerceram o ofício de diplomata de carreira;
- 2) Fizeram parte de uma mesma geração, que teve sua formação cultural e acadêmica no Império (meados da década de 70 e 80 do século XIX) – o que nos traz implicações interessantes para a análise das relações de figuras advindas dos quadros sociais e políticos monarquistas, exercendo funções de Estado na República.
- 3) A estratégica posição de cada um nas suas relações pessoais e profissionais com Rio-Branco. Domício da Gama iniciou sua carreira com Rio-Branco (como assistente e secretário) ainda antes de 1902 (entrada do gabinete Rio-Branco) e lá permaneceu por toda a sua vida. A influência política de Rio-Branco dentro do Itamaraty projetou sua carreira como diplomata; por contraponto ao que se verifica em Oliveira Lima. Este, já consolidado na carreira, promoveu um embate político e discussões ricas acerca do trabalho acerca da diplomacia que tiveram repercussão dentro e fora do Itamaraty. Sua personagem nos surge como uma espécie de reverso da figura de Rio-Branco no contato e no afastamento que os dois nutriam, e nos servem para entender aspectos relativos à subjetividade e afetividade no bojo da diplomacia brasileira da época, bem como caracterizar o universo intelectual do qual os dois fizeram parte.
- 4) Os intelectuais em questão se comunicaram freqüentemente com os demais personagens inseridos no quadro. Portanto, dispomos de uma rede de

sociabilidade bem estruturada e de longa duração (cujo período de análise estende-se da última década do século XIX até meados da segunda década do século XX). Suas atuações como diplomatas influenciaram objetivamente estas relações com os demais intelectuais por nós pesquisados.

Podemos visualizar figurativamente um círculo tracejado que poderemos chamar de **Círculo Rio-Branco**. Dentro dele estão os intelectuais que compartilharam de sua política exterior e pronunciaram-se sobre assuntos relativos à diplomacia da virada do século. Os onze intelectuais que compõe o quadro estão em constante comunicação com seu centro e entre si. No centro do círculo está Rio-Branco (por ter sido ministro das relações exteriores por 10 anos consecutivos) e com ele se relacionam diretamente Oliveira Lima e Domício da Gama, objetos de análise e reflexão com que trabalhamos. Euclides da Cunha recebeu atenção especial por sua movimentação por dentro e para fora do Ministério, e por sua posição política como intelectual. O esboço a seguir serve para representar visualmente nossa abordagem:

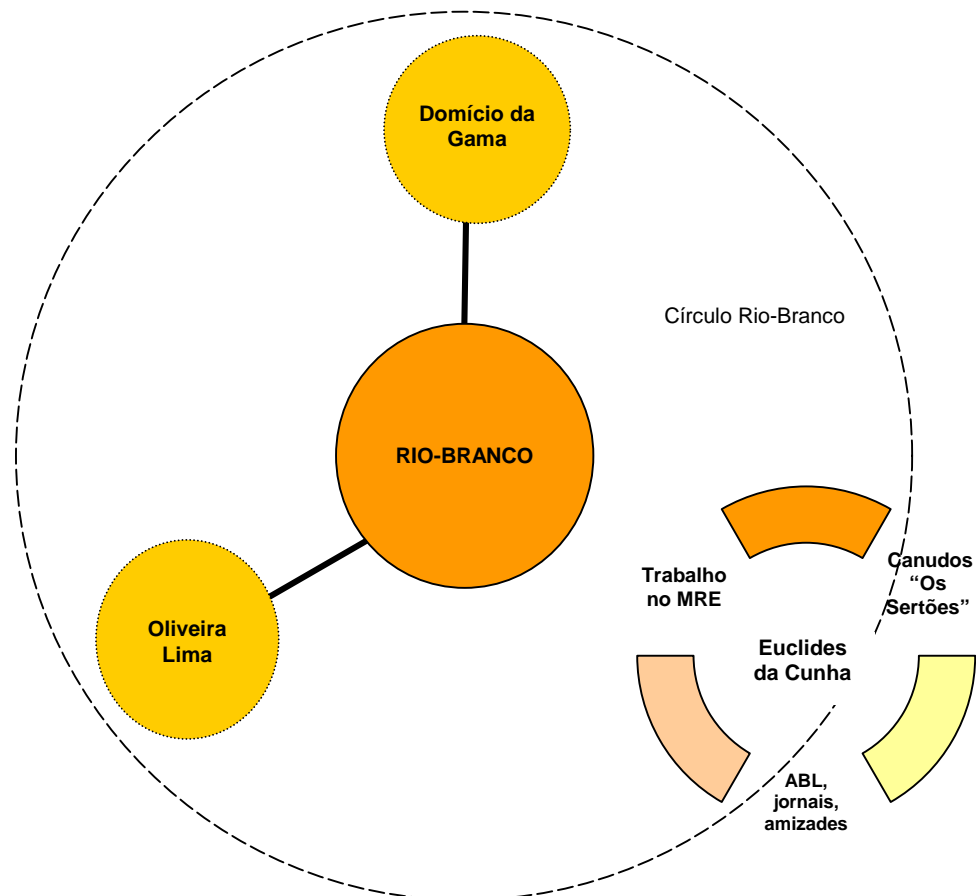


Fig.2 – Ilustração figurativa das relações entre Rio-Branco, Domício da Gama, Oliveira Lima e Euclides da Cunha

2. DOMÍCIO DA GAMA: INFORMAÇÕES DE ESTADO E INTELLECTUALIDADE

As relações de Domício da Gama com o Ministério das Relações Exteriores permanecem ainda hoje envoltas em algumas dúvidas. A pesquisa nas fontes primárias (correspondências pessoais e oficiais, publicações da Academia Brasileira de Letras) deu conta de alguns aspectos subjetivos que podem ter interferido na ascensão de Domício. Oficialmente, no entanto, encontramos nas biografias de Rio-Branco apenas informações sobre o preciso encontro dos dois intelectuais. Informações que respondem em parte pela questão de como Domício da Gama teria construído sua carreira dentro do Ministério das Relações Exteriores. .

Domício, cujo sobrenome original é Forneiros, herdou o famoso “da Gama” do padrinho, o Padre Sebastião de Azevedo Araújo e Gama, vigário de Maricá por 41 anos. Dos traços deixados em memórias e coletados ao longo da pesquisa, conseguimos remontar a história de Domício na seguinte cronologia:

Em 1862 nasceu Domício Afonso Forneiro, filho de Domingos Affonso Forneiro e D. Mariana Rosa de Loreto no município fluminense de Maricá (zona rural do estado). De família muito humilde, foi para o Rio de Janeiro levado pelo padrinho. Coursou o Colégio Henrique (de tradição francesa) e depois prestou concurso para a Escola Politécnica, aonde não chegou a concluir seus estudos. Começou a trabalhar como jornalista e conheceu Rio-Branco em 1889, em Paris, quando trabalhava como correspondente da *Gazeta de Notícias*, por intermédio de Eduardo Prado. Estas informações foram retiradas das duas biografias de Rio-Branco, mais referidas até hoje: *A Vida do Barão do Rio-Branco*ⁱ e *Rio-Branco*^j. Além disso, encontramos dois artigos escritos por Heitor Lyra^k, que informam sobre a vida e a relação de Domício da Gama com Rio-Branco.

ⁱ FILHO, Luiz Vianna. *A Vida do Barão do Rio-Branco*. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967. 511 p.

^j LINS, Álvaro. *Rio-Branco (O Barão do Rio-Branco): Biografia Pessoal e História Política*. São Paulo, Editora Alfa-ômega e FUNAG, 1996. 516 p.

^k LYRA, Heitor. Domício da Gama no Itamaraty e Um passeio, em Paris, com Domício da Gama In: _____. *Minha Vida Diplomática*. Coleção Temas Brasileiros. Volume 17. Tomo I Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972. 369p. p. 79-102 et seq.

Tendo conquistado a admiração e a amizade de Rio-Branco, começaram a se corresponder por cartas e se encontraram com frequência em Paris. Em 1891, Domício entrava para o Itamaraty como Auxiliar da Superintendência Geral do Serviço de Emigração para o Brasil na Europa, exercendo o cargo sob a supervisão de Rio-Branco. Em 1893, quando do arbitramento entre Brasil e Argentina pelo território das Missões, Rio-Branco, como Ministro Plenipotenciário, nomeou Domício seu 1º Secretário da Missão Especial em Washington. Posteriormente, na disputa bem sucedida com a França pelo território do Amapá, Rio-Branco renovou o convite e o nomeou para Auxiliar do Comissário encarregado de preparar a defesa do Brasil junto a Confederação Suíça. Posteriormente, Domício desempenhou função parecida na Missão Especial na Grã-Bretanha, sendo promovido, logo em seguida para 2º Secretário de Legação na Santa Sé, onde, uma outra vez, passou a exercer funções relativas à Imigração. Havia uma forte preocupação por parte do governo e da administração imperial (principalmente a partir da segunda metade do século XIX) de garantir a presença de membros do corpo diplomático que fossem católicos e tivessem bom relacionamento com a Santa Sé, nos assuntos relativos à emigração para o Brasil. Como parte da estratégia imigratória imperial, defendida por políticos e diplomatas, de facilitar a entrada de populações de países tradicionalmente católicos, em detrimento dos países de forte presença protestante. Este dado reafirma algumas das hipóteses que vêm sendo levantadas a respeito da forte presença da Igreja Católica nos assuntos relativos à diplomacia e aos interesses de Estado, bem como nos assuntos que tratam do casamento civil no século XIX, e na virada para o século XX¹.

Da Santa Sé, Domício transitou por cargos diplomáticos oficiais, na Grã-Bretanha e na Bélgica até 1902, quando Rio-Branco assumiu a chefia do Ministério. Instalou-se na França, sendo promovido e enviado à Colômbia. Como Ministro Plenipotenciário (cargo exercido pelo próprio Rio-Branco pouco menos de dez anos antes), vai para o Peru (substituindo Oliveira Lima, que persistentemente resistiu à nomeação) e para a Argentina, onde permaneceu por três anos (1907 a 1910). Em seu último ano em Buenos Aires, foi responsável pela 4ª Conferência Internacional Americana, trabalhando como substituto do Presidente de Legação e membro da delegação brasileira. Mudou-se então para o Chile, onde permaneceu por um ano, já elevado à categoria de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, e por

¹ NEDER, Gizlene. O Daguerreotipista e os Direitos: o debate sobre os direitos civis de estrangeiros residentes no Brasil me meados do século XIX; In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006, Niterói. *Anais*. ANPUH/RJ, 2006.

fim, foi enviado, para exercer o cargo nos Estados Unidos. Lá continuou até a morte de Rio-Branco, em 1912. Em 1918, chegou ao seu cargo político mais alto, ocupando a pasta do Ministério das Relações Exteriores, ficando no cargo por apenas oito meses. Retornou à Grã Bretanha em 1919, onde residiu até sua morte em 1925 aos 63 anos, debilitado por longos anos de doenças degenerativas. Fora do Itamaraty, Domício da Gama desempenhou papéis importantes dentro do universo intelectual e político do país, apesar de não ter tido produção literária significativa. Entrou para a Academia Brasileira de Letras em 1897, onde teve Raúl Pompéia como seu patrono, e teve sua cadeira ocupada por Rui Barbosa, por ocasião de seu falecimento em 1925. Chegou mesmo a ser presidente desta mesma instituição por um curto período no ano 1919.

2.1 A Inserção Política de Domício da Gama nos Círculos da Alta Cultura

Podemos dizer que a vida de Domício da Gama foi fortemente influenciada pela interferência de figuras com boa penetração nos círculos da intelectualidade e da classe dominante política brasileira. Desde a sua infância, a vida de Domício esteve marcada pela presença destes que foram os agentes que possibilitaram a sua transição do ambiente provinciano e relativamente pobre onde sua família se inseria para o centro da política nacional e internacional.

Identificamos na figura do padrinho de Domício da Gama, o Padre Sebastião de Azevedo Araújo e Gama, vigário de Maricá durante 41 anos, no período de 1851 a 1892 como o primeiro personagem, dentro do quadro das influências pessoais que inferiram sobre a vida de Domício da Gama. Do padre, não herdou somente o sobrenome, mas também o prestígio de um clérigo de grande atuação política na época. Sua boa relação com pessoas e instituições na capital trouxe o jovem Domício ao Rio de Janeiro, onde começou seus estudos no Colégio Henrique – de inspiração francesa e influência religiosa acentuada. Mais tarde, como aluno da Escola Politécnica, desistiu da carreira de engenheiro para se dedicar às letras. O que nos deixa a entender que sua trajetória intelectual seria marcada pelo uso da palavra e a ação política. Portanto, de fora para dentro, Domício se inseriu dentro do perfil intelectual mais afastado do universo social militar, e em contato com a área de humanidades.

A Politécnica do Rio de Janeiro, bem como a maioria das escolas militares nas duas margens do Atlântico eram instituições acadêmicas. Já naquela época, propagavam o

Positivismo e o regime republicano como ideologia e doutrina política. Por meio deste dado, podemos sustentar, já de antemão, que no início da construção intelectual e profissional de Domício da Gama, ele esteve mais próximo do universo das humanidades, sob forte influência do catolicismo ilustrado, muito bem representado na figura da classe dominante monarquista de fins do XIX, da qual o próprio Rio-Branco e Joaquim Nabuco fizeram parte^m. Neste universo cultural, Domício encontrou seu espaço. Se, por um outro lado, não teve o meio de inserção mais usado pela classe dominante, pelos laços familiares, usou igualmente sua rede de influências e empoderamento, e construiu, por este veio de ligação com a Igreja e com seus valores, o acesso ao poder e ao universo intelectual onde permaneceu ao longo de sua vida.

Domício da Gama iniciou sua carreira de jornalista como repórter da *Gazeta de Notícias*, tendo ascendido rapidamente, e vindo a se tornar correspondente em Paris. A *Gazeta de Notícias* - periódico identificado inicialmente como de tendências antimonarquistas - contou com a colaboração de intelectuais de grande prestígio como Machado de Assis, Capistrano de Abreu e o português Eça de Queirós. Fundado por Manuel Carneiro, Ferreira de Araújo e Elísio Mendes, circulou a partir de agosto de 1875 e esteve na vanguarda do movimento de abolição da escravatura (contando com a participação de José do Patrocínio). Constava, portanto, no universo da intelectualidade como um dos grandes propagadores de idéias para políticos com inclinações progressistas, compartilhadas em alguma medida por figuras como o próprio Rio-Branco e Joaquim Nabuco. O perfil do jornal era de troca intelectual com a participação de um grupo de literatos e a presença de correspondentes de “fino trato” na capital francesa, consolidando seu caráter sofisticado e vanguardista. A idéia de transmitir à capital brasileira aquilo que se comentava ou se pensava na Europa confirma a nossa hipótese de que havia uma circulação de idéias dos dois lados do Atlântico, dos quais muitos destes intelectuais eram porta-vozes. Tudo indica que Domício tenha sido bem sucedido na sua função de jornalista, não só pelo talento, mas pela sua boa penetração nos meios acadêmicos, comprovados pela fácil identificação entre ele e Rio-Branco quando do primeiro contato entre os dois. Além disso, a *Gazeta de Notícias* não se propunha diretamente a um radicalismo ideológico (apesar de ter sido um dos grandes defensores da abolição). Tinha, acima de tudo, o objetivo articular a intelectualidade brasileira e europeia. A presença

^m Cf. NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Idéias Jurídicas e Pensamento Político no Brasil: entre Dois Catolicismos. In: II ENCONTRO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO, 2006, Niterói. *Anais* do II ENCONTRO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO. São Paulo: INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO, 2006. v.1. p.1-21

dos literatos garantia um aspecto de requinte ao texto, e ao mesmo tempo contribuía para permitir a colocação política destes membros da intelectualidade num patamar de forma e conteúdo adequados.

Através das relações de proximidade de Domício com Ferreira de Araújo (um dos fundadores da *Gazeta*) sua trajetória como jornalista angariou prestígio e reconhecimento. Mesmo que não tivesse tido formação acadêmica e experiência de longa data no ambiente das letras, Domício rapidamente foi nomeado para exercer o cargo de correspondente em Paris. Ainda que não saibamos (até o momento) que fatores objetivos definiram a sua nomeação, é de se supor que a amizade e a afinidade de valores (e porque não, uma possível compatibilidade religiosa) entre os dois abriram portas para o então jornalista.

Ao chegar na capital francesa, Domício estabeleceu novos laços e estreitou mais os que já tinha. Em especial com membros da intelectualidade brasileira. Tratava-se, em grande medida, de bacharéis de Direito ou jovens estudantes em formação, literatos, críticos literários, jornalistas e outros profissionais liberais amplamente ligados ao campo de humanidades. Desempenhavam, fora do país, cargos de confiança ou meramente burocráticos; ou eram enviados, como o próprio Domício, no intuito de informar o público brasileiro das modas intelectuais em voga na Europa, ou dos assuntos de Estado discutidos fora do país, bem como de construir relações com figuras importantes no cenário político nacional e internacional. Tinham, por sua posição profissional ou familiar, uma situação financeira confortável, e possuíam um capital financeiro simbólico correspondente ao da classe dominante. Dentro deste quadro, diplomatas e oficiais de chancelaria compunham este grupo, uma vez que circulavam pela Europa em missões e como representantes oficiais e acabavam formando entre si, com a participação de outros, círculos de relações com intuitos diversos. Frequentavam festas e reuniões, trocavam correspondências e discutiam suas idéias, deixando-se claramente envolver pelas relações afetivas e pelas leituras que faziam e comentavam uns com os outros.

Chegamos, por meio deste detalhamento à idéia de “Círculo” ao qual fazemos menção ao longo do trabalho, sob o título de *Círculo Rio-Branco*. Podemos conceituá-lo como uma rede de sociabilidade, materializada através de encontros pessoais, reuniões, jantares, entrevistas, trocas de artigos e correspondências, críticas literárias, dentre outros meios de comunicação, que compunham um meio de ligação e de construção do vínculo cultural e

político de pessoas com perfis e interesses semelhantes. Esta mesma rede se concretizava por meio de jornais e publicações de iniciativas conjuntas, em que artigos que eram escritos, copiados e reproduzidos em diferentes lugares, e cuja ligação exercia-se pelo *habitus* de convivência, afinidade ideológica e intelectual e de afetividade entre os envolvidos.

Em 1888, quando chegou a Europa, Domício da Gama iniciou o seu processo de inserção definitiva dentro deste universo. Uma vez que já dispunha de alguns contatos importantes e do perfil intelectual compartilhado por estes homens, sua penetração se deu de forma sutil, porém bastante eficaz. A abolição da escravatura, encampada pela *Gazeta de Notícias* e incorporada por muitos políticos e intelectuais, favorecia o contato entre aqueles que se viam envolvidos com o movimento e simpatizantes. Aqueles literatos e profissionais de Estado que simbolizavam a alta cultura brasileiraⁿ e aqueles que se viam em processo de mudança sob o veio da modernização política do Brasil, viram o ambiente pós 1871, na República Francesa, com o aniquilamento da Comuna de Paris como uma fonte de inspiração. Ainda não tendo sido proclamada a República, a perspectiva de futuro trazida pelo presente garantia um aspecto de progresso e crescimento. Não no sentido da radicalização ideológica, mas no espírito do reformismo progressista de inspiração romântica. Este espírito de transformação foi capaz de abarcar a entrada, nestes meios sociais, de membros não advindos dos círculos restritos da classe dominante. Fora do ambiente sofisticado da Europa, a presença de intelectuais potentes como Euclides da Cunha, Clovis Bevilacqua e Rui Barbosa pôde ser sentida. Ainda que fossem simpatizantes ou militantes do regime republicanos (mesmo que apenas num primeiro momento) foram inseridos no universo intelectual brasileiro e gozaram de prerrogativas ao opinarem e se colocarem perante os demais. Estes, embora não compartilhassem *strictu sensu* do perfil dos demais, e da herança filial de poder que se estabelecia dentro das instituições, contribuía pelo viés da reflexão e de ruptura. Não deixaram, contudo, de sofrer perseguições diretas ou indiretas dos chamados “monarquistas convictos da República”. Mas interagem, entre si, e se alternavam em posições de prestígio de que gozavam ora ou outra. A agenda de Política Externa, sob a liderança de Rio-Branco, na discussão de temas como Nacionalismo e Alteridade construiu um vínculo potente entre estes intelectuais e a ala mais tradicional da diplomacia e teve implicações políticas de enorme relevância.

ⁿCf. BAKHTIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. SP, Hucitec e Brasília, Universidade de Brasília, 1987.

A partir deste perfil intelectual no qual Domício esteve inserido e interconectado com outros personagens, pretendemos analisar que tipo de papel ele desempenhou antes e durante seu trabalho como secretário e assistente de Rio-Branco antes e durante o período de chefia do Ministério das Relações Exteriores. Por sua desenvoltura no trato com outras figuras ilustres na Europa e no trânsito com os intelectuais brasileiros, é possível sustentar que Domício trabalhava como um mediador social e político, portador de influência e canal de transmissão de informações e das diversas vozes de políticos e literatos. Frases e intenções, subjetividades e posições eram transmitidas e reportadas com bastante cautela e apuro. É de se supor que Rio-Branco tenha aprofundado suas relações com Domício, numa mistura de simpatia intelectual – uma vez que compartilhavam de gostos e hábitos - mas também num interesse por obter informações não oficiais, que se configuravam em uma relação afetivo-intelectual particular entre os dois, e sobre a qual nos debruçamos a seguir.

2.2 Cartas: História e Política

Apresentamos aqui mais detalhadamente o processo de troca de correspondências entre Rio-Branco e Domício da Gama. De início, podemos afirmar que há uma pequena variação de temas no conteúdo das cartas analisadas. Partindo de um trato informal, Domício precisa com riqueza de detalhes as atividades desempenhadas por aqueles com quem esteve em contato físico e para quem tem escrito, onde tem ido, os planos e a programação dos eventos do qual fará parte. Cita inúmeras vezes os nomes daqueles com quem está em contato direto. Dá conta de minúcias do dia a dia, sempre procurando ilustrar detalhadamente o que acontece. Sutilmente, é possível perceber que há a preocupação de Domício em estar atualizado na sua correspondência. É possível ler inúmeras cartas em que se desculpa e se lamenta pela ausência, por curto tempo que seja. Se por um lado, as correspondências eram frequentes, ainda não bastavam no íntimo de Domício para fazer jus ao seu desejo de estar assiduamente em contato com os demais.

Há uma clara distinção de conteúdo das cartas enviadas por Domício para Rio-Branco e para outros colegas. No caso, tivemos a oportunidade de perceber isto nas correspondências trocadas com José Veríssimo. Por sua afinidade no âmbito das letras e da literatura e pela parceria na escritura de artigos para a Revista Brasileira (que viria a dar origem a Academia Brasileira de Letras), o caráter dos comentários gira em torno de críticas e menções a textos que está lendo, e outros que tem o desejo de escrever ou cuja escrita está em curso. Já com

Rio-Branco, a escrita é diferente. Informa encontros, discursos e acontecimentos. A troca de informações gira mais no âmbito da política e do que está acontecendo no cenário político-intelectual. Ainda que as correspondências analisadas não sejam oficiais, ou seja, não faziam parte dos documentos do Ministério trocados pelos dois^o.

Logo no início do contato entre Domício e Rio-Branco, a primeira carta que consta no Arquivo particular do Barão data de 1889. No ano seguinte ao primeiro encontro entre os dois e menos de um mês após a proclamação da República. Não há qualquer referência à mudança de regime, apenas a simples empatia entre os dois é colocada, e um presente de Rio-Branco a Domício, que constará numa publicação deste.

6 de dezembro de 1889

Hoje de manhã au sant du lit recebi o seu delicioso Clodion. Não imagina como estou contente! A primeira obra d'arte que possuo, imagine! E vindo de quem vêm! Não sei onde po-la. Sim, já sei - n'uma phantasia que abrirá uma série de contos, um voluminho que pretendo publicar neste inverno e para cuja impressão Chez Sahure o Sr. me dará uma recomendação. Quero os mesmos caracteres do seu folhetinho último, num formato em 12, papel ordinário para que não me saia caro.

Aceite uma vez mais os agradecimentos de quem não merecia tanto e creia no seu sincero amigo

Gama.

Como interessante aspecto desta carta, está o fato de Domício pedir a Rio-Branco recomendação para a publicação de seu livro de contos a um editor francês. Neste período, Rio-Branco trabalhava como Cônsul-geral em Liverpool e respondia pela superintendência da emigração para o Brasil (1889-1893), aonde Domício viria a trabalhar entre 1891 e 1893. A coincidência dessas datas marca o que possivelmente deva ter sido a indicação de Domício como auxiliar direto de Rio-Branco. E a saída simultânea coincidiu com a entrada dos dois na Missão Especial em Washington em 1893 na arbitragem com a Argentina sobre o território das Missões (para onde Domício foi oficialmente nomeado por Rio-Branco para ser seu secretário particular). Este dado confirma que, pouco tempo depois de se conhecerem, Domício e Rio-Branco tornaram-se bastante próximos.

^o Todas as correspondências de Domício da Gama à Rio-Branco aqui transcritas foram pesquisadas e obtidas no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) na sessão de Correspondências Pessoais de Rio-Branco.

Em 1890, Domício informa, através de uma carta, sobre o contato com alguns personagens interessantes. A carta data de 24 de Setembro de 1890:

Meu caro Sr Barão

Como vai passando por ahi?

E as crianças estão muito contentes? Espero que as tempestades terríveis que tem havido lá para o Sul, não tenham chegado a essas paragens.

Em Paris tem havido alternativas de bom e de mau tempo, mais chuvas do que sol. Não tenho visto ninguém. Hontem vi o **Nery**, que passava n'um carro. Não lhe falei ainda. Encontrei o **Ferreira Vianna** na rua, conversamos de socialismo e catholicismo, apenas. Não sei nada do que se passa na **colônia**.

Tenho escripto e telegraphado ao Eduardo Prado, sem obter resposta. O Paulo, que chegou antehontem da Suissa, partiu hoje para Londres.

Desejo-lhe bom tempo e bom proveito da sua estadia em Royat. Que volte restaurado e bem disposto.

Saudades aos seus que manda o amigo

Gama.

[grifos nossos]

Inicialmente, a correspondência chama a atenção por mencionar três outras pessoas, da qual o encontro com Domício interessa a Rio-Branco. O primeiro trata-se do Barão Frederico José de Sant'Anna Nery, que se encontrava em Paris no período. Para ele, Rio-Branco escreveu a *Esquisse de L'Histoire du Brésil* em 1889, publicado no *Le Brésil*. Portanto, podemos supor que fosse do interesse de Rio-Branco saber informações a respeito de Nery, bem como sobre a publicação, sua repercussão, dentre outros motivos.

O segundo, Ferreira Vianna, jornalista e advogado na República e a colônia a qual faz referência provavelmente se trata das colônias de São Bento e de Conde de Mesquita, na Ilha do Governador, que Ferreira Vianna mandou fundar quando era ministro do Império. Ambos, Ferreira Vianna e Rio-Branco tiveram em comum a atuação no Império, a simpatia aberta pela Abolição da Escravatura (Ferreira Vianna inclusive assina a Lei Áurea ditada pela Princesa Isabel), e a presença na Maçonaria.

O terceiro, Eduardo Prado, famoso pela publicação do livro *A ilusão americana* em 1894, fez parte do rol de defensores do antigo regime monárquico na República. Foi quem apresentou de fato Domício da Gama a Rio-Branco e era também muito amigo de Joaquim Nabuco. Em comum, estes personagens configuram como ativos atores políticos no regime então extinto. O que nos leva a crer que a ligação entre estes intelectuais, logo após a extinção do regime monárquico se tornava importante. Confirmando em certa medida a idéia de

sociabilidade intelectual e política e a futura interligação entre muitos destes políticos do Império no exercício do poder na República. É possível supor que muitos dos intelectuais identificados com o regime deposto se mantivessem fora do país, numa espécie de “exílio” ideológico, em simpatia ao exílio de D.Pedro II.

De qualquer forma, a articulação de Domício ao comunicar assuntos de interesse do Barão contribuiu certamente para seu acesso posterior a postos de proximidade política e profissional. O que é comprovado já no ano seguinte, quando os dois começaram a trabalhar no Serviço de Emigração para o Brasil na Europa.

Em 1891, poucos meses antes da nomeação oficial para o cargo de Auxiliar da Superintendência Geral do Serviço de Emigração, Domício escreve para Rio-Branco de Roma, onde foi encontrar-se com Afonso Arinos, que junto de Eduardo Prado, redigia o diário *Comércio de São Paulo*, marcadamente saudosista em relação ao regime monárquico. Em 1897, este mesmo diário sofreu intensas acusações dos republicanos ditos “ortodoxos” de conspiração contra o regime, em prol de uma contra insurgência. A rebelião sertaneja de Canudos serviu de argumento para estes que imaginavam ser ela de inspiração política de simpatizantes do Império^P. Foi também no *Comércio de São Paulo* que em 1895 Joaquim Nabuco publicou capítulos de um de seus livros mais referidos, *Minha Formação*, no retorno de seu chamado “exílio voluntário” na Europa.

Segue reprodução de trechos principais da carta:

Roma, 19 de Março de 1891

Meu caro Sr. Barão

Cá estou em casa de Arinos que já se acha de pé e quando faz bom tempo dá o seu passeio de carro pelo Píncio, que é logo aqui adiante (a casa fica ao pé da Trinitá de Monti). Elle ficou muito grato às lembranças que ainda tem delle os amigos de Pariz. Conta lá ir pela Primavera.

Falei com o De Amicis^q em Turim mas não tivemos a conversa longa que eu desejava: creio que não tardariam a ser horas de jantar e elle não contava commigo.

^P Este assunto é tratado com maior profundidade no tópico deste capítulo sobre Euclides da Cunha.

^q *Edmondo De Amicis* (1846-1908): Escritor italiano. Coursou a Escola Militar em Modena. Tomou parte na guerra Austro-Prussiana e permaneceu no exército até a ocupação de Roma em 1870. Foi diretor do jornal “A Itália Militar”, de Florença Seu principal livro “Coração – diário de um menino” (“Il cuore”) teve grande repercussão no Brasil no fim do século XIX, sendo revisonado por José Veríssimo. Nele, De Amicis procura educar e moldar o leitor, na perspectiva de ensinabilidade da moral e das virtudes cívicas, fortalecendo o caráter

Pedi-me que passando de novo por Turim, de volta de Roma, eu o prevenisse, “para que haja mais tempo de nos conhecermos”. É amável e fino, creio que quando o vir, o Sr. gostará d'elle. Pareceu-me que está um pouco na sua toada. A única cousa que o fez perguntar se o jornal era contra a República foi a circumstancia de elle ser estrangeiro e não querer por preço algum parecer dar o seu apoio moral a um órgão de reacção, fosse qual fosse a cousa defendida por elle. Ficou muito admirado quando soube da intervenção do exército da armada na política. Conhecia o Imperador do Rio de Janeiro, onde passou 36 horas há alguns annos e tem d'elle um retrato. Não pensa que o Brazil esteja nas mesmas condições da R.Argentina, de recursos incomparavelmente menores. Não sabe porém das nossas cousas bastante para que escreva directamente para nós. Reserva sempre a autorização que o Sr. lhe deu para que possa escrever escolhendo o assumpto que mais lhe convenha, que lhe seja mais fácil a elle literato e pensador. Pensou bem que o assumpto da primeira carta não seria talvez conveniente; mas logo reflectiu que no Brazil, onde há lugar para toda a gente e as lutas pela existência não são tão **renhidas [sic]**, não há questão de socialismo que um artigo estrangeiro venha a azedar. Fallámos de muitas cousas superficialmente e prometti que voltaria. Acha que devo voltar? Ou posso escusar-me com a rapidez da minha excursão?

Janto hoje com o Fco. Cunha que me virá buscar daqui a pouco para irmos a Câmara. Elle e o Arinos dão-se bem.O Arinos, isolado nesta aristocrática sociedade romana, carece de uma casa onde passe duas horas de noite, quando não vou ao theatro. E a gente do Cunha é simples e amável. Na legação, há uns secretários curiosos. (...)
[grifos nossos]

A carta trata principalmente da visita de Domício a um literato italiano em Turim. Ao parece, Rio-Branco queria convidá-lo a escrever um artigo para um periódico brasileiro, possivelmente o *Jornal do Brasil*, fundado poucos meses depois, por Rodolfo Dantas^r e que contou com a contribuição de Rio-Branco como colunista e incentivador.

O interessante, no entanto, no episódio do encontro é a forma pela qual Domício opta por narrá-la. O interesse em transmitir os detalhes do evento, numa abrangência de informações e na transcrição das falas pelo interlocutor permite que a narrativa assuma uma perfeita ilustração dos fatos para o leitor (no caso, o Barão). Além disso, quando pede conselhos sobre se deve ou não retornar o contato com aquele personagem, fica bastante claro que ele está representando de certa forma seus interesses e que a opinião de Rio-Branco conta de maneira decisiva para a nova ocorrência do evento (no caso, o re-encontro com De Amicis). Como interlocutor dele, Domício quer saber como agir e como se movimentar.

nacional do futuro cidadão. Ver BASTOS, Maria Helena Camara - *Cuore, de Edmundo de Amicis (1886). Um sucesso editorial*. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2004. Porto Alegre. Comunicação, acontecimento e memória., 2004. v.1. p.1-2

^r O jornal também teve artigos de famosos como José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Aristides Spínola, Ulisses Viana, Oliveira Lima, além é claro de Rio-Branco. Eça de Queiroz participou como correspondente estrangeiro De orientação conservadora, tendia politicamente a defesa da monarquia recém-derrubada, até que Rui Barbosa (1849-1923) assumiu a função de redator-chefe (1893). Era também um jornal de orientação monarquista. Cf.SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999; 501 p.

Como se trata do envio de um representante (Domício) para oferecer o convite no nome de Rio-Branco, podemos afirmar que neste caso, Domício se incumbe de uma tarefa de cunho político e pessoal, que deve ser executada em favor do Barão. Este configura o primeiro momento em que Domício da Gama se apresenta em correspondência como enviado ou representante. Ainda que naquele período exato, em 1891, ainda não exercesse legal ou oficialmente qualquer função de subordinação ou assessoria a Rio-Branco.

Este traço fica mais marcante em carta de 28 de abril de 1893 (portanto, quando a relação profissional entre os dois já está confirmada). Segue abaixo a transcrição completa da correspondência, a fim de observar aspectos objetivos e subjetivos do texto. Os grifos e sublinhados são nossos.

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 1893

Meu caro Sr. Barão

Além do que lhe escrevi há três dias, em carta remetida por intermédio do Monteiro, pouco tenho a adiantar.

Disse-me o Chaves antehontem que fosse a Secretaria d'Estrangeiros indagar o que havia a meu respeito, que lá lhe tinham perguntado para que comissão ia eu nomeado. Pedi um bilhete de introdução para o Cabo-Frio e fui perguntar-lhe directamente o que havia sobre mim. Elle recebeu-me com a maior gentileza e disse-me que ainda não tinha percorrido a sua correspondência; mas que, entretanto, **não suppunha que me nomeassem para a missão em Washington que já está mais que completa**, pois tem dois secretários, o Domingos Olympio, de nomeação directa e amigo do Floriano e o Antonio Olintho de Magalhães, 2ºsecretário em Viena, de nomeação do A.d'Andrade, além, do consultor tecnico Guilhobel. [sic] entretanto, não dizia nada de positivo, não sendo ele que faz as nomeações, etc. **Entre outras cousas disse que o Sr Rio-Branco sabe que só conta amigos naquella casa.**

Fiquei descontente commigo por ter ido fazer uma cousa desnecessária, que me pode ter feito passar por um inconsiderado. E não sigo mais conselhos de prompto. Hontem o Jornal do Commercio deu uma varia referindo-se à minha nomeação. Como se não tinha commettido indiscrição fui ao Jornal perguntar que origem tinha a informação e lá respondeu-me o Rodrigues que tinha vindo do Estrangeiro o boato mas que o repórter não relatava a fonte. Estou á espera, **estudando o Direito Internacional, que me interessa e agrada muito.** Como vê recebi os dois volumes que me mandou (com sua lettra no endereço) a casa Pedom-Lauriel. **Espero agora carta com instruções pelo próximo correio.**

Tenho sido geralmente bem acolhido. Foi uma surpresa (agradável para os nativistas que vão crescendo em número e alterando a voz) e eu não vir mudado nem um habito externo nem em affectação de desdém pelas nossas cousas, que é o que mais os irrita aqui contra os retour d'Europa. De sorte que os contatos são desde logo amáveis e as conversações brandas. O Pompéia, exaltado e intransigente, cheio de ódios generosos, **“do odio que é ainda uma forma militante do amor”**, conversa longamente commigo como n'outros tempos e como n'outros tempos fez –me várias concessões, aceitando os meus dados e argumentações com lealdade. Das conversas com o Capistrano lhe darei parte outra vez. Agora anda ele ocupado a estudar a

língua bacairy com um índio que descobriu não sei onde. Jantaremos juntos em Jacarepaguá no pic-nic literário com meia dúzia de outros, no dia 3 de Maio.

Falei hontem com o Nabuco que parece que foi quem indirectamente o indicou para substituir o Andrade, por intermédio de um amigo do Floriano, chamado Custódio Fontes. Elle confirmou-me o que já lhe disse na minha primeira carta, que a sua nomeação fez descobrir [?] a todos que o Sr era [sic] homem capaz para a missão [sic] feita de todos os candidatos possíveis. E ainda hoje o Lorena repetiu-me isso mesmo. Os seus amigos estão muito contentes. **Dizem que pode confiar no Guilhobel, homem capaz e sério e que o [sic] Cerqueira está lá mais para figurar de ministro do que para tomar parte activa na conferencia.**

A política está confusa e obscura. Todo mundo tem os olhos posto no Rio Grande d'onde vem telegrammas officiais favoráveis ao governo e telegrammas neutros desfavoráveis. Já não é difficil ver monarchistas ou pelo menos parlamentaristas entre a gente que nas ruas ou nos discutem alto os acontecimentos do sul. Como de costume nas discussões entre brasileiros há exagerações de previsões e apreciações mesmo de actualidade. Não se attribúe syntheticamente a causas absolutamente secundárias. **E a imprensa desnoteiada e indecisa não faz mais do que reflectir a confusão dos espíritos. Há quem queira a restauração para se refazer a República n'outros moldes, imagine!**

Como quer que seja, aqui cheguei n'um momento interessante da nossa história. **E como digo a todos que me perguntam o que faço, ando assumptando, para ver se arrumo fio com que me guia atravez de tanta idéia desencontrada.** Não pareceria bem um jornalista não saber explicar as cousas políticas da sua terra por miúdo.

Muitas saudades a todos de casa. Hoje já não tenho tempo para escrever a Baroneza e contar-lhe umas anedoctas daqui. Estou muito endefluxado. Faz muito calor aqui na Gazeta e está fresco lá fora. Sol claro e brisa.

Meu cordial aperto de mão do seu.

De coração.

Gama.

Nesta carta ficam explícitos alguns aspectos que caracterizam a relação entre Domício e Rio-Branco. A própria lógica da escrita da carta já denota alguns aspectos interessantes. Ao iniciar, dá atenção ao fato de não ter sido citado oficialmente na lista de nomeações para a Missão em Washington, em andamento naqueles dias, e, claramente, sua frustração e embaraço. Domício também menciona o encontro com o Visconde de Cabo-Frio e a surpresa ao não ver seu nome na então lista de indicações. É bem provável que Rio-Branco o tenha nomeado e que ele quisesse informá-lo que o processo não estava ainda resolvido. Uma vez que Domício também menciona o *Jornal do Comércio* (para quem, aliás, Rio-Banco escrevia com pseudônimo) e a presença de seu nome na lista do jornal, é de supor que ele quisesse colocar Rio-Branco a par de que sua deferência não fora atendida. As opiniões sobre o Barão emitidas por colegas e políticos também configuram um traço interessante da carta. Nelas, ele procura informar o grau de popularidade e em que âmbito está as suas relações com os demais. As informações mais pessoais, de amigos em comum e confrades foram relatadas na construção do que se chamaria a sociabilidade política de Domício da Gama. Através destes

relatos, ele informava Rio-Branco sobre aqueles com quem teve contato, o grau de contato, e a repercussão deste contato. Levando-se em conta a já conhecida vaidade de Rio-Branco com relação ao seu prestígio e repercussão, não é de estranhar que Domício também tenha mencionado os elogios como forma de agraciá-lo.

Ao se referir, por exemplo, ao Capistrano (Capistrano de Abreu) e o então idioma indígena que ele vem aprendendo, além do elemento jocoso expresso em “*um índio que descobriu não sei onde*” (denotando um certo desdém ou curiosidade pitoresca), deixa bem claro que sobre ele “*dará parte*” outra vez. Há o interesse nítido em Domício em posicionar Rio-Branco quanto ao paradeiro de figuras que percorrem seu ambiente. Finalizando, reporta sua participação no então “*pic nic literário*”, a fim de reafirmar sua inserção no ambiente intelectual no Brasil e estreitar relações pessoais com figuras que venham a ser importantes.

Ao tratar dos assuntos relativos ao panorama político, no âmbito das disputas pelo poder, bem como nas apreensões mais gerais, sobre as quais Domício diz “*assumptar*”, alguns aspectos relevantes merecem a nossa atenção. Domício, que estava no Rio de Janeiro, neste momento (enquanto Rio-Branco está na Europa), deixava escapar que os assuntos relativos ao Sul (disputa pelas Missões com a Argentina) estavam na ordem do dia: “*Já não é difícil ver monarchistas ou pelo menos parlamentaristas entre a gente que nas ruas ou nos discutem alto os acontecimentos do sul*”. Quando retrata o senso comum, fica bem claro que, no que tange a opinião pública, há uma incapacidade em se tratar e opinar sobre o país, dadas às referências aos termos: “*confusão*”, “*obscuridade*”, “*desnorteio*” e “*indecisão*”. Bastante interessante no que tange a discussão teórica acerca da concepção de Estado naquele período, com seus prolongamentos para o imaginário popular. Ao informá-lo objetivamente sobre o que se fala a respeito do regime, expressa uma certa ironia como no trecho: “*Há quem queira a restauração para se refazer a República n’outros moldes, imagine!*”. Domício, portanto, desqualificava de alguma maneira, os discursos aos quais ele tinha acesso por meio da mídia e de contatos pessoais. O que, em alguma medida, expressa um sentimento de desdém e até mesmo de pessimismo político, naquele que se configurava o quadro político republicano no alvorecer do novo regime.

Há também um certo saudosismo no discurso. A reafirmação crítica ao regime recém instalado e, de outro lado, a imprecisão ao relatar o que via nos remete a um certo ceticismo e pessimismo. Um bem colocado exemplo do modo como setores da alta cultura brasileira

percebiam e entendiam a opinião popular; sempre considerada como alienada ou confusa perante a realidade política. São estas sutilezas que se encaixam perfeitamente no penúltimo parágrafo da carta:

Como quer que seja, aqui cheguei n'um momento interessante da nossa história. **E como digo a todos que me perguntam o que faço, ando assumptando, para ver se arrumo fio com que me guia atravez de tanta idéia desencontrada.** Não pareceria bem um jornalista não saber explicar as cousas políticas da sua terra por miúdo

[grifos nossos]

O termo “*assumptando*”, neste caso específico, não se tratava exatamente de buscar informações a fim de obter uma orientação ou diálogo com os valores alheios. O que estava na ordem do dia era se inteirar do que e de quem se falava, quem pronunciava as palavras e por onde se comentava determinados assuntos. Domício procurou se guiar pela política dos nomes e títulos; informando posteriormente ao Barão, a posição de determinados personagens importantes junto ao centro do poder na Capital. Como jornalista, é certo que necessitava dos contatos a fim de aferir as informações e os discursos proferidos. E ao expressar sua necessidade de estar por dentro destes assuntos, confirmava sua posição de mediador, transmissor de assuntos e dados relevantes para Rio-Branco.

Sua ambientação transcrita na correspondência se completa com a afirmação de uma ligação com as relações internacionais. Os então “*estudos de Política Internacional*” mencionados no texto, poderiam ser sinais deixados para confirmar o interesse pelo campo, talvez na esperança de alcançar um cargo de chancelaria no Ministério. Vale lembrar que pouco tempo depois Domício começou a trabalhar no Ministério das Relações Exteriores (quando da Missão Especial em Washington, por conta do arbitramento). Sua função como jornalista decerto contribuiu para fazer dele um mediador, uma espécie de informante politicamente inclinado nas questões com as quais Rio-Branco estava envolvido.

Alguns anos depois, já em 1902, poucos meses antes de Rio-Branco ser convidado para ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores, uma série de cartas enviadas por Domício mantém o mesmo intuito informativo, ressaltado, no entanto, por alguns traços diferenciados. Uma vez que Domício já se encontrava profissionalmente numa posição mais madura e relevante e que já havia conquistado a confiança de Rio-Branco, desenvolve-se na correspondência um tom mais sério, nas questões pessoais mais restritas ao Barão.

Em carta de janeiro de 1902, Domício resolve escrever a Rio-Branco, afim de aconselhá-lo a dissuadir da idéia de promover seu filho, Raul, a ocupar o cargo na chancelaria junto ao pai. Segue transcrição de trecho da carta:

Meu caro Sr. Barão

Acabo de receber o seu telegramma. Não approvo a sua preferencia em ter o Raul ao pé de si e o Sr. bem sabe que é do interesse delle sahir da sombra que o pae projecta. Deixe que os estranhos também o conheçam e apreciem como elle merece, ainda que isto custe ao seu coração de pae e lhe augmente a solidão. A regra é que nos sacrifiquemos pelos que amamos.

Imagino que a nomeação do Raul não será hors cadre. Mas ainda que assim seja, terminada a Missão, terá elle amigos que por enquanto não tem directa e pessoalmente. E é preciso que elle deixe de ser reflexo. Se o Sr. quizer, escreverei ao Rodrigues, mas não parece practico desfazer o que provavelmente foi resultado de trabalhosas combinações e se entendia ser desejo seu, pois foi pedido do Nabuco.

Escrevo-lhe á pressa para apanhar o correio.

Seu de coração

Gama.

Nesta carta, o aspecto político relativo à nomeação de Raul Paranhos ganhava alguns contornos pessoais. É de se imaginar que haveria, da parte de Rio-Branco, uma certa abertura para que Domício lhe dissesse tais coisas. O que, no avançar das relações pessoais e profissionais entre os dois, fazia total sentido, uma vez que trabalharam juntos em duas questões arbitrais (Domício foi seu secretário e auxiliar direto) e trabalharam juntos na Superintendência de Emigração. Estas implicações afetivas aqui colocadas nos permitem pensar sobre o grau de amizade na relação entre Domício e Rio-Branco, a partir das relações profissionais, como um desdobramento possível da fidelidade e cumplicidade que ambos compartilharam no trabalho que desempenharam anteriormente.

Poucos meses depois, em carta de 1º de março do mesmo ano, Domício voltava a escrever a Rio-Branco; agora com o intuito de posicioná-lo sobre a situação política e profissional de membros do Ministério no exterior. Os nomes aqui são importantes, bem como a movimentação política dentro da instituição.

O Cunha já está em Montevidéo, segundo carta que me escreveu do Rio em 4 de janeiro. Suponho que o Alvim aceita a remoção, ainda que rebaixado de posto, porque quando chegar a notícia da remoção do Fialho para Lisboa escreveu o G.Ferreira ao Hippolito: “O Alvim ainda está no ar, sem saber para onde vai”. Se contavam com a remoção não pedida para que ele pedisse reforma enganaram-se: o velho não se despega por si, terão de aposental-o.

(...)

Não tenho notícias de Londres há umas três semanas. Creio que ahi chega o Oduvaldo Pacheco (genro do Prado) para a Missão em Roma. E o Nabuco ainda tem que figurar na coroação do rei da Inglaterra.

A posição dos oficiais tornava-se importante, ainda que Rio-Branco não contasse ainda com a nomeação para ministro das Relações Exteriores. A construção da rede de ligações políticas e dos comportamentos dos diplomatas no exterior interessava a Rio-Branco, uma vez que dava conta do perfil e a posições políticas daqueles que poderiam ser importantes na política internacional. Para isto, a agenda protocolar acompanhada por Domício em Bruxelas era necessária.

Logo a seguir, em um trecho bastante emblemático, Domício, em auto-referência, deixava escapar um traço que lhe caracterizou como um dos pares daqueles com os quais Rio-Branco nutria apreço e mantinha confiança:

Sobre o resto de sua carta não falo, estando de accordo com o que me diz. Contemporizemos, até que o Sr. tenha a quem fale. Breve separa-se a companhia Campos Salles Q Cia e será tempo então de regularizar as nossas situações, a minha com um interesse mais practico porque estou de cabeça branca e o bigode lá vae pelo mesmo caminho. É a velhice. Por toda a parte já me conto com os velhos.

Sem revelar o assunto tratado anteriormente, Domício fazia uma referência irônica ao governo Campos Salles, como “*companhia Campos Salles Q Cia*”, segundo ele perto de se separar. De fato, havia, desde a mudança do regime até a nomeação de Rio-Branco, uma série de entraves burocráticos dentro do Ministério das Relações Exteriores, que envolviam novas nomeações, remoções e movimentações estratégicas feitas pelo novo regime. Uma vez que a maioria dos funcionários da chancelaria era dos quadros do Império, não se havia resolvido ainda de maneira definitiva algumas questões relativas aos pagamentos e deslocamentos de oficiais no exterior. Cabe aqui pensar com que significado Domício discretamente referia-se ao nome do presidente num jargão de negócios ao usar as palavras “companhia”(com significado de negócios ou empresa) e “cia” (sigla para companhia). A primeira interpretação que surge é a de que ele esteja se referindo ao governo Campos Salles em tom sarcástico, uma vez que reclama de problemas financeiros ainda não resolvidos. De qualquer forma, fica aí um indício, ainda que breve e discreto, de incompatibilidade, pela referência sarcástica, com o governo Campos Salles.

Ao fim, no trecho em que Domício retrata sua imagem, nos vem uma interessante reflexão. Ao reiterar sua condição de velho (ainda que beirasse os quarenta anos), ele reafirma um dos principais aspectos referentes à intelectualidade da geração de fins do XIX na passagem para o século XX. A contemporização do tempo e da vida, a afirmação da maturidade e a constante sensação de busca pela estabilidade resumem os sentimentos comuns ao contexto histórico de envelhecimento precoce e de preocupação com o futuro. Este traço se torna particularmente acentuado para aqueles que, terminada a monarquia, buscavam segurança e a manutenção do prestígio e do poder, abalada com o fim do regime. A ameaça de troca de quadros políticos constituía um assunto delicado para muitos dos funcionários do Estado (em especial aqueles diretamente envolvidos com o regime anterior). Aqui fica mais marcante o fato de Domício não ser exatamente o caso, pois começou seu trabalho no Itamaraty após a mudança de regime. No entanto, por ter sido sua entrada facilitada pela presença de Rio-Branco (foi ele que exigiu a presença de Domício da Gama como seu secretário), poderia haver uma preocupação de sua parte em não continuar, terminado o período em que trabalharam nos arbitramentos. Ademais, sua posição e articulações políticas já o etiquetavam como monarquista. Há também um aspecto relevante que merece ser mencionado. A desilusão afetiva que marcou alguns dos intelectuais depois do fim da monarquia lembra-nos o romantismo nostálgico que caracterizou essa geração não só no Brasil, mas na Europa (em especial, em Portugal e no Império Austro-Húngaro – ambos inseridos na discussão sobre o fim do regime monárquico). O chamado grupo dos “vencidos da vida” como ficaram conhecidos em Portugal, teve bastante influência sobre a literatura da época e mostrava ceticismo e até um certo pessimismo político, ao mesmo tempo em que se viam envolvidos com uma idéia de progresso em curso. Fazia parte do protocolo, e mesmo do discurso coletivo que reunia a intelectualidade “destronada”, reclamar, lamentar, desprezar o novo regime e sua organização; tornar-se saudosista, e, por conseguinte, velho. Ainda que Domício não tenha sido figura política do Império, nem tivesse trabalhado para o regime, sua ligação com os intelectuais monarquistas e com a própria Igreja Católica (uma vez que esta se reaproximava do Império quando da radicalização positivista da República) justificava o tom de seu discurso. Este romantismo recalçado, travestido de nostalgia imperial ^s percorreu as

^s Este termo é utilizado por Ricardo Salles em livro de mesmo título, onde ele vai defender que houve uma continuidade no pensamento político e na cultura política republicana com valores do Império. Cf. SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. 212p

mentes e as falas da de muitas figuras da política imperial, bem como de republicanos igualmente inspirados num ideal de transformação romântico projetado para a idéia de nação¹.

Através da leitura deste pequeno volume de cartas destas é possível se levantar a hipótese de que Domício da Gama, como funcionário de Estado e assessor direto de Rio-Branco tenha exercido um papel de mediador em vários momentos, sob a forma de agente encarregado de fornecer a Rio-Branco informações atualizadas da esfera de seus interesses pessoais e políticos.

No âmbito da política externa, poderíamos fazer uma aproximação de Domício da Gama com a idéia de um informante pessoal, no sentido da construção do contato pessoal entre um membro influente de um grupo designado pelo seu líder a estabelecer contatos com figuras do universo político de interesse do grupo, a fim de comunicar e mediar as relações pessoais e institucionais entre os pares envolvidos. Pensando uma apropriação figurativa, poderíamos pensar na referência ao modelo de construção da atividade desempenhada por Domício da Gama semelhante aos das agências de informações internacionais que colocam em contato agentes de governo com seu universo político e assuntos de interesse. Simbolicamente o trabalho de Domício conjugou-se com uma idéia de diplomacia, no sentido de apropriações e comunicações capazes de atualizar e movimentar pessoas e idéias de maneira mais precisa e mais dinâmica. Domício, que esteve em contato freqüente com políticos, intelectuais e instituições de diversos países, pôde lançar mão de idéias e apropriar pragmaticamente aquilo que melhor representasse os interesses de cunho nacional.

Diplomacia e nação, como dois termos indissociáveis, da sua formulação como conceitos e idéias num dado tempo histórico, bem como na sua aplicação em termos práticas, por meio das políticas em âmbito internacional pressupõe aspectos de negociações práticas e interesses objetivos. As relações entre diplomacia e informação como questão referida e comentada desde a formação política dos Estados europeus e do Papado materializa-se aqui no exemplo de Domício da Gama. Tal qual apresentado no modelo moderno de Estado-

¹ A idéia de um romantismo melancólico compartilhado por um grupo, como, no caso, por muitos dos membros do chamado Círculo Rio-Branco combina-se bem com a idéia de “autoritarismo afetivo”, cunhada por Gisálio Cerqueira Filho. Ao tratar do romantismo conservador preservado na História da Prússia e na Alemanha desde antes da unificação, ele trabalha as manifestações artísticas e políticas do que ele intitula absolutismo afetivo. Expresso pelo radicalismo conservador e inflexível e pelas posturas pessimistas e românticas, referidas ao tempo passado, vinculado a uma ausência constante que se desdobra em um binômio Racionalismo-Irracionalismo. Cf. CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Autoritarismo Afetivo – A Prússia como sentimento*. São Paulo: Escuta, 2005.

Nação, a função de acompanhamento e atualização constante do que acontece para além dos limites territoriais e culturais da nação com fins políticos pragmáticos foi também a estratégia de Rio-Branco, na sua relação com Domício da Gama. A fim de conquistar espaço e ascensão política, trocaram correspondências, movidos não só por afinidades culturais, sociais e políticas, mas também com o objetivo de se manterem atentos aos acontecimentos políticos em curso.

Como amigo e funcionário do Serviço de Emigração, Domício estava em contato Rio-Branco preenchendo os espaços que o Barão não podia preencher por estar em outro país e em outras atribuições. Por isso, o trabalho desenvolvido por Domício era de enorme importância. Era este trabalho de informações enviadas e de contatos freqüentes que sustentava o vínculo político de Rio-Branco com outros intelectuais e literatos, situava-lhe quanto ao pensamento político de abrangência popular, revelava possíveis parceiros ou inimigos políticos além de representá-lo junto aos governos de outros países. Ou seja, além do caráter efetivamente político, que envolvia interesses individuais e trocas de favores, esta relação de contato revela uma postura de diálogo com intelectuais e políticos estrangeiros (como ao tratar de Di Amicis ou do rei da Bélgica). Evidencia também o interesse em compartilhar idéias e assimilar posições de diferentes partes de setores políticos dominantes no Brasil e no estrangeiro. Fica explícita desde então a futura agenda política de Rio-Branco, baseada nos contatos e no intermédio de relações que seriam concretizadas, a partir da sua entrada para a chefia do Ministério. O contato com outros ministros, chefes de Estado e expoentes da intelectualidade da América Latina e de outros países do globo de fato foi a marca registrada do período de comando de Rio-Branco. Poderíamos afirmar, inclusive, que este traço específico teria vindo como herança da formação oferecida pelo próprio pai de Rio-Branco, o Visconde de Rio-Branco, político atuante no poder imperial e que trouxe o filho para fazer parte deste universo. Vale lembrar que Rio-Branco (o Barão) havia seguido com o pai, ainda na juventude para o rio da Prata ainda muito jovem, no episódio da Guerra da Cisplatina. Além, é claro, de ter servido como funcionário da embaixada do Brasil na Inglaterra, quando esta era chefiada pelo Barão de Penedo, muito amigo de seu pai e quem o iniciou (bem como a Joaquim Nabuco) na carreira diplomática^u.

^u Cf. MENDONÇA, Renato *Um Diplomata na Corte de Inglaterra - O Barão do Penedo e sua época*. Brasília, Editora do Senado, Coleção Edições do Senado Federal Volume 74, 2006. 444p.

3. OLIVEIRA LIMA: CONSTRUÇÃO INTELECTUAL, DISPUTAS POLÍTICAS E MEMÓRIAS

Seguindo o eixo das nossas análises acerca dos três intelectuais diretamente ligados a Rio-Branco, iniciamos agora o recorte biográfico de Oliveira Lima. A partir de seu perfil social e cultural, pretendemos entender em que medida sua trajetória e sua posição dentro dos quadros políticos redirecionou-o para uma posição divergente e crítica de algumas das principais posições ministeriais comandadas por Rio-Branco. Também procuramos relacionar a figura de Rio-Branco com este que era um de seus contrapontos dentro do Itamaraty e entender como esta divergência transparecia no ambiente intelectual diplomático.

Como instrumento de pesquisa de importante contribuição metodológica e interpretativa, iremos usar as informações autobiográficas de Oliveira Lima, escritas entre os anos de 1925-1927 em Washington (um ano antes de morrer), contidas na obra *Memórias. Estas minhas reminiscências*^v. É através dela que Oliveira Lima expressa suas recordações e suas visões de mundo que, por serem mesmo auto-referidas, servem-nos como material para interpretação de sua construção intelectual. Além desta obra, utilizaremos, o livro de Teresa Malatian *Oliveira Lima e a Construção da Intelectualidade*^w na abordagem dos temas relativos ao trabalho.

Filho de pai português, Manoel de Oliveira Lima, nasceu no Recife em 1865. Viveu em Pernambuco até os seis anos, quando se mudou para Lisboa com a família. Lá viu o pai ascender financeiramente, ainda que mantivesse os laços afetivos e sociais com uma origem social modesta. Sua formação acadêmica ocorreu Faculdade de Letras de Lisboa, concluída em 1888 no curso de Humanidades, nas quais as principais disciplinas constituíram-se dos estudos de lingüística e de história mundial. A entrada para os quadros do Ministério das Relações Exteriores constituiu-se um momento particularmente interessante para entender sua projeção política no cenário republicano da época. Tendo sido nomeado em 1890 para o corpo diplomático brasileiro, Oliveira Lima esteve altamente envolvido nos círculos de poder da recém constituída burocracia republicana, onde foi inserido pela figura do cunhado, Araújo Beltrão.

^v LIMA, Oliveira. *Memórias. Estas minhas reminiscências*. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. 1986.

^w MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Fapesp e Bauru: Edusc; 2001.460p.

A aproximação, iniciada pelo cunhado, homem de prestígio junto ao Ministério de Quintino Bocaiúva, se deu também por influência direta de Henrique Pereira Lucena, o Barão de Lucena. Governador de Pernambuco, nomeado por Deodoro, Lucena também era usineiro e sua permanência nos quadros do governo justificava-se pelo prestígio e pela importância em fazer representar os interesses dos quadros mais conservadores da política do nordeste do país na República. Identificado como um dos defensores dos usineiros junto ao governo, promoveu uma tentativa de resgate das exportações do açúcar em uma conjuntura de crise no setor. Pertencente a classe dominante agrária nordestina, Lucena usou também de seu prestígio de como forma de assegurar a representação política de seus conterrâneos dentro da burocracia de Estado e responder aos pedidos do governo de renovação dos quadros políticos monarquistas. Foi no desdobramento deste quadro que Oliveira Lima, por interferências e visitas a políticos influentes, teve, após encontro com o então ministro Bocaiúva, seu nome formalmente aceito para a chancelaria brasileira.

Nas memórias escritas por Oliveira Lima, a entrada para o Ministério adquiriu um significado particular. Várias vezes, Oliveira Lima recorre ao termo “aprendizado da profissão” e “conhecimento do ofício”, como forma de reafirmar a condição de aprendiz e o esforço por ele empenhado para chegar ao Ministério e, com isso, diminuindo também a atuação e a interferência de terceiros na sua nomeação para o Itamaraty. Por outro lado, tendo em vista o perfil da burocracia ligada à diplomacia, esta referência revela a preocupação de Oliveira Lima de ressaltar a importância do processo de aprendizado e formação do diplomata iniciante. Sua formação em Letras ainda não se constituía um entrave para seguir a carreira diplomática. Apenas com as reformas de 1895, a formação em direito passou a ser uma exigência para entrada nas funções de chancelaria. É possível, portanto, imaginar que a narrativa de Oliveira Lima acerca de sua entrada para o Itamaraty estivesse intimamente ligada a uma preocupação em justificar e explicar sua inserção para um universo marcadamente aristocrático, sofisticado e prestigiado.

Como adido à legação em Lisboa, onde desempenhou uma espécie de estágio preliminar ao ofício de diplomata, passou a secretário um ano depois. Seguiu para Berlim, onde permaneceu por três anos. Lá se deu boa parte de sua formação intelectual na área de História, com visitas a bibliotecas, museus, leitura de textos teóricos e de ligações com mestres da historiografia alemã, que resultaram em uma produção intelectual rica e em uma forte apropriação de idéias. O contato com autores, correntes literárias e políticas e com o

ambiente cultural de fins do XIX na Alemanha recém unificada de Bismarck rendeu também interpretações idealizadas do país com o qual muitos identificavam como modelo de progresso e prosperidade. A geração de intelectuais portugueses, influenciada pelo movimento artístico e cultural que ocorria na Alemanha, abarcou outros intelectuais, como Guilherme Moniz Barreto. Com ele Oliveira Lima também trocou correspondências e esteve envolvido, no deslumbramento pelo campo das artes e pelas idéias em voga. A História, como campo de saber a serviço da construção da identidade nacional, referida aos estudos das origens culturais, indicava a procura por uma essência transcendentalista na construção intelectual do diplomata. O que ficaria explícito nas obras *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* e *Aspectos da literatura colonial brasileira*. Os usos da História no sentido de aplicação de uma estrutura memorialista de origem lusitana também tiveram boa penetração nos círculos intelectuais brasileiros da época e influenciaram Oliveira Lima (bem como Rio-Branco) na produção literária e histórica, bem como nos usos políticos da diplomacia (em disputas territoriais e negociações).

Contribuindo para diversos jornais e periódicos da época, Oliveira Lima começou a traçar seu caminho pelo universo da literatura. Sua projeção como jornalista e escritor, seu *status* de membro correspondente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e sua penetração na classe dominante literária brasileira redundaram em sua participação como membro fundador da Academia Brasileira de Letras, em 1897. Tal fato consolidou efetivamente seu nome junto aos grandes nomes da intelectualidade nacional. Na Academia, Oliveira Lima construiu amizades com futuros membros, como, por exemplo, Euclides da Cunha, e veio a ser um dos ícones da intelectualidade pernambucana. Tendo lá ficado mais tempo que o próprio Rio-Branco, Oliveira Lima gozou de prestígio e reconhecimento, a ponto de ter representado, por certo período oposição ao ministro em questões de disputas dentro da Academia Brasileira de Letras. Oposição esta que foi a continuação das divergências no âmbito das políticas internacionais e administrativas do Itamaraty sob o comando de Rio-Branco.

Em 1896, Oliveira Lima deixou Berlim rumo aos Estados Unidos. Como Secretário de Legação em Washington, Oliveira Lima permaneceu por quatro anos, ao fim dos quais, por indisposições com o superior Assis Brasil^x, acabou removido para Londres.

^x Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) - advogado, político, orador, escritor, poeta, prosador, diplomata e estadista; propagandista da República. Foi fundador do Partido Libertador, deputado e membro da

Fica aqui um dado curioso. Foi exatamente durante este período de estada de Oliveira Lima nos Estados Unidos que ocorreu a defesa do Brasil junto ao governo Americano, por ocasião do Arbitramento com a Argentina pelo território das Missões. Entretanto, não consta absolutamente nenhuma informação a respeito do diplomata no ínterim deste processo. Tendo Rio-Branco ido para o país, e contado com a ajuda de Domício da Gama, é de se estranhar a ausência de citações do nome de Oliveira Lima. Conforme se encontra documentado em fontes diversas, nessa época os dois trocavam correspondências e escritos e ainda não haviam polarizado sobre questões políticas. Apresentados pelo cunhado, Araújo Beltrão, antes mesmo de ser nomeado para a chancelaria, Oliveira Lima tinha inclusive realizado pesquisas na capital portuguesa a pedido de Rio-Branco. A afinidade de assuntos e de interesses colocou os dois em contato ao longo dos anos, e a relação entre os dois, só veio a ser abalada após a entrada do Barão para o cargo de ministro, em 1902. Era então de se esperar que houvesse uma interação maior em Washington por parte dos dois, o que de fato, não se concretizou. Supomos, neste caso, que a interferência de Assis Brasil junto ao Barão tenha afastado qualquer aproximação entre os dois. Esta hipótese se fortalece quando analisamos a remoção de Oliveira Lima para Londres, a mando de Assis Brasil. No entanto, ainda restam algumas dúvidas com relação e este episódio, a ser investigada com mais detalhes no futuro.

Até então, podemos concluir que a presença de Oliveira Lima dentro do Ministério das Relações Exteriores se deu por um viés de inserção quase completa. Trabalhando em alguns dos países mais disputados por diplomatas naquela época, o jovem Oliveira Lima, sem formação no campo do direito e de formação humanista, obteve uma posição destacada no Itamaraty, vindo a ser eleito, em um curto espaço de tempo, para a Academia Brasileira de Letras, e tendo fácil publicação de suas obras. Seu ofício de diplomata estava muito menos relacionado a um cargo de atividade política, mas de construção de um perfil intelectual-acadêmico. O que, em alguma medida, correspondia aos interesses da República em transição política na época, aspirante de afastar diplomatas das questões diretamente envolvidas com a política interna. Vale lembrar que, para o regime recém instaurado, as preocupações fundamentais na virada para o século constituíam-se da consolidação de um poder central afirmado por meio do abafamento de movimentos

junta governativa do Rio Grande do Sul em 1891. Foi ministro plenipotenciário do Brasil na Argentina por ocasião do arbitramento pelo território de Palmas (Missões) em que Rio-Branco trabalhou como Ministro Plenipotenciário em Washington. Retornaria ao país em 1905, por determinação do então ministro de estado Rio-Branco.

insurgentes pelo país e da construção de uma idéia de nacionalidade baseada no poder de Estado.

3.1 Oliveira Lima: concepções acerca da diplomacia

Pretendemos, completar a construção intelectual de Oliveira Lima na exata medida de sua colocação perante Rio-Branco. E, por conseguinte, esmiuçar os desdobramentos dessa relação que vai além do confronto estritamente político.

Utilizamos, além das fontes citadas no início do capítulo, o ensaio de Paulo Roberto de Almeida, publicado sob forma de artigo, intitulado *O Barão do Rio-Branco e Oliveira Lima - Vidas paralelas, itinerários divergentes*. Nele, o autor procurou investigar as aproximações e distanciamentos entre os dois intelectuais, respectivamente, no campo da história e da diplomacia. A partir da análise das trajetórias individuais de Oliveira Lima e Rio-Branco, o autor buscou entender a construção da noção de história de ambos, em conformidade com a cultura política de sua época, e seus limites na criação de um vínculo afetivo e político posteriormente. Para Almeida, o motor das dissidências entre os dois intelectuais foi a discordância acerca das funções a serem desempenhadas pelo diplomata dentro do Ministério das Relações Exteriores. Como forma de discutir estas questões, procuramos identificar as diferenças práticas quanto à função da carreira diplomática na perspectiva de Oliveira Lima e Rio-Branco.

As visões acerca do papel do diplomata no campo intelectual serviram para afastar Oliveira Lima e Rio-Branco, na medida em que defendiam politicamente suas posições. De um lado, Rio-Branco pretendia implementar uma política externa de cunho mais ofensivo, do ponto de vista de serviço diplomático com direcionamento e aplicação dos conhecimentos históricos nas discussões em pauta acerca dos interesses de Estado nas relações internacionais. Oliveira Lima, por sua vez, partilhava de uma visão diferente. Para ele, o “ofício de diplomata” constituía, para aqueles que gozavam de alto nível intelectual e interesse pelo conhecimento, uma oportunidade de exercício da carreira de pensador. A construção intelectual, possibilitada pelo trabalho de diplomata, e sua circulação física pelos países ditos “centrais” (do mundo chamado “Civilizado”) foram motivadas pela produção de conhecimento em si e pela reflexão de temas relativos à nacionalidade, sem necessariamente passar por uma atuação enfática no plano estratégico. Naturalmente, na concepção de Oliveira

Lima, a integração do intelectual ao campo político se processaria como um desdobramento desta inserção intelectual, acessível, contudo, a poucos. Enquanto Rio-Branco vislumbrava um intelectual ativo e em movimento, engajado com a produção de conhecimento em termos práticos, Oliveira Lima defendia o uso acadêmico da instituição Itamaraty como forma de divulgação do humanismo, principalmente, nas questões relativas à história, cultura e literatura. Se por um lado, Oliveira Lima limitava o ofício do diplomata nas atribuições políticas do cargo, por outro, suas funções críticas se mantiveram razoavelmente intactas, dado que estaria comprometido com o aprendizado constante e com a inserção no ambiente da chancelaria. O Itamaraty era, para ele, o patrocinador e veículo das atividades intelectuais. Na prática, esta divergência pôde ser percebida no episódio da remoção de Oliveira Lima, sob ordens de Rio-Branco, para a representação diplomática em Lima, em 1903.

Em pauta, estava a disputa por uma parte do solo amazônico que pertencia à Bolívia e ao Peru, reclamado pelo governo brasileiro. No contexto político das negociações entre Brasil e Bolívia, que deu origem ao Tratado de Petrópolis (com a incorporação do território do Acre), se fazia necessário enviar urgentemente um representante diplomático brasileiro ao Peru, que nutria interesses particularmente contrários a proposta brasileira. O enviado seria o responsável por negociar a solução do impasse, fosse por negociação, ou pela sugestão meio de arbitramento (último recurso seguindo a estratégia de Rio-Branco). Pragmaticamente, do ponto de vista do Itamaraty, era preciso de um nome de peso da diplomacia brasileira, que tivesse, ao mesmo tempo, desenvoltura e firmeza política bem como conhecimento histórico. O nome de Oliveira Lima, que na época era o enviado diplomático brasileiro ao Japão, preenchia os requisitos, ao mesmo tempo em que se tornava uma escolha política. Com diplomatas e políticos já removidos recentemente para a Europa, e com a rede de informações no velho e no novo continente já estabelecida, era o momento de mobilizar o diplomata e historiador pernambucano para questões da órbita do interesse nacional prático. A resposta de Oliveira Lima, no entanto, não foi absolutamente simpática à causa. Oliveira Lima, que esperava uma nomeação para ocupar um cargo na Europa, após anos de viagem ao Oriente, desejava voltar a ocupar um cargo confortável em algum país europeu, onde pudesse retornar aos estudos nos arquivos e museus de renome. O diplomata procurou então recorrer aos nomes do seu círculo pessoal e afetivo para dissuadir Rio-Branco da decisão. O episódio, segundo Paulo Roberto de Almeida, resultou no então mais longo período de remoção de um diplomata da história do país. Por quase dois anos a queda de braço entre os dois se arrastou e mobilizou intelectuais e políticos próximos. Em abril de 1903, conforme relata Almeida,

Joaquim Nabuco chegou a ir até Gênova com o único objetivo de procurar um consenso da parte de Oliveira Lima. Em carta a Rio-Branco, Nabuco escreve:

Vem [Oliveira Lima] muito cansado da travessia, tem que fazer nova para ir receber suas ordens, **e está com grande medo de ser forçado depois do Japão a ir para o Peru**. Eu prometi-lhe que escreveria a V. para telegrafar-lhe uma palavra para Madri [para onde pretendia apesar de tudo deslocar-se Oliveira Lima] sobre suas verdadeiras intenções quanto a ele. Suponho, com efeito, que V. só o fará empreender essa nova viagem aos antípodas se precisar absolutamente dele em Lima por causa das complicações do Acre. Como sei o conceito que V. faz dele, penso que V. não mandará para tão longe senão por motivo de força maior um dos mais hábeis auxiliares de que V. pode dispor em nosso Corpo Diplomático.^y

Posteriormente, em carta a Nabuco, Oliveira Lima confirmava as colocações explicitadas por Nabuco em carta ao Barão:

(...) **Para exílio, basta o do Japão, durante 2 anos!** Se agora de novo me puser fora da civilização, perderei, creio, o hábito dela. Quando verei e trabalharei com meus livros? **Minha ambição seria uma Legação em Viena, Petersburgo, Berna** ou queijandas em que pudesse instalar minha biblioteca e escrever a história diplomática que o Rio-Branco e o Sr. estão fazendo depois de outros! Enfim, será o que Deus quiser, mas que pelo menos, a andar de Herodes para Pilatos, seja por terras cultas e não pelos confins da terra (...) ^z

[grifos nossos]

Havia, portanto, um interesse particular de defesa de interesses e manifestações políticas que interferissem em favor de cada um dos dois. Se, por um lado, a decisão de Rio-Branco tinha sido política, de outro, a resposta insurgente de Oliveira Lima não tinha contribuído para a realização de sua vontade. A utilização do termo “exílio” também é bastante categórica e indica a recorrência a questão do isolamento como bastante séria na afirmação e no desenvolvimento das relações pessoais e culturais dos intelectuais inseridos na carreira diplomática.

A 27 de junho de 1902, Oliveira Lima se posicionava também frente a outro amigo, José Carlos Rodrigues:

O País do começo de abril dava a notícia de que eu seria o provável sucessor do Dr. Rego Barros na Legação do Peru. Não me acusa a consciência de haver feito tanto mal que deva de justiça ser escolhido para correr todas as legações distantes e

^y Arquivo do Barão do Rio-Branco. AHI.

^z Ibid.

exóticas. (...) O Peru é, porém, um país morto, um meio por assim dizer nocivo à saúde intelectual. Deve pesar sobre nós com o peso do seu passado, não só colonial como incásico.^{aa}

E, em ocasião posterior, ainda a Rodrigues, complementava: “O Cabo Frio disse-me em 1895, quando fui promovido a 1º secretário para Washington que ‘Peru só na mesa, assado e para quem gosta’. E eu não gosto”^{bb}.

O tom jocoso de Oliveira Lima chegava então a descompostura - dado o grau de rejeição à indicação para o cargo em Lima. Fica também clara a desqualificação do país, descrita pelo diplomata como “nocivo à saúde intelectual”, e de cujo “peso do passado” representava um aspecto pejorativo, inscrito na cultura “incásica” (inca).

Em 1903, não tendo conseguido mudar a opinião de Rio-Branco, depois mesmo de vir ao Rio de Janeiro, e acessar todos os contatos pessoais que pudessem o dissuadir da decisão de remove-lo ao Peru, Oliveira Lima apelava à opinião pública. Defendendo idéias para uma reforma do corpo diplomático no *Correio da Manhã*, atacava as medidas de negociação tomadas por Rio-Branco no Peru e na Bolívia, críticas que tiveram repercussão negativa a seu favor.

Em outra correspondência, dessa vez escrita por Domício da Gama, fica explícito o tom de desaprovação e crítica à postura tomada por Oliveira Lima:

Longe de ganhar com a sua estada no Rio, êle perdeu, por indiscrição. Escreveu para o *Correio da Manhã* artigos em desacordo com as vistas do chefe (e por isso perdeu as entradas no jornal) sobre a reforma diplomática e depois em conversações manifestou-se contra a política internacional no Peru e na Bolívia. Não faltou quem trouxesse o Barão informado disso.^{cc}

As anotações de Domício tornam-se especialmente interessantes, por reafirmar o prejuízo real que resultou do endurecimento das posições de Oliveira Lima em relação a sua remoção ao Peru. Também surgem como um relato a respeito da fácil circulação de informações no entorno do Barão. O que torna este parágrafo bastante curioso, dado que,

^{aa} Carta na sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, publicada por Hélio Viana em *Cultura*, setembro de 1967, pp 14 e 16.

^{bb} Ibid.

^{cc} VIANA, op cit. P.352

conforme investigamos anteriormente, era ele mesmo, Domício da Gama, um dos mais importantes informantes e amigos próximos de Rio-Branco. Cabe-nos levantar talvez a hipótese se tenha sido ele mesmo o comunicador da notícia do *Correio da Manhã*.

Transcorridos mais de um ano e meio da nomeação para o posto em Lima, Rio-Branco, impaciente e insatisfeito com a postura de Oliveira Lima, nomeou-o para assumir o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Venezuela. Persistente em fazer circular os principais nomes do Itamaraty por diferentes percursos e embaixadas (na América Latina) Rio-Branco não se refez integralmente do que havia interpretado como um golpe de confiança, por parte de Oliveira Lima. A presença de Assis Brasil na resolução dos conflitos com a Bolívia e o Peru também não contribuiu para apagar a questão. Assis Brasil, como bem lembramos, havia sido um dos principais rivais e inimigos políticos de Oliveira Lima, ainda antes do Ministério de Rio-Branco. A chegada do diplomata pernambucano em Caracas só ocorreu meses depois, em Março de 1905, após um período de viagem pela Europa.

A partir do episódio, que materializou uma disputa que antes não era expressa de maneira clara, Oliveira Lima procurou construir seus argumentos e se posicionar frente à opinião pública brasileira. Uma vez que Rio-Branco gozava, no status de ministro, de espaço e popularidade em alguns setores da imprensa, Oliveira Lima usou de seu peso como jornalista para posicionar-se com independência, e um caráter crítico acentuado. Publicando pelo *Correio da Manhã* artigos intitulados *Reforma Diplomática*^{dd} (no auge do impasse pelo cargo em Lima), Oliveira Lima usou de um tom ácido para criticar a estrutura burocrática da chancelaria. Tendo reconhecido a existência das relações pessoais como único modo de ascensão na carreira e divisão hierárquica entre o serviço de chancelaria e de secretaria (administrativo), Oliveira Lima acentuava o tom das críticas quanto ao próprio modo de vida que ele mesmo usufruía, sendo membro do Ministério.

A carreira diplomática encontra-se minada por um mal de que piorou com a mudança de regime e que é mister livrá-la: é uma carreira privilegiada, como tal suscitando invejas e antipatias. Aos seus lados vegetam duas

^{dd} LIMA, Oliveira. “Reforma Diplomática”, I, 25 agosto de 1903, *Correio da Manhã*, republicado in *Cousas Diplomáticas* Lisboa: A Editora, 1908. Apud ALMEIDA, Paulo Roberto: *O Barão do Rio-Branco e Oliveira Lima - Vidas paralelas, itinerários divergentes*. Disponível em <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/935BarOlivLimaSem22Ago.htm>>.

desprotegidas, a carreira consular e a hierarquia da Secretaria, a primeira sem miragens de grandeza, a segunda sem a realidade sequer da fortuna. (...) Enquanto as três carreiras se não fundirem, enquanto subsistir a atual separação, provocadora de ciúmes e destruidora da eficiência do serviço, teremos uma situação falsa e daninha.^{ee}

Nas palavras de Oliveira Lima, ficavam claras as críticas ao modelo da chancelaria atual, em que o “*apadrinhamento*” constituía a única forma de entrada para a carreira consular e o trabalho burocrático do Itamaraty se resumia a uma “*vida com as cãs presas ao ponto, à implacável disciplina burocrática, aos calores do estio, aos vencimentos parcos, sem uma distração, um prazer da inteligência, um desvendar de novos horizontes*”. O exagero da afirmação de Oliveira Lima não nega, no entanto, sua veracidade. Entretanto, recoloca a questão de um pessimismo de corte romântico que atravessou a carreira diplomática durante este período, e que percorreu o discurso de muitos intelectuais. Por outro lado, a atividade profissional de chancelaria havia proporcionado a Oliveira Lima a possibilidade de trabalhar como escritor e de desenvolver suas pesquisas históricas pessoais, questões que, fora das funções de diplomata de carreira, seriam muito mais difíceis, senão inviáveis.

Ainda no mesmo artigo, Oliveira Lima deixa claro sua visão quanto ao que deveria o percurso na carreira de diplomata. Para ele, o trabalho deveria começar como amanuense, passar pelo cargo de chanceler, secretário, para futuramente ocupar um cargo consular de responsabilidade, a partir do qual estacionaria como chefe de sessão no Ministério para só então estar apto a ocupar o cargo de chefe de missão diplomática^{ff}. Neste trecho em específico, Oliveira Lima pretende atingir diretamente a Rio-Branco, que, segundo a sua lógica burocrática, pulou etapas e assumiu uma posição de muita responsabilidade, antes de ocupar outras funções. Mais adiante, afirmando o que ele considera o perfil do diplomata, conclui:

O diplomata ideal dos nossos dias... é o que souber redigir uma nota num francês sem asneiras, formular uma informação, concisa e luminosa, à consulta urgente de um ministro de Estado e explorar o mercado mais promissor e mais vantajoso para os nossos gêneros de exportação. Não se aprendem, porém, línguas estrangeiras com a simples leitura de passaportes, nem se disseminam borracha, açúcar, algodão e café, enfiando meias de seda para ir a concertos de Buckingham Palace ou envergando uma casaca irrepreensível nos cotillons de New-port

^{ee} *ibid.*

^{ff} Vale ressaltar que o primeiro regulamento da carreira diplomática no Brasil é de autoria do Barão de Penedo, com quem o Barão do Rio-Branco iniciou-se na profissão. Cf. MENDONÇA, *op.cit.*, *passim*.

De maneira clara, é possível enxergar o foco das críticas e dos comentários jocosos por parte de Oliveira Lima. A etiqueta do ofício de chancelaria, permeada de hábitos dignos da aristocracia e as aparências em torno de um saber intelectual, mais do que o conhecimento real dos temas necessários a agenda de política externa são dadas aqui como características de praxe do trabalho como diplomata. É possível que boa parte das críticas amargas de Oliveira Lima destinavam-se, para além de Rio-Branco (que, de fato, não pertencia a um grupo de falsas aparências intelectuais) ao grupo que, no entorno dele se reunia. Os jovens rapazes recém-formados que iniciavam carreira no Itamaraty, como Hélio Lobo e Araújo Jorge, e que adquiriam prestígio e ascensão política muito mais rapidamente que o próprio Oliveira Lima. É bastante provável que estivesse aqui se dirigindo a Domício da Gama, que, pelo perfil que já descrevemos no tópico anterior, configurava intelectualmente, o retrato de um diplomata de “*spirit de finesse*” muito mais do que de pujança intelectual. Estando sempre no entorno das atividades do Barão, Domício angariava sempre um posto de certa projeção, ainda que sequer tivesse tido formação acadêmica em áreas afins a diplomacia, ou tivesse produzido obras de repercussão literária ou histórica (ao contrário de Oliveira Lima).

Caberia pensar, talvez, se Oliveira Lima participava estritamente dos mesmos meios e das mesmas categorias de identidade e de integração social de seus pares. Seu relativo isolamento, e polarização com Rio-Branco poderiam talvez ter tido motivações pessoais, no âmbito das questões religiosas? Não seria talvez o caso de perguntarmos se Oliveira Lima teria sido, tal qual Rio-Branco, membro da maçonaria - especificamente da loja maçônica da qual Rio-Branco e políticos próximos a ele fizeram parte? Ou, talvez este isolamento tenha se dado por deslocamentos subjetivos, embora relacionados com posições religiosas divergentes? Teria sido a própria inserção e identidade nos meios mais tradicionais da classe dominante agrária pernambucana, um fator que pode ter afastado Oliveira Lima de um contato mais afinado (nas idéias ou nos afetos) com o Itamaraty (mais cosmopolita)? No entanto, quando examinamos a proximidade entre Oliveira Lima e Euclides da Cunha nas correspondências trocada entre os dois, surge um outro impasse. O que teria aproximado Euclides e Oliveira Lima teria sido necessariamente a distância que mantinham do Barão? Teriam inclusive se aproximado estritamente por algum tipo de rancor em relação a Rio-Branco, ou circunstancialmente, por questões políticas? Estas são questões que apontam nuances ainda não exploradas pela historiografia.

3.2 Oliveira Lima: Alter-ego de Rio-Branco - Divergências e repercussões

Ainda que tenha mantido o contato e um certo “trato diplomático” na relação direta com Rio-Branco, as críticas à sua agenda e às preocupações fundamentais do ministro permearam o trabalho de Oliveira Lima. Em palestras, discursos, bem como na atividade como jornalista, Oliveira Lima manifestou, sobretudo, seu desacordo com as políticas promovidas pelo Ministério das Relações Exteriores. Havia, decerto, uma dose de rancor que ficava explícita no tom das palavras que utilizava, no sarcasmo explícito, e que, em grande parte das vezes, contribuía para isolá-lo do universo diplomático. Se sua participação se fazia necessária na Academia Brasileira de Letras e nos institutos históricos e geográficos (brasileiro e pernambucano), a repercussão de suas falas amiudava-se na exata medida em que Rio-Branco não proferia resposta e nem permitia que outros respondessem por ele às suas críticas. A estratégia de Rio-Branco, que não se expunha às provocações e não censurava um de seus funcionários, fortalecia a idéia de que era um democrata que favorecia a liberdade de expressão, reforçando sua imagem como político ativo e aberto ao diálogo. Ao mesmo tempo, o trato e influência junto dos outros intelectuais que compunham o Círculo (de) Rio-Branco, e que prezavam pela autoridade do ministro, fortaleciam seu discurso, e esfriavam o tom das discussões promovidas por Oliveira Lima. De maneira geral a impressão que ficava era a de que se tratavam de intrigas oposicionistas no discurso de um político amargo alheio à realidade política do país.

Em 1906, Oliveira Lima foi nomeado para chefiar a legação do Brasil em Bruxelas, cumulativamente com a da Suécia. A nomeação, que, a princípio, atendia aos pedidos do diplomata de retornar à Europa, era política. Visava afastar a possível presença de Oliveira Lima do evento mais importante da agenda do Ministério das Relações Exteriores. A Terceira Conferência Pan-Americana realizada no Rio de Janeiro traria chefes de Estado (dos Estados Unidos, Argentina, dentre outros países latino-americanos, por quem, como se notava, Oliveira Lima não nutria simpatias ou apreço) e era o carro-chefe da política de integração das Américas pleiteada por Rio-Branco. A presença de Oliveira Lima não era apropriada e poderia gerar conflitos de idéias e discursos amargos que manchariam o projeto encampado pelo Ministério. Oliveira Lima, no entanto, não deixou de assinalar suas opiniões. Um ano depois, publicou o livro de título sugestivo: *Pan-Americanismo (Bolívar - Monroe - Roosevelt)*. No livro, que se inicia com ceticismo quanto à política externa de aproximação dos Estados Unidos, mencionava sua permanência no país (dez anos antes), para ajudar a

construir seus argumentos. Além de reafirmar a identidade intelectual do Brasil com a Europa, mais especificamente, com a França e a Inglaterra, Oliveira Lima pretendia diagnosticar uma postura de submissão e subordinação na política externa brasileira em relação a então emergente potência norte-americana. O livro (de conteúdo político e ideológico afirmadamente oposicionista) pretendia, a todo custo, inserir o diplomata na discussão em curso. Lançado quase na mesma época de *Coisas Diplomáticas* (que se refere ao modelo da atividade diplomática e de chancelaria implantado no Brasil), o livro representou o posicionamento político de oposição ao ministro Rio-Branco. Se comparado com as obras de cunho essencialmente histórico como *Memória sobre o descobrimento do Brasil*, *História do reconhecimento do Império*, *Elogio de F. A. Varnhagen* e a peça histórica *Secretário Del-Rei*, podemos concluir que *Pan-Americanismo* tinha um sentido quase panfletário de manifestação voluntária de idéias através do recorte histórico. A intensa produção literária ligada à história, por outro lado, fortalecia o perfil intelectual de Oliveira Lima, através de sua aproximação das correntes historiográficas que se fundavam no memorialismo.

3.3 Reconciliação com a história e reafirmação do *status social*: As memórias de Oliveira Lima

Ao longo de sua carreira como diplomata e funcionário do Ministério das Relações Exteriores, Oliveira Lima perseguiu uma posição de destaque através de um discurso incomum ao seu meio. O uso da palavra de maneira explícita e a crítica desvelada aos modelos e políticas implementadas tomaram maior fôlego a partir da chefia de Rio-Branco no Itamaraty, em especial, após um desentendimento pessoal em relação aos seus objetivos profissionais. Como historiador, Oliveira Lima percorreu o trajeto da História Colonial, com desdobramentos pela história da monarquia com suas obras acerca do movimento de independência, de Dom João VI e da construção da história como proposta política, ao falar de Varnhagen. No todo, havia uma preocupação constante, ao longo de sua vida, de afirmar-se como um intelectual ao mesmo tempo engajado, mas tradicional, nos moldes de uma produção de conhecimento que garantisse validade aos princípios estratégicos da diplomacia. A justificativa política de recurso à história esteve presente também na sua última obra, curiosamente, um livro de memórias no qual Oliveira Lima se dedicou a reconstruir seu próprio passado. É através desse “auto-retrato” que ele subjetivamente encontra espaço para, no fim da vida, justificar sua importância, identidade cultural e inserção social e, por fim, afirmar-se ao lado de seus pares intelectuais.

O livro *Memórias*, publicado em 1937 (quase dez anos após a morte de Oliveira Lima, em 1928) trouxe, de maneira fragmentada, as reminiscências e impressões obtidas nos períodos que circulou por diferentes partes do globo. Segundo Teresa Malatian, “*evidencia-se o paradigma de uma visão de mundo baseada em valores aristocráticos de laços de bens e de sangue, ou seja, valores de diferenciação (...)*”^{gg}, de acordo com a cultura política da época, partilhada, em especial, com a classe dominante rural pernambucana (onde Oliveira Lima nasceu e procurou reforçar sua identidade). Na linha de outros textos que procuraram recriar o universo do engenho nas lembranças de infância^{hh}, Oliveira Lima escreveu com o sentido de preservar sua ligação com a nacionalidade brasileira (uma vez que tinha ido ainda muito jovem para Portugal) por meio da ancestralidade materna. Muito ligado às classes dominantes pernambucanas, o diplomata procurou contextualizar uma aproximação com o regionalismo político e cultural do Nordeste, para justificar sua inserção sócio-cultural com o país. A busca pela história familiar, como meio de ancorar-se nos princípios que valorizava, em especial, com os valores e hábitos da classe dominante foi constante nesta obra, em especial. Oliveira Lima também procurou retratar o pai, um comerciante português em ascensão financeira, como um *gentleman*, habituado com os comportamentos e costumes da classe dominante.

Em trecho de suas memórias, Oliveira Lima refere-se ao pai:

Ao contrário do imperador Francisco José d’Áustria, que adorava as anedotas picarescas e os casos sujos, tinha meu pai horror às palavradinhas, tão portuguesas de lei; detestava patiscadas e até certo gênero de conversas; era tão limpo que parecia que o pó fugia dele, e tão exigente neste ponto que se gabava de que, sem recorrer a maus tratos, pois nunca os castigava senão muito de leve, repreendendo-os seus escravos, de serviço doméstico, eram porventura os únicos a não cuspirem portas a dentro (...); gostava de vestir-se bem – na Europa sempre enluado, de ler livros de viagem fumando uma cigarrilha de louro tabaco russo e de ouvir boa música, tendo uma paixão pelo *Guillherme Tell* de Rossini e pela *Ave Maria* de Gounod.ⁱⁱ

Conforme sustenta Malatian, a caracterização oferecida ao pai refletia o comportamento social de acordo com o código cultural apreciado no mundo da diplomacia, com a qual Oliveira Lima procurava se identificar. A construção do perfil paterno, por um

^{gg} MALATIAN, op.cit. p. 31

^{hh} Conforme aparece, por exemplo, no capítulo de *Minha Formação* intitulado “Massagana”, de Joaquim Nabuco, em que retrata a realidade do engenho do ponto de vista da infância como construção da identidade. Cf. NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004. 254p. p.159-169

ⁱⁱ LIMA, Oliveira. 1986, op.cit. p. 7. Apud MALATIAN, op.cit. p.37

lado, ligado aos padrões de uma *sociedade de corte*^{jj}, e, do perfil materno, pelo viés da nacionalidade e ligação cultural com a classe dominante nordestina fazia uso da história pessoal e do contexto político no qual cada um estava inserido para reforçar seu pertencimento ao universo da alta cultura brasileira da época. Universo este que se reportava ao Império, e que Oliveira Lima, sem a ele pertencer por nascimento, procurou confirmar por meio de sua construção social individual. O que se torna curioso aqui é pensar que, se no âmbito social, Oliveira Lima, ao fim da vida, consolidaria seu pertencimento à classe dominante, no seu engajamento prático com a crítica política a Rio-Branco, ele defenderia posições divergentes. Como bem lembramos, na ocasião da publicação de *Cousas Diplomáticas*, ele esteve comprometido com a mudança do perfil do diplomata, relacionado diretamente com o apadrinhamento político. No entanto, ao retratar sua própria trajetória, ficava explícita a sua conformidade com os valores que outrora havia criticado. Do que podemos concluir que houve, de fato, questões pessoais e afetivas que ultrapassavam a lógica crítica de Oliveira Lima, principalmente, quando se tratava de Rio-Branco. Teriam sido estas referências repetidas ao aristocratismo de sua formação para Oliveira Lima, estratégias na busca de reconhecimento (sobretudo intelectual) que Rio-Branco não lhe havia conferido? Considerando-se que *Memórias* foi escrito já na maturidade do diplomata pernambucano, após a morte de Rio-Branco nos indica que as repercussões desta relação de oposição e disputa entre os dois se prolongou pela velhice de Oliveira Lima.

Outro episódio marcante, que merece ser mencionado, foi exatamente o artigo de homenagem a Rio-Branco, escrito por Oliveira Lima, por ocasião do falecimento do ministro. Lima, que estava em Bruxellas, informava a notícia que havia recebido por telegrama, e prestava sua homenagem, sem deixar de lembrar das desavenças que guardavam.

A falta de cordialidade que entre nós existia, e que nascera da mútua desconfiança que entre nós fôra semeada, nunca me impediu de reconhecer os extraordinários serviços que o eminente brasileiro teve ensejo de prestar ao seu país (...)

As qualidades do Barão do Rio Branco eram muitas e notáveis. Sua inteligência era direta e vigorosa: sua maneira de proceder é que nem mesmo correspondia a esse traçado firme, pelo menos aparentemente, pois que no fundo era sempre uma só a sua diretriz, e ninguém possuiu maior continuidade e firmeza nos propósitos. Se a sua alma tinha refolhos, a sua inteligência era toda banhada de luz. (...)

O Barão do Rio Branco teve durante sua vida duas paixões intelectuais: a história militar do Brasil e a geografia colonial da América (...). As preocupações

^{jj} O termo é trabalhado por Norbert Elias no livro *Sociedade de Corte*. Cf. ELIAS, Norbert. *Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

propriamente literárias ou artísticas eram de fato estranhas, senão avessas ao seu temperamento. Um quadro de batalhas podia ter para Rio Branco o valor de um documento: uma paisagem, por mais formosa, deixa-lo-ia indiferente. Não creio exagerar dizendo que conhecia pintores e telas, mas não conhecia escolas. **De Eça de Queirós, que todo português ou brasileiro educado têm lido, relido e quase sabe de cor, ele apenas conhecia A Relíquia e isto mesmo porque Eduardo Prado insistira muito para que a lesse (...)**

O Barão do Rio Branco estava entretanto muito longe de ser um sentimental, e a compaixão mesmo não era a sua qualidade dominante, como tampouco o era o sentimento de justiça nas relações com terceiros (...). Não gostava, por exemplo, que o tratassem de gordo e rejubilava-se muito com a idéia de que havia mais gordos do que ele.^{kk}

[grifos nossos]

Fica bem claro que Oliveira Lima não poupou críticas indiretas e comentários ácidos entrecortados por elogios aparentes. A referência a uma certa falta de refinamento literário e artístico por parte de Rio-Branco combina-se com um destaque das características conhecidamente polêmicas da figura do Barão. Oliveira Lima também não deixou de ressaltar a injustiça pessoal - provavelmente movido ainda pelo episódio de sua remoção ao Peru, que tratamos acima. Por fim, o tom jocoso ao se referir a antipatia com a qual o Barão respondia, quando lhe tratavam por gordo. Oliveira Lima, que conhecidamente era um homem de grandes proporções e sobrepeso provavelmente deve ter utilizado esta frase como forma de fazer justiça aos apelidos e comentários em tom de ironia que se referiam a sua figura.

A narrativa das memórias do intelectual não se furtou de incitações e comentários sarcásticos acerca daqueles que representaram oposição às suas intenções profissionais como diplomata. A presença dos nomes de Rio-Branco e Joaquim Nabuco deixava transparecer explicitamente o sentimento de rancor e a sensação de incompreensão que Oliveira Lima guardou ao longo da vida, na sua relação com o Itamaraty e com os intelectuais brasileiros mais inseridos no Círculo Rio-Branco. Curiosamente, ambos, Nabuco e Rio-Branco desfrutavam haviam herdado culturalmente sua tradição intelectual do Império. Os dois companheiros e colegas de chancelaria também tiveram pela linha familiar, suas ligações com o regime monarquista. Fosse pelo Visconde do Rio-Branco, fosse por Nabuco de Araújo, ambos haviam trabalhado em obras biográficas dos pais^{ll}. Oliveira Lima, por sua vez, não se furtou de reproduzir este modelo em suas *Memórias*. Ao construir o perfil profissional do pai,

^{kk} LIMA, Manoel de Oliveira. *Obra Seleta*. Org. Barbosa Lima Sobrinho. Volume Único, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971. 1040p.

^{ll} Cf. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 1438p. e RIO BRANCO, Barão do. *Biografia do Visconde do Rio Branco*. In: MRE (org) *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. v.7.p123-294.

relacionando-o ao exercício de cargos de administração pública, havia a intenção de colocar-se em posição de paridade com os demais, ainda que tanto Rio-Branco quanto Nabuco já tivessem falecido na época da publicação do livro. Conforme cita Malatian, em referência ao texto de Luís da Silva Pereira de Oliveira *Privilégios da Nobreza e da Fidalguia de Portugal*^{mm} existia, por parte de quem queria compartilhar da nobreza, um sentimento dúbio de indiferença e o deslumbramento e um desejo inscrito nas referências pessoais do indivíduo. Este sentimento pode ser visualizado em outro trecho das memórias de Oliveira Lima, que se reportam ao pai:

Meu pai era de fato um dos homens mais escrupulosos e mais corretos – o que na nossa linguagem familiar brasileira se chama pichosoⁿⁿ – que eu conheci, não só na sua aparência, cuja elegância cultuava sem jamais descambar para o ridículo, como nos modos, requintados mas sem sombra de afetação, antes em extremo singelos, nas idéias, distintas quando mesmo triviais, e até nos gestos fazia lembrar o chefe de Família Inglesa, tão bem descrita por Júlio Diniz em seu famoso romance. Nascera gentleman, embora não fosse nobre.^{oo}

Fica evidente a preocupação de qualificar o pai como um homem de hábitos refinados, gostos afinados com a classe dominante e postura afetiva de grandeza pessoal, nos moldes da idealização paterna da época. A figura do pai é expressa na invocação de um princípio de perfeição. Conforme nos lembram Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho^{pp}, a figura paterna nos parâmetros apontados está referida na passagem à modernidade no Brasil como uma re-tradução da liturgia católica relativa aos princípios religiosos. Assim, a afirmação da idéia de pai e família consistiu uma preocupação que ocupou não só o entendimento do poder de Estado (e sua responsabilidade institucional), mas se desdobrou em percepções subjetivadas da construção da identidade. No auge das discussões acerca do casamento civil, dos embates entre Igreja e Estado, em meio a um processo (mal sucedido) de secularização institucional, os reflexos diretos e indiretos da questão da paternidade e obediência sobre a produção intelectual foram significativos. Assim, foram várias as biografias de figuras ilustres escritas pelos filhos com projeções literárias.

^{mm} Cf. OLIVEIRA, Luís da Silva Pereira de. *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*. Edição Fac-símile. Lisboa: Editora: Edição do Autor, 2002. 360p.

ⁿⁿ Pichoso : zeloso, limpo – vocábulos e expressões idiomáticas regionais do Nordeste.

^{oo} LIMA, 1986. op.cit. p.6. Apud MALATIAN, op. cit. p.35.

^{pp} Cf. NEDER, Gizlene e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Os Filhos da Lei*. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 16. Fevereiro. N°45. ANPOCS. 2001.

Conforme afirma Gisálio Cerqueira Filho: “A *autoridade paterna plenipotente, sustentada política e ideologicamente pela prática política e dos costumes desdobrou-se, assim, na extensão da obediência concedida ao pai*”.⁹⁹ Autoridade esta, que pode ser claramente visualizada no caso dos diplomatas e políticos da intelectualidade brasileira, na construção do perfil paterno em relação aos princípios morais e valores intelectuais em vigor na época.

Examinando as informações apresentadas e as interpretações das idéias do historiador e diplomata pernambucano, é possível pensarmos na projeção de sua imagem como uma espécie de espectro invertido da imagem de Rio-Branco. Levando em consideração que ambos tiveram suas construções de seus perfis intelectuais em contextos parecidos, embora cada qual sob a influência de sua origem social e de sua trajetória pessoal, é mais do que nítido que a aproximação de Rio-Branco e Oliveira Lima se orientou por elementos subjetivos da efetividade. Por isso, a antipatia e a dureza das ações e das palavras, de ambos os lados, e de diferentes maneiras não se resolveu, nem mesmo no momento da morte de Rio-Branco. Ambos se encontravam, dentro do Itamaraty em posições opostas, embora fossem ícones de uma tradição intelectual, memorialista e historiográfica, o que se vê na produção literária de cada um. Houve, de fato, o desejo de afirmação da identidade de um sobre o outro, uma competição velada entre dois “pesos pesados” da diplomacia brasileira. Desejo esse expresso de maneira mais sintomática nos discursos de Oliveira Lima, que ora criticava, ora inseria-se no mesmo universo intelectual da diplomacia. A competição por espaço e prestígio político se deu no foro de produção de obras historiográficas (da parte de ambos), na permanência em cargos de chefia no Ministério (na qual Rio-Branco teve maior projeção) e na influência intelectual sobre seus pares na época (sobre a qual Rio-Branco também triunfou, pois conseguiu deixar seu legado intelectual para as futuras gerações de diplomatas com sua marca pessoal). Entretanto, não seria correto afirmar que Rio-Branco tenha saído vencedor. Ainda que tenha aplicado a idéia de uma diplomacia de corte nacionalista e pragmático para além da política de governo, com prolongamentos para além de sua morte, a importância de Oliveira Lima não pode ser menosprezada. Afinal, foi ele um dos grandes inspiradores de Gilberto Freyre, que, do berço da classe dominante pernambucana, contribuiu para a construção de uma visão sociológica do Brasil de peso e importância. Além disso, com a doação pessoal e voluntária da biblioteca Oliveira Lima para a Universidade Católica de Washington, nos Estados Unidos, a expansão dos estudos sobre o Brasil para além da parte

⁹⁹ Ibid.

sul do continente americano se deu de maneira significativa. Curiosamente, Oliveira Lima (crítico da aproximação com os Estados Unidos, nos moldes do monroísmo e do pan-americanismo à lá *Big Stick* de Roosevelt) deu uma contribuição substantiva para a promoção de um intercâmbio intelectual maior entre os dois países. Contribuição esta sequer imaginada pela política externa de Rio-Branco^{ff}. Resta-nos, portanto, avaliar em que medida o pensamento de Freyre esteve influenciado e orientado pela herança intelectual de Oliveira Lima e de Rio-Branco. Uma vez que procuramos entendê-los como pares de um embate geracional, cuja semelhança intelectual mas os aproxima do que os distancia, não poderíamos deixar de legar a Freyre também a influência e a contribuição do pensamento do Barão do Rio-Branco na sua obra, tal qual faremos mais adiante.

4. CENTRALIDADE E MARGINALIDADE INTELECTUAL: EUCLIDES DA CUNHA E A ALTA CULTURA NO BRASIL NA VIRADA PARA O SÉCULO XX

Euclides da Cunha pertenceu de maneira bastante singular ao grupo de intelectuais no entorno de Rio-Branco, que convencionamos chamar *Círculo Rio-Branco*. Apesar de ter participado por curto período de tempo do Ministério, fixou sua identidade com o chamado projeto de modernização encabeçado pelo Ministério e tomou parte em de alguns debates políticos na época. Sua projeção enquanto literato iniciou-se no seu trabalho como jornalista na expedição à Bahia, para cobrir a Guerra de Canudos, de onde reportou a barbárie cometida pelo exército brasileiro contra os nordestinos sertanejos, resultando na escrita da obra de referência *Os Sertões*^{ss}. A repercussão positiva da obra nos meios literários e políticos do qual Rio-Branco fazia parte, levou seu nome a ser indicado para membro da Academia Brasileira de Letras (em 1903) e posteriormente, convidado por Rio-Branco para participar da expedição de reconhecimento do Alto-Purús (Acre), em 1905^{tt}.

A figura de Euclides chama a nossa atenção, num primeiro momento, por configurar uma distinção bastante visível do ponto de vista da formação profissional, ideológica e

^{ff} Podemos aqui relacionar este paradoxo com um “paradoxo das conseqüências” desenvolvido e trabalhado por Max Weber. Segundo Weber, a intenção segundo a qual um agente se imbuí ao praticar uma ação pode ocasionar uma conseqüência diametralmente oposta àquela planejada. Portanto, ao nos referirmos à Oliveira Lima, no seu discurso carregado de críticas à aproximação do Brasil com os Estados Unidos, no período de passagem ao século XX, desdobrou-se, paradoxalmente, no contexto da sua trajetória individual, em uma aproximação com o universo acadêmico norte-americano. Cf. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 336p.

^{ss} CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Circulo do Livro, 1975. 496p.

^{tt} Deste trabalho redundou uma segunda obra de referência *Peru versus Bolívia*, que teve maior visibilidade nos meios diplomáticos, mas que também teve boa crítica por parte dos intelectuais e literatos brasileiros da época. Cf. Id, *Peru versus Bolívia*. São Paulo: Cultrix, 1975.

geracional dos demais intelectuais do *Círculo Rio-Branco*. Apesar de ter feito parte da intelectualidade brasileira da época, configurada por literatos e acadêmicos, Euclides construiu seu perfil profissional, social e político num viés distinto dos membros da intelectualidade brasileira. Sem vínculos familiares com a Corte, de origem pobre e sem capital financeiro ou simbólico, não adquiriu de família o *habitus* de refinamento e a penetração no mundo da política que outros intelectuais como Gastão da Cunha, Oliveira Lima, e mesmo Domício da Gama obtiveram. Nascido no interior do estado do Rio de Janeiro, em zona rural, seu pai, comerciante sem posses, e a mãe, falecida poucos anos depois do seu nascimento, não lhe deixaram padrinhos ou familiares que o inserissem no ambiente social e cultural da Corte. A infância de Euclides foi marcada por mudanças constantes de lugar e de parentes que se responsabilizassem por sua criação; sempre percorrendo o interior do Brasil, tendo ido do Estado do Rio de Janeiro, para Bahia, São Paulo, até que completasse idade para cursar o ensino superior na Corte. No Rio de Janeiro se deu boa parte de sua formação intelectual e ideológica.

Ao vir para o Rio de Janeiro, após um ano de estudos na Escola Politécnica, por falta de recursos, Euclides entra para a Escola Militar, iniciando os estudos no curso de Engenharia Civil. A formação rígida privilegia os valores militares: moral, disciplina, lealdade, como princípios; nacionalismo, anticlericalismo, como pilares ideológicos que sustentam o republicanismo positivista radical de fins de 1880. É de se supor que a formação de corte militar exerceu sobre Euclides uma influência destacável. No entanto, ainda que houvesse obtido o diploma nas ciências exatas, Euclides não se distanciou jamais da área de humanidades.

O forte engajamento de Euclides da Cunha com o regime republicano renderam-lhe perseguições no fim do regime monárquico. Um ano antes da proclamação da República, em episódio de repercussão dentro e fora do exército, Euclides sofreu as conseqüências de seu ato de repúdio à presença do Ministro da Guerra, em visita aos alunos da academia militar. Negando-se a bater continência para a autoridade militar Euclides atirou aos pés do ministro sua baioneta, bradando aos demais alunos: “*Senhores! É odioso que se pretenda obrigar uma mocidade republicana e livre a prestar reverência a um lacaio da monarquia!*”. Submetido ao Conselho de Disciplina Euclides da Cunha foi punido com o desligamento da Escola Militar da Praia Vermelha, retornando no ano seguinte, já sob o regime republicano, sob intermédio do sogro, o general Sólon Ribeiro. O que já de início nos faz pensar as implicações

iniciais entre a formação intelectual de Euclides e o envolvimento afetivo com o sogro. A permanência dentro do exército repercutiu, ao longo da vida de Euclides da Cunha, em diversos questionamentos e em uma movimentação crítica por dentro da instituição. Além da profissionalização de Euclides como engenheiro, que o levou a se mudar por muitas vezes pelo interior do Brasil, havia, ao mesmo tempo a preocupação com a estabilidade financeira e profissional e com a função de intelectual que Euclides acreditava exercer. Esta preocupação crítica levou, em vários momentos, Euclides da Cunha ao ofício de jornalista e escritor, como veremos emblematicamente, na ocasião da Guerra de Canudos.

Esta preocupação com o viés crítico e a sua participação ativa ao expressar idéias e convicções políticas veio da sua formação positivista, criada a partir da ruptura radical com o formalismo aristocrático da intelectualidade monarquista. Essa ruptura permitiu que homens sem necessariamente o *habitus* de formação humanista e intelectual, que seguia os parâmetros exclusivos da Corte expressassem criticamente e de maneira mais democrática, suas visões de mundo – uma idéia de intelectualidade um tanto diferente da tradicional sofisticação e erudição clássicas que faziam parte do ambiente do Itamaraty, por exemplo. Esta distinção, que conferiu a Euclides da Cunha um certo desprendimento crítico, na elaboração e colocação de suas idéias, ao mesmo tempo, refletiu-se, numa ruptura com o encaminhamento político das questões republicanas, especialmente, no que tangia a violência excessiva empregada na defesa do regime republicano. O que se constitui em um verdadeiro *paradoxo das conseqüências*, nos dizeres de Max Weber. A idéia positivista de exercício da intelectualidade seguindo parâmetros não-tradicionais, através do uso da palavra em meios de comunicação de massa, sem necessariamente fazer uso dos instrumentos formais da aristocracia monarquista permitiu a Euclides da Cunha escrever e expressar suas idéias, desenvolver sua crítica ao próprio regime. E, por conseguinte, garantiu, mais adiante, a possibilidade de aproximação com o universo acadêmico intelectual do Círculo Rio-Branco, notadamente, herdeiro da tradição intelectual monarquista.

Em 1893, Euclides se decidiu por trabalhar como engenheiro responsável pela construção da Estrada de Ferro Central do Brasil, a propósito da oferta do presidente Floriano Peixoto, que o havia convocado para uma entrevista. Na ocasião, o convite do presidente foi uma resposta à punição de Euclides da Cunha pelo governo anterior em 1888, no episódio da baioneta. Numa espécie de provocação aos monarquistas ressentidos, Floriano chamou o jovem rebelde que havia desobedecido à disciplina militar por repúdio ao regime monarquista,

e ofereceu a ele a opção de escolher qualquer cargo de prestígio no seu governo. Assim, o presidente, que era conhecido pelo excesso de orgulho e narcisismo em torno do poder, mostrava a seus inimigos políticos sua posição de liderança e legitimidade.

Entretanto, a opção de Euclides pela aceitação do cargo não resultou no silêncio às questões que acreditava serem pertinentes. Um ano depois, em 1894, como jornalista do jornal *Estado de São Paulo* Euclides escreveu duas cartas em tom apaixonado à *Gazeta de Notícias*. Em resposta ao senador João Cordeiro, que exigia o fuzilamento de manifestantes antiflorianistas presos depois da Revolta da Armada, Euclides se posicionou em defesa da tolerância e da liberdade de oposição, condenando uso da violência. Rejeitando a autoridade militar como alheia a limites críticos, Euclides enfrentou mais uma vez um revés político. Punido pelo governo militar, pelo excesso de crítica, foi designado para servir em Campanha (Minas Gerais), onde passou a trabalhar como engenheiro na construção e inauguração da estrada de ferro. As desconfianças dos republicanos mais radicais de que Euclides representasse uma ameaça ao regime fortaleceram-se ainda mais, após a prisão do sogro na ocasião da Revolta da Armada. Sua reação de desconforto perante o caso também atestava o confronto entre os sentimentos de admiração e respeito pelo sogro preso e suas convicções pessoais. Euclides seria associado, de uma forma ou de outra, com a oposição. A desconfiança de alguns setores do exército despertou, por outro lado, no imaginário da intelectualidade não-radical (não-positivista), interesse pela figura de Euclides da Cunha. O engajamento nas idéias e nas letras se solidificaria com o episódio de Canudos, em 1897.

A posição de exilado político, que aqui defendemos, acompanhou Euclides da Cunha por toda a sua vida. Incapaz de se auto-silenciar ou se submeter à disciplina e à obediência de opiniões, ainda que submetido aos rigores de um Positivismo radical, Euclides traçou sua marca de escritor pela crítica. O refinamento literário e conhecimento sobre matérias de história e geografia, condizentes com sua temporalidade, proporcionaram também a erudição de um escritor, que, apesar de excluído dos *mainstream* intelectual, percorria os espaços vazios com crítica e de forma ao mesmo tempo coerente e contraditória. Coerente com a lógica em que se insere, contraditória aos princípios clássicos do meio militar de onde veio.

A convite do jornal *Estado de São Paulo*, para quem contribuía desde 1893, Euclides da Cunha foi convidado a acompanhar a campanha de Canudos. Escreveu para o jornal, artigos intitulados de: *A Nossa Vendéia*, como referência à insurgência monarquista e católica

no interior da França revolucionária. Euclides havia reconquistado espaço perante alguns dos republicanos mais radicais, com quem outrora havia se indisposto. O texto, de nítida inspiração romântica exaltava o nacionalismo e a potência da República como instituição de promoção da união nacional. Marcado por um idealismo romântico de corte positivista, estes artigos prepararam a partida de Euclides da Cunha para Canudos. Mais uma vez, Euclides rompia com a linearidade literária e crítica, reforçando seu republicanismo radical.

Entre agosto e outubro de 1897 (portanto, por menos de 2 meses), Euclides acompanhou a expedição pelo estado da Bahia. A guerra, justificada pela necessidade de abafar uma insurgência de corte monarquista e eclesiástico contra os seguidores de Antônio Conselheiro se transformou em uma sucessão de batalhas bárbaras e infundáveis. O choque e o terror de Euclides, ao presenciar tais eventos, renderam-lhe anotações detalhadas em seu caderno de viagens, imagens e recordações dolorosas que jamais seriam apagadas. Para quem já havia condenado o uso excessivo da violência pelo governo republicano em outras ocasiões, o episódio de Canudos revolveu as convicções de Euclides mais uma vez e e redirecionou seu papel dentro do universo intelectual republicano.

Ao retornar, como resposta a um certo trauma adquirido na viagem, Euclides optou por se mudar novamente, para o interior de São Paulo, em São José do Rio Pardo. Lá, procurou uma espécie de exílio intelectual, que permitisse a ele escrever das anotações e lembranças de Canudos o livro que viria a se chamar *Os Sertões*. Ainda em 1898, começou a publicar algumas partes que iriam compor o livro em artigo *Excerto de um Livro Inédito*. Somente em 1902, Euclides conseguiu a publicação integral do texto, por iniciativa própria, pela *Laemmert & Cia*, uma vez que o Júlio de Mesquita, no comando do Estado de São Paulo, não encampou o projeto integralmente (possivelmente, receoso das repercussões do livro na mídia impressa junto ao governo). A publicação do livro, em editora de renome no universo literário da capital se deu, curiosamente, no mesmo dia de dois outros eventos de repercussão nacional: a publicação, em mesma data, de *Canaã*, de Graça Aranha (já renomado literato e escritor), e a chegada do Barão do Rio-Branco ao Rio de Janeiro, com pompa e honrarias, para assumir o Ministério das Relações Exteriores.

A repercussão de *Os Sertões* (que, na primeira edição, teve poucos exemplares publicados) nos meios literários despertou por fim o interesse das figuras de destaque da intelectualidade pela figura de Euclides; ampliou seus laços sociais e políticos na capital

federal, e rendeu sua candidatura para membro da Academia Brasileira de Letras, em 1903. Jamais tendo pertencido ao lócus de poder da intelectualidade brasileira, Euclides ascendeu rapidamente a uma posição de proeminência. Para aqueles que, dentro da Academia Brasileira de Letras, percorriam também os corredores do Itamaraty, não foi difícil render elogios ao seu trabalho literário e técnico como geógrafo e etnólogo, no detalhamento da região percorrida. Foi este evento precisamente que possibilitou a aproximação Euclides da Cunha do *Círculo Rio-Branco*, levando-o, conseqüentemente, a estreitar seus laços com o Ministério das Relações Exteriores.

A entrada de Euclides da Cunha no Ministério das Relações Exteriores, em 1904, por intermédio do amigo José Veríssimo, também da Academia Brasileira de Letras, não impediu que ele se colocasse em posição de timidez perante o meio acadêmico e intelectual que circundava o Itamaraty. Pelo contrário. Havia uma constante afirmação de sua condição de engenheiro, de sua humilde situação financeira, de uma espécie de introspecção que beirava a submissão. A admiração por Rio-Branco refletia um desejo de crescer e ampliar sua atuação como intelectual. É de se supor que Euclides da Cunha aspirasse à carreira diplomática, que, tradicionalmente, abrigava intelectuais ativos e comprometidos com a produção de obras de repercussão no universo político e cultural brasileiro. Uma espécie de aspiração por afirmação pessoal e reconhecimento intelectual que esbarravam, muitas vezes, num receio e timidez na sua colocação perante o Barão.

Em carta a José Veríssimo, Euclides expressa seu desejo sincero de participar da Expedição de Reconhecimento do Alto Purús. A expedição era um dos desdobramentos do Tratado de Petrópolis assinado por Rio-Branco com a Bolívia que assegurava a posse de terras a sudoeste da Amazônia (Acre) ao Brasil, sob a condição de que o país estabelecesse suas bases na região. Segue abaixo trecho da carta enviada por Euclides em 24 de junho de 1904:

Por uma carta, neste momento recebida, de Oliveira Lima, vi com a maior satisfação que o sr. aplaude o meu intento de seguir para os remotos pontos da nossa terra que desejo ver e estudar de perto. **Ainda mais, sei que intervirá eficazmente para o sucesso pleno da minha tentativa.** Venho agradecer-lhe a boa vontade e o valioso concurso. Não lhe escrevi antes porque não desejava que se ampliasse aquele intento, ainda instável e tendo como recurso único a minha resolução. Mas já que em boa hora aquele nosso distintíssimo confrade lho revelou, venho dizer-lhe que espero tudo dos seus bons ofícios. Não escreverei diretamente ao Barão do Rio Branco.

Mais do que as minhas palavras valerão a sua e a de Oliveira Lima.(...)^{uu}
[grifos nossos]

Primeiramente, ao citar Oliveira Lima (membro do corpo diplomático e amigo pessoal, oriundo da entrada para a Academia) Euclides assinalou o apoio que obtinha de um dos mais antigos membros da chancelaria do Itamaraty. Em seguida, pedia a ele, José Veríssimo a intervenção pessoal em seu favor. A justificativa clara era a proximidade afetiva de Veríssimo do Barão, e a facilidade em obter, de antemão, informações sobre um possível sucesso ou malogro da empreitada. Dependente da ação de terceiros, Euclides também expressou um medo e insegurança em exercer diretamente a prática tão recorrente na sociedade brasileira que vulgarmente chamamos de “favor”. Investigando, pelo intermédio do amigo, Euclides se eximia de um constrangimento, tanto pelo pedido, quanto por uma possível recusa. A seguir, Euclides ressalta o trabalho em si como uma tarefa prestigiosa, sendo ele plenamente capaz de exercê-la

Para mim esse seguir para Mato Grosso, ou para o Acre, ou para o Alto Juruá, ou para as ribas extremas do Mahú, **é um meio admirável de ampliar a vida, o de torná-la útil e talvez brilhantíssima.** Sei que farei muito. Aquelas paragens, hoje, depois dos últimos movimentos diplomáticos, estão como o Amazonas antes de Tavares Bastos; e se eu não tenho a visão admirável deste, tenho o seu mesmo anelo de revelar os prodígios de nossa terra.

Se por acaso for tardia a organização das comissões demarcadoras dos nossos limites, poderei seguir só – com o objetivo de dizer sobre os aspectos físicos e riquezas essenciais daquelas regiões. Não creio que seja coisa difícil. Pelo menos, não é uma novidade. O simples nome de Alexandre Ferreira (desculpe-me este envidar-me em ousados paralelos) nos diz que o exemplo é velho, tem muito mais de cem anos. Além disto, se as nações estrangeiras mandam cientistas ao Brasil, que absurdo haverá no encarregar-se de idêntico objetivo um brasileiro?(...)^{vv}

[grifos nossos]

Aqui Euclides pretendia expressar seu sentimento de iniciativa e potencial, exacerbado no parágrafo seguinte, quando afirmava seu desprendimento e iniciativa. Quando deixou claro que, no caso de não ser indicado, seguirá para a expedição por conta própria ele fortalecia seu desejo, como forma de justificar seu pedido. É no fim da carta, no entanto, onde se encontra o trecho mais significativo do texto:

^{uu}GALVÃO, Walnice e GALOTTI, N. Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha (ativa)*. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 207-208.

^{vv} Ibid.

P.S – Não há temer-se a oposição de um espectro, o Exército, por causa dOs Sertões. Tenho lá, mesmo naqueles lugares, amigos – bastando citar o nome de Siqueira de Menezes. Além disto, o rancor despertado pelo livro vai muito atenuado...

Neste ponto, a reflexão se volta, mais uma vez, para o estigma criado pela figura de Euclides junto às Forças Armadas, como conseqüência do impacto de *Os Sertões* frente alguns setores do exército. Para quem viveu, idas e vindas na relação com os militares, havia motivos para se preocupar. Ainda que afirmasse a existência de amigos dentro da instituição, sua aproximação do Itamaraty poderia uma outra vez suscitar questionamentos, intervenções e possíveis punições (porque não?). Não à toa, Euclides dirigia-se a terceiros, como forma de facilitar seu acesso ao Ministério.

A alusão a terceiros também constitui um importante meio de se apreender as nuances psicológicas e ideológicas de Euclides da Cunha. Após ter seu nome cogitado para o cargo na expedição, foi da parte de Rio-Branco que surgiu o interesse em conhecer pessoalmente o autor de *Os Sertões*. Vale lembrar que, apesar de Euclides da Cunha e Rio Branco já serem membros da Academia Brasileira de Letras, os dois ainda não haviam sido apresentados formalmente. O encontro foi narrado por Domício da Gama:

Acompanhei Euclides uma noite, depois do jantar, à casa do Barão, em Petrópolis. Deixei-os conversando às nove horas, o Barão sentado à mesa, entre as duas janelas do quartinho que lhe servia de escritório, dando sobre a estrada sossegada da Westfália e o Piabanha rumoroso em baixo; **Euclides pousado incomodamente sobre uma cadeira pequena, respeitoso, comovido e tímido, como um estudante em hora de exame.** Não é que o Barão o examinasse. O Barão conversava, contente de encontrar quem o entendesse e partilhasse o seu interesse pelos assuntos que lhe eram caros, de fronteiras, de relações internacionais e da história diplomática do Brasil, em que aquele engenheiro militar parecia bacharel senão doutor. Às dez horas, voltando com um papel, encontrei-os na mesma posição disqueteando quietamente; o Barão sempre desprezioso e lhano, despreocupado de efeitos, sem veemência nem gestos, apenas uma pena tomada distraidamente e logo deixada cair sobre as rumas de papéis que lhe atulhavam a mesa, ou o cuidadoso acender do cigarro de palha, que se lhe apagava freqüentemente. **Euclides parecendo cada vez mais intimidado e mal à vontade, como se o oprimisse o respeito que lhe inspirava desde o primeiro momento aquele grande homem público tão bondoso e simples mas tão pouco familiar**^{ww}

[grifos nossos]

A intimidação, referida por Domício a Euclides, pode ser interpretada aqui como o incômodo da situação em que se encontrava, vulnerável, sendo avaliado pelo ministro, sujeito

^{ww} Texto transcrito de conferência realizada por Alberto Venâncio Filho, na Academia Brasileira de Letras no dia 19 de junho de 2001, abrindo o *Ciclo Comemorativo do centenário da publicação de Os Sertões*

a julgamentos de sua parte. Tendo sido indicado como escritor de *Os Sertões* para a função de cartógrafo na região do Alto Purús, é possível imaginar insegurança por parte de Euclides, uma vez que seus trabalhos anteriores não o incumbiam diretamente de semelhante trabalho formal e técnico. Havia, além disso, uma preocupação prática por parte de Euclides, com a estabilidade financeira e o sucesso profissional. A procura de Euclides pelo Ministério das Relações Exteriores se fazia também na busca de encontrar um meio de formalizar sua carreira e se assentar como funcionário do órgão, a fim de que pudesse dedicar a carreira de escritor e intelectual. Havia, da parte de Euclides, uma certa ingenuidade, pois acreditava que o trabalho como técnico ou funcionário do Itamaraty proporcionaria o mesmo status de membro da chancelaria (que era, de praxe, aquele preenchido pelos intelectuais mais proeminentes). No entanto, não vendo concretizada a promessa de Rio-Branco de efetivá-lo, Euclides manteve-se ligado ao Ministério das Relações Exteriores por sentimento misto de comprometimento, e expectativa, na espera da interferência direta do Barão. Assim permaneceu até 1908, sem ter obtido indicação para ocupar função oficial.

Estes sentimentos ficam claros, após quatro anos de serviços formais ao Ministério, sem que se concretizasse qualquer efetivação de Euclides da Cunha. Em carta enviada em 1908 a Oliveira Lima (um dos maiores oponentes de Rio-Branco dentro do Itamaraty), Euclides deixava bem claro suas intenções:

Continuo na Secretaria do Exterior - na mesma situação de **expectativa**; e por vezes torturado de desconfianças, próprias desta índole de caboclo. (...) Lá se vão dois anos de **expectativa**, e maravilha-me a **paciência** com que os tenho suportado, embora ela se explique pela própria oposição manifestada pelo Barão do Rio-Branco às minhas tentativas de seguir novo rumo. Não me arrependo disto. Mas, desgraçadamente, **a reforma planejada, na Secretaria que deveria criar-me um lugar, ainda não se fez, e provavelmente não se fará**. Enquanto isto sucede, crescem e multiplicam-se os filhos... **como traçar a linha reta da vida** com tantas mãozinhas a nos puxarem pelas abas do casaco?(...) Felizmente é vasta a nossa terra, e julgo que **não precisarei de acolher-me sob as asas de nenhum amigo poderoso** (o Calmon e o Carlos Peixoto, por exemplo) para amparar a família e prosseguir dignamente na vida.^{xx}

[grifos nossos]

As disputas por cargos oficiais na chancelaria e nas embaixadas e representações do Brasil nos países católicos da Europa e nos Estados Unidos foi motivo de discórdia e de conflito entre Oliveira Lima e Rio-Branco, conhecidamente “os dois grandes” do Ministério

^{xx} GALVÃO, e GALOTTI,. op.cit. p.392.

das Relações Exteriores. Se, de um lado, Rio-Branco contava com a presença assídua e leal de Domício da Gama e Gastão da Cunha – curiosamente indicados para os melhores postos na Chancelaria do Itamaraty, Oliveira Lima, historiador (como Rio-Branco) e diplomata de carreira, não podia ser descartado, mas também não gozava de prerrogativas nas decisões de Rio-Branco.

A confiança de Euclides, portanto, não foi ingênua. Sabia ele que aquele com o qual trocava informações precisas sobre sua decepção com a imprecisão no cargo estava ligada de alguma forma, com as relações pessoais de Rio-Branco e a centralização do poder dentro do Ministério que ele exercia. Coisa, inclusive, anotada por Euclides como razões suficientes para fazê-lo desistir da função. Será que as relações de Euclides da Cunha com Manoel de Oliveira Lima prejudicaram as decisões do Barão no sentido de um desfecho favorável à nomeação no Itamaraty? São questões que devem ser indagadas, embora difíceis de serem respondidas. Certo é que o tom de impaciência, expectativa, e de uma certa frustração e pessimismo que a carta de Euclides deixa transparecer refletem um desencantamento com sua função dentro do Itamaraty e um desgaste nas suas relações com alguns intelectuais do grupo. Mais uma vez exilado (desta vez politicamente), pela falta de amparo direto nas ações de Rio-Branco em seu favor, Euclides expressava (não diretamente, mas pelos elos de distensão com Rio-Branco) seu ressentimento e desilusão. Desfazia-se, mais uma vez, na aceção de Euclides da Cunha, a possibilidade de exercer o trabalho intelectual protegido pela estabilidade de um cargo no Ministério das Relações Exteriores.

4.1 Euclides da Cunha e o campo intelectual no Brasil

A leitura de *Os Sertões*, conjuntamente com as fontes primárias e os textos de reflexão teórica, permitiu-nos analisar o perfil de Euclides da Cunha, seguindo os passos de uma mudança no pensamento político brasileiro na República. O esforço constante de Euclides em tentar se inserir, sem aderir cegamente a alguns dos procedimentos de praxe (como, por exemplo, às prerrogativas do favor político, bastante comum na burocracia de Estado), colocou-o num eixo de movimento constante e em uma posição de deslocamento dentro do ambiente intelectual brasileiro do início do século XX.

Investigando as rupturas e continuidades da obra de *Os Sertões*, bem como da vida social e profissional de Euclides da Cunha, contextualizamos e entendemos melhor de que

maneira sua participação na Guerra de Canudos resultou num tipo específico de ruptura crítica com algumas visões político-sociais na virada para o século XX. O processo de transformação da simbologia republicana, expandido para a simbologia humanística em torno da reflexão sobre o homem, a terra e o conflito (que constituem inclusive capítulos de *Os Sertões*) alterou os sinais da análise produzida até então pelo autor, bem como representou uma mudança fenomenológica da obra intelectual de Euclides da Cunha. De questões teóricas ou convicções políticas, Euclides seguiu para o encontro com a realidade humana na esfera do sofrimento e da desconstrução dos princípios políticos que constituíam sua própria visão de mundo.

Dentro do quadro de leituras pertinentes para a reflexão, optamos por alguns autores e textos. O primeiro, de Tzvetan Todorov no livro *Nós e os outros*^{yy}, faz a reflexão sobre Michel de Montaigne e o Relativismo Cultural. Neste aspecto, abordamos as aproximações e distanciamentos de Euclides com a questão da alteridade (“o outro”) na obra de *Os Sertões*. A partir também desta leitura, procuramos destacar a idéia de nação, que ocupou espaço e projeção nas obras de literatura do início do século XX, com o qual Euclides se relacionou de fato. Muito embora se trate de um relato descritivo do episódio de Canudos, o livro incorpora uma formatação literária, com a incorporação de elementos formais, pertinentes ao Realismo, enquanto movimento literário em andamento no contexto histórico da época. Procuramos dialogar esta perspectiva com uma análise teórico-metodológica proposta na coletânea de Carlo Ginzburg: *Relações de Força*^{zz}, complementando assim, nossa abordagem. Por fim, iremos usar o arcabouço conceitual de Edward Said, através do qual pretendemos esclarecer nossa compreensão do conceito de intelectual, através do livro *Representações do Intelectual*^{aaa}. Tratando das questões de distância do intelectual e sua relação de marginalidade e centralidade na discussão sobre o engajamento político, fechamos a discussão retornando à reflexão sobre o papel de Euclides da Cunha como intelectual.

4.2 Euclides da Cunha, *Os Sertões* e o relativismo cultural

Propomos aqui a aproximação entre o conteúdo de *Os Sertões* e a idéia de Relativismo Cultural proposta já no século XVI por Michel de Montaigne (1533-1592). A proximidade entre os dois autores – de épocas tão distantes, e de propósitos tão distintos pode ser

^{yy} TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros*. Volume I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

^{zz} GINZBURG, Carlo: *Relações de Força*: História, retórica, prova. São Paulo, Companhia das letras, 2002. 216p.

^{aaa} SAID, Edward. *Representações do Intelectual*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

identificada como o resultado de um processo de encontro, choque e entendimento da alteridade; mais especificamente, no confronto dos dois autores com a realidade de um *outro*. Foi através da expansão do entendimento de si para além do que existe ao seu redor, ou seja, no choque representado, é que ocorreram tais mudanças substanciais nas perspectivas dos dois autores, Montaigne e Euclides da Cunha.

Carlo Ginzburg, em ensaio publicado no livro *Relações de Força* sustenta a hipótese de que o pensamento de Montaigne a respeito do relativismo e do “*olhar sobre o outro*” tenha sido difundido de forma discreta nas áreas abrangidas pela evangelização jesuítica ao longo do globo. Como grandes propagadores do princípio de adaptação, os jesuítas foram os representantes do catolicismo mais próximos do conceito de relativismo cultural, iniciado por Montaigne. Segundo Ginzburg:

(...)Os missionários jesuítas deixaram a Europa com os ensaios de Montaigne se não no bolso pelo menos na mente. Montaigne forneceu-lhes um esquema por meio do qual podiam filtrar as informações que provinham tanto de civilizações de antiqüíssima data quanto de terras e populações recentemente descobertas.^{bbb}

Muito embora não tenhamos encontrado citações de Euclides referindo-se diretamente a Montaigne, podemos abduzir, por meio de indícios que a influência do relativismo na escrita de *Os Sertões* não foi casual. Em referências bibliográficas de Machado de Assis, apontadas por Daniel Piza^{ccc} constam as leituras de livros de Michel de Montaigne como umas das mais recorrentes. Junto a seu nome também se encontram os nomes de Voltaire, Poe, Leopardi, Vitor Hugo, Benjamin Constant (francês) e Michelet. Estes três últimos nomes, por sua vez, foram algumas vezes citados pelo próprio Euclides como influências importantes na sua formação intelectual. O que nos leva a crer que havia um repertório de leitura compartilhado por alguns intelectuais, especialmente aqueles que pertenciam à Academia Brasileira de Letras (de que Euclides da Cunha fez parte). Podemos afirmar também que a penetração do pensamento relativista de inspiração em Montaigne nos meios intelectuais tenha se dado como desdobramento das idéias abolicionistas, na segunda metade do século XIX. A possibilidade de abolição da escravatura e libertação dos ex-escravos encantou muitos literatos e intelectuais, como Joaquim Nabuco e o próprio Rio-Branco, e seus ideais muitas

^{bbb} GINZBURG, Carlo. “As vozes do Outro. Uma revolta indígena nas ilhas Marianas”. In *Relações de Força: História, Retórica e Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.92

^{ccc} PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um Gênio Brasileiro*. São Paulo. Imprensa Oficial.2006

vezes vieram acompanhados de uma expansão dos direitos civis, como se propôs a princípio junto à classe dominante intelectual brasileira. Estes direitos estiveram bastante próximos dos ideais liberais contidos no relativismo sugerido por Montaigne. Difundidas num grau de radicalismo dentre personagens como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, e, mais discretamente, por Machado de Assis, bem como pelo próprio Barão do Rio-Branco, estas idéias completaram o quadro político-social do último quartel do século XIX, momento em que se deu o início das atividades profissionais e intelectuais de Euclides.

A influência do romantismo francês de inspiração republicana também contribuiu fortemente na formação destes intelectuais, entre os quais, Euclides da Cunha. Naquele momento, configurava-se um espaço de debates formais e acadêmicos. Era de praxe a discussão de textos e a troca de críticas literárias e teóricas, a respeito de obras importantes da literatura e da filosofia. Machado de Assis certamente não guardou o que leu e apreciou a respeito de Montaigne, bem como sobre outros autores apenas para si mesmo. Fazia parte do *habitus* cultural citar e comentar a leitura de textos sofisticados e polêmicos nos meios acadêmicos e literários. Ainda que as idéias de Montaigne acerca do relativismo não tenham sido objetivamente incorporadas no discurso de Euclides, podemos acreditar que, “*se não no bolso pelo menos na mente*”, citando Ginzburg, aspectos do pensamento de Montaigne junto à intelectualidade, em especial ao presidente da Academia Brasileira de Letras (Machado de Assis) não passaram despercebidos por Euclides.

Ainda, como parte do nosso processo de indução, vale a pena pensarmos a proximidade de valores e de idéias entre diferentes instituições, como, no caso do exército, por exemplo, instituição de formação pedagógica e intelectual de Euclides da Cunha. Caracterizada pela ordem e disciplina, ainda que declaradamente anticlerical (como o próprio Euclides se pronunciava), a influência jesuítica nos moldes de formação de quadros é suficientemente forte para sustentarmos a existência de uma confluência de valores. No cerne da ordem e do progresso imaginados pelo positivismo, de grande penetração no exército, e na sua própria estruturação, há uma preocupação bastante semelhante. A obediência e lealdade fazem parte dos principais pilares para aqueles que seguem a carreira no exército, bem como parte dos que seguem a doutrina jesuítica. Citando o lema inaciano da Companhia de Jesus “*perinde ac*

cadaver”^{ddd}, em que a obediência, o caráter missionário e hierárquico compõe essencialmente a idéia de ordem e disciplina, é possível fazermos a aproximação no grau mais conservador entre as duas instituições. Trabalhamos aqui com as permanências de longa duração de aspectos da espiritualidade e da cultura política jesuítica para além de sua expansão em fins do século XIV, usando como parâmetro o exame da sociedade alemã ao longo do processo histórico, oferecido por Norbert Elias. O autor trabalha esta construção da cultura política jesuítica, nos moldes institucionais e a disciplina militar ao tratar do processo de construção do perfil cultural e social alemão ao longo da história, em especial, na virada para o século XIX para o XX.^{eee}

Há também o caráter de proximidade entre o exército e a ordem jesuítica no âmbito da constante circulação de homens por entre diferentes espaços sociais e culturais. O que nos permite pensar sobre a preocupação de ambas instituições com a permanência e a adaptabilidade. É recorrente o envio de missionários jesuítas, bem como de oficiais do exército para diferentes regiões, onde permanecem por um período de tempo curto e pré-determinado, ao fim do qual redirecionam-se para uma outra base da instituição. A idéia de mobilidade confere às duas instituições a existência de uma flexibilidade física, mas também, a possibilidade de uma maior tolerância para com a cultura alheia. No caso específico da ordem jesuítica, há uma capacidade de adaptação até certo ponto aplicada e que é facilmente notada quando comparada ao hermetismo e inflexibilidade dos maristas, por exemplo, mais limitados na atuação política e social, e, por isso mesmo, ainda mais conservadores.

Euclides da Cunha perfilou um exemplo interessante neste aspecto. Tendo circulado por diferentes espaços, jamais permaneceu por longos períodos em um só lugar. Sua experiência como engenheiro, como jornalista (em Canudos) e chefe de expedição (junto ao Ministério das Relações Exteriores no Acre) o colocaram em constante movimento em atividades profissionais, montando seu perfil intelectual com nuances mais sofisticadas que não nos permitem pensá-lo em uma só direção.

^{ddd} A expressão “*perinde ac cadaver*”, de Inacio de Loyola é trabalhada por Gizlene Neder no livro *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 2000.

^{eee} Cf. ELIAS, Norbert. *Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1997

Outro aspecto, comum ao exército e a ordem jesuítica, se dá pela existência de uma rede de informações, em um grau próximo ao que podemos chamar de “informação” e “contra-informação”. O deslocamento de homens, tomando como pressuposto a adaptabilidade facilitou a penetração nos meios sociais e culturais mais diferentes, e conformou a discrição necessária para que se fizesse a reportagem daquilo que ocorria do outro lado, de forma a corresponder aos interesses das instituições que representavam. Desta forma, é possível pensar no grau de permeabilidade das idéias sobre o relativismo na formação pessoal e cultural de Euclides.

Ainda que o exército se autodenomine uma instituição com uma cultura política anticlerical, suas bases metodológicas e alguns de seus princípios encontram-se em sintonia com a cultura religiosa hegemônica no Brasil. Apesar do esvaziamento do conteúdo teológico, restaram formas em comum de organização, que levaram em consideração pressupostos semelhantes.

É exatamente esta a hipótese defendida por Elias ao examinar a formação do *habitus* do exército nazista na Alemanha na virada para o século XX. Para ele, ainda que o exército do 3º Reich, por exemplo, tenha comandado ações de cunho avesso aos pressupostos religiosos, tenha combatido a ligação com a Igreja Romana num grau mais amplo, a forma de organização e de sustentação da ordem e da disciplina correspondem a um modelo semelhante àquele aplicado pelas ordens religiosas. O que nos faz pensar sobre a diferença substancial que pode existir entre forma e conteúdo nas análises de comportamento, *habitus* e organização em relação à cultura política que representa.

A partir daí, podemos imaginar o grau de proximidade que Euclides pode ter tido em relação com o universo religioso, ainda que se declarasse agnóstico. A distância da abordagem do relativismo de Montaigne foi, portanto, muito menor do que poderíamos pressupor anteriormente. Além disso, indícios deixados pela própria narrativa de *Os Sertões*, nos indicam que a vivência de Euclides, suas sensações, lembranças, medos, sofrimento e angústia, tenham sido o instrumento de aproximação com o “outro”, materializado na figura do sertanejo e seu catolicismo popular. Podemos dizer que, foi através do viés afetivo que se realizou seu encontro entre “eu” e “outro”, na trajetória individual de Euclides da Cunha. A leitura do texto de *Os Sertões* deixa bem claro este aspecto, na medida em que a forma pela qual Euclides enxerga o conflito vai se alterando paulatinamente. É através da narrativa do

tempo que passou que o autor revela e revive o encontro com a dor e testemunha a dor deste “outro”.

No âmbito das discussões teóricas acerca do relativismo, encontramos no debate promovido por Tzvetan Todorov um espaço para discussão. A crítica feita a Montaigne nos serve, de sobremaneira, para pensar a questão do relativismo. Não só do ponto de vista da quebra dos parâmetros iniciais do personagem em questão, mas também para pensar até que ponto a visualização do “outro” introjeta-se naquele que adentra a realidade alheia para alterar sua maneira própria de ver o que está ao seu redor. No caso de Montaigne, diz Todorov, haveria uma “*negação da negação*” dos valores, um anulamento que se converte na apropriação do universo do outro para utilizá-lo como referência. Trata-se, em alguma forma, do encantamento pelo universo cuja realidade não se compartilha, e que se desdobra em uma incorporação a-crítica.

De fato, Euclides chegou a propor a troca dos parâmetros “civilizados” pelos utilizados pelos sertanejos. Ao referir-se a necessidade de “*ajagunçar-se*” naquele ambiente cruel e árido do sertão, propõe uma inversão de valores, em que se procura o melhor se adaptar a realidade em foco. O uso do termo “bárbaro” para se reportar ao uso excessivo e desnecessário da violência dos militares republicanos contra os canudenses foi também a forma como o conflito passa a ser narrado. As palavras adquirem um tom visceral e definitivo, ao incorporar adjetivos e verbos que criem formas e ações à paisagem. Tudo se coloca de maneira invertida em relação aos valores estabelecidos. Os paralelos e comparações feitos por Euclides entre traços culturais do lado dos sertanejos e dos homens do exército se processam na observação do “outro”. Assim, Euclides percebeu também a si mesmo, a sua própria sociedade, estabelecida em moldes diferentes, cujos princípios (humanos) eram praticamente iguais. Ao dar voz e movimento ao sertanejo, ainda que tenha mantido o tom pejorativo que acompanha alguns momentos da narrativa, Euclides rompeu e criou fora do seu “eixo-civilizatório”, que diz respeito ao litoral brasileiro e suas relações com o exterior. As feridas do país ficaram expostas exatamente no momento em que, sob a justificativa de costurá-las, rasgou-se ainda mais em dor e terror. E foi com o exato objetivo de retratar estas feridas que Euclides ora e outra se “apropria do outro”, conforme os dizeres de Montaigne.

Montaigne, segundo Todorov, desconstruiu a ligação entre o costume e a natureza humana. O comportamento dos homens, conforme o autor francês afirma, está diretamente

ligado a relação do homem com seu meio e com os demais homens, não havendo uma essência que determine seu hábito e seus costumes. Dessa maneira, na comparação entre diferentes sociedades e povos, existe uma proximidade histórica e cultural maior do que qualquer separação intrínseca ou transcendente aos homens. Jogando por terra a construção das diferenças dos homens dentro do sentido natural, que faz parte da perspectiva cristã da transcendência moral de um povo. A partir daí, Montaigne procurou desmistificar a separação que se propõe entre o “eu” e o “outro”, enxergando a troca de costumes e a entendendo as relações não no domínio do conflito (um *versus* o outro), mas do contato (um e o outro). O julgamento, em última instância, a moral, era o resultado dos costumes aprendidos e interiorizados pelo homem, que se transfere ao outro a partir dos seus próprios parâmetros. Conseqüentemente, não poderíamos dizer que um valor é superior ou inferior a outro, ou que um hábito deve-se encontrar em esfera universal. As leis, seriam, portanto, fundadas na tradição e no arbitrário, e não na natureza e na verdade.

Transferindo esta análise para o universo de Euclides, enxergamos sua aproximação com Canudos. Surge aí também o conflito de papéis, expresso na distinção do jornalista Euclides, do engenheiro Euclides e do militar Euclides, que se misturavam no narrador de *Os Sertões*. Ao mesmo tempo em que ele, pessoalmente, encarou a desilusão com o governo que defendera outrora, a realidade se superou na dor do outro, com o qual ele é obrigado a se deparar. A contradição que o sofrimento pressupôs anulou quaisquer convicções pré-existentes que pudessem justificar os excessos. “Porquê os homens se matam dessa forma?” Seria a pergunta de Euclides. Do retrato imaginário e escondido desse outro (bem detalhado nos primeiros capítulos), surgia um outro idêntico a ele. Sua obsessão por Antonio Conselheiro^{fff} nos sugere também que tenha havido a aproximação dos dois homens de vidas e trajetórias ao mesmo tempo distintas e tão semelhantes. A imagem do “inimigo” transformava-se na imagem do “forte”, o ambiente do sertão passava a comungar com as necessidades do jagunço. Euclides enxergou e narrou a relação do homem com seu meio e seu produto, mostrou aqueles valores enraizados pela tradição e por um certo elemento arbitrário, tal qual apontava Montaigne.

A ruptura de Montaigne com o escolaticismo vigente esteve em igualar ao mais do que em se diferenciar. De maneira semelhante a narrativa de *Os Sertões* prezou pelo realismo nu

^{fff} Cf. VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha - esboço biográfico* - Org. Mario C. Carvalho e José Carlos B. de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 350p.

e cru da morte que atingia a todos, militares e sertanejos, ao sofrimento, à barbárie injustificada e homogênea em seu resultado. O que, de fato, foi uma enorme contribuição, não só para o campo da literatura, que incorporou elementos do realismo de uma perspectiva humanista de encontro e semelhança com seus personagens, e não de distinção ou apenas interação. Mas também, na medida em que refletiu mais do que respondeu ao estranhamento ocasionado pelo encontro com o “diferente” (entre aspas, pois, em verdade, Montaigne não pensa que o outro é diferente dele)⁸⁸⁸.

A importância destes aspectos de relativização e aproximação sugeridos, na ligação de Euclides com Montaigne, torna-se ainda mais valiosa, quando inserimos o autor no quadro político de que partilhou. Nos debates acerca da idéia de nação, pertinentes aos intelectuais brasileiros e na idéia de alteridade (relação com o outro), os usos da filosofia de Montaigne tornaram-se importantíssimos.

A presença de Euclides da Cunha no Ministério das Relações Exteriores pode ser entendida como um desdobramento específico da política de Rio-Branco à frente do Itamaraty. Com a entrada do Barão, ocorreram mudanças na organização da agenda das relações internacionais pelo Brasil, que passaram também a levar em consideração aspectos da alteridade, nos diálogos com outros países. Este período (de 1902 a 1912) representou um momento de aproximação com outras nações através do diálogo e da reflexão de intelectuais sobre a questão da nacionalidade, expressa em um volume imenso de publicações sobre cultura e cooperação latino-americana financiadas pelo Ministério das Relações Exteriores (como, por exemplo, a Revista Americana). dentro da perspectiva do contato e não do conflito. A presença de Rio-Branco à frente do Ministério trouxe para o Brasil implicações positivas, na medida em que criou um espaço de formação de diplomatas, com a valiosa e destacada presença do campo da História e da Geografia. Além disso, permitiu que os círculos de relações em torno do Ministério promovessem o contato entre intelectuais brasileiros e estrangeiros. Nesse sentido, a passagem de Euclides, embora rápida, foi bastante significativa. A publicação de *Os Sertões* teve uma repercussão bombástica nos meios políticos da República, e foi o veículo de acesso de Euclides ao Itamaraty. Curiosamente, o livro, lançado no dia 2 de dezembro de 1902, coincidiu exatamente com o retorno de Rio-Branco ao Rio de Janeiro, já como ministro das Relações Exteriores.

⁸⁸⁸ Cf. LACOUTURE, Jean. *Montaigne à cavalo*. 1ª Edição Rio de Janeiro: Record, 1998.

Fica, portanto, a indagação sobre o quanto Rio-Branco teria capitalizado, política e simbolicamente, com a presença de Euclides da Cunha na missão do Alto-Purús. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de registrar as diferenças entre o Barão e Euclides, sendo a mais importante, o fato de Euclides não ter partilhado do universo monarquista da sociedade de corte imperial.

4.3 Euclides da Cunha, o Intelectual

No livro *Representações do Intelectual*^{hhh}, Edward Said tem como proposta pensar o intelectual como indivíduo presente no *locus* social e cultural em uma dada circunstância histórica e política. Observando intelectuais na sua temporalidade, e analisando suas ações e papel como ator político na realidade social, Said traça o que considera a “representação” do intelectual e sua função; seus limites e seu diálogo com a história.

O autor parte da definição de intelectual de dois autores: Antonio Gramsci e Julien Benda para fazer uma atualização histórica do conceito. A conceitualização gramsciana de “intelectual tradicional” e “intelectual orgânico”, define as duas posições das quais os indivíduos participam do processo político, fornecendo idéias e atuando ou modificando o ambiente social. Como intelectual tradicional, segundo Said, ao se referir a Gramsci, configuram aqueles profissionais que, de dentro do bojo da estrutura política, dão prosseguimento, geração após geração, à forma de pensar já em vigor. São assim “mantenedores” ou “regulamentares” do pensamento em curso. Já como intelectual orgânico, Gramsci enxerga aqueles que tem a possibilidade de mudar a forma de pensar em curso, através do convencimento e da aprovação de novos parâmetros políticos e sociais. Passam, portanto, pela comunicação como meio pelo qual são capazes de expor suas idéias a um público. Público este que dá novo sentido à forma de pensar uma idéia, na medida em que se sentem provocados e direcionados para tal função. Constituem-se estes últimos, na visão gramsciniana, publicitários, especialistas, técnicos e empresários, capazes de pôr em movimento valores e projetos em formação. Enquanto professores e clérigos – intelectuais tradicionais – dão continuidade às idéias, realizando as mesmas funções sociais.

^{hhh} SAID, Edward, op.cit.

Por outro lado, a definição de Julien Benda – segundo Said - pensa os intelectuais como um grupo seletivo de reis-filósofos, superdotados e com grande engajamento moral, que constituem em si a consciência da sociedade. Benda exacerba e idealiza a figura do intelectual, distanciando-o do cotidiano e da condição humana, social e cultural, que pertence a um grupo e tem uma identidade em comum. Na configuração absoluta de uma moral e de valores eternos de verdade e justiça, o intelectual não deixa de estar comprometido com a defesa de algo em que acredita apaixonadamente. Desta forma, ambigualmente, ele está inserido em seu contexto histórico, e projetado simbolicamente para fora dele.

Para Said, a abordagem de Benda torna-se particularmente interessante, pois, apesar dos aspectos conservadores (que o remetem a uma noção de intelectualidade platônica, baseada na idéia de “reis filósofos”), define o intelectual como um personagem marginal ou central, dependendo da distância que toma em relação às coisas que diz e ao mundo de que fala. Conforme aponta Said:

Mas no fundo da retórica combativa da obra basicamente conservadora de Benda, encontra-se essa figura do intelectual como um ser colocado à parte, alguém capaz de falar a verdade ao poder, um indivíduo ríspido, eloqüente, fantasticamente corajoso e revoltado, para quem nenhum poder do mundo é demasiado grande e imponente para ser criticado e questionado de forma incisiva.ⁱⁱⁱ

Said procura articular os conceitos de Gramsci e Benda para falar do perfil do intelectual em nossa contemporaneidade, como sendo capaz de estar em movimento e de se comprometer com aquilo em que acredita. Acima de tudo, ligado à realidade daqueles segmentos não representados na sociedade. Isto porque, segundo ele, o intelectual é o indivíduo com a vocação para a arte de representar, em quaisquer que sejam as formas de comunicação com a sociedade que ele estabelece. Sem deixar a reflexão, ele deve ser capaz de dizer o que pensa e persuadir outras pessoas de seu ponto de vista^{iiij}. Assim se constrói o perfil do intelectual que toma como referência à academia, os meios de comunicação de massa, a política no âmbito prático, sem abandonar os grupos que este intelectual deseja representar. Para Said, nas funções práticas desempenhadas, este pensador está circunscrito ao universo social e político de seu tempo. Mas não deve se eximir de reconhecer as verdades inegáveis da

ⁱⁱⁱ Ibid., p. 23

^{iiij} Ibid., p. 26

pobreza e da exclusão, e deve preencher o espaço do que se encontra vazio, em relação à crítica humanista.

Suas relações com as diversas identidades culturais, nacionais e políticas se dão de maneira complexa, como diz Said. Pois se por um lado ele representa os valores que o formaram, não pode deixar escapar a crítica interna e externa, evitando assim que se torne uma figura auto-referida. A questão do lugar de onde se fala e a relação com suas origens permeia constantemente o discurso. O que exige de sobremaneira que se mantenha o equilíbrio capaz de balancear envolvimento e ponderação. O exílio, materializado no distanciamento, representa a oportunidade de avaliar a realidade do que está distante dos olhos e poder enxergar o seu universo de um ponto de vista diferente. Para que seja possível para ele balizar suas posições, sem romper com o que se acredita.

As crenças do intelectual seguem sendo a questão principal. É necessário haver discernimento e empenho para saber mudar de posição e fazer a crítica em quaisquer que sejam as situações; sem deixar de levar em conta que se trata de decisões efetivamente políticas. Assim, podem significar aproximação com um determinado grupo ou com idéias, que, de fato, ele não defende.

A partir destas definições, nos debruçamos novamente sobre Euclides da Cunha, enquanto intelectual. Ainda que estivesse inserido no meio social da classe dominante e nas redes de sociabilidade do campo intelectual, não deixou de “tocar o dedo na ferida”. Desconstruiu sua idealização das instituições republicanas e foi capaz de alterar suas convicções sem ter sido aprisionado por grupos ideológicos com os quais não concordava. Sua posição de exílio, metaforizada em Canudos, alterou sua perspectiva acerca de questões relativas ao universo social e cultural do sertão. Euclides circulou entre uma posição marginal e central no debate político pela força de suas palavras. Por isso, podemos a princípio destacá-lo como um intelectual orgânico, capaz de propagar suas idéias e alterar em alguma medida aquilo que se pensava até então. O livro *Os Sertões* representou de fato uma mudança de forma e conteúdo. Ruptura na forma de escrita e descrição literárias e no rico conteúdo sociológico e antropológico que apresenta.

Na trajetória pessoal de Euclides da Cunha, no entanto, podemos ver uma certa frustração de sua parte. O desejo de ser um intelectual tradicional, no sentido de compartilhar

da burocracia de Estado, jamais concretizado, ficou gravado nas lamentações de suas correspondências. Mais de uma vez, Euclides expressou sua insatisfação com sua situação financeira, mas também com a falta de prestígio que seu trabalho como engenheiro possuía. O desejo em ser um literato, em ter a possibilidade de se dedicar às letras e ao conhecimento profundo de assuntos mais específicos à área de humanidades era constante. No conflito entre a marginalidade e a centralidade, Euclides, entretanto, rendia-se ao exílio. Não só pelas viagens consecutivas e endereços provisórios, como também pela sua negativa em partilhar dos comportamentos de praxe inseridos na ideologia do favor. Em carta enviada a Vicente de Carvalho em abril de 1904 (antes de receber o comunicado de que seria enviado à Expedição ao Alto-Purús), Euclides gravava seu ceticismo:

(...)Estive no Rio. Fui cativantemente recebido pelo Lauro Muller; e voltei cheio de esperanças. Considerando, porém, o doloroso estado em que encontrei ali a pobre engenharia – torpemente jogada na calaçaria estéril da rua do Ouvidor ou entupindo as escadas das Secretarias – creio bem que todas as esperanças são vãs. Que podem arranjar-me? Imagina, portanto, quanta vacilação e quanto agitar o ser e o não ser, me lavram devastadoramente o espírito... Espero muita coisa; alimento projetos vários todos mais ou menos viáveis, falíveis todos; acenam-me com várias colocações; imagino outras, que se esvaem logo; e neste tumulto, vou-me agitando no estonteamento de quem segue tateando entre miragens.

Doloroso é isto: tenho doze anos de carreira fatigante, abnegada, honestíssima, elogiada, traçada retilineamente; passei-os como um asceta, com a máxima parcimônia, sem uma hora de festa dispendiosa, e chego ao fim desta reta tão firme, inteiramente desaparelhado!

Nada caracteriza melhor as deploráveis convicções deste país para os trabalhadores verdadeiramente dignos de tal nome.^{kkk}

Na carta, Euclides expunha seu desânimo. No entanto, ao recorrer a um amigo, rejeitou discretamente a possibilidade de adentrar a burocracia do Estado. Certamente, a dificuldade era um obstáculo real. No entanto, a insistência na flutuação de interesses e ideais não lhe permite seguir num sentido apenas. Euclides refuta a idéia ao mesmo tempo em que quer realizá-la.

Euclides vivenciou a sensação de pertencimento e não-pertencimento ao longo de sua carreira profissional e na sua atuação como intelectual. Se, ao partir para Canudos, iniciou seu exílio, suas relações pessoais e políticas com outros intelectuais como José Veríssimo, Vicente de Carvalho, Oliveira Lima e Gastão da Cunha o aproximavam do núcleo de

^{kkk} GALVÃO, e GALOTTI, op.cit. p. 204.

intelectuais de projeção de seu tempo. A ambigüidade e a mobilidade com que Euclides percorreu um e outro espaço contribuiu certamente à sua insegurança.

Por isso não podemos definir Euclides da Cunha como intelectual tradicional, nem como intelectual orgânico, conforme o conceito de Gramsci, aqui reproduzido de Edward Said. Sua trajetória nos permite pensar que seu papel como intelectual estava em movimento e que por iniciativa ou subjetividades, optava sempre por se colocar em uma posição marginal externa ao núcleo de poder. Excluído em certa medida, mas também capaz de evitar o acesso aos núcleos de poder, era como se o exílio fizesse a cada partida.

Nos trabalhos atuais acerca da intelectualidade na virada para o século XIX para o XX, há a preocupação em se definir este movimento ideológico que se insere nas trajetórias individuais, e que caracteriza alguns dos ícones do pensamento social e literário brasileiro. Conforme muito bem construído por Ana Paula Barcelos em seu trabalho sobre Evaristo de Moraes^{lll}, podemos definir esses intelectuais como “*intelectuais circulantes*”, pois transitaram por diferentes correntes de pensamento, apropriaram idéias e criaram suas próprias visões de mundo, de acordo com seu contexto histórico, mas também com contribuições e rupturas. É o caso de se pensar de Euclides da Cunha poderia entrar nesta categoria, como um intelectual que circulou geográfica-política e culturalmente. E ainda, as implicações subjetivas de sua atividade como intelectual - até onde sua circulação e trânsito de uma posição central a uma marginal configurou-se como uma estratégia política ou como um isolamento voluntário. Vale lembrar que, pouco tempo depois de ter sido formalmente nomeado para a cadeira de lógica do Colégio Pedro II, instituição de ensino tradicional da capital - por interferência de Coelho Neto - Euclides, numa empreitada praticamente suicida, foi assassinado^{mmmm}. O enfrentamento direto com seu rival, amante de Ana se Assis, sua esposa, que era militar campeão de tiro, teve o desfecho desfavorável para Euclides, como era de se prever.

Imerso da realidade teórica de seu tempo (da qual configuraram o Determinismo e o Cientificismo), Euclides não deixou de romper com a lógica da razão para dar voz ao sentimento e à dor. No episódio de Canudos, do qual ele pouco participou em tempo real,

^{lll} Ver DA SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro. *Evaristo de Moraes, Direito Penal e a desqualificação jurídica das classes subalternas*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2007.

^{mmmm} Consta no relato de Josué Montello a versão mais verossímil do acontecimento. Segundo Montello, embora o que tenha sido repetido era que Rio-Branco tenha insistido junto ao presidente pelo nome de Euclides da Cunha, foi, de fato, Coelho Neto que, tendo ensinado no Colégio Pedro II, interferiu pelo nome do amigo. Cf. MONTELLO, Josué. *Uma palavra depois da outra*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

Euclides foi capaz de compor centenas de páginas, com minúcias de detalhes. Indo da ambientação do espaço, ao contato com o então “inimigo”, o conflito e o sofrimento posterior ocasionado pela morte e pela repressão. Contradizendo a sua identidade com a República, reviu algumas de suas posições e se recusou ao silêncio. O que compõe notadamente o chamado “papel de engajamento” a ser desempenhado pelo intelectual, descrito por Said.

Continuando com as análises de Edward Said, o equilíbrio é a qualidade que o intelectual deve perseguir sem esperar, contudo, que seu trabalho esteja isento de contradições. É preciso lembrar mais uma vez que, como ser humano e social, o intelectual está envolvido em inúmeras relações de poder e que, na medida em que se vê mais e mais imerso com aspectos práticos da política, põe em risco sua crítica, como representante e pensador “marginal”. Ao tratar da divinização de idéias, Said acredita ser esse um dos grandes problemas do intelectual engajado nos dias atuais. A divinização, no trabalho do intelectual, segundo Said, resulta num desencantamento que pode levar ao ceticismo. Podendo chegar ao esvaziamento ideológico, ou no enfraquecimento das colocações a respeito da política real. Para isto, mais uma vez, o equilíbrio serve aos intelectuais, como a virtude capaz de permitir que suas qualidades sejam ressaltadas. Euclides da Cunha percorreu exatamente este caminho, saindo do engajamento idealizado com a nação e com o regime republicano, para cair num ceticismo desiludido.

Euclides esteve numa posição de marginalidade, uma vez que não partilhou da etiqueta sofisticada que se exigia nos meios da intelectualidade da alta cultura da época. Vindo de família humilde e sem posses, formou-se em engenharia na escola militar (instituição sem grandes apreços pela etiqueta e hábitos de sofisticação estrangeirados), além de ter trabalhado na maior parte de sua vida no interior, longe da *finesse* que a sociedade litorânea e burguesa exigia. Diferentemente de Oliveira Lima, por exemplo, que havia disputado os melhores postos do Itamaraty, embaixadas em países europeus e posições de destaque. Por outro lado, Euclides conhecia bem diferentes textos eruditos e havia lido sobre os temas que a intelectualidade de seu tempo discutia. Apesar de não possuir o mesmo *habitus* coletivo deste grupo de intelectuais, inseria-se, vez ou outra, pelo potencial de idéias e pela vivência em diferentes partes do Brasil.

Euclides da Cunha pode ser considerado um intelectual em movimento por diferentes meios sociais; sua capacidade de flertar com diferentes correntes, sem permanecer alheio ao

que acontecia ao seu redor o tornaram um intelectual moderno, porém engajado. Euclides da Cunha proporcionou uma ruptura com alguns aspectos conservadores da cultura política e exerceu com fluidez o diálogo com o ambiente social e político ao qual pertenceu.



Fig.3 Imagem do Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no início do século XXⁿⁿⁿ

ⁿⁿⁿ Fonte: AMARAL, Luis Gurgel do. op.cit. S/N

5. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS E MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: INTERLIGAÇÕES E DISPUTAS POLÍTICAS

5.1 O Itamaraty e a cultura política da classe dominante na passagem do século

Analisar os intelectuais brasileiros na virada para o século XX sem considerar a Academia Brasileira de Letras não nos ajuda a pensar o intrincado trânsito de poder entre as instituições culturais e políticas no momento da reestruturação do Estado sob a forma republicana. Não só porque a grande maioria dos diplomatas de projeção e carreira no exterior, assim como o próprio chefe do Ministério das Relações Exteriores (Rio-Branco) compôs esta instituição, mas também porque houve, desde a fundação da Academia em 1897 uma identidade de pensamento, conduta e de perspectivas com o Ministério das Relações Exteriores.

A fundação da Academia Brasileira de Letras, quase na virada do século, surgiu como uma resposta à necessidade de se reunir em um grupo de intelectuais de projeção do campo literário. Já em contato por meio de jornais, periódicos ou nos vínculos pessoais e afetivos, aqueles que pertenciam à chamada “República das letras” vinham em boa parte das instituições burocráticas do Estado. Uma vez que o trabalho intelectual, *a priori*, não proporcionava a remuneração e o contato direto com o poder político, era ele mais o resultado de uma situação político-social. A atividade literária de cunho mais explicitamente ligado ao campo de humanidades se fazia, portanto, no bojo de uma classe dominante culturalmente arraigada à monarquia, então extinta. A produção e publicação de obras literárias de dava, em princípio, a partir do contato entre escritores, estudantes, políticos, que traziam consigo repetições de repertório e estilos literários característicos da classe dominante. Na grande parte das vezes, o trabalho com as letras, bem como com a história, constituíam a ocupação intelectual, quase como um *hobby*, um exercício da erudição cultural, daqueles que tinham *status* e renda garantidos por um cargo burocrático.

No campo acadêmico, a tradição diplomática brasileira exigia um perfil bastante claro daqueles que aspiravam à carreira no Itamaraty. A constituição desse perfil, baseado no *habitus* social e cultural da classe dominante, compunha-se de uma sofisticação e erudição literária e histórica, domínio de idiomas e interesse pela cultura internacional de corte “civilizado”. Ou seja, europeu-ocidental, pós-revolução francesa, monárquico, embora liberal, e de um certo toque anti-clerical, no estilo do *ethos* neo-absolutista em curso na Europa,

próximo do exemplo do Império Austro-Húngaro. O conhecimento das ciências em destaque consistia um *plus*, na medida em que trazia um verniz moderno para a erudição tradicionalista com enfoque historicista. Foi exatamente este ambiente que formou e permitiu a ascensão profissional de Rio-Branco, bem como de outros intelectuais, dentre os quais vale citar Joaquim Nabuco e Oliveira Lima. Para esta sociabilidade de sofisticação intelectual, o ofício de diplomata conferia a possibilidade de navegar por bibliotecas e acervos particulares que garantiam ao interessado, fontes inacessíveis ao indivíduo comum. E exercia um certo fascínio por parte daqueles que vislumbravam o glamour da alta cultura brasileira e europeia num momento de afirmação do liberalismo que se convencionou chamar de *belle époque*.

Assim, tornava-se previsível que alguns dos nomes mais eminentes da literatura nacional transitassem pelo Palácio do Itamaraty em festas, jantares e celebrações. Os círculos de amizades e de conversas em torno das letras se multiplicavam na Capital, mais especificamente por entre aqueles que eram homens, donos de um capital simbólico ou financeiro já afirmado, e que tivessem bom gosto e refinamento para os padrões da época. As viagens pela Europa colocavam em contato, enviados do Ministério das Relações Exteriores, jornalistas e escritores já reconhecidos do campo literário nacional. As discussões, as cartas, toda a troca de informações passavam, portanto, a absorver os dois campos: o diplomático e o literário. Amigos em comum, diplomatas com aspirações literárias, políticos de prestígio e intelectuais de vanguarda influenciavam-se uns aos outros, e também, como era de se esperar, disputavam politicamente cargos, posições e prestígio no campo social a que pertenciam.

5.2 Itamaraty e ABL como lócus de saber

Como exemplo concreto para visualizarmos a configuração social e o perfil profissional e individual do futuro diplomata, podemos citar o depoimento de Luis Gurgel do Amaral^{ooo}. No texto, que se debruça especialmente sobre o período de entrada de Gurgel do Amaral para os quadros do Itamaraty, em 1903, como amanuense^{ppp} encontramos detalhes interessantes. Exatamente no período de início das atividades de Rio-Branco como ministro, Gurgel do Amaral narra com minúcias todo o processo de aprovação do seu nome para o cargo e o início

^{ooo} *ibid.*

^{ppp} A função de amanuense correspondia uma espécie de estágio de inserção do recém aceito funcionário do Ministério. A partir do trabalho como amanuense, responsável pela cópia dos documentos em letra legível para envio para Embaixadas no Exterior, dentre outras tarefas, se definiria aquele que se tornaria diplomata ou continuaria em carreira de secretariado. A decisão, no entanto, era política, e somente por determinação do chefe do gabinete, com aprovação do ministro, se poderia elevar ou rebaixar a posição dos funcionários do Ministério.

de seu trabalho, bem como a organização burocrática em forma de “repartição” que existia no Itamaraty.

De família bastante influente, Luis Gurgel do Amaral teve seu nome aprovado por Rio-Branco para ocupar o cargo de amanuense em 1904, a pedido pessoal da mãe. Luis, que era filho de José Avelino Gurgel do Amaral (1843-1901), deputado federal pelo Ceará no Império e irmão mais novo de Silvino Gurgel do Amaral (1865-1931) já membro do corpo diplomático em 1896, não encontrou dificuldades para ter acesso ao cargo. Entretanto, isto não significava que já de antemão ocuparia a função de diplomata ou enviado consular no exterior. Para preencher os requisitos necessários, Luis percorreu um longo caminho de sofisticação de gostos e aprimoramento em vários sentidos, simpaticamente narrados por ele ao longo do livro. Conhecimento de idiomas (em especial, do francês, língua diplomática da época e dos salões e saraus da classe dominante), participação nos eventos sociais e culturais promovidos pelo Barão (tais como bailes, recepções, jantares), estudo de assuntos relativos à história e à literatura, bem como a produção de textos, eram requisitos indispensáveis que passavam pelo crivo de Rio-Branco. No dia-a-dia de trabalho do Itamaraty, todo esse conjunto de atividades exercitadas e compartilhadas por amanuenses com aspirações à chancelaria era levado em consideração na promoção para cargos de maior prestígio. Luis Gurgel do Amaral também relata o cuidado que Rio-Branco tinha com a formação dos funcionários mais jovens, ao incentivar o estudo de história, tido por ele como “*fundamental*” na carreira de qualquer diplomata. A criação da *Revista Americana*, em 1909, por iniciativa de Rio-Branco, visava à criação de um espaço intelectual acessível aos jovens intelectuais que tivessem o interesse e o desejo de escrever e produzir conhecimento nos temas relativos à literatura, história e direito. O que de fato confirma a nossa hipótese de que havia por parte do próprio Barão o interesse em criar uma promoção de conhecimento humanístico em âmbito internacional, capaz de direcionar jovens intelectuais com o aporte de prestígio e legitimidade que o Ministério das Relações Exteriores tinha. A supervisão da *Revista* ficava sob a responsabilidade do jovem Araújo Jorge (que entrara para o Ministério com pouco mais de vinte anos) e garantia dinamismo e um formato moderno à revista. Jovens diplomatas como Hélio Lobo e o próprio Araújo Jorge dividiam espaço com ícones da diplomacia e das letras, como Graça Aranha, José Veríssimo, Araripe Júnior, Oliveira Lima, dentre tantos outros. A revista também promoveu a homenagem a alguns personagens de projeção já falecidos, como Euclides da Cunha, que teve alguns artigos *post mortem* publicados.

Portanto, havia um perfil do diplomata já constituído que se compatibilizava com a literatura e as artes, objetos de interesse da classe dominante desde já. O surgimento da Academia Brasileira de Letras, em 1897, posterior a publicação da *Revista Brasileira*, abriu espaço para discussões de cunho literário, com desdobramentos nos debates acerca das questões de identidade nacional. Havia uma preocupação de se constituir na Academia um espaço separado da política interna em andamento, que pudesse conferir certo grau de autonomia e senso crítico aos seus membros. Ao que Machado de Assis chamou, referindo-se a academia “Torre de Marfim”, em seu discurso de abertura.

Estava muito claro que a reunião de tantos nomes de peso do campo intelectual brasileiro, com a participação de intelectuais vindos do campo da diplomacia viria a expandir rapidamente os horizontes da Academia Brasileira de Letras. Os temas em voga sofreram atualizações, com a incorporação da história e da geografia e das discussões acerca da idéia de nacionalidade, que constituiriam, nesse período, uma das preocupações fundamentais de literatos e intelectuais em geral. A ruptura no âmbito temático contou também com a entrada da sociologia e da antropologia em obras de autores como Euclides da Cunha, Araripe Júnior e Silvio Romero. O tom das discussões acentuava o desejo de expressar que povo, que identidade e que princípios baseavam a construção nacional do Brasil e o recurso à história colonial e ao *memorialismo* de corte romântico tomaram espaço significativo. Neste sentido, a formação no campo da diplomacia conferiu a intelectuais como Rio-Branco, Oliveira Lima e mesmo Joaquim Nabuco, um diferencial, pois, além do já mencionado contato mais íntimo com as fontes primárias, colocou em perspectiva a história como propulsora de uma idéia de tempo futuro.

A ligação com o passado e, por conseguinte, com a história, tinha objetivos claros de projetar a imagem de uma nação em progresso, em vistas do século XX e todos os avanços implicados. Em contato com as modas intelectuais européias, atualizavam o público nacional, e apropriavam temas e filosofias, que enriqueciam o debate. Quatrocentos anos após o descobrimento, entretanto, o país ainda não havia resolvido problemas concretos, como a inserção social e cultural da grande maioria da população e a organização do Estado brasileiro. Pensar a partir de problemas concretos e propor soluções de cunho objetivo não eram as preocupações fundamentais de boa parte destes intelectuais, que procuraram diagnosticar um quadro social e representar a identidade nacional mais do que ativamente se engajar em propostas mais radicais.

Nesse sentido, a influência filosófica do romantismo de corte idealista teve boa penetração no universo das letras no Brasil. Fosse por parte dos monarquistas descontentes ou resignados com o novo regime, fosse por parte dos republicanos desiludidos (a citar, Euclides da Cunha), recaía sobre a intelectualidade um pessimismo político e ideológico que se tornava sintomático. O tom nostálgico caracterizou essa geração, de formação e atuação peculiares, geração essa que em Portugal recebeu o rótulo de “*grupo dos vencidos da vida*”⁹⁹⁹. Formada no auge das discussões sobre a abolição, imbuída de um projeto de nação atravessado pela mudança de regime, resultou, em monarquistas e republicanos românticos uma sensação de derrota, por não verem seus ideais concretizados. Ainda que muitos tivessem obtido reconhecimento e posição destacada no novo regime, o pessimismo romântico reduziu expectativas e projetou uma idéia de presente pelo passado, no qual futuro assumiu-se como dicotômico e irrealizável. Com flashes de progresso e esperança, a narrativa individual dos intelectuais tomava para si uma carga de desilusão, nos moldes do idealismo católico referido ao *neo-tomismo*. O objeto filosófico era, no entanto, a nação. Como um conceito fechado, projetado para fora da realidade concreta, não realizável e que, conseqüentemente, resultou no sentimento de derrota atravessado por muitos da geração de fins do XIX. Este traço, bastante sintomático influenciou substancialmente o trabalho e atividade de alguns ícones da diplomacia, na medida em que, como já apontamos, compartilhavam das idéias de outros intelectuais de sua época.

Desta forma, para um restrito grupo de intelectuais, as palavras referiam-se ao passado, num presente em degradação ou em estagnação, frente ao ideal de futuro imaginado na juventude. Foram poucos aqueles que usaram do aporte metodológico do conhecimento científico e intelectual para propor transformações sociais e expor suas idéias de maneira explícita. O pragmatismo político e o diálogo nas relações internacionais foram um dos aspectos de ruptura com essa idéia, ainda que seus intelectuais tratassem do tempo e da história de maneira negativa. É impossível negar que os resultados práticos de Rio-Branco no

⁹⁹⁹ “Vencidos da Vida” foi o nome pelo qual ficou conhecido um grupo informal formado por alguns intelectuais de maior relevo da vida cultural portuguesa das últimas três décadas do século XIX, com fortes ligações à chamada Geração de 1870. A denominação decorre claramente da renúncia dos membros do grupo às suas aspirações de juventude. Os Vencidos da Vida foram definidos por um dos seus membros, embora tardio, o escritor Eça de Queirós, como um grupo “jantante”. O grupo assumia o caráter de uma sociedade exclusivista, congregando vultos da literatura, da política e da alta sociedade, com relevo para alguns dos vultos mais ilustres das rodas mundanas e aristocráticas. Cf. MACHADO, Álvaro Manuel, *A Geração de 70 – Uma Revolução Cultural e Literária*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, pág. 211

Ministério e sua popularidade foram também produtos de sua obra, ao partir do derrotismo de sua geração para a promoção de uma política viável e expansiva. O que coloca a nossa reflexão em um outro patamar de complexidade, pois não podemos apenas nos restringir aos prolongamentos filosóficos em curso, mas também às suas rupturas. Cabe-nos aqui não só diagnosticar os sintomas de uma relação com o passado, mas pensar como prolongamentos históricos geram conseqüências de ruptura. O que podemos verificar nesse caso. Ainda que a intelectualidade da época tenha tido uma formação romântico-afetiva, ela se empenhou em construir formas diferentes de ver a realidade. Quando analisamos mais profundamente as propostas postas em prática por Rio-Branco, não podemos nos furtar de reconhecer que houve um grau de transformação importante no trato com a política internacional e na abertura a um diálogo intelectual com outros países.

5.3 Itamaraty e ABL: sociabilidade e poder

O trânsito de políticos da diplomacia pelos corredores da Academia Brasileira de Letras não se dava tão somente pelo viés da identidade social e cultural. Era também o resultado de disputas políticas que se davam nas duas instituições e que passavam por concepções diferentes acerca do papel da Academia e dos requisitos necessários a entrada para a instituição. Se, de um lado, defendia-se a entrada de membros expoentes da política do país como um reconhecimento político (posição de Joaquim Nabuco), outros, como José Veríssimo e Graça Aranha, acreditavam que o vínculo deveria se estabelecer pelo viés literário. Ou seja, a produção de livros com repercussão e peso significativo eram requisitos que deveriam ser respeitados. Isso tudo sem mencionar inimizades individuais, incompatibilidades afetivas e ideológicas que interferiam decisivamente sobre a eleição. Assim, o processo de eleição para Academia tornava-se uma arena de disputas que iam para muito além da “Torre de Marfim” mencionada por Machado de Assis. Ele mesmo - empenhado em promover a conciliação entre diferentes grupos - deixou, com a sua morte, um espaço para intermediação que não seria preenchido.

Em relação ao papel da Academia, Joaquim Nabuco - conforme escreve Teresa Malatian, *“tinha posição explícita em defesa da representação da mais variada extração social na Academia, concebida como reduto de ‘notáveis’ em amplo espectro que incluía tanto as Forças Armadas como as Artes”*. Nessa concepção, continua: *“a Academia seria um campo social de natureza aglutinadora em torno de uma unidade nacional que mobilizava os*

campos político e cultural no início da República”^{ttt}. Assim, Nabuco encamparia, em 1903, a candidatura do Almirante (e barão) Arthur de Jaceguai^{sss} para uma cadeira de membro. Abrindo espaço para uma longa discussão que só seria resolvida em 1907, após manifestação voluntária explícita de Oliveira Lima em favor de Jaceguai. Eleito, o almirante abria um precedente que seria alvo de disputas anos mais tarde. Em 1905, uma repetição dessa discussão tomou espaço na disputa pela cadeira deixada com a morte de José do Patrocínio. Mário de Alencar e Domingos Olímpio se enfrentavam, e eram alvos dos embates entre grupos divergentes da Academia. O episódio, narrado por Brito Broca^{ttt} ilustra bem o panorama das disputas políticas que permeavam as duas instituições. Amparado pela simpatia explícita de Machado de Assis e seu poder de persuasão, trouxe consigo o voto de Rio-Branco, bem como de todos aqueles que como ele pertenciam ao Itamaraty.^{uuu}

A divisão dos eleitores passou, assim, a refletir o alinhamento a questões internas do Itamaraty. No episódio, em que teve seu voto não contabilizado em favor do pernambucano Domingos Olímpio, Oliveira Lima pronunciava-se, em carta enviada a Machado de Assis de Caracas:

Senti o que se passou com relação à eleição p.a a Academia na vaga do Patrocínio. É a 1.a vez que a Academia é atacada pela escolha feita (digo eleição), mas também é a 1.a vez, desde a eleição do João Ribeiro, que ela não foi justa. Compreendo perfeitamente o seu voto pelo Mário: o sr. é o seu pai espiritual, foi o seu mentor literário, está preso a ele por laços de carinho: outros votos é que não compreendo, pois não posso admitir que se queira esposar ódios do Rio Branco e fazer-lhe a corte cometendo um ato de improbidade literária, porque. alguns devem ter votado contra a sua consciência.^{vvv}

^{ttt} MALATIAN, Teresa. *Diplomacia e Letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, 1999, p. 377-392.

^{sss} Artur Jaceguai (A. Silveira de Mota, barão de Jaceguai) [1843-1914] Almirante, historiador e memorialista. Secretário e ajudante-de-ordens do almirante Tamandaré (1865), comandante-em-chefe das forças navais brasileiras em operações de guerra no Rio da Prata, chefe-de-esquadra, recebeu o título de Barão de Jaceguai em 1882. Foi diretor da Biblioteca da Marinha, Museu e Arquivo e diretor da Escola Naval.

^{ttt} Broca, José de Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 5ª Edição. José Olímpio Editora. Rio de Janeiro, 2005.

^{uuu} Mário de Alencar obteve 17 votos, contra 9 de seu oponente. Nele votaram: Machado de Assis, Rio-Branco Domício da Gama, Euclides da Cunha, Graça Aranha, Joaquim Nabuco, Araripe Júnior, Lúcio de Mendonça, Salvador de Mendonça, Silva Ramos, João Ribeiro, Alberto de Oliveira, Magalhães Azeredo, Garcia Redondo, Rodrigo Otávio, Raimundo Correia e Souza Bandeira. BROCA, José de Brito. *A Vida Literária no Brasil: 1900*. 4ª Edição. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2004. 336p.p.104.

^{vvv} Carta de Oliveira Lima a Machado de Assis. Caracas, 20/12/190. In ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis, com Joaquim Nabuco, José Verissimo, Lucio de Mendonça, Mario de Alencar e outros, seguida das respostas dos destinatários*. Coligida e anotada por Fernando Nery. Rio de Janeiro: Off. Industrial Graphica, 1932.

A referência a Rio-Branco, além de emblemática, recorre a problemas políticos entre o barão e Domingos Olímpio, que havia trabalhado pelo Ministério das Relações Exteriores na ocasião do arbitramento pelo território das Missões com a Argentina. Os desentendimentos intelectuais e afetivos entre os dois tiveram desdobramentos para quase dez anos depois e não ficaram restritos ao trabalho na diplomacia. É bem possível que Rio-Branco tivesse reservadamente trabalhado suas indisposições com o ex-funcionário dentro da Academia, onde também desfrutava de prestígio. No caso de Oliveira Lima, fica nítida a oposição marcadamente afetiva ao ministro e a intenção de manifestá-la de forma explícita. Episódios como estes, mencionados no âmbito da narrativa adquirem aqui uma importância especial, porque discutem a questão da afetividade e do poder implícito nas falas e nas ações de intelectuais. Questões a serem refletidas, tendo em vista os estudos encaminhados sobre o campo político.

6. PODER, CULTURA POLÍTICA E IDÉIAS POLÍTICAS: UMA REFLEXÃO

Utilizamos, a seguir, a obra de Carl Schorske^{www}, a fim de realizar a discussão teórica acerca da cultura política e das idéias políticas que permearam o trabalho de análise dos intelectuais pertencentes ao Círculo Rio-Branco e suas implicações. Assim, pensamos abrir espaço para debate sobre a idéia de alta cultura e os estudos de intelectuais como ferramenta de observação e análise do campo político, incluindo aspectos da subjetividade envolvidos.

Em *Pensando com a História*, Schorske aborda o Império Austro-Húngaro precisamente no fim do século XIX e a relação da sua elite intelectual com o poder e os espaços de disputa pela liderança política em questão. Mais especificamente, o autor detalha o campo político como espaço que serviu de pano de fundo de importantes movimentos culturais e sociais, revelando nuances sobre o cenário ideológico da época. Como forma de verificar as rupturas e permanências do absolutismo ilustrado, sob a força da influência liberal, Schorske se debruça sobre o pensamento conservador continuado no processo de modernização do Império Austro-Húngaro, que se pretendia implantar naquele momento. A passagem à modernidade, nesse caso, confrontava elementos conservadores no seio de uma sociedade que aspirava mudanças e ruptura.

^{www} SCHORSKE, Carl. *Pensando com a História: Indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 282p.

No capítulo: “Museu em *espaço contestado: o cetro, a espada e o anel*”^{xxx}, Schorske deixa esse conflito mais claramente visualizado, na disputa de poder entre igreja, o exército e os liberais, representados em setores da intelectualidade. No projeto de modernização da Ringstrasse, em Viena, a disputa pela liderança e proeminência subjetiva e estética é visível nos prédios e projetos arquitetônicos que procuram alterar o desenho original da praça. A própria modernização do Anel reproduziria o compartilhamento e a acomodação das diversas tradições históricas que o precederam por meio de um domínio sincrético que, apesar de não imaginado acabou ocorrendo.

Confinada por um anel central que representava a separação (sob o símbolo de proteção) da parte principal da cidade, a Ringstrasse impunha sua identidade sob o signo de uma distância erigida em posição de ataque contra possíveis invasores. O projeto original, desenhado pelos setores do exército, visava a manutenção dos muros e da esplanada, invariavelmente ligado à idéia de defesa militar presentes na cultura política da instituição. A unidade simbolizada pelo “cetro” reunia Império e igreja num projeto de modernização da monarquia, sob a insigne do neo-absolutismo. Os interesses de Estado, que pretendiam consolidar Viena como “*centro irradiador de uma consciência moderna, transnacional e pan-austríaca*”^{yyy} se materializavam no projeto de construção de um museu de arte e indústria, a fim de conformar modernidade e tradição sob o signo do Estado monárquico. Por fim, como projeto político das classes representantes do liberalismo ascendente, a área ocupada pela Ringstrasse passou a ser pensada como um espaço para prédios públicos e como um todo social capaz de representar os ideais de poder ampliados. Assim, em cada um dos projetos se materializavam as idéias políticas e os valores constituintes de cada um dos grupos envolvidos, e a própria disposição dos prédios e reconstrução da praça passou a representar a sua acomodação em espaços repartidos. Com exceção do exército, que viu seu papel político e cultural diminuído, em face da ascensão do liberalismo, houve uma separação e organização arquitetônica de simbologia política acentuada que resultou no desenho da praça até os dias atuais. A mistura de estilos, portanto, funcionou como materialização de um conflito, de um constante entrelaçamento de poder e de idéias políticas na alta cultura vienense.

Transferida para as nossas análises acerca do campo intelectual, fica claro que a análise de campos aparentemente alheios às disputas políticas e de poder político propriamente ditos

^{xxx} *ibid.*, p 124-141

^{yyy} *ibid.*, p.128

constitui um interessante espaço de reflexão e análise para nós. Assim como, por meio da arquitetura em debate, é possível enxergar as visões de mundo e os embates de hegemonia empenhados por exército, Império e setores do liberalismo, podemos ver, no caso da República brasileira, caso semelhante. A diplomacia, materializada no Itamaraty, representou este espaço de disputa e acomodação de um período de transformação política com a passagem do regime imperial para a República. Neste sentido, a entrada de Rio-Branco para os quadros do Ministério, antes de ser ministro, no desabrochar da República torna-se interessante. Emblematicamente relacionado ao Império, Rio-Branco também representava valores ligados à nacionalidade e à defesa dos interesses nacionais, que permitiam sua atuação em assuntos ligados às relações internacionais. Acomodava-se, portanto, o interesse diplomático de um e outro lado, ainda que as afinidades políticas e ideológicas estivessem longe de se realizar. Tampouco deixavam de existir contestações e dos dois lados, bem como disputas por espaço político. O que nos leva a concluir que houve, do ponto de vista das idéias políticas, uma permanência (em muitos aspectos) que permitiu a formalização de um quadro político declaradamente monarquista no bojo da República brasileira na virada para o século XX.

Schorske introduz no debate, ao longo de seus ensaios, a presença do teatro e da Universidade como foros principais de ação e reflexão da juventude intelectualizada do Império. Sugere também a existência de um núcleo de intelectuais num *lócus* de sociabilidade, espaço de reflexão e combate político, de onde se desdobram diferentes correntes, e, cujos personagens, tiveram importante e fundamental participação política e ideológica no início do século XX. Leva em consideração a questão geracional na transição dos valores tradicionais projetados na modernidade para trabalhar o perfil filosófico de intelectuais da alta cultura austro-húngara na passagem para o século XX. Schorske se debruça sobre a trajetória de alguns ícones da tradição cultural germânica naquele período para abordar as transformações na cultura política e no universo das idéias em foco. O universo artístico que traduzia as mudanças intelectuais, através de renovações e repetições de estilos, e que dialogava constantemente no intuito de formular uma ideologia essencialmente alemã, naquele contexto, contribuiu para a mudança de posição de muitos contemporâneos. Como exemplo, Schorske examina os trabalhos de Wagner e Mahler, semelhantes em alguns sentidos, embora antitéticos. Enquanto o compositor alemão iniciou sua atividade intelectual no campo de contestação e ao lado da oposição socialista, percorrendo os caminhos do nacionalismo, até radicalizar com a afirmação de posturas do nacional-socialismo, Mahler

seguiu o caminho oposto. Ao longo de sua formação cultural e intelectual, o músico que era judeu e tcheco soube apropriar-se de elementos da cultura tradicional germânica católica e transformar sua obra num sincretismo musical de proporções inovadoras. A posição marginal de Mahler (seguindo a concepção de intelectual de Edward Said) permitiu que ele tracejasse um caminho independente e, em certa medida, autônomo do *mainstream* cultural de sua época.

Em paralelo, podemos inserir a figura de Euclides da Cunha, como propulsor de idéias e de uma polifonia intelectual, capaz de conferir status de experiência a uma obra literária, como foi o caso de *Os Sertões*. No decorrer de sua trajetória pessoal e profissional, a capacidade de flertar com posições distintas e dialogar criticamente com a intelectualidade de seu tempo colocou ambos, Mahler e Euclides da Cunha, em posições semelhantes. Tratava-se de intelectuais de perfil moderno, definidos pela capacidade de se projetarem para o futuro como pioneiros de seu estilo.

Ainda, a reflexão de Schorske abarca a questão geracional a ser pensada em relação ao Círculo Rio-Branco. Até que ponto este *locus* constitui um espaço onde é considerada a relação com os pais e com os intelectuais e as idéias precedentes. Se no Brasil, esta referência se dá pelo viés do saudosismo ou da recuperação da memória imperial na República, ainda no Império Austro-Húngaro, a ruptura e a idéia de modernização artística combina a afirmação da identidade com o questionamento estético. A filosofia e as artes se combinavam neste propósito talvez tanto quanto o direito e as letras representavam para os intelectuais da virada para o século no Brasil o elo de ligação com uma causa, um compromisso, que se desdobra em diferentes resultados. No eixo da razão ou da [des]razão, expressam-se o excesso de um sentimento de apego exaltado de mesmo conteúdo, com inversão de matéria. O racionalismo, tal qual seu par, o irracionalismo, estiveram presentes na alta cultura, como justificativa e como argumento prático para os problemas vivenciados. Arquitetos, pintores ou músicos (no caso do Império Austro-Húngaro), ou bacharéis e literatos (no caso brasileiro) exploravam as possibilidades capazes de conectar sua existência histórica para o futuro. Como cita Schorske: “*O historicismo na cultura surgiu como um modo de enfrentar a modernização invocando os recursos do passado*”^{zzz}.

^{zzz} *ibid.*, p.15

Podemos pensar, portanto, num paralelo entre os estudos de Schorske a respeito dos artistas e intelectuais vienenses imbuídos dos movimentos de contra-cultura, e seu grau de paralelo com os intelectuais da alta cultura do Império brasileiro, transpostos para a República, na virada para o século XX. Por meio dele é possível sustentar que, no ambiente social simbolizado pela mudança do regime de governo houve de fato um projeto de modernização pensado pelo Estado e executado pelo Ministério das Relações Exteriores (da qual Rio-Branco foi o chefe e idealizador em boa medida). Sem, contudo, deixar de reafirmar os valores e idéias de uma geração anterior, em que cultura, intelectualidade e elite constituíam-se como elementos fundamentais. Da mesma maneira em que no Império Austro-Húngaro, o confronto de poder se deu no âmbito artístico, como representação do universo político, onde a ruptura social e estética disputou espaço com o projeto de outros grupos, o mesmo ocorreu no Brasil, no âmbito literário e jurídico com repercussões sobre o campo político. Se em Viena as universidades sustentavam grande parte dos intelectuais e seus movimentos de contra-cultura, no Brasil, a ponte com a política e a mudanças da trajetória política, num âmbito mais abrangente, foi feita, de um lado, por meio de bacharéis (do campo do direito) e por outro, por literatos. Por serem estes os representantes reais do universo acadêmico no campo das Humanidades (Ciências Humanas e Sociais) na época, coube a eles não só interpretar e absorver algumas das idéias e parâmetros em voga na Europa no mesmo período – o que nos permite afirmar a simultaneidade de circulação de idéias dos dois lados do Atlântico – como aplicar alguns desses projetos à realidade política brasileira.

Ainda, como exemplos dessa circulação de idéias e apropriação cultural, transformada para as ações práticas da política, podemos citar alguns exemplos:

1) o encaminhamento e as discussões acerca do casamento civil na Câmara dos Deputados (contando, inclusive, com a participação ativa de Gastão da Cunha);

2) o encaminhamento da política exterior de 1902 a 1912 (com prolongamentos), quando Rio-Branco - investido do poder de Ministro - iniciou um projeto político para a América Latina, visando o diálogo com outras nações, a expansão do eixo político e comercial, e a integração do universo intelectual e científico com a agenda internacional a ser pensada pelo Brasil;

3) A criação da Academia Brasileira de Letras, em 1897 como espaço ativo de discussão e de debate literário, mas também como universo político transposto das instituições de Estado. Ainda que Machado de Assis inaugurasse seu discurso na Academia referindo-se a ela como “Torre de Marfim” esta não esteve ileso às disputas políticas e ideológicas. Em certa medida elas expressaram a interatividade entre o universo das letras e o universo das leis e da organização do Estado, na forma de uma “república das letras”. O que nos permite incorporar a idéia de alta cultura circunscrita ao poder de Estado, bem como a idéia de que grande parte das mudanças e projetos passou pelo viés estético e literário sobre o qual muitos destes intelectuais vieram a arbitrar. O Ministério das Relações Exteriores esteve amplamente ligado a Academia Brasileira de Letras, e, por conseguinte, o fluxo de idéias entre uma e outra instituição foi decerto constante. Ambos podem ser considerados, na época, os precursores da idéia de academia, no sentido do aprimoramento técnico e estético, na proposta de formação geracional intelectual e de fomento ao conhecimento humanístico, nos parâmetros de valorização da História, como um dos principais campos do saber.

Nestes três âmbitos, a influência dos elementos da modernidade que levaram a uma abertura cultural e a um intercâmbio mais potente entre as nações latino-americanas foi grande. Por outro lado, ela não se refletiu sobre uma real transformação social que abrangesse setores da sociedade excluídos do processo político nem tampouco alterou profundamente o perfil social da intelectualidade, quase que exclusivamente referida às elites. As mudanças realizadas, ao longo do processo, dizem respeito a uma concepção de Estado e Nação que fortalecem princípios e promovem valores em vigor até os dias de hoje. E que se repetem na formação dos quadros diplomáticos no Brasil atual.

Na visualização do Estado, por parte desses intelectuais, como espaço político de atuação e arbitragem exclusivo da elite pensante, estiveram ausentes da discussão os temas da inclusão social e política dos ex-escravos, das reformas agrária e urbana e da democratização política e educacional. No entanto, é falso afirmar que suas ações não repercutiam entre os setores populares, nem ressoaram na opinião pública de maneira ativa. Como exemplo, a comoção em torno do falecimento de Rio-Branco, em 1912, que repercutiu largamente nos meios de opinião pública por todo o país. Além de ter se tornado um dos grandes heróis nacionais, pelas resoluções favoráveis ao Brasil na incorporação de territórios antes e depois de assumir a chefia do Ministério, Rio-Branco simbolizou um personagem de fácil identificação com a população em geral pelo vínculo com o ideal de nação que procurava

representar na sua atuação política. Como um dos ícones do nacionalismo e do patriotismo, a popularização de sua imagem, especialmente pelos jornais monarquistas, por meio da mídia da época era bastante facilitada. Os inúmeros artigos em periódicos de diversos perfis e públicos consagrando o patriotismo de Rio-Branco lhe asseguraram um grau de proximidade que seu cargo como chefe da pasta das Relações Exteriores efetivamente confirmou, no sucesso de suas empreitadas políticas. Isto tudo, sem deixar de lembrar que José Maria da Silva Paranhos Júnior jogava capoeira e transitava pelas classes populares por outros canais.

Por fim, podemos concluir que, na construção do campo político referido à cultura política onde se insere nossa análise, houve transformações importantes e ainda visíveis até os dias de hoje. Transformações, que em contextos políticos específicos, tornam-se mais ou menos importantes. A alteridade enquanto parte constituinte de um projeto nacional de relações internacionais, iniciadas por Rio-Branco (a partir de 1902), no Ministério das Relações Exteriores, foi uma dessas mudanças.

CAPÍTULO III – PODER POLÍTICO E CAMPO INTELECTUAL: A ESCRITA DA HISTÓRIA E OS ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE DIPLOMACIA NO BRASIL

As noções de história colonial, usadas pelo direito internacional, aplicadas no Brasil, na virada do século XIX para o XX são elementos fundamentais para o entendimento da cultura política dos diplomatas brasileiros na passagem à modernidade. Neste ponto, deve ser enfatizada a participação de José Maria da Silva Paranhos Júnior (o Barão do Rio-Branco) antes de sua entrada a chefia do Ministério das Relações Exteriores, na última década do século XIX. Neste período, Rio-Branco exerceu papel de liderança em duas disputas diplomáticas consolidadas em dois processos de decisões arbitrais. Foi ele o principal agente executor das pesquisas e da consolidação da defesa brasileira nos arbitramentos pelos territórios das Missões (ao sul do Brasil), em disputa com a Argentina; e pelo território do Amapá, ao norte (na fronteira com a Guiana Francesa), em disputa com a França. Nos dois episódios, a importância de Rio-Branco na conclusão das questões de fronteira torna-se extremamente relevante para o nosso trabalho, pois:

- 1) Constituiu o primeiro momento de liderança ativa do Barão no Ministério das Relações Exteriores, como ministro plenipotenciário, representante do Brasil, iniciando seu bem sucedido trabalho na liderança do corpo diplomático brasileiro que viria a comandar por dez anos, a partir de 1902;

2) Representou um marco na história do direito internacional brasileiro, uma vez que resultou na definição dos territórios de fronteira ao Sul e ao Norte do país (cujas pendências históricas datavam ainda do período colonial). Assim, o desenho geopolítico do território brasileiro foi alterado de maneira substantiva;

3) O procedimento de julgamento de questões de fronteira entre dois países, exercido por um terceiro, escolhido pelos requerentes, denominado *Arbitramento Internacional* pelo Direito, foi inovador e peremptório na configuração das práticas diplomáticas exercidas pelo Brasil, como solução no âmbito diplomático para questões circunscritas aos interesses nacionais. Dessa forma, constituiu-se um meio de discussão entre Estados de importância política e estratégica que se repetiu posteriormente em outras questões de fronteiras encabeçadas pelo Barão do Rio-Branco;

4) Foi efetivamente a primeira ação bem sucedida no âmbito da política externa do recém instaurado regime republicano, com a ajuda e participação efetiva de várias figuras do antigo quadro político do Império. A figura emblemática do Barão é interessante para analisar o pensamento político e as referências à história das idéias políticas no Brasil nesse período. Principalmente, no que tange a discussão sobre a idéia de nação e de diplomacia no Brasil na passagem à Modernidade.

Temos, portanto, como o foco das nossas análises as noções de direito internacional e diplomacia aplicadas pelo Brasil, em suas políticas em relação às demais formações históricas. Os debates sobre as questões de fronteiras, neste período, constituem elementos de importância na discussão sobre os conceitos de “nação” e “diplomacia”, que serão discutidas sob a perspectiva da historiografia e da análise teórico-metodológica.

Como hipótese sugerimos que a dinâmica das relações exteriores em andamento a partir da mudança do regime político no Brasil, em 1889, não alterou categoricamente a tônica de um projeto nacional de forte cunho estatal, em andamento desde a política de centralização do Império brasileiro em meados do século XIX. Retomamos, portanto, o termo, cunhado por Ricardo Salles, em *Nostalgia Imperial*^{aaaa}, para pensar as negociações e os

^{aaaa} SALLES, op.cit.

diálogos travados por ícones da monarquia. Ao confirmarmos a hipótese de que, na República, a política externa conceituada e aplicada na monarquia obteve o sucesso e a projeção, sem abandonar seu vínculo com figuras e idéias, concordamos também que tenha havido neste período, elementos de continuação de uma idéia de nação na República brasileira. Em outras palavras, trata-se de uma análise teórica, que incorpora as contribuições da história das idéias e cultura política, para pensar um conjunto de práticas, que, desenvolvidas em primeiro plano no período monárquico, tiveram sua continuidade e legitimidade estendida para a República. Não só na ação e engajamento dos intelectuais formados no quadro do Império, incorporados aos assuntos de Estado da República, mas também no significado das conquistas como elo de ligação entre os regimes de governo, que se caracterizou o compromisso com uma idéia de “nação”, cujo valor superou as divergências ideológicas políticas entre os intelectuais da virada do século. Será sobre este conjunto de aspectos que nos debruçamos para começar o debate sobre o conceito de diplomacia e nação, no período histórico que estaremos tratando.

Ao analisar os dois processos de arbitragem internacional, entre o Brasil e a República Argentina e a República Francesa, por territórios em disputa, ao sul e ao norte do continente sul-americano, respectivamente, estamos preocupados com a apresentação da defesa brasileira, em especial, com a participação central do Barão do Rio-Branco. Como ilustre representante da intelectualidade monarquista brasileira, ligado à classe política que participava e representava os interesses da classe dominante, no regime monárquico, Rio-Branco foi a figura chave no desenlace das questões territoriais em favor da República brasileira. Pretendemos analisar o envolvimento do Barão, com as causas tidas por ele como além dos limites ideológicos, e sua centralidade ainda no período da ditadura militar, anterior a sua participação como ministro da pasta das relações exteriores que veio a exercer a partir de 1902.

A defesa brasileira - apresentada sob forma de documentos históricos, tratados e mapas - constitui, assim, o material de base de nossa análise. As correspondências oficiais e particulares trocadas pelo então enviado especial, ministro plenipotenciário da Missão Brasileira em Washington - Barão do Rio-Branco fazem parte da fonte documental analisada, juntamente com as biografias, tendo em vista a interpretação da idéia de nação e diplomacia presente no Círculo Rio-Branco. Esta interpretação contou com a contribuição das leituras e

debates acerca do método indiciário^{bbbb} como forma de apreensão das nuances subjetivas no campo jurídico, político e ideológico, bem como de seus prolongamentos para o âmbito das relações de poder refletidas no pensamento social e político no Brasil neste período.

1. FRONTEIRAS E ARBITRAMENTOS: O PROJETO POLÍTICO NACIONAL IMPERIAL E SEU PROLONGAMENTO REPUBLICANO

O pensamento político conservador revivificado através de um resgate de projeto nacional se incorporou às agendas políticas dos grupos no poder a partir de 1889. O que Ricardo Salles denominou de “Projeto Hegemônico Imperial”^{cccc}, através da construção de uma política externa, definia-se, em primeiro lugar, pela afirmação das fronteiras geopolíticas do território da antiga colônia portuguesa e repousava sobre a segurança e manutenção dos espaços de ocupação e de integração com os países fronteiriços. Nesse sentido, a demarcação dos territórios ao norte do país, foi cara à administração imperial, que não havia conseguido resolver efetivamente querelas diplomáticas ao sul e ao norte do território brasileiro. Foi no período republicano que essas discussões tomaram fôlego, valendo-se, na maioria das vezes, da defesa de valores e da sustentação documental e histórica do período imperial (bem como colonial) para a argüição da preeminência brasileira. As questões relativas às disputas com a Argentina e a Guiana Francesa eclodiram exatamente na virada do século XIX para o XX, quando das negociações e arbitragem internacional foram favoráveis ao Brasil nos dois casos. No entanto, no caso da disputa pelo território das Palmas, vulgarmente conhecido como Missões, teve início muito antes, e foi inicialmente posto em definição, ainda nos últimos meses do Império.

Conforme cita Luiz Viana Filho, em 7 de setembro de 1888, firmado por D. Pedro II, um acordo submetia o dissídio à arbitragem do presidente norte-americano, caso não houvesse entendimento entre os dois países. Segundo palavras do imperador: “*Nesta questão não transijo: ou o território é nosso e não devemos alienar uma polegada dele, ou pertence a nossos vizinhos e então é justo não queremos uma polegada do que não nos pertence*”.^{dddd}

^{bbbb} A palavra refere-se a análise metodológica de Carlo Ginzburg dos processos históricos, em que, o método de análise de referências, leva a uma descoberta, ou a uma indução, que ele chama de “método indiciário”. Por ele, é capaz de se inferir, a partir de provas, sobre a verdade dos argumentos encontrados. Cf. GINZBURG, Op.Cit. e _____, *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

^{cccc} SALLES, op.cit., p.68

^{dddd} VIANA FILHO, op.cit. p.198

Na seqüência dos acontecimentos, ainda na instauração da República, havia sido rejeitada qualquer possibilidade de negociação que passasse pela divisão do território disputado. Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores em 1890, havia assinado com o já ministro argentino Estanislao Zeballos, um acordo, que não havia sido confirmado pelo congresso. Antes mesmo, o exército havia rechaçado a possibilidade de qualquer acordo que passasse pela divisão do território, e determinado, por conseguinte o envio da questão, à arbitragem internacional, incumbindo a decisão presidente dos Estados Unidos, Groover Cleveland. Os militares, pela longa história de disputas e sucessos na Guerra do Paraguai, não concordavam com qualquer tipo de negociação que passasse pela entrega do território à Argentina. Composto, politicamente, com os grupos nacionalistas, representados em grande número pelos intelectuais do Império. Abriu-se, assim, um fosso que, ao mesmo tempo em que afastou republicanos mais radicais do contato com militares nacionalistas, aproximou estes dos tradicionais e experientes intelectuais monarquistas, sob o pretexto de uma defesa dos interesses nacionais.

O território em disputa, um triângulo formado pelo rio Chapecó, e Chopim afluentes dos rios Uruguay e Iguazu respectivamente, denominado Cunha de Palmas (vulgarmente conhecido como “território das missões”) constituía-se de uma área de litígio antiga entre Brasil e Argentina, desde o período de independência brasileira, passando por acordos e tratados não ratificados, e por dissensões de ambos os lados. Aceita como definitiva, a decisão do Arbitramento seria a solução ao impasse, e não sujeita a recursos. Ficaria decidido, portanto, que cada uma das partes requerentes ficaria responsável por reunir documentos que embasassem sua argumentação na defesa dos limites físicos a serem demarcados a seu favor. O presidente norte americano disporia de 12 meses (a contar do fim do prazo de entrega do material de ambas as partes) para elaborar um parecer, sob forma de laudo arbitral, que determinaria, com a obrigação do cumprimento, a execução da demarcação dos limites, em favor de uma das duas partes.

A indicação do nome do Barão como ministro plenipotenciário chefe da missão brasileira em Washington em 30 de março de 1893 foi um fato curioso e resultou de uma mistura de eventualidade e intencionalidade políticas. Desde a formação da missão brasileira, nomeada diretamente pelo presidente Floriano Peixoto, o nome de José Maria da Silva Paranhos Júnior circulava entre os mais cotados para ocupar a posição de ministro. Principalmente, por influência nos círculos da presidência, de antigos companheiros de

Paranhos, que havia inclusive tido uma amigável relação (ainda que breve) com Floriano no período da Guerra do Paraguai. Entretanto, havia sido escolhido para o exercício do cargo o Barão Aguiar de Andrada, figura remanescente do Império, que desfrutava de prestígio junto ao Visconde de Cabo Frio^{eeee}, conselheiro e influente nas decisões de Floriano. A rejeição ao nome de Rio-Branco para o cargo permaneceu, mesmo depois da morte de Aguiar de Andrade^{ffff}. Aguiar de Andrade, por sua vez, havia trabalhado como mordomo do Paço Imperial e acabou cansando-se com a filha do Barão de Penedo, diplomata e político muito influente nos círculos intelectuais do Império. Possuía, assim, boa penetração no meio diplomático. Vale lembrar que era comum, naquela época, utilizar-se do expediente do casamento como forma de estabelecer vínculos familiares e políticos; e a prática fazia com que figuras outrora desprovidas de prestígio, acessassem mais facilmente os cargos de entrada para o quadro burocrático do governo imperial. Aguiar de Andrade, que havia sido incorporado ao núcleo de influentes figuras políticas do Império, não chegou a exercer o cargo de ministro, deixando a vaga aberta, para uma possível indicação do nome de Rio-Branco. Porém, foi depois de muita insistência de um grupo de amigos e pessoas próximas ao presidente, com constante ênfase na experiência e no conhecimento de Rio-Branco sobre aquela região, que Floriano decidiu em favor de sua nomeação ao cargo.

Fica evidente aqui o grau de participação e influência do Visconde de Cabo Frio no quadro das nomeações e ações referidas às relações exteriores. É importante lembrar que, durante as últimas décadas do Império, Cabo Frio fez uma feroz oposição ao Barão de Penedo, embaixador do Brasil junto à Corte da Rainha Vitória. Rio-Branco, como Joaquim Nabuco, iniciou sua carreira diplomática com Penedo e isso, sem dúvida, deve ter pesado nas deliberações do Visconde de Cabo Frio, contra sua aprovação imediata pelo governo republicano.^{gggg} Ainda que o genro de Penedo tenha recebido a indicação com maior facilidade do que Rio-Branco, não podemos descartar o fato de haver, neste particular, algum

^{eeee} Joaquim Thomaz do Amaral (Visconde de Cabo-Frio) 1818-1907. No Império, exerceu a função de encarregado da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Foi incorporado ao Ministério das Relações Exteriores quando da mudança para o regime republicano, onde permaneceu até sua morte, em 1907. Lá esteve num cargo burocrático, de valor afetivo e político, no entanto, fora do âmbito direto de decisões. Quando da entrada de Rio-Branco a chefia da pasta, em 1902, Cabo-Frio tentou frear alguns dos processos de modernização do Ministério iniciados pelo então ministro.

^{ffff} Aguiar de Andrada, mordomo do Paço Imperial foi casado com a filha do Barão de Penedo, diplomata e político muito influente nos círculos intelectuais do Império. Possuía, assim, uma boa penetração no meio diplomático. Era bastante comum, naquela época, utilizar-se do expediente do casamento como forma de estabelecer vínculos familiares e políticos; e a prática fazia com que figuras outrora desprovidas de prestígio, acessassem mais facilmente os cargos de entrada para o quadro burocrático do governo imperial.

^{gggg} MENDONÇA, op.cit.

tipo de interferência pessoal que prejudicou inicialmente o Barão. Cabo Frio, remanescente do Império, permaneceu com um cargo de chefia até depois da nomeação de Rio-Branco para Ministro das Relações Exteriores, em 1902. As divergências entre estes dois personagens ficaram mais evidentes neste período, quando Rio-Branco procurou romper com as antigas amarras administrativas criadas por Cabo Frio, sem, contudo, confrontá-lo diretamente. As correspondências entre os dois deixam claros os aspectos de “diplomacia” e respeito, num quadro maior de disputa pelo poder dentro do ministério. Outro dado interessante é que Oliveira Lima, assumidamente opositor de Rio-Branco, nutria uma admiração pessoal por Cabo Frio e não se continha nos elogios ao diplomata carioca.

O episódio de nomeação de Rio-Branco sugere também que as esferas de influência e as relações de força nos círculos políticos ao redor da presidência da República projetavam Rio-Branco como um nome importante e competente para o cargo. O reconhecimento do intelectual e diplomata nas questões referidas ao território das missões partiu de figuras inseridas no regime republicano, porém referidas às conquistas militares ainda no período imperial, das quais o Barão, e seu pai, o Visconde do Rio-Branco, foram personagens de importância. A aceitação do presidente Floriano Peixoto à indicação de Rio-Branco como ministro evidencia, ao mesmo tempo, um componente de pragmatismo político que se liga aos interesses nacionais, em última medida, vínculo de ligação entre os dois regimes de governo, que aqui defendemos como hipótese.

Ainda que este elemento de conciliação entre os quadros dos diferentes regimes de governos repercutisse em ações concretas, como foi, de fato, a nomeação de Rio-Branco para ministro plenipotenciário nas questões de fronteira, isto não significa dizer que os conflitos ideológicos e políticos estiveram ausentes. A partir do contato mais direto entre o governo republicano e alguns dos ícones da política do Segundo Reinado, tornou-se vivo um confronto de visões de presente e futuro, encaminhadas dos dois lados. Ainda que no âmbito dos arbitramentos tenha havido uma colaboração pragmática que se solidificou com a vitória brasileira nas disputas, existiram elementos de distinção (pertencente à cultura política e religiosa) entre republicanos e monarquistas. Elementos estes que colocaram os dois grupos em conflito políticos em diferentes momentos da história do Brasil moderno.

Uma vez aceito o convite, Rio-Branco voltou ao Brasil, após uma longa permanência em Paris, onde havia trabalhado em arquivos na coleta de documentos

históricos e geográficos. A nomeação de Domício da Gama como seu secretário configurou-se como a primeira ação efetiva do Barão para trazer para si aqueles nos quais confiava e com quem compartilhava não só de um *habitus*, como também de uma afinidade intelectual. Domício - tendo exercido funções diplomáticas no serviço de imigração no exterior, no mesmo período que Rio-Branco - havia chamado sua atenção pela seriedade, erudição, e, principalmente pela admiração em relação ao Barão. As correspondências trocadas entre ambos, deixam claras estas qualidades, principalmente, o resguardo de Domício a uma posição sempre assessória em relação a Rio-Branco. A ressaltada “discrição” apontada pelo Barão como qualidade impreterível, tornava-se por ora, uma devoção quase filial. As relações de poder circunscritas ao âmbito das funções de Estado se refletiam também na caracterização e identificação de Domício. Conforme aponta seu substituto na Academia Brasileira de Letras, Fernando Augusto Ribeiro Magalhães:

No seu rumo à celebridade, [Rio-Branco] teve em Domício o companheiro mais diligente e mais dedicado; ambos olharam longa e amorosamente a terra vasta e querida para depois poderem jurar pela sua grandeza definitiva.hhhh

Além de Domício, Rio-Branco contou com a ajuda do General Dionísio Cerqueira, que por sua vez, havia colocado em funções auxiliares pessoas politicamente articuladas ao círculo de amizades e de contato pessoal do Barão. A posição de Rio-Branco exigia, acima de tudo, uma reserva no trato em relação ao poder executivo, por se tratar de uma missão especial de interesses substantivos da República, num primeiro momento de afirmação do seu poder frente outros países. Entretanto, Rio-Branco não deixou de exprimir sua discordância com relação a assuntos que lhe diziam respeito diretamente. Em correspondências enviadas aos ministros das relações exteriores de então, Rio-Branco pede a ampliação do poder de ministro plenipotenciário, e refuta algumas ordens redigidas a ele. Citemos dois casos emblemáticos, quando se recusa a terminar suas correspondências com a frase de praxe, utilizada pelos representantes do executivo: “Saúde e Fraternidade”, referidas diretamente ao Positivismo, e, em permanecer sua assinatura, constando o nome nobiliárquico conquistado no Império. Como forma de afirmação da identidade e de rejeição a completa submissão aos preceitos do regime republicano, Rio-Branco recorreu freqüentemente ao “sentimento de compromisso com a pátria”, para afirmá-lo com elo de ligação com o novo regime.

^{hhhh} Academia Brasileira de Letras. *Discursos acadêmicos*, vol. VI, 1936.

Empenhou-se em caracterizar suas ações como pragmaticamente movidas por vínculos com a pátria, que ultrapassavam os limites do regime.

Senhor Ministro, tenho a honra de acusar o recebimento do despacho circular de sete de julho em que a V.EX. recommenda que todos os officios sejam fechados com as palavras ‘Saúde e Fraternidade’.

Entendendo que a Circular se applica aos serviços ordinários e não às Missões Especiaes e Temporárias como esta, deixo por enquanto, até a decisão de V.EX. (...) Se a ordem é igualmente applicavel às Missões Especiais, ousou pedir a V.EX. que, não havendo inconvenientes, se digne a dispensar-me do emprego de uma fórmula de saudação que na República Franceza, onde teve nascimento, só é empregada pelos discípulos da religião de Augusto Comte, e que só poderei empregar com protesto, que desde já faço, de que isso não importará da minha parte adesão de espécie alguma à doutrina política e religiosa desse philosopho. (...)

Com a adopção da antiga formula revolucionária não admittida em nenhuma outra República, os despachos ou documentos do nosso Ministério das Relações Exteriores, communicados aos Governos Estrangeiros (...) ficarão constituindo uma excepção estranhável, e asseguro, que, mesmo nas três Repúblicas acima citadas (República Francesa, Confederação Suíça e Estados Unidos da América) a impressão deles resultantes não nos será favorável, porque isso induzirá a crer que ainda estamos atravessando uma crise revolucionária (...)ⁱⁱⁱⁱ

Uma vez indicado e aceito o nome de Rio-Branco para ministro plenipotenciário do Brasil na Missão em Washington, Rio-Branco iniciou um trabalho extenso de compilação de materiais e documentos históricos em museus e arquivos de várias partes da Europa. Recém saído da embaixada em Paris e bem relacionado com oficiais diplomatas espalhados por outros países, Rio-Branco participou mais do que ativamente da coleta de documentos e das instruções aos seus auxiliares e secretários. Exercia um papel de centralidade e de concentrador de forças na defesa dos argumentos em prol da proeminência brasileira na região. Iniciava-se também uma longa e emblemática disputa com o oponente argentino Estanislao Zeballos. A busca por mapas e documentos oficiais históricos durou doze meses, e resultou em intrigas e dissensões dos dois lados, da qual derivou uma antipatia e inimizade entre os dois representantes. As relações da República brasileira com a Argentina só viriam a se amenizar nos períodos em que Zeballos esteve ausente da pasta das Relações Exteriores; havendo uma presença e influência enormes de Rio-Branco sobre alguns políticos argentinos, como, por exemplo, o ex-presidente e general Roca.

ⁱⁱⁱⁱ Carta do Barão do Rio-Branco ao Ministro das Relações Exteriores/ índice. Recebimento da circular de 9 de julho.Consulta e requerimento. Ao Sr.dr.João Felippo Pereira. AHI

A vitória brasileira repousou na identificação dos Rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, definidos pelos tratados de 1750 e 1777 como definidores das linhas divisórias entre a América Portuguesa e o Vice-Reino do Rio da Prata. Identificação feita a partir do chamado “*Mapa das Côrtes*”, documento colonial, cuja duplicação incorreta havia sido exibida pelo lado argentino a seu favor. Descoberto o original por Rio-Branco, ficava sacramentado no direito português que deixava em favor do Brasil o território submetido ao arbitramento.

Em 5 de fevereiro de 1895, era publicado o laudo arbitral emitido pelo presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Grover Cleveland, que determinava :

Que a linha divisória entre a República Argentina e os Estados Unidos do Brazil na parte que me foi submetida para arbitramento e decisão é constituída e ficará estabelecida pelos rios e seguindo os rios Pepiri (também chamado Pepiri-Guazu) e San Antonio, a saber, os rios que na Exposição dos documentos que me submeteo, o Brazil designou como constituindo o limite, aqui antes denominado Systema Occidental.^{iiij}

O parecer atendeu integralmente às demandas feitas pelo governo brasileiro.

É interessante pensar aqui sobre as repercussões no âmbito da memória acerca da Guerra do Paraguai, que se relaciona com a agenda de política externa encaminhada pelo regime anterior. Poucas décadas depois do sucesso declarado da campanha encaminhada pelo exército no sul do país, ainda sob a ordem do Império, o retorno do assunto suscitou questões interessantes: Teria a presença de Rio-Branco como Ministro Plenipotenciário nessa missão, em 1892, na questão do arbitramento, recordado os feitos de seu pai, e seus sucessos políticos obtidos na Guerra do Paraguai? Não teria havido, por parte da opinião pública (e popular) um resgate daquele período na figura do Barão como herdeiro e continuador do Visconde de Rio-Branco? De maneira subjetiva, poderíamos pensar que em termos políticos, a disputa arbitral pelo território das missões representou o movimento de retomada de questões relativas ao conflito no Paraguai ainda não resolvidas com a Argentina, no imaginário popular? Mas que, colocadas ao lado da ação de Rio-Branco no sentido de reunir provas históricas ajudaram o sucesso de seu pragmatismo político?

^{iiij} AHI – Arquivo Pessoal do Barão do Rio-Branco

2. A DISPUTA PELO ESPAÇO AMAZÔNICO COM A GUIANA FRANCESA

Muito embora a ocupação efetiva dos territórios ao norte do Brasil – mais especificamente no entorno da bacia amazônica - não fosse a preocupação fundamental nem da administração colonial nem da imperial, não é correto afirmar que se tratavam de terras alheias ao interesse da coroa portuguesa, bem como do Império brasileiro. Muito pelo contrário. As disputas, ainda que circunscritas às metrópoles européias que se estendiam ao norte do continente sul americano, como Portugal, França, Grã Bretanha e Holanda já desde o século XVIII, fizeram parte dos interesses diplomáticos desses países, e funcionavam como extensão de conflitos no território europeu. Ainda no século XIX, a entrada dos Estados Unidos (inspirados pela Doutrina Monroe), interessados pela livre navegação da bacia amazônica acirrou os debates acerca do direito internacional. A disputa pelo espaço amazônico colocou as matrizes de orientação do direito internacional defendido pela diplomacia portuguesa em um contra-senso. No mesmo século XIX, em que o Império brasileiro tomava uma posição de defesa da livre navegação ao sul, pela bacia do Rio da Prata, ao norte, a defesa do direito exclusivo de territorialidade para a navegação do Amazonas, mais uma vez, ressaltava o interesse peremptório de afirmação e construção do território brasileiro.

Já em 1713, o Tratado de Utrecht confirmava a proeminência portuguesa sobre a margem esquerda do rio Amazonas, e a renúncia francesa ao Amapá. Resultante da Guerra de Sucessão Espanhola, em que Portugal lutou ao lado da Inglaterra contra a França e a Espanha, o limite do Oiapoque, denominado no texto Japoc ou Vicente Pizón, conferia aos portugueses a satisfação de uma conquista que seria contestada depois de quase um século.^{kkkk} A vitória, contudo, se explica, contextualizando também a forte proteção britânica em favor dos interesses lusitanos, uma vez que as duas formações históricas haviam se unido naquele período por acordos comerciais e políticos favoráveis aos ingleses. Em 1809, quase um século depois, no quadro das guerras napoleônicas, a invasão promovida pela operação militar joanina nos territórios ao norte do continente, contou com ajuda de embarcações britânicas. O projeto de anexação da Guiana Francesa ao território pertencente a Portugal ressoou como uma resposta à anterior ocupação napoleônica de Portugal, forçada a ceder territórios garantidos pelo Tratado de Utrecht. A negativa categórica de D.João de ratificação de um

^{kkkk} Ver MAGNOLI. *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)* – Demétrio Bauru:UNESP, 1997.

tratado de que resultasse em devolução de territórios invadidos neste período demonstram a importância política e simbólica das relações diplomáticas naquele período. O que significava que, apesar de não explícitos, representavam temas caros aos interesses estratégicos dos países europeus, temas posteriormente desenvolvidos pelo Império brasileiro, bem como pela República.

Tratava-se de uma área banhada por inúmeros rios, que faziam a ligação entre a bacia amazônica e o oceano atlântico. Como meio de comunicação com os países ao norte do Brasil, constituía um interesse comercial, além de representar uma área ainda inexplorada em termos de produção de gêneros para exportação. Mais do que isso, dava a dimensão continental do território brasileiro, estendendo-se pelo seu norte, materializando um *corpo* de uma nação em processo de construção. A política imperial, em termos jurídicos, seguia as definições de Grotius, Martens, Vattel e Puffendorf, afirmando que a navegação do Amazonas deveria ser de uso exclusivo dos então proprietários dos territórios, sobre a soberania dos Estados. Não negava, entretanto, a viabilidade de acordos e convenções bilaterais entre os ribeirinhos. Restringia assim o acesso a outros países interessados também na entrada da bacia amazônica.

A questão, levada ao arbitramento do Conselho Federal Suíço, em tratado acordado por Brasil e França em 10 de abril de 1897, expunha em seu artigo primeiro as duas partes:

A República dos Estados Unidos do Brasil pretende que, conforme o sentido preciso do artigo oitavo do Tratado de Utrecht, o Rio Japoc ou Vicent Pinsão é o Oyapoc que desagua no oceano a oeste do Cabo D'Orange, e que pelo seu talweg deve ser traçada a linha de limites;

A República Francesa pretende que conforme o sentido preciso do artigo oitavo do Tratado de Utrecht, , o Rio Japoc ou Vicent Pinsão é rio Araguari (Araouar) , que desagua no oceano ao sul do Cabo do Norte e que pelo seu talweg deve ser traçada a linha de limites ^{lIII}

A disputa colocou, frente a frente, Rio-Branco, e um dos mais memoráveis geógrafos franceses, Paul Vidal de la Blache. Dentro da argumentação defendida pelo lado brasileiro, constavam, além de mapas, memórias de viajantes e cartógrafos do Império ^{mmmm}, a fim de

^{lIII} Arquivo Histórico do Itamaraty - AHI

^{mmmm} A defesa brasileira foi constituída por dois diários de viagem, sob o título genérico de *Frontière entre le Brésil et la Guyanne Française*. O primeiro incluía o trabalho de Joaquim Caetano da Silva L'Oyapoc et L'Amazone e a segunda, fac símiles de documentos. AHI.

afirmar que o Japoc era sim o Oiapoc, conferido a Coroa portuguesa pelo Tratado de Utrecht. Entretanto, além da defesa brasileira, Rio-Branco incumbiu-se também de negociações com o governo francês, tendo feito sugestões que foram muito úteis para a conclusão do compromisso arbitral.

Conseguindo conter o avanço francês pelo Amazonas, o corpo diplomático brasileiro, nas funções encabeçadas por Rio-Branco, obteve êxito, e a vitória na decisão do presidente da Confederação Suíça. Além do alto prestígio conseguido no Brasil, exaltado e declamado pela imprensa, Rio-Branco conquistou posteriormente a confiança do governo civil, que formalmente o convidaria a ocupar o posto de Ministro das Relações Exteriores, a partir de 1902. A estratégia era a mesma do arbitramento no sul do continente: boa negociação diplomática e uso da história.

3. A IDÉIA DE “HERANÇA COLONIAL” E FORMAÇÃO DO CAMPO DA DIPLOMACIA NO BRASIL-NAÇÃO

Os estudos de história colonial foram chave de reflexão para o entendimento da construção do campo da diplomacia no Brasil, levando-se em conta o processo de rupturas e permanências culturais e políticas com Portugal a partir do século XIX. Nossa preocupação constitui entender o momento de formação do corpo diplomático brasileiro a fim de perceber as aplicações das noções de soberania e nacionalidade na construção do pensamento político de cunho nacional. O processo de independência do Brasil em relação a Portugal e a orientação das políticas de limites de fronteiras com os vizinhos sul-americanos durante o Segundo Reinado devem ser analisados como momentos-chave deste processo, pois permitem distinguir de que maneira idéias como reconhecimento e diálogo (e, por conseguinte, alteridade) constituíram-se dentro do campo da diplomacia brasileira, como elementos básicos da tradição diplomática seguida por Rio-Branco. Rompemos com isto a idéia bastante recorrente de exaltação da figura de José Maria da Silva Paranhos Júnior, como o agente de ruptura nas relações diplomáticas promovidas pelo Brasil, quando da sua entrada para a chefia do Ministério das Relações Exteriores, em 1902. Diferentemente, defendemos que ele tenha sido um dos herdeiros de uma tradição histórico-normativa do campo da diplomacia, que levava em consideração parâmetros que ele soube utilizar exemplarmente, de forma a projetar sua imagem nas ações vitoriosas do governo brasileiro.

Para isto, pretendemos trabalhar as idéias de **nação**, **diplomacia** e **história** como forma de problematizar nossas hipóteses. Além disso, nos diálogos entre Política Interna e Externa, que se tornaram recorrentes nos estudos de política externa, pretendemos discutir política de governo e política de Estado, não só por esta oposição ter sido suscitada por Rio-Branco, como justificativa de seu trabalho como monarquista para o regime republicano, mas também porque se torna um desafio contemporâneo pensar para além das dicotomias os diálogos que ocorrem no lócus do poder das então chamadas relações internacionais. Entendemos que este termo desloca o eixo principal acerca da politização e ideologização política. Neste sentido, torna-se fundamental o encontro das análises feitas pelo campo da história diplomática com o campo do direito internacional e política externa, como forma de permitir as intermediações entre análises teóricas e práticas. Estaremos discutindo, portanto, noções de nacionalidade e de identidade; tradição e modernidade; política como missão e como arte, para trazermos a tona este período de importância enorme para o entendimento da formação política, no interior do *Círculo Rio-Branco*, na virada para o século XX no Brasil.

3.1 A idéia de “herança colonial”

A partir de 1822, com a independência do Brasil, o Império brasileiro se empenhou em assegurar que territórios coloniais em litígio - antes sob o jugo das arbitragens portuguesas com a Espanha - se confirmassem como parte do então território brasileiro. Nascia exatamente neste momento a proposta de afirmar, sobre as bases da política exterior metropolitana, as noções relativas a uma configuração política-institucional exclusivamente brasileira.

Conforme defendem muitos dos autores que pensaram a construção da idéia de nação do Brasil, foi pelo viés territorial, expresso na íntima ligação com as idéias (e, portanto, cultura política) herdadas de Portugal, que se iniciou o encaminhamento das questões diplomáticas no sentido de sustentar a materialidade do Brasil enquanto território nacional.

Podemos afirmar que a noção de diplomacia institucionalmente brasileira começou a ser utilizada, enquanto campo político de negociação internacional, nos anos seguintes da proclamação da independência, com a missão de fazer-se reconhecer enquanto soberana em relação à antiga metrópole. O envio do corpo diplomático imperial brasileiro à Europa constituiu o primeiro momento de materialização de um projeto dito “nacional”, na medida em que firmou a necessidade de se fazer enxergar no painel geral das então nações européias

como um corpo político autônomo. Este projeto, costurado pela idéia de Império-Nação (referida correntemente pelos políticos da época como Reino do Brasil) e imaginada em um território de proporções continentais, foi o fomento da política internacional durante todo o período monárquico, que se estendeu pela República. Tratava-se de um projeto (enquanto organização planejada e aplicada materialmente) calcado na reconfiguração de poder central (que poderíamos chamar de Absolutista Ilustrado), que partilhava de idéias específicas de soberania, nutridas pelo binômio: nacionalidade e territorialidade. Binômio este, culturalmente pensado por uma classe dominante que, muito embora em dissenso da metrópole, pensava-se como continuação desta, ao incorporar responsabilidade e direito sobre o território, preservando este direito, a partir de formulações legitimadas e materializadas pelo uso do poder e da força. Sem esta ressalva é impossível pensar diplomacia e nação no Brasil, temas que são o eixo axial da nossa reflexão.

Conforme afirma João Hermes Pereira de Araújo, o processo de reconhecimento do Império (a partir do qual se desenvolveu o campo da diplomacia e a própria história da nova monarquia) exigiu do recém constituído corpo diplomático brasileiro, uma postura diferente das demais ex-colônias espanholas que se constituíram, sem manter o regime político monárquico. Segundo Pereira de Araújo “*Nessas [colônias espanholas], o corte era mais radical, pois não havia nenhum aspecto de transmissão ‘legítima’ de soberania, o que era, de certo modo, mais atentatório aos princípios defendidos pela Santa Aliança*”ⁿⁿⁿⁿ. Os desafios iniciais a cumprir variavam entre a necessidade de se fazer enxergar, em se fazer legítimo e presente perante o concerto das nações soberanas, e construir internamente, o consenso capaz de viabilizar um projeto de nação capaz de sustentar-se a altura das potencialidades imaginadas para um Império. A força com que a o regime monarquista se consolidou como expressão do Estado-Nação brasileiro, solidificando-se e querendo fazer-se indissolúvel; foi, ao longo do século XIX, no Brasil, vivenciada na política de conciliação partilhada pelos partidos Conservador e Liberal. Fazia-se necessário erigir uma nação (constantemente repetida segundo estes preceitos) que partisse de pressupostos de equilíbrio e negociação. A constituição do que poderíamos de chamar “nação brasileira” esteve diretamente ligada a um entendimento e repetição de uma noção de “equilíbrio harmônico de antagonismos”, que se refletiu na política interna (e externa) ao longo, principalmente, do Segundo Reinado, e que gerou prolongamentos visíveis até os dias de hoje. Este pilar das idéias e da cultura política no

ⁿⁿⁿⁿ PEREIRA DE ARAÚJO, João Hermes. *A Herança Colonial in Três Ensaio sobre Diplomacia Brasileira*. Brasília: MRE, 1989. p.13.

Brasil, pregado principalmente pela intelectualidade e por pensadores de corte conservador, preservaram a chamada “tradição pacifista” do Estado Brasileiro e fizeram herdeiros por várias gerações; de Dom Pedro II, passando pelo Barão do Rio-Branco e pelo grupo de intelectuais (*Círculo Rio-Branco*) que o acompanhavam como discípulos, Oliveira Lima, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa; chegando a Gilberto Freyre – que foi um dos ícones da Sociologia e Antropologia brasileira no século XX e que trabalhou constantemente com noções de conciliação e anulamento dos conflitos sócio-políticos.

A questão da escravidão constituía, já desde o Congresso de Viena (1815), um entrave crucial, principalmente nas relações com a Inglaterra, que pregava (certamente, seguindo seus interesses econômicos e políticos) a abolição do tráfico nos países em processo de independência. A resistência da Inglaterra, como estratégia de conquista de direitos econômicos frente ao novo reino do Brasil significou o primeiro momento de impasse político da recém nascida “nação brasileira”, processo que envolveu negociações diplomáticas e que exigiu diálogo e pragmatismo político. A exigência inglesa do reconhecimento por parte da antiga metrópole como pré-condição para endossar a existência do novo Reino do Brasil constituiu o primeiro obstáculo político e diplomático da recém proclamada “nação soberana brasileira”. Para o governo britânico, dois temas constituíam os interesses principais nas negociações: o comércio com o novo império e o tráfico de escravos.^{oooo} Neste quadro, foram indicados pelo Imperador D.Pedro I para comandar as negociações na Europa: Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, (o Marquês de Barbacena), e de Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa. Podemos sustentar, por isso, que foram eles os primeiros diplomatas que seguiram uma concepção formal de “nação brasileira”, vivenciada na defesa dos interesses do Império brasileiro cindido de Portugal.

A importância deste momento histórico para as nossas análises se justifica, pois constitui o vínculo inicial institucional (político) e informal (afetivo) nas referências a uma construção da nacionalidade no campo da diplomacia. O interesse que convergiu esforços de reconhecimento da independência do reino do Brasil se materializou de maneira peculiar. Conforme vai afirmar Pereira de Araújo “[ele] *era tal, que os diplomatas brasileiros foram autorizados, em última instância, a assinar, em nome do Imperador e de seus herdeiros, a renúncia à coroa portuguesa*”^{pppp}. O que de fato não chegou a ocorrer (até porque não se

^{oooo} Ibid., p.22

^{pppp} Ibid

inseriria nas exigências do governo britânico), mas que representa politicamente, o grau de empenho e, até certo ponto, de urgência em prol do reconhecimento internacional. É interessante notar que, nas referências usadas na época, e reproduzidas, freqüentemente o nome “reino” substituiu “nação”, como forma de dizer que o regime, enquanto corporalização do território e da idéia de unidade e de nobreza substituíam a afirmação de nascimento e identidade, que semanticamente simboliza o termo nação.

Após um longo processo de viagens e diálogos diplomáticos com Portugal e Inglaterra, em 1824, foi assinado o reconhecimento do Reino do Brasil, por parte dos dois países europeus. Como cláusula inicial para afirmar a soberania da recém constituída nação instituiu-se como condição a incorporação da dívida colonial de Portugal pelo então Império Brasileiro, que seria endossada e reconhecida, conjuntamente, pelos (agora) três países. Surge, portanto, com o reconhecimento e, portanto, com o nascimento institucional (no âmbito internacional) da “nação brasileira” o paradoxo inicial e essencial entre a construção dos pilares da soberania nacional, repousados sobre a dependência econômico-simbólica da dívida.

Representada em uma soberania não-soberana, inscrita nos termos de um empréstimo de três milhões de libras esterlinas junto ao governo britânico, para pagamento da dívida com Portugal^{qqq}, inaugurou-se o processo de reconhecimento por parte das nações européias do

^{qqq} Optamos por reproduzir o contrato integralmente, pois pensamos ser importante pensar ser este o marco da afirmação da legitimidade do processo de construção da chamada “nação” brasileira. Segue abaixo o contrato da primeira dívida externa, contraída pelo Império do Brasil.

1824 - O PRIMEIRO CONTRATO DA DÍVIDA EXTERNA CÉDULA

L 100 - Empréstimo de L 3.000.000 para o serviço do Império do Brasil.

A todos a quem este for presente.

Porquanto D. Pedro, por graça de Deus e unânime aclamação de seu povo, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, etc., etc., com o parecer do seu Conselho de Estado, tem resolvido fazer um empréstimo na Europa de L 3.000.000 para o serviço de seu Império, e tendo havido por bem nomear a nós, Felisberto Caldeira Brant, do Conselho de S.M. Imperial, Marechal do Exército Nacional e Imperial etc., etc., e a Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, do Conselho de S.M. Imperial etc., etc., seus plenipotenciários para esse fim prometendo de cumprir e preencher inviolavelmente tudo quanto nós, o dito Felisberto Caldeira Brant e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, tratarmos ou estipularmos em seu nome; e tendo em virtude dos poderes e autoridade de que somos revestidos, entrado em negociação para fazer um empréstimo da dita soma de L 3.000.000 para o serviço e em nome de S.M. Imperial: saibam portanto todos que, em virtude dos plenos poderes de que somos revestidos por S.M. Imperial e para o fim acima mencionado, nós Felisberto Caldeira Brant e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, por este presente e em nome de S.M. Imperial, entramos nesta escritura geral empenhando para o exato e pleno cumprimento dela a sagrada palavra de S.M. Imperial:

1º Certificados ao portador, vencendo interesses à razão de 5%, serão emitidos à monta adequada para completar a dita soma de L 3.000.000, o qual dinheiro será posto à disposição de S.M. Imperial na forma e maneira ajustadas. Uma cédula dos ditos certificados será anexa a este presente, e prometemos que o interesse deste

Reino do Brasil. Seguiram, Inglaterra, Áustria, Suécia, França, Suíça, Países Baixos, Prússia, a Santa Sé e mais tarde a Rússia e a Espanha^{lxxxviii}. Na contra-mão deste processo estaria os Estados Unidos da América que já havia reconhecido o governo brasileiro independente ainda em 1822. Empunhando a bandeira do monroísmo (pan-americanismo) como Manifesto aos Governos e Nações Amigas (publicado no mesmo ano), o governo americano – que já havia adquirido da Espanha os territórios da Flórida em 1819, passava a oficialmente a incentivar a independência das colônias americanas, como forma também de construir um diálogo necessário a um aumento de participação e influência econômica (comercial) e política junto aos demais países em formação.

empréstimo, começando do 1º de abril próximo passado, será pago todos os seis meses em Londres, ao portador dos ditos certificados, à razão acima mencionada, a saber, 2 1/2% no princípio de outubro próximo futuro, e 2 1/2% no primeiro do seguinte abril, e assim continuará a ser pago cada 1º de outubro de 1º de abril de cada anos sucessivo;

2º De mais, prometemos que um fundo de amortização de ao menos 1% sobre a soma destes certificados com o interesse que se acumular, será anualmente aplicado ao seu resgate, principiando, desde e depois do 1º de janeiro de 1825; o dito resgate será por compra quando os certificados estiverem ao par e abaixo dele; e quando acima do par se determinará por sortes, que se hão de tirar em Londres no 1º de abril de cada ano, e o resultado será imediatamente publicado na Gazeta de Londres; os números assim tirados serão pagos ao par com o interesse vencido no 1º de outubro seguinte; os certificados resgatados serão cancelados e depositados no Banco de Inglaterra, na presença de um tabelião, na dos agentes do empréstimo e na do enviado em Londres de S.M. Imperial, ou na de alguma pessoa devidamente autorizada por S.M. Imperial, ou pelo enviado; o número e a soma dos certificados resgatados serão publicados uma vez por ano na Gazeta de Londres. O interesse resgatado por sorte ou por compra será aplicado ao fundo de amortização, quando os certificados estiverem acima do par; a soma anualmente empregada no fundo de amortização não excederá 1% da sua monta com o interesse sobre aqueles que tiverem sido resgatados: se alguma parte do empréstimo ficar para resgatar no fim de 30 anos, ela será então paga ao par.

3º Sendo esta dúvida contraída com a autoridade S.M. Imperial, e para o serviço de seu povo, os recursos do seu Império são aplicáveis no seu pagamento, porém em ordem de assegurar a maior pontualidade na execução das suas promessas feitas-, neste S.M. Imperial, especialmente empenha as rendas procedidas das suas Alfândegas, e mandará ao administrador desse ramo da renda pública em o Rio de Janeiro, que estabeleça um fundo particular dos dinheiros ali recebidos como também dos dois outros portos de mar, e não permitirá que se faça outra qualquer aplicação dos ditos direitos para os fins gerais do seu governo, até que uma soma seja remetida, adequada ao pagamento do interesse sobre este empréstimo e o resgate do capital, conforme as condições da presente escritura geral. Sendo ajustado que existirá sempre em Londres às ordens dos agentes do empréstimo uma provisão para o interesse de seis meses e para a metade da soma, que se deve anualmente aplicar ao fundo de amortização.

4º Nós, o dito Felisberto Caldeira Brant e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, em nome e por conta de S.M. Imperial, por este nos empenhamos que o pagamento do interesse deste empréstimo e o resgate dele serão efetuados tanto em tempo de guerra como de paz, quer os portadores de certificados pertençam a uma nação amiga ou inimiga, que se um estrangeiro for portador de tal certificado, e se ele morrer ab-intestato, o mesmo passará aos seus representantes na ordem da sucessão estabelecida pelas leis do país do qual era súdito, e que tais certificados são e serão livres de sequestro, tanto das reclamações do estado, como das dos indivíduos. O presente instrumento ou escritura geral, com os originais plenos poderes de S.M. Imperial do Brasil, serão depositados no Banco de Inglaterra, em nossa presença, na presença dos agentes do empréstimo e na de um tabelião, para ali ficarem, até que todo o empréstimo tiver sido resgatado, e então a dita escritura geral será cancelada e entregue. Em fé e testemunho do que nós, o dito Felisberto Caldeira Brant e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa temos em virtude dos poderes de que somos revestidos por S.M. Imperial, assinado os nossos nomes respectivos e afixado os selos das nossas armas, em Londres, aos 7 de setembro de 1824. - Felisberto Caldeira Brant (L.S.) - Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa (L.S.).

Assinado, selado e entregue na presença de John Wambrok. - John H. Spende, tabelião.

^{lxxxviii} PEREIRA DE ARAÚJO, João Hermes. Op.Cit. Pág. 22

Este episódio de entrada oficial do Brasil enquanto país independente (ou nem tanto) no quadro das relações políticas internacionais representou o momento a partir do qual se assumem os interesses considerados nacionais em torno das políticas de diálogo e afirmação da soberania territorial brasileira. Inaugurada como um projeto de nação imaginado pelas oligarquias imperiais, os símbolos deste projeto se configuraram num desejo explícito de justificativa e legitimidade. Com o maior território do continente (maior inclusive que os Estados Unidos, até a compra do Alaska em 1867), havia a necessidade de pensar o país de maneira grandiosa e magistral. Compatíveis com seu tamanho estavam as aspirações de poder e de riqueza imaginados pelo Império e, a fim de consolidá-lo, era imprescindível promover o crescimento do país, de acordo com suas possibilidades econômicas, e de afirmar seu corpo político (o reino), como representante fiel deste projeto. Para isto, uma intelectualidade instruída, sofisticada nas maneiras de lidar socialmente; aristocrática e em sintonia com o campo intelectual da Europa eram fundamentais. Este foi o projeto de Brasil-Império que D. Pedro II, herdeiro do trono e criado pela figura excepcional de José Bonifácio de Andrada e Silva, pensava ser o valioso projeto de futuro para as gerações seguintes. Simbolizada por políticos como José Maria da Silva Paranhos (o Visconde do Rio-Branco), Nabuco de Araújo, Barão Homem de Melo, Barão de Penedo, dentre outros, foi esta a geração que ajudou a consolidar idéias de nação e patriotismo enraizadas para muito mais além de 1889.

Um dos mitos mais amplamente difundidos pela cartografia colonial portuguesa acerca da construção imaginária do Brasil-Colônia funda-se na visão de uma materialização do território, na parte sul do continente americano, num deslocamento e isolamento físico-geográfico do restante do continente: o mito da “Ilha-Brasil”. Jaime Cortesão^{ssss}, um dos historiadores e estudiosos mais dedicados à pesquisa deste tema, trabalha em uma análise bastante interessante e adquire um contorno interessante, na discussão acerca da construção da idéia de nação no Brasil.

O mito da “Ilha-Brasil”, transportado das construções cartográficas lusitanas do território colonial do que viria a ser o Brasil, prolongava e ressaltava os aspectos geográficos e naturais, relativos aos rios e montanhas no território como donos de um desenho expressivo de uma peculiaridade que definiam um insulamento geopolítico do território colonial pertencente a Portugal. Fazia parte do projeto colonial da construção de uma soberania

^{ssss} Cf. CORTESÃO, Jaime. *A História do Brasil nos velhos Mapas*. Instituto Rio-Branco. 1956 e _____. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. MEC 1958.

nacional portuguesa afirmar a conquista de uma “grande ilha”, que delimitasse sobre si mesma as fronteiras e os limites de ocupação e que se autodefinisse como portadora de unicidade e particularidade, para as quais o projeto português, em contraste com o projeto espanhol (de Castela) oferecia melhores condições para ser povoado e explorado. Estes elementos, em última análise, referiam-se às concorrências coloniais entre Espanha e Portugal pela hegemonia no continente americano e permitiam a defesa do acesso às terras do chamado *Mundus Novus*^{tttt}, junto a Santa Sé. A construção de uma idéia teológica de perfectibilidade e unidade relativa à geografia – que se julgava na época, muito mais intocável e determinista, garantindo também a Portugal o direito legítimo de construir na então “ilha”, um espaço particular separado que garantisse seus interesses comerciais que pudessem ser explorados na então colônia. Assim, se materializou um projeto de colonização e conformação social centralizado e individualizado, conformado no corpo físico do território, sobre o qual a colonização deveria promover a integração, união, povoamento e exploração. Os movimentos de bandeirantes, as ações jesuíticas e as sesmarias fizeram parte deste projeto também como iniciativas diferenciadas das aplicadas ao “restante do continente”. “Ilha-Brasil”, portanto, que se queria construir distanciada dos vizinhos latino-americanos. Sob o argumento da especialidade da origem da terra, se construiu também no imaginário popular o mito de que a chamada *terras brasilis* constituía um elemento distinto especial, referido a um passado inacabado e distante.

Este mito (podemos defender) foi parte não só da política exterior lusitana – prolongada e apropriada no Brasil-Nação, mas foi incorporada com o processo de independência num plano talvez menos explícito, vislumbrado nas noções de soberania particulares e nas idéias acerca da nação pensadas pelo império brasileiro, bem como pelo corpo diplomático imperial. A idéia de império construída a partir de uma conformação de símbolos explícitos de nobreza, valores hierárquicos e centralidade política basearam a forma de pensar a organização desta “nação-ilha” e foi um dos principais pontos de partida do Império Absolutista Católico Ilustrado Brasileiro.

tttt A referência que se faz aqui é ao texto de Américo Vespúcio, navegador de origem italiana que, por volta de 1503, publicou o primeiro texto impresso sobre o Brasil. Nele, se referia de maneira romântica e extremamente edílica ao caráter de bondade e pacifismo das gentes encontradas no território daquele que viria a ser o Brasil. Os relatos fantásticos de visões paradisíacas serviram também para fundamentar a idéia de que a chamada “Ilha-Brasil” encarnava o paraíso na terra, denotando uma imagem divina de território de paz eterna e beleza infinita. Cf. BIBLIOTECA NACIONAL: *Brasileana da Biblioteca Nacional / Guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 2001.pág. 33.

O princípio norteador do projeto de nação pensado para o Brasil por políticos e diplomatas do Império se prolongou pelas mãos de Rio-Branco, adentrando o século XX – foi o de construção e consolidação do território nacional, assegurando sua centralidade, através da defesa das fronteiras nacionais com os demais países. Este chamado “*mito fundador*” prolongou-se enquanto um ordenamento ancestral que orientou as políticas implementadas pelo Estado Nacional Brasileiro, desde o século XIX. Podemos entender, a partir desta formulação, que a idéia de nação esteve muito próxima de uma concepção antiga, referida ao direito natural e ao estado de natureza escolasticista. Foram estas as matrizes do que poderíamos chamar de “mito-Brasil” que receberam a influência do código napoleônico e do direito canônico para a formulação da codificação nacional brasileira. A organização do território e a noção de “pátria” como instrumento do Estado Nacional Brasileiro foi construída^{uuuu}, portanto, numa referência às origens antigas, que estiveram, por assim dizer, inseridas num plano cartesiano de transcendência à genealogia, a um princípio único e original. É esta reflexão que guia as nossas hipóteses no plano conceitual para tratar a idéia de nação e que vai nos servir de referência para pensar a política externa no âmbito das orientações diplomáticas acerca da consolidação das fronteiras no Brasil. Por exemplo, ao pensarmos Rio-Branco e seu estudo histórico para a construção da defesa brasileira pelos territórios ao sul e ao norte do Brasil (nos dois processos de arbitramentos em curso na última década do século XIX) foi orientado por essas referências antigas. Conforme pudemos observar, ao abordarmos as questões de fronteira trabalhadas por Rio-Branco, foram os recursos aos usos da história, como fundamentação de uma defesa de posse do território retroativa que determinou a vitória da diplomacia brasileira nas disputas com seus vizinhos. O uso da cartografia oficial, através das cópias dos mapas existentes em museus e arquivos europeus (por meio das ligações de Rio-Branco com seus secretários e enviados nos países europeus) demonstrou uma ligação fundamental do pensamento do que seria pertinente ao território nacional, como legítimo, por ter se constituído do prolongamento colonial português. Conforme os dizeres de Darcy Ribeiro “*mapas e cartas, mais que representações do que se vê, constituem, até certo ponto, reflexos do que se quer ver*”^{vvvv}.

^{uuuu} Cf. HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

^{vvvv} RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

3.2 Diplomacia como “missão”: As interlocuções entre o Campo da Diplomacia e a Igreja Católica Romana

A defesa de territórios com base na “herança colonial” foi assim o ponto-chave utilizado pela diplomacia imperial e republicana, a fim de sacralizar seu direito de posse sobre a região. As chamadas “missões” diplomáticas organizavam materiais e estabeleciam contatos políticos importantes a fim de orientar as falas de seus representantes em consonância com as idéias de direito referidas ao paradigma legalista e preeminência desses direitos em relação aos países com quem disputava. As “missões” afirmavam também a ligação de enraizamento com a colonização portuguesa e encontravam em fontes primárias cartográficas, muitas vezes de origem canônica, documentos que confirmassem as defesas nos conflitos de fronteira com os vizinhos. Interessante nesta questão, é que a relação da diplomacia com termos como responsabilidade e compromisso fazia-se importantíssima geração após geração. Noções de fidelidade e o próprio uso semântico do termo “missão” (o mesmo usado pela Igreja, portanto, pelos jesuítas nas suas viagens de conversão ao redor do mundo^{www}) foram aplicados e interiorizados por diplomatas – ao longo do século XIX – dentre os quais o Barão do Rio-Branco foi um dos membros mais destacados. Na permanência da política externa imperial na República, podemos identificar, de certa maneira, o aporte nacionalista-patriótico, que esteve ali discretamente revivificado, numa ligação muito íntima com a referência a colonização portuguesa. Foi este compromisso que embasou e consolidou os argumentos repousados sobre os documentos, e mapas usados por Rio-Branco. Tanto no caso das Missões quanto no Amapá, a busca de uma defesa do direito historicamente legítimo atravessava também as referências sagradas de direito divino a partir da colônia. A defesa dessa legitimidade ancorou-se, portanto, em leis e definições deixadas pelo direito internacional, que até então resgatavam da história colonial os aspectos de afirmação da nacionalidade através da “herança colonial”. Vale ressaltar que a prática dos arbitramentos, como práticas comuns do foro da política internacional no concerto das nações – no caso, do Brasil-Império e do Brasil-República – são práticas históricas de origens canônicas com referências ao período colonial. Estas práticas foram utilizadas por Portugal e Espanha, em momentos de disputas, na ausência de negociações satisfatórias para ambos os lados. Nestes casos, apelava-se ao Papa, enquanto santidade e autoridade maior, que era o responsável pela

^{www} A idéia de política como missão (em oposição à política como arte) e suas implicações com o tomismo (e o neo-tomismo) foi trabalhada por Richard Morse. Cf. MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero: Cultura e Idéias nas Américas*. 5ª Edição. Trad. Paulo Neves. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. 192p.

decisão final, irrevogável e inapelável, publicada por meio de bulas, como foi, por exemplo, o caso do Tratado de Tordesilhas.

A cultura política diplomática apropriou, nesse desdobramento específico do campo do direito, a cultura portuguesa. O territorialismo, aplicado pelo princípio de *Uti Possidetis* foi exatamente o primeiro princípio de raízes seculares a orientar a política de fronteiras no Brasil. Fundamentado e inicialmente aplicado por Alexandre de Gusmão (vinculado na invenção das tradições como o “pai da diplomacia brasileira”, mas que, no entanto, representava os direitos de Portugal sobre sua colônia) *Uti Possidetis* significava o direito de posse àquele que efetivamente ocupava o território inicialmente, e, portanto, documentava esta ocupação de forma a prová-la. Daí o princípio para determinar pertencimento do território e direitos sobre ele estar intimamente ligado ao caráter de documentação original capaz de provar por quem aqueles territórios tinham sofrido ocupação inicial. A idéia de provas, e de apresentação destas, bastavam para a defesa e decisão, e o país (como foi o caso do Brasil) que se afirmasse seguidor desta norma, estaria inicialmente ileso a contestações iniciais – embora devesse formalmente apresentar suas provas e argumentações perante o outro país. O *Uti Possidetis* (enquanto ordenamento jurídico de direito internacional) chegou a ser usado inicialmente pela França, dando-se o direito de posse pelos territórios ocupados na costa colonial brasileira, pela ocupação. No entanto, por não ter se sustentado por meio de provas (mapas ou outros documentos que confirmassem sua defesa) não houve repercussão oficial nos meios de direito internacional (canônicos e seculares) o que contribuiu para agilizar a expulsão do território pelos portugueses. O princípio do *Uti Possidetis* consagrador da política diplomática e territorial portuguesa, na segunda metade do século XVIII prolongou-se nas formulações de direito internacional brasileiro a partir da independência, em 1822.

A construção do território, conforme podemos verificar, constituiu o eixo para a formulação das noções relativas à idéia de nação no Brasil. A costura deste território formal, que só veio a se encerrar com Rio-Branco, já no início do século XX, foi resultado de um processo longo e que passou pela autorização e delegação de poderes seculares e pela instituição religiosa da Igreja. Ainda no Brasil-Colônia, a busca pela delimitação efetiva e definitiva do território passou por contestações e redefinições constantes, envolvendo Portugal, Espanha e a Santa Sé, e provocando disputas, guerras, acirramento de conflitos entre as então colônias e que se prolongaram pelos Estados Nacionais ao norte e ao sul do continente. Como exemplo ilustrativo destas querelas coloniais, podemos citar o caso da

Colonia del Sacramento. De frente para Buenos Aires, nas margens do Rio da Prata, Colonia del Sacramento foi, por um século e meio (1680-1828), um dos principais alvos de disputas entre portugueses e espanhóis (em busca do desembocadouro do rio da Prata, que era o principal meio de transporte fluvial ao sul do território americano). Submetida a acordos e tratados assinados e re-editados, bem como a ocupação efetiva do território^{xxxx}, Colonia del Sacramento esteve sempre ligada à colonização portuguesa e espanhola, terminando por pertencer ao território uruguaio. As justaposições de elementos políticos e culturais ibéricos, ao longo de quase dois séculos, deram origem a uma herança cultural riquíssima. A mistura de influências lusitanas e espanholas ainda é visível na arquitetura da cidade, nas calçadas, no desenho em forma de fortaleza, às margens do Prata, e até mesmo na culinária, que traduz uma mistura cultural e histórica de Brasil e Argentina.

A idéia de “herança colonial” também foi alvo das preocupações dos intelectuais que constituem nosso objeto de pesquisa. As obras de muitos deles procuraram construir historicamente a formação do Brasil enquanto nação e enquanto povo. Não podemos deixar de lembrar, por exemplo, os esforços de Manoel de Oliveira Lima, e seu “herdeiro”, por assim dizer, Gilberto Freyre que passaram boa parte de suas vidas dedicados a pensar a construção da identidade nacional no Brasil a partir de uma matriz semelhante. Ainda que este não seja o foco principal deste trabalho, estamos preocupados em pensar até que ponto a chamada *intelligentsia* brasileira do início do XX, que constitui nosso objeto de análise, pensava nação e povo brasileiros, seguindo um enquadramento cartesiano transcendentalista. A partir dele ideal de sacralidade da pátria resumiu esforços e resolveu conflitos, como podemos encontrar no espírito de conciliação e equilíbrio de antagonismos expresso no ideal pacífico da “nação brasileira”, defendido na política exterior de Rio-Branco, de grande repercussão. No quadro de propostas para pensar a diplomacia, como nas obras de pensadores e intelectuais não diretamente ligados ao campo, também percebemos esta influência, como é o caso, por exemplo, da obra de Gilberto Freyre. Este ideal de conciliação, expresso pela construção da noção de pacifismo em relação à formação social brasileira, ou, em última análise, a um panorama de equilíbrio embasado na história política do Brasil recebeu a atenção de muitos intelectuais e foi o foco das atenções de muitos autores do campo da insurgente ciência social no Brasil.

^{xxxx} Curiosamente, o embate terminou com a intervenção do Reino Unido, que incorporou, em 1821 o então Estado da Cisplatina, mais tarde, Uruguai, num dos episódios marcantes da entrada ativa da Inglaterra no contexto colonial na América do Sul.

4. DIREITO E HISTÓRIA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO ENTRE OS INTELLECTUAIS DO CÍRCULO RIO-BRANCO

Um dos marcos mais importantes, senão o mais importante, para a formação do campo da diplomacia brasileira remonta o processo de reconhecimento da independência em relação à metrópole. Embora a historiografia reconheça a importância política da figura de Alexandre de Gusmão^{yyyy} na referência à construção política da diplomacia no Brasil, pelo encaminhamento do princípio do *Uti Possidetis* (amplamente aplicado durante o Primeiro e Segundo Reinados), tendemos a privilegiar a criação do corpo diplomático institucionalmente brasileiro para entender os princípios de encaminhamento da política externa a partir de 1822. Ainda que Alexandre de Gusmão, nascido em território colonial português (terras brasílicas), tenha exercido com destaque suas funções de diplomata, estas priorizaram a política metropolitana de conquista e manutenção de territórios coloniais na América. Não se precedeu, nas ações de Gusmão, um princípio de soberania nacional brasileira (em seu significado moderno). Foi, por excelência, um trabalho político de consolidação da política externa lusitana no propósito de afirmar sua proeminência em terras americanas.

As análises e o debate acerca das formulações teórico-conceituais pertinentes ao campo da diplomacia no Brasil, na virada do século XIX para o XX devem levar em conta estas questões. As idéias de diplomacia, história e nação, na sua costura intelectual e na sua constituição enquanto termos que assumem importância política num dado contexto histórico são, portanto, o foco de nossas interpretações. Procuramos apreender de que maneira, para aqueles intelectuais dos quais Rio-Branco foi líder, articulava-se uma noção de tempo

^{yyyy} Alexandre de Gusmão (Santos, 1695 – Lisboa, 1753): Diplomata do império português nascido em São Paulo

que representou Portugal em vários países, nomeadamente em Roma, onde chegou a ser convidado para a corte do Papa Inocêncio XIII. Notabilizou-se pelo seu papel nas negociações do Tratado de Madrid, assinado em 1750, que definiu os limites entre os domínios coloniais portugueses e espanhóis na América do Sul, criando assim o primeiro desenho dos limites territoriais do Brasil. Entre 1730 e 1750 foi secretário particular de D. João V, e nessa condição participou de decisões da metrópole sobre o Brasil. Considerado o "avô" da diplomacia brasileira por sua atuação no Tratado de Madrid (1750), onde defendeu o princípio do *Uti Possidetis*, seu resultado prático foi praticamente a triplicação do território brasileiro, que rendeu ao Brasil, ao longo do século XIX a utilização do princípio de *Uti Possidetis* pela diplomacia brasileira para solucionar questões de fronteira.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores.

histórico, uma cultura diplomática que remontava a “herança colonial” intrínseca a uma idéia de nação própria àquele tempo e àquele grupo. De que maneira aqueles indivíduos e personagens políticos comungavam, no sentido quase litúrgico, de um pertencimento afetivo e intelectual bastante peculiar, que se referia diretamente a estas noções. E como, no desdobramento das ações políticas, estes personagens – em especial, Rio-Branco – se projetaram no imaginário popular, ainda que fossem membros da classe dominante. A discussão sobre distância, identidade e poder colocada para o âmbito das relações entre a sociedade brasileira do início do século XX e aqueles representantes políticos do Estado republicano torna-se importante no âmbito das relações entre cultura política e diplomacia na passagem à modernidade.

É importante ressaltar que as reflexões encaminhadas pelo debate e diálogo entre textos não têm como objetivo uma definição ou um conceito puro e fechado daquilo que denominamos “nação” ou “história”. Ainda que procuremos diferentes abordagens acerca dos termos, nossa proposta é promover a discussão e delimitar uma noção contextualizada desses significados para um determinado grupo de intelectuais que, simbolicamente, representaram a afirmação de princípios de cunho “nacional”, cuja orientação, defendemos, tenha se processado seguindo princípios de alteridade. Muito embora estejamos trabalhando com autores com forte veio conceitual, tal como o trabalho de Reinhart Koselleck^{zzzz}, em relação à história do conceito de “revolução”, não estamos focando o sentido enciclopédico ou de rearranjo de verbetes, mas na obra de configuração e análise de representações acerca de noções específicas partilhadas por um grupo. Consideramos também, preliminarmente, que nosso escopo de análise não considera exclusivamente um dos campos de conhecimento específico, utilizando obras de referência em diferentes disciplinas. A heterodoxia deste chamado “método” de investigação se faz como proposta de aproximação multidisciplinar entre os campos de humanidades e se fundamenta em dois princípios:

1)O da formulação de uma crítica aos estudos de relações internacionais - independentes e auto-referidas - fortalecidos a partir de meados do século XX, no contexto da Guerra Fria, a partir de uma contextualização política de sua criação e dos interesses em jogo.

^{zzzz} KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. Contraponto, 2006.

2) E, como desdobramento, a proposta de aplicação de estudos sobre a diplomacia que privilegiem a abordagem multidisciplinar, cedendo espaço, por exemplo, à História das Idéias e à cultura política, como campos de análise a serem considerados na formação acadêmica e profissional de chancelaria, para além das áreas específicas das agendas das chamadas das relações internacionais hoje, das quais constam os estudos de comércio exterior e instituições internacionais.

Entendemos que haja um descolamento do campo da ciência política nos estudos de relações internacionais hoje, o que representa, de sobremaneira, o esforço de se desfazer o conteúdo ideológico (do ponto de vista das escolhas políticas) pela omissão ou mascaramento das questões primariamente políticas nos estudos de política internacional.

4.1 A formação do campo da diplomacia no Brasil no século XIX

Trazida como bagagem cultural deixada pelo império português, depois materializado no reino brasileiro, a intelectualidade lusitana construiu-se sobre as bases de uma formação cultural e política aristocrática, de acordo com a formação social portuguesa hierarquizada.

O modelo acadêmico do campo do direito, construído na concepção do Direito Romano Eclesiástico conformava uma tradição viva de contato com a história e de uma argumentação oral forte. No Brasil, herdeiro da tradição coimbreense, a erudição intelectual e a sofisticação que os estudos humanísticos enriqueciam a cultura dos estudantes das duas principais escolas de direito do país – Recife e São Paulo^{aaaaa}. Na segunda metade do século XIX - período no qual se formou boa parte dos intelectuais do corpo diplomático e da chancelaria brasileiros do início do século XX – dois aspectos de destaque conferiam aos seus estudantes uma projeção. Além do perfil aristocrático de uma geração de filhos de políticos e figuras proeminentes do Império (o que garantia sua inserção e circulação pelos nichos do poder), havia uma forte identificação entre direito e literatura, muitos estudantes escreviam, produziam artigos para jornais e periódicos (acadêmicos ou não), como forma de expressão política^{bbbbb}. Havia, sobretudo, uma influência romântica (que procuramos tratar no capítulo

^{aaaaa} Cf. NEDER, Gizlene. *Iluminismo Jurídico-Penal Luso Brasileiro: Obediência e submissão*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos / ICC, 2000.

^{bbbbb} Cf. NEDER, Gizlene. *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*. Op.Cit.

anterior) e uma preocupação em recortar a identidade dita “nacional” a partir de elementos estrangeiros, em sua maioria.

O contato freqüente e constante entre estudantes de direito ou bacharéis (já formados) e o campo intelectual europeu fazia parte das trocas e apropriações da sociabilidade, pelas quais passavam todos aqueles que desfrutavam de meios financeiros e contatos pessoais no exterior para viver fora por algum tempo; estabeleciam vínculos políticos, freqüentavam meios sociais de relevância para as relações políticas do Império e aprimoravam o chamado “*esprit de la finesse*”, denominou a cultura erudita referida à Europa. Percorrendo salões de leitura, museus, arquivos, conhecendo diplomatas, embaixadores e políticos europeus, relações íntimas e intelectuais eram cultivadas e os futuros “intelectuais de gabinete” entravam em sintonia com o mundo “civilizado”.

O estudo do direito internacional, como desdobramento do campo do direito, surgiu como um campo de acesso ainda mais restrito, na medida em que exigia o estudo de idiomas, de leis e de culturas políticas. Os estudos de história e de geografia representavam a inserção no universo filosófico de pertencimento ao campo intelectual erudito. Representar o Império perante as demais nações do mundo ocidental era como estar em contato com outro. Constituía, além de um desafio, um orgulho, pois dele se encarregavam aqueles que já eram, via de regra, representantes do campo político imperial.

A formação do campo da diplomacia no Brasil se construiu, portanto, ancorada em dois princípios. No que concerne às influências teóricas; herdou a concepção do direito internacional lusitano, da qual os estudos de história e geografia consagravam e legitimavam os direitos efetivos do Estado português sobre os demais e que materializava uma idéia de pertencimento e identidade política relativa ao território brasileiro, projetadas no mito da “Ilha-Brasil”, que se confirmava nos símbolos de grandeza e progresso. No âmbito das ações políticas efetivas, o campo da diplomacia no Brasil surgiu de uma necessidade de afirmação no contexto das demais formações históricas ocidentais (em especial, das européias) em que era necessário afirmar-se como soberana e consolidar um projeto de cunho nacional capaz de orientar as ações de política interna. Ao mesmo tempo, este campo político, representado pelos diplomatas (que eram homens de Estado), requeria uma imagem individual de nação independente (a partir de 1822), de acordo com os valores da cultura política e moral ocidental, em que prevaleciam os ideais do humanismo, do progresso e do liberalismo. Ainda

que se mantivesse, pelas escolhas políticas e econômicas, o sistema escravocrata até quase o fim do século XIX.

O paradoxo oriundo da relação entre escravidão e liberalismo foi analisado por Roberto Schwarz em artigo intitulado “As Ideias fora do lugar”^{cccc}. Neste texto, que originou inúmeros debates no campo das Ciências Sociais no Brasil, em especial em meados dos anos 1970, o autor trás uma interpretação interessante para trabalhar a formação social e política do Brasil.

O casamento ideológico e político do Liberalismo - enquanto fenômeno difusor dos ideais de progresso, autonomia individual e objetividade, condizente com o contexto de abertura dos mercados, com a Escravidão – enquanto sistema econômico, cujas implicações sociais (e subjetivas), decorrem da violência de cunho físico e ideológico, construiu o pilar da sociedade brasileira, ao longo do século XIX. Nos dizeres de Schwarz:

O Escravidão desmente as idéias liberais; mais insidiosamente o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorver e desloca, originando um padrão particular. O elemento de arbítrio, o jogo fluido de estímulos e auto-estima a que o favor submete o interesse material, não podem ser integralmente racionalizados. Na Europa, ao atacá-los o universalismo visava o privilégio feudal. No processo de sua afirmação histórica, a civilização burguesa postulava a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho, etc – contra as prerrogativas do Ancien Régime. O favor, ponto a ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais^{dddd}.

Neste aparente antagonismo, se construiu a idéia do favor, que, enquanto ideologia capaz de mediar (conciliar) as relações de violência e subordinação, representou, por um lado, o esvaziamento da crítica e da exacerbação do conflito, mas, pelo mesmo motivo, permitiu que relações impessoais, transformadas em pessoais, compusessem um elemento diferenciador de cunho afetivo na própria concepção de política “como arte”, pensada a partir da perspectiva maquiaveliana. Política essa capaz de promover uma flexibilização e movimentação constante por entre o exercício de poder, capaz de possibilitar mudanças subjetivas e objetivas num intervalo de tempo relativamente rápido. O favor, apreendido sobre essa dupla contradição – capaz de afirmar totalitarismo e submissão, mas também capaz de enredar-se por uma

^{cccc} SCHWARZ, Roberto. “As Ideias fora do lugar”. In: *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1977. São Paulo.

^{dddd} SCHWARZ, Roberto Op. Cit. p.16.

afetividade de cunho agregador, constitui ainda hoje um dos dilemas e desafios para se pensar, não só Políticas de Estado (em oposição à Política de Governo) quanto políticas em sentido simbólico e subjetivo.

Schwarz, que se propôs pensar sob esta perspectiva para contextualizar a obra e a vida de Machado de Assis, não incorreu em erro histórico, biográfico ou sociológico. Sendo Machado um dos chamados “homens livre”, que constituíam a coletividade intermediária nas relações polarizadas entre escravo e senhor de engenho, subordinado e subordinador (*strictu sensu*), foi, como intelectual e como parte de sua geração (criada sob o signo de uma construção idealizada de um “projeto nacional”) crítico, capaz de ser um “mestre” na “engrenagem” do Capitalismo^{eeee}. Como escritor, Machado remontou o universo das relações de favor dentro de suas obras literárias; analisou com sátira e dramaticidade os envolvimento de homens (como ele) com o universo aparentemente arbitrário do poder, descreveu e criou o conflito no interior das relações pessoais e impessoais que se estabeleciam nos enredos de seus contos e romances. Machado de Assis, que foi o mesmo que vivificou a Academia Brasileira de Letras como “Torre de Marfim”, nas suas abstrações, o lócus de uso das letras para a discussão literária *per se*, foi aquele que exorcizou em seus personagens o conflito e as interpenetrações do poder em diferentes esferas (nas relações de gênero, nas relações de trabalho, nas relações de afeto, nas relações de afinidade intelectual). Tal qual muitos dos intelectuais que estamos trabalhando aqui, Machado foi um dos representantes de sua geração, porém com o diferencial de não ter jamais pertencido ao campo da diplomacia. Entretanto, não é de maneira fortuita que chegamos a ele ao falar da construção do campo da diplomacia no Brasil, através do percurso teórico e das discussões conceituais. Pois, tal qual seus grandes

^{eeee} O termo “engrenagem” vem como provocação ao título de Schwarz *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*. Substituindo o termo geográfico “periferia”, pelo termo da mecânica “engrenagem”, nos propomos a pensar em conformidade com os argumentos de Francisco de Oliveira em *Crítica da Razão Dualista*. Apresentamos, portanto, nossa consideração de que o Brasil, nesta colocação antagônica (expressa por Schwarz) entre Liberalismo e Escravidão, promove de fato uma imbricação original e autêntica nas maneiras de uso do poder pessoal e impessoal, conforme Schwarz defende ao trabalhar o “favor como ideologia”. Entretanto, tendemos a concordar com Francisco de Oliveira, quando este argumenta que, dentro destes mecanismos de conformação entre o plano político do liberalismo e seu plano econômico, concentra-se uma inequívoca contradição que nos permite tratar a Escravidão, bem como seus desdobramentos no campo do mercado de trabalho brasileiro, absolutamente concordantes e lógicos. Oliveira, que trabalha com as formas de orientação da produção econômica, a partir da escravidão e da monocultura exportadora não descola sua fundamental interligação com os parâmetros do Liberalismo Econômico, que necessitava crucialmente deste concerto para organizar capital e trabalho em suas outras esferas e espaços políticos e econômicos. Assim, o termo “periferia” usado por Schwarz acaba se tornando inapropriado, senão no seu uso enquanto referência, no seu uso semântico. Ver. SCHWARZ, Roberto. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*.⁴ Edição. São Paulo, Editora 34, 2000. 250p. e OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1981. Publicado originalmente em Estudos Cebrap (2), 1972.

amigos diplomatas e intelectuais do Círculo Rio-Branco, Machado fez parte de um processo de inserção na cultura política pela exclusão da política.

No campo exclusivamente político, Machado de Assis permaneceu como elo de ligação e conciliação dentro da Academia Brasileira de Letras. A troca de correspondências entre ele e muitos de seus pares (que eram diplomatas) é rica, e mereceria uma investigação mais apurada. Fato é que o desejo de Machado de ver algum de seus “prediletos” na Academia, não o fez poupar esforços no uso das relações de poder a fim de obter resultados políticos. Machado partiu de concepções (de cultura política) heterodoxas e flexíveis, combinadas com uma noção de função intelectual particular. E é no desdobramento desta reflexão que concebemos o debate teórico sobre a idéia de nação, na passagem a modernidade no Brasil.

4.2 História, Diplomacia e Nação: Uma reflexão sobre o tempo histórico

O desafio de pensar a história, como possibilidade de se imaginar presente e futuro, não constitui apenas uma das grandes mudanças no eixo das idéias na contemporaneidade. A transição do sentido do tempo e da construção das trajetórias sociais, das memórias individuais e coletivas e do significado dos valores de um povo a partir do racionalismo, é considerada uma das maiores preocupações do historiador. Preocupações que se projetam na vida do indivíduo que interpreta e que submete categorias às análises temporais e aos métodos de investigação, a fim de apreender o direcionamento humano, suas orientações objetivas e subjetivas; seu sentido, enfim. De maneira mais geral, estes desafios, caros a historiografia feita hoje não se afastam tanto do universo de preocupações dos intelectuais que trabalham aqui. Na perspectiva humanística pós-iluminista, em especial no século XIX, quando se processou a formação acadêmica e intelectual dos intelectuais do qual Rio-Branco, a discussão do tempo, da história e do sentido para o qual se persegue o futuro perpassou toda esta geração de pensadores.

Reinhardt Koselleck, em *Futuro Passado*^{ffff} propõe uma investigação acerca de uma história dos conceitos inscrita no processo de modernização da sociedade européia, a partir do século XVI. Segundo ele, as percepções de passado e de futuro num presente distante do

^{ffff} KOSELLECK, Reinhardt. *Op.Cit.*

nosso assumiram um significado particular na realidade do universo social do indivíduo e traduzidos por uma linguagem específica. Iniciando as discussões e como forma de ilustrar a construção da idéia de história, ele apresenta uma interpretação emblemática do sentido do tempo e sua tradução artística.

Narrando a encomenda de uma série de quadros com temas históricos feita pelo duque Guilherme IV em 1528, para sua residência de verão, Koselleck destaca, dentre as temáticas de cunho cristão-humanista, de Antiguidade Clássica e de assuntos bíblicos, a escolha de sua obra mais importante, *A Batalha de Alexandre*, de Albrecht Altdorfer. Por este painel, o autor discute a noção de história traduzida nas imagens do pintor. Segundo seu argumento, a preocupação e minúcia estéticas do pintor foram maiores do que o detalhe de inserir a data da referida batalha que se quis representar. O que, trezentos anos depois, impressionou Friedrich Schlegel, ao ver o mesmo quadro e ser capaz de distingui-lo tanto de seu próprio tempo quanto da época antiga. Ao que Koselleck usa como exemplo da tradução de mudança do significado da História e da noção de processo histórico entre o século XVI e XIX. Conforme aponta o autor:

(...), nos trezentos anos que o separam de Altdorfer, transcorreu para Schlegel mais tempo, de toda maneira um tempo de natureza diferente daquele que transcorreria para altdorfer, ao longo dos cerca de 1.800 anos que separam a Batalha de Issus e sua representação.^{§§§§§}

Koselleck pretende entender de que maneira a percepção do tempo transformou-se com a passagem do próprio tempo, com as mudanças sociais e com a criação artística do homem de se fazer enxergar de maneira distinta de antes. Para o autor, o Iluminismo, como o momento de incorporação semântica de palavras e significados diferentes da tradição de aprendizado do conhecimento, representou também o marco da mudança de significados acerca do tempo histórico.

Se antes, como afirma o autor, o tempo inaugurava-se na determinação divina, que interferia sobre o futuro, com a introdução das noções de progresso, revolução e aceleração – trazidas pela Física e pela Mecânica – começa-se a pensar sobre o tempo através de metáforas que antes não eram condizentes com a realidade material européia. Neste processo, que pressupõe uma re-tradução semântica dos termos (como, já apontados “progresso”,

^{§§§§§} KOSELLECK, Reinhardt. *Op.Cit.* p.23.

“revolução” e “aceleração”) desenrola-se uma relação mais íntima com o sentido cotidiano das experiências vivenciadas pelos homens. Nos dizeres filosóficos, significa afirmar que houve um descolamento com a referência exclusiva ao binômio Deus e Homem, para se trabalhar o tempo, do ponto de vista Homem e Homem. Este processo, é designado de “secularização”, foi uma das maiores rupturas com o ordenamento das idéias e das expressões a respeito do tempo, que adquire aqui, nas suas funções humanas, caráter “mundano”. A tradução do termo “mundanização” (em diferentes idiomas) pelo termo “secularização” trouxe uma apreensão do tempo em sentido de descolamento das idéias por completo. No mote do termo “mundano”, que pressupõe as relações humanas no mundo cotidiano, ao ser substituído por “secular”, em distinção com “divino”, perde semanticamente a percepção de prolongamento da ordem de referência divina^{hhhhh}. Este detalhe microscópico da semântica, trabalhado em exaustão por filólogos e historiadores (Begriffsgeschichte) alemães, reserva a Koselleck uma importância, quando tratamos da dinâmica das noções de tempo ao longo da História.

Pensando de maneira pragmática e criando possibilidades acerca do que pode acontecer no porvir, a idéia de futuro descolou-se das noções escatológicas do tempo (eclesiásticas), assumindo a noção de cálculo político – ou seja, de planejamento, organização e objetivo, visando um determinado fim. Contrária às noções de divindade que especulavam o fim dos tempos e o horror da morte e do juízo final, estava a criação de uma idéia de tempo que não está já colocada, ilustrada, acabada. Da mesma forma, buscou-se no passado àquilo que se chamaria de eventos ou fenômenos contados e guardados na memória para se apreender o futuro; usar as experiências e os usos do tempo a fim de construir algo diferente no porvir. Ao mesmo tempo, as noções de aceleração e revolução, trazidas do campo da mecânica, permitiram uma materialização visual de movimentos em escala e proporção antes inimagináveis; a realização de experiências capazes de executar o que os cálculos realizavam no papel foram, com o tempo, incorporando o sentido de se trazer a realidade social movimentos em velocidade crescente capazes de transformar radicalmente um determinado contexto.

^{hhhhh} Koselleck usa como exemplo dessa re-tradução da noção de tempo futuro Nicolau Maquiavel, que, no século XV, inaugura a escrita da política sob o viés da projeção de expectativas e do cálculo racional das possibilidades de se alcançar objetivos práticos.

Somos, portanto, herdeiros de uma tradição teleológica de concepção de tempo, que atravessou o processo histórico incorporando mecanismos de aprimoramento e percepção lógica do universo ao redor dos homens. Qualificar como história, a simples noção de processo em relação ao presente ou em projeção ao futuro, seria ingênuo, senão inútil para se avaliar o tempo hoje. De acordo com as próprias afirmações de Koselleck, a partir desse chamado “*Sattelzeit*”, ou, em português, “*Tempo-sela*”ⁱⁱⁱⁱ, que correspondeu ao período de 1780 e 1830, foram tão impactantes as transformações sociais e seus resultados; que nos parece distante e inacessível, na nossa percepção subjetiva do tempo, tudo que se encerra em 1780. Seguindo essa mesma lógica, tendemos a nos sentir mais próximos ou a pensar como contemporâneos (no sistema cronológico de organização do tempo histórico) os acontecimentos ocorridos a partir de 1830. Embora reflexão feita por Koselleck acerca do “*Sattelzeit*” não se proponha a comprovar-se ou sustentar-se por provas documentais; uma vez que segue a lógica indutiva, como desdobramento de suas descobertas e do estudo da construção do tempo histórico, concordamos que haja, ainda que simbolicamente, esta relação de proximidade e distância na relação do tempo antes de depois de 1830. Foram inúmeros os acontecimentos, que, nos cinquenta anos que dividiram 1780 e 1830, permitiram uma mudança inegável na concepção de movimento, revolução, aceleração, nas relações entre os homens e os tempos passado, presente e futuro.

Ainda nesta discussão sentido a afirmação de Eric Hobsbawm acerca do chamado “conceito moderno” de nação chama a nossa atenção. Conforme afirma o autor:

Dada a novidade histórica do conceito moderno de “nação”(...) **o melhor modo de entender sua natureza é seguir aqueles que, sistematicamente, começaram a operar com esse conceito em seu discurso político e social durante a Era das Revoluções, especialmente a partir de 1830**, com o nome de “princípio da nacionalidade”. Esta digressão na *Begriffgeschichte* não é fácil de ser feita, parte porque, como veremos, os contemporâneos se davam pouca conta do uso de tais palavras, e parte porque a mesma palavra podia significar simultaneamente coisas diferentesⁱⁱⁱⁱⁱ. [grifos nossos]

ⁱⁱⁱⁱ O termo cunhado por Koselleck “*Sattelzeit*” se define por um tempo no qual se realizam acontecimentos capazes de alterar a percepção do próprio tempo. O termo encontra referência ao chamado “*À Cheval Entre*”, usado em francês para significar descontinuidade, hiato, e pretende apreender a revolução semântica expressa na reprodução do tempo. Definido quase que de maneira indutiva, o termo marca historicamente o período de início das chamadas Revoluções Burguesas, da qual a Revolução Francesa seria ícone, e termina com o Congresso de Viena, que elabora o concerto das nações mundiais dentro do panorama do Liberalismo Ocidental. O desafio de Koselleck de pensar a História para além da metodologia prática para utilizar a imaginação, no sentido indutivo de uma definição quase ficcional e ilustrativa das mudanças na percepção histórica é decerto de uma sofisticação e ousadia a serem pensados.

ⁱⁱⁱⁱⁱ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2004. p.31

Nomeando o período de *Era das Revoluções*, podemos entender que Hobsbawm concorda em parte como argumento de Koselleck. Ao mesmo tempo, confirma nossa hipótese trabalhada acerca da colocação semântica do termo “nação”, afirmando que a existência do conceito moderno (com o nome de “princípio da nacionalidade”) começou a ser operado no discurso político e social a partir de 1830. Ainda, quando Hobsbawm refere-se a *Begriffgeschichte*, mesmo que não se refira textualmente à obra de Koselleck, designa o campo de história das idéias na Alemanha no pós-guerra, do qual o autor fez parte. Tendo como denominação “história dos conceitos”, na perspectiva específica da historiografia alemã, a *Begriffgeschichte* esteve preocupada em trabalhar as questões conceituais e nominativas do campo da história intelectual e da história das idéias, procurando dar conta do sentido completo e enciclopédico dos termos em uso e em desenvolvimento no campo de humanidades.

Como podemos verificar, o uso do termo “reino do Brasil”, que trabalhamos anteriormente, nas referências ao título recebido pelo Brasil após a emancipação política de Portugal, em 1822, equivaleu ao significado inicial da referência ao conceito de “nação”, que usamos hoje. Podemos inferir que a mistura semântica entre “reino” e “Brasil”, naquele período, estabeleceu a identidade inicial (ao que Hobsbawm chamaria de “princípio da nacionalidade”) na íntima ligação com o regime político (monárquico). Até porque não houve no Brasil, naquela época, a ruptura com o regime político colonial conjuntamente com o processo de independência, tal qual nos demais países da América do Sul.

Mais adiante, Hobsbawm continua no debate do conceito ou idéia de nação, como um prolongamento de uma identidade, que se estenderia na inclusão da cidadania e no pressuposto da escolha e participação. Citando o autor:

Na Era das Revoluções, fazia parte ou cedo se tornaria parte do conceito de nação que esta deveria ser “una e indivisa”, como na frase francesa. Assim considerada, a “nação” era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. Pois, fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa.^{kkkkk}

^{kkkkk} HOBBSAWM, Eric. *Idem*.

No que concerne à idéia de “nação” no Brasil, conforme acompanhamos, existiu, de fato, no Brasil, uma preocupação constante com a questão da unidade e indivisibilidade, dentro do que chamaríamos de pressuposto político de afirmação e legitimidade do território. No entanto, este parâmetro (de corte liberal) não se prolongou no entendimento do que seria cidadania e participação de massa.

O argumento de Hobsbawm, acerca das questões de nacionalidade e cidadania encontrou espaço nas reflexões historiográficas brasileiras que examinaram o processo de formação da idéia de nação no Brasil. Como um dos mais referidos autores brasileiros, José Murilo de Carvalho apresenta a “questão da cidadania no Brasil”^{lIII} como uma questão presente e amplamente discutida no escopo das relações entre os “homens livres” no Império. Carvalho, que acredita ter havido uma difusão do ideal de cidadania, a partir da participação eleitoral dos “homens pobres e livres” que se arraigou ao processo político em curso, principalmente, no Segundo Reinado, não leva em consideração, como ponto de partida, a existência conflitante e explícita de um regime escravocrata, que, na sua própria base, conferia direitos (ou privilégios) aos membros de uma classe dominante, branca, enquanto sustentava-se econômica e socialmente, sobre a exploração da mão de obra escrava e afro-descendente.

Discordamos de algumas das argumentações de José Murilo de Carvalho. Tendo já debatido os textos de Roberto Schwarz, na colocação do binômio indivisível Liberalismo e Escravidão, não podemos aceitar a idéia de cidadania (que pressupõe amplo e irrestrito acesso a direitos), nem tampouco acreditar que houvesse dentro do sistema político do Segundo Reinado uma difusão de idéias acerca do liberalismo em amplo escopo, capaz de configurar uma construção da idéia de “nação”, dentro dos seus valores universais (Declaração Francesa dos Direitos dos Homens, 1795) e pressupostos fundamentais. Se houve (e de fato acreditamos que houve) uma afirmação do princípio de nacionalidade, este se deu pela projeção de um “projeto de nação”, calcado nas convicções idealizadas da geração de intelectuais (pós 1870) que, percorrendo Europa, Estados Unidos e Brasil, pensou ser possível consolidar aqui princípios políticos e sociais, ainda que o país se sustentasse em noções de autoridade e uso do poder que remetiam à violência real e simbólica, reproduzida pela escravidão.

^{lIII} CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. 1ª Edição. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

Retomamos as afirmações de Hobsbawm para afirmar que aquilo que consistia uma “concepção moderna de nação”, no Brasil se misturava com idéias de “projetos de nação” – em uma relação com o futuro. Idéias que exerciam vínculos com o direito, sob influência do pensamento religioso católico romano que se remetia ao passado (à ancestralidade como princípio de sustentação da nacionalidade). Ou seja, a identidade nacional instituída no Brasil moderno pós-emancipação política se deu no eixo de uma relação com o (tempo histórico) presente que se praticava no entrelaçamento e alargamento das tensões entre tradição (passado) e o que deveria ser (idéia de futuro pretérito, substancializada nos “projetos de nação”). Ao que se convencionou denominar liberalismo conservador, por suscitar, já no significado do termo, um paradoxo. Paradoxo este que percorreu as trajetórias intelectuais e políticas dos intelectuais aqui analisados.

No campo da história, podemos trabalhar conceitualmente o processo amplo e complexo, do ponto de vista analítico da construção do termo [história] em seu sentido moderno. Retomando a análise de Reinhart Koselleck, passamos a sua referência, em alemão, à *Historie* (no plural, “histórias”). Antes de adquirir seu significado moderno de *Historie*, como indicação semântica, traduzia repetição (dos acontecimentos e relação aos eventos ocorridos). Partia da perspectiva do uso da concepção do tempo, como entendimento teleológico como meio de identificação da narrativa acerca dos acontecimentos, em separado de uma noção universal ou global, que veio a ser aplicada, com as próprias transformações sociais e filosóficas que atravessaram os séculos XVII e XVIII. O movimento de “secularização” (ou “mundanização”, como tradução literal) das relações humanas e políticas, transpostas para as noções de tempo, acontecimentos e narrativas do passado repercutiram na substituição das “histórias no plural”[*Historie*] por *Geschichte*, história como processo. As idéias referidas ao que se tornaria “idéia de nação”, no sentido moderno, vieram no desenrolar da mudança de significado e entendimento da história, de uma perspectiva factual e repetida, para a noção de processo histórico, como encadeamento dos tempos passado, presente e futuro. Tudo isso, acompanhando a mudança de parâmetros provocada pelo Iluminismo.

Conforme afirma Koselleck:

(...) O conceito coletivo de História [*Geschichte*], forjado no século XVIII, tem aqui um significado predominante. Por meio desse conceito é possível demonstrar que certos mecanismos e formas de

elaboração da experiência só puderam emergir a partir do advento da história [Geschichte] vivenciada como um tempo novo, inédito. Nosso conceito moderno de história [Geschichte] resultou da reflexão iluminista sobre a crescente complexidade da “história de fato” ou da “história em si” [“Geschichte überhaupt”], na qual os pressupostos e condições da experiência escapam, de forma crescente, a essa mesma experiência. Isso é válido tanto para a história universal de longo alcance geográfico, contida no conceito moderno de “história em si” ou de “história de fato”, quanto para a perspectiva temporal na qual **passado e futuro realinham-se recíproca e alternadamente, de maneira contínua**. Esta última tese, disseminada ao longo de todo o livro, constitui o objetivo final da categoria da temporalização.^{mmmmmm}
[grifos nossos]

A transformação de uma concepção de história baseada na repetição para uma noção de constante inovação [de um tempo novo, inédito] originou idéias sobre o tempo histórico em constante continuidade e em permanente dialética. Podemos sustentar que essa concepção moderna de História, relativa ao tempo como construção em diálogo para pensar quais foram as articulações e as interligações entre as categorias do porvir (futuro), da lembrança (passado) na representação do tempo o eixo capaz de ligar a idéia de “nação” dentro da ótica da intelectualidade brasileira formada no século XIX. Muito influenciada pelo Iluminismo e pelas idéias de secularização e progresso, esta geração viveu o processo de apropriação cultural e social das idéias de história (Geschichte) e nação “por si”. Trazidas pela íntima ligação com a historiografia e filosofia políticas francesas (e inglesas) e atualizadas para o contexto brasileiro (presente daquele tempo) estas idéias acabaram por serem projetadas em um ideal de “pátria” permanente, e encapsulada pelo uso de teorias e interpretações de mundo que só a história (Geschichte) poderia fornecer. Seria esta a “pátria” que “estaria em todos os lugares” e na memória (nos corações) de todos que com ela se comprometessem, tal qual na epígrafe de Rio-Branco: “*Ubique Patriae Memor*”

4.3 Rio-Branco no imaginário nacionalista no Brasil

Começamos pelo fim. Relembremos dia 10 de fevereiro de 1912, data do funeral de Rio-Branco, quando pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, em especial nos arredores do Itamaraty, concentrava-se uma multidão de desconhecidos, gente de todas as classes sociais, misturados entre si, conforme relatado pelos jornais; homens de Estado que chegavam e saíam do Palácio do Catete a fim de se manifestar em relação à morte do Barão. Comovidos e ansiosos para se despedir, acompanhavam, senão pessoalmente, pelos jornais, as notícias que davam conta do falecimento daquele que foi enunciado como um dos mais destacados ícones da política brasileira:

^{mmmmmm} KOSELLECK, Reinhart *Op.Cit.* p.16-17

(...) Com o passamento do Barão do Rio Branco, perde o Brasil um dos seus mais diletos filhos e um dos seus mais dedicados servidores. A República, principalmente, deve-lhe os mais relevantes e inestimáveis serviços (...) ⁿⁿⁿⁿⁿ

(...)A morte do Barão do Rio Branco, nesse momento, representa um desastre para a Nação, porquanto, agora, mais do que nunca, eram necessários os seus serviços. As próprias nações estrangeiras, os próprios jornais argentinos, que não olhavam o Sr. Barão do Rio Branco com bons olhos, proclamam os seus méritos de estadista e de bom patriota. (...) ^{ooooo}

(...) Sua obra foi enorme e grandiosa. Ele teve duas vidas: a do jornalista de talento que se fez cônsul e a do **cônsul que se transformou no maior dos brasileiros pelo seu desinteressado amor à pátria, e no maior dos diplomatas contemporâneos pelo seu alto espírito, pela alta compreensão da função que exercia.** Ele foi o dilatador do Brasil alargando-o e aumentando-o em terras, graças ao seu engenho, sem um leve ataque à justiça e ao seu direito. (...) ^{ppppp}

(...). A multidão subia e descia as escadas do Itamarati como levada ao peso de uma mudez angustiosa - e eram mais os olhos magoados, que exprimem o doloroso sentimento dessa perda que avassala o Brasil e a fraternidade sul-americana. No vastão salão onde cisma a tristeza de amigos e filhos do eminente estadista e por onde peregrinava o pesar do povo brasileiro, nós também estivemos um momento, olhando o catafalco, em torno do qual seis brandões acessos derramavam as suas lágrimas de cêra. Mas o aspecto profundamente impressionante, que nos feria os olhos, era demasiado forte para nós, que sempre veneramos no grande ministro o mais fiel, o mais seguro, o mais vigilante guarda da pátria, que ele estremeceu sobretudo neste mundo. E, alquebrado também pele dor do grande infortúnio, afastamo-nos dali, trazendo a impressão da pena alheia, que se veio juntar à nossa desconsolação. ^{qqqqq}

[grifos nossos]

Nesses trechos de reportagens de jornais, publicados em fevereiro de 1912 (logo após a nota de falecimento de Rio-Branco), alguns detalhes merecem ser destacados para se analisar a representação simbólica da figura do Barão.

É no momento de falecimento do indivíduo que freqüentemente, podemos, mais nitidamente perceber a maneira pela qual se expressam sentimentos e idéias e se constroem a memória de alguns dos traços da personalidade e da importância histórica e política daquele indivíduo. O que é interessante perceber, no caso das reportagens que informam o falecimento de Rio-Branco, é que há uma recorrência em cada um dos trechos de jornal, que diz respeito à idéia de dever, compromisso e fidelidade. Aspectos que encontraram espaço, naquele

ⁿⁿⁿⁿⁿ *A República*, 10 de fevereiro de 1912.

^{ooooo} *O Baluarte*, 11 de fevereiro de 1912.

^{ppppp} *Gazeta de Notícias*, 11 de fevereiro de 1912.

^{qqqqq} *A Imprensa*, 12 de fevereiro de 1912.

momento, para a afirmação da idéia de “projeto de nação”, que (como já tratamos), reproduziu concepções de futuro e de progresso no pensamento da intelectualidade brasileira da virada para o século XX.

No tempo da *belle-époque*, de mudanças tecnológicas e científicas em curso, com a difusão da ciência, na sua acepção positivista, clamava-se por um líder, um homem de Estado que representasse a idéia de progresso e de aceleração (do tempo, no sentido de buscar o futuro para o presente); de referência e apropriação de idéias que conformassem o Brasil moderno, mantendo suas estruturas conservadoras. Neste quadro, a figura de Rio-Branco, Ministro das Relações Exteriores e político de sucesso e prestígio, destacava-se como exemplo de desprendimento e dedicação com a “nação”. Havia uma identificação com a sua figura como patriota – representante do povo, consciente e responsável do seu papel de intelectual, caracterizado pela sua erudição e pelo pragmatismo político. Aspectos que o qualificavam capaz de “defender a pátria”, materializando uma postura de rigor, seriedade, compromisso e superação. Significados estes compatíveis com a noção de “ordem e progresso” que se pretendia difundir, para além da realidade material do país.

Encontramos nestes recortes de jornais algumas expressões que confirmam a nossa hipótese. Dentre elas, podemos destacar:

“Um dos mais diletos filhos e um dos seus mais dedicados servidores”;

“méritos de estadista e de bom patriota”;

“cônsul que se transformou no maior dos brasileiros pelo seu desinteressado amor à pátria”,

“alto espírito”,

“alta compreensão da função que exercia”;

“o mais fiel, o mais seguro, o mais vigilante guarda da pátria, que ele estremeceu sobretudo neste mundo”

A idéia de prodigalidade se sustenta também quando se reporta ao Barão como “filho da pátria”, “filho da nação”; uma predileção que se pressupõe pela expressão “*Um dos mais diletos filhos*” se ancora num princípio de diferenciação e super elevação da sua figura, da sua importância e, conseqüentemente, da sua responsabilidade para com a “pátria”. A idéia de “herói”, na superprojecção da sua imagem, alia-se, contudo, à idéia de “servidão”, “amor

desinteressado”; acompanhada de noções metafísicas transcendentalistas (“alto espírito”) que repercutem sobre uma idealização acabada, imobilizada num ícone tal qual uma imagem sagrada. A sacralização da política, no seu plano afetivo, desdobra-se numa desumanização do homem que a exerce, que deve reunir, em sua figura, características de representação da divindade, ainda que ele trabalhe e se relacione no plano das relações humanas. Nisto que poderíamos chamar de visão da “política como missão”, o poder se traduz numa relação de submissão ou servidão (ao qual se alude um dos jornais, ao mencionar “um dos seus mais dedicados servidores”). É certo que há um vínculo afetivo que se processa nesta intermediação entre o que é e o que deveria ser e que se configura de maneira mais clara quando, de fato, o homem já não existe mais. Morto, ele é sacralizado, na imagem do “ideal de perfeição”, cuja dor de sua perda todos sentem; somente morto este homem existe de fato.

Nesse sentido, há uma observação interessante a ser feita. No debate promovido por Pierre Legendre em *O Amor do Censor*^{mmmm}, o autor coloca a questão do poder, sob uma perspectiva de ruptura com a análise recorrente de ação “vertical” – no plano hierárquico que move a submissão “de baixo para cima”, exclusivamente. A expressão “*a grande estratégia do censor é fazer-se amado*” implica pensar em que medida o vínculo afetivo e a projeção ideal do outro é capaz de capturar o indivíduo na sua relação com o poder, vulnerabilizando-se, ainda que ativamente não exerça o “mando”. A legitimidade capaz de conferir o exercício da autoridade num plano de exacerbação, ou seja, de um autoritarismo, está diretamente relacionada com a afetividade; é ela que confere ao outro, na sua expressão particular de consentimento, o endosso para que seja submetido^{sssss}. No caso de Rio-Branco, em que medida sua imagem idealizada de homem de Estado, centrada numa exacerbação da sua “perfeição” envolve sua própria subordinação, sua “servidão” ?

Tão poderoso só pode ser aquele que exerce o poder, quando de fato está à mercê do outro. Um outro imaginário, excessivo, capaz de render-lhe as glórias no momento em que ele (o homem – o imperfeito) deixa de existir. Não por acaso uma das frases mais recorrentes da literatura infantil (principalmente nos países de formação eminentemente católico-romana) é

^{mmmm} LEGENDRE, Pierre. *Amor do Censor* 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1983. 248p.

^{sssss} Este é o argumento trabalhado por Gisálio Cerqueira Filho em *Autoritarismo Afetivo: A Prússia como Sentimento*, que se propõe pensar, através de aspectos da subjetividade, em como se consente e autoriza uma ação autoritária. Ver CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Op.cit.

“*Torna-te eternamente responsável por tudo àquilo que cativas*”^{tttt}. Não há como não pensar na vida de Rio-Branco através desta expressão; filho de outro homem de Estado, Rio-Branco absorveu afetivamente este “compromisso maior” e certamente deve ter vivenciado o conflito entre o poder de quem é “soberano” e o “dever de assim sê-lo”, numa interligação entre obediência, submissão e controle. Controle este que a expressão “vigilante fiel”, utilizada nestes trechos de jornal, ilustra muito bem.

É exatamente nessa direção que, diacronicamente voltamos no tempo. Em abril de 1909, na Faculdade de Direito de São Paulo, Rio-Branco discursou para os alunos correntes da instituição. A homenagem que lhe renderam os estudantes, transcrita abaixo, foi uma das únicas gravações de áudio, contendo a voz de Rio-Branco.

Há trinta e quatro anos separei-me das lides da política interna, sem dúvida das mais belas e nobres quando só inspiradas pelo ideal da felicidade e grandeza da pátria. E afastei-me porque, ensaiando-me nelas obscuramente, pude logo verificar que me faltavam as aptidões e qualidades brilhantes que se requerem nos combatentes dos partidos políticos. **Entreguei-me desde então ao serviço do país** nas suas relações exteriores, porque, **ocupando-me**, na serenidade do gabinete, com assuntos ou **causas incontestavelmente nacionais**, eu me sentiria mais forte e poderia habilitar-me a merecer o concurso das animações de todos os meus concidadãos.

Não me arrependo da resolução que tomei na mocidade. E sem quebra tenho me mantido no posto em que sucessivamente me colocaram dois presidentes da república. Nesse cargo afirmo não haver poupado esforços para corresponder à confiança em mim depositada. Pretendo realizar com perfeita fidelidade o pensamento político e as instruções de tão beneméritos estadistas. E o que hei conseguido fazer de bom é de justiça atribuir principalmente a eles, sem cuja vontade e direção eu não podia iniciar ou executar.^{uuuuu}

Ficam expressos nestes dois parágrafos o sentido de fidelidade, compromisso, aptidão e ideal de perfeição. Destacamos como expressões “*me faltavam às aptidões e qualidades brilhantes*”, no que se refere à prática política (no sentido que ele pretende inferir como de Política Interna); “*entreguei-me ao serviço do país*”, porque “*ocupando-me com assuntos ou causas incontestavelmente nacionais*”, Rio-Branco se “*sentiria mais forte e poderia habilitar-me a merecer o concurso das animações de todos os meus concidadãos*”. Nesta parte do discurso fica claro que há uma preocupação de expressar modéstia, no sentido de afirmar sua humildade. Em outras palavras, querendo-se mostrar passível de ser “escolhido”,

^{tttt} Frase retirada do texto do livro *O Pequeno Príncipe*. Cf. SAINT-EXUPÉRY. Antoine de. *O Pequeno Príncipe*. 48ª Edição. Rio de Janeiro: Agir, 2006. 94p.

^{uuuuu} BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Obras do Barão do Rio Branco. IX. Discursos*. Rio de Janeiro: MRE, 1948, p. 101. Disponível em <www.wikipedia.org.br>

não pela sua crença, mas pela legitimidade que pretende conquistar perante os “concidadãos”. Nas palavras de Rio-Branco, a legitimidade de uso do poder, expressa reconhecimento, passa pela idéia de predestinação (“brilhantismo”), pela reverência a um elemento superior a tudo e a todos (no caso, “a nação” e “a pátria”) e pela subordinação do indivíduo, que, por fim, promove uma inversão que lhe confere a imagem sacralizada. Quando Rio-Branco se afirma completamente entregue, submisso, à mercê dos interesses da “*Ubique Patriae Memor*” é quando ele se torna também sagrado. Simbolicamente, somente possível de ser vivificada pela sua própria morte.

Surge aqui o desafio de pensar, pelo viés do discurso político, principalmente no uso das palavras e pela escolha de seus significados, uma interpretação da linguagem do poder como referência metafórica de relação com noções religiosas absolutistas. Na subjetividade do pensamento político no Brasil, há que se investigar se houve, de fato, alguma ruptura com estas noções. Nossa perspectiva neste trabalho não pretende esgotar esta questão, mas sugere que se pense se, nos dias de hoje, ainda esperamos um desses “enviados” para que sejamos “salvos”. Não seria esta a utopia católica que ainda é amplamente difundida e presente nas elaborações cotidianas acerca do papel e do perfil do político e do líder institucional no Brasil?

Não podemos deixar de mencionar também os aspectos do imaginário que percorrem nossa discussão. Se, por um lado, encontramos a expressão da “idéia de perfeição” explícita na expressão “política como missão”, amplamente difundida pelos jornais (representantes de uma parte da população intelectualizada ou informada que, na época, não correspondia às massas); por outro existe uma relação diferenciada no que diz respeito às ações das classes populares neste mesmo evento. A multidão que se espalhou pela cidade do Rio de Janeiro – fotografada, porém não divulgada em larga escala pela imprensa revela um aspecto da relação com o imaginário coletivo. A resposta à morte do Barão, por parte das classes populares, foi expressa numa manifestação ativa, viva de pesar. Enquanto as instituições (públicas e privadas), conforme nos informam os meios de comunicação impressa, fecharam em luto pela morte de Rio-Branco (o que sempre foi de certa tradição no país), as massas saíram às ruas, em grupos de dezenas e centenas de milhares, fazendo valer sua homenagem ao ministro. Poderíamos pensar que este envolvimento afetivo se deu pelo mesmo viés da idealização do “Herói monarquista na República”? Podemos dizer que a grande massa da população do Rio de Janeiro expressou vigor mediante o luto passivo dos meios oficiais e das classes

dominantes? Se tomarmos como pressupostos os aspectos mais superficiais, podemos concordar que estiveram todos envolvidos com uma mesma percepção da morte. No entanto, cremos que, ao ultrapassar este limite para pensar de que maneira as classes populares vieram a dialogar com aquele que foi, na sua época, um dos maiores ícones da aristocracia monarquista, erudito, dono de capital simbólico riquíssimo, tradicionalmente rico e bem apessoado com seus pares. Pensando inversamente; não teriam sido as forças políticas monarquistas que controlavam vários canais de comunicação e bens simbólicos que mobilizaram politicamente para o enterro do Barão?

Supomos haver aí uma outra camada de subjetividade que possa contribuir para nossa reflexão. Para isto, recorreremos a Gilberto Freyre, quando, ao escrever sobre Rio-Branco, metaforizou a questão da distância real e irreal entre dois homens (um oficial e um “do povo”) numa mesma pessoa.

Ao dedicar, na década de 1960 uma coletânea de artigos em homenagem ao Barão, publicados em 1979 com o título: “*Rio-Branco: A estátua e o homem*”^{vvvvv}, Freyre procurou trabalhar a imagem de Rio-Branco num binômio interessante. Separando o homem de Estado do homem comum, Freyre retrata o Barão em seus “pecados e prazeres”, desconstruindo relativamente a figura emoldurada de Rio-Branco, relatada por seus biógrafos (Álvaro Lins e Aluísio Napoleão). Retratando um glutão sarcástico, criticou o tratamento laudatório da biografia corrente de Álvaro Lins, para, como o próprio título sugere, separar a “estátua” do homem no seu universo cotidiano.

No entanto, o trecho que mais nos chama a atenção é quando Freyre faz a sua própria reverência a Rio-Branco, ao chamá-lo jocosamente, mas sinceramente de Paranhos II:

Não foi Paranhos II apenas um Ministro prestigioso ou um homem de Estado poderoso, mas uma espécie de monarca absoluto cuja cartola de aristocrata patriarcal vindo do Império, mas a serviço da República meio conselheiral, meio burguesa, tivesse substituído a coroa dos reis ou dos barões antigos; e fosse o símbolo das tradições e, ao mesmo tempo, das aspirações nacionais. O símbolo da dignidade brasileira de sempre e não apenas de uma época.^{wwwww}

^{vvvvv} FREYRE, Gilberto. “A estátua e o homem”. In *Pessoas, Coisas e Animais*. Org. Edson Nery da Fonseca. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

^{wwwww} *ibid.*, p.135

Inserindo-o na categoria de “aristocrata patriarcal”, Freyre, que apresentou sua versão sobre a formação social do Brasil em *Casa-Grande & Senzala* aproximou Rio-Branco da figura de líder e “símbolo de dignidade” no campo da diplomacia. Símbolo este que assumiu os contornos de figura paternal nos termos do *pater familias* descrito por ele em sua principal obra. Assim Freyre afirma:

É que no Barão do Rio Branco os brasileiros do seu tempo de ministro do Exterior como que sentiam não só o continuador do que o passado nacional apresentava de melhor como o estadista vigilante, a instituição superior aos presidentes da República, ao Congresso, aos caudilhos e aos partidos, o sábio completado pelo homem de ação que preparava para o Brasil um futuro sólido e não apenas quimérico como o sonhado pelos Benjamin Constant ou pelos “Ingleses do Sr. Dantas” ou pelos Positivistas do Sr. Mendes. E, próximos, mais do que os de hoje, do sistema patriarcal a cuja sombra se formou a sociedade ou a nação brasileira, aqueles brasileiros tinham a impressão de que o Barão os protegia como um pai de outrora à família imensa e desigual; de que o Barão zelava paternalmente por eles; de que com o Barão vivo na casa-grande sempre iluminada, que era então o Itamarati, podiam dormir tranqüilos e ir despreocupada e alegremente aos teatros, às corridas, às exposições, às danças, às eleições, aos cinemas, aos banhos de mar. Tinha pai vivo ou pelo menos padrinho; não eram órfãos – os órfãos que tantos se sentiram quando morreram Pedro II e a “Mãe dos Brasileiros”, isto é, a velha Imperatriz^{xxxxx}

Aqui Freyre deixa uma ilustração muito interessante, referindo-se ao Itamaraty como casa-grande; ele revela um aspecto da relação que ele supõe existente de uma representação paterna na figura de Rio-Branco. Ao usar a expressão “*os protegia como um pai de outrora à família imensa e desigual*”, Freyre acentua a idéia de proteção a um ente superior, expresso na figura da “*família imensa e desigual*”, que aqui, metaforicamente, poderia corresponder ao poder do Estado ou mesmo aos pares de Rio-Branco, homens de Estado e representantes da “nação”. “*Protegidos*”, conforme ele cita, os brasileiros poderiam se entregar às suas próprias atividades de lazer (“aos teatros, às corridas, às exposições, às danças, às eleições, aos cinemas, aos banhos de mar”), tal qual o exercício do poder, entregue nas mãos do “pai”, da autoridade, estivesse a salvo, e, portanto, estaríamos alheios a este próprio fato. Uma noção elitista de que a representação política em si anula a participação no poder da população. “*Não eram mais órfãos*” - diz Freyre – pressupondo que antes fossem “*órfãos de Pedro II*”, da figura do imperador que exerceu – segundo ele, como pai – as mesmas funções do Barão. Rio-Branco assume metaforicamente o papel de substituto nessa “linhagem real”, como seu continuador, “*o continuador do que o passado nacional apresentava de melhor*”, “*como o*

^{xxxxx} *ibid.*, p.153

estadista vigilante”, “*a instituição superior aos presidentes da República, ao Congresso, aos caudilhos e aos partidos*”, como predestinado e salvador.

Fica expressa neste trecho do artigo de Freyre a noção de “heroísmo” e “salvação”, que fazem parte daquilo que denominamos papéis da “política como missão”. Ao mesmo tempo, enxergamos uma nuance relativa à distância, que separa este homem do resto (da população), representado sob o signo de orfandade e ausência. A necessidade de expressar este aspecto nos leva a pensar nas representações da figura paterna na sociedade brasileira. A “ausência” anuncia aqui para nós uma questão pertinente a uma construção da figura paterna, que, na sociedade brasileira, exerceu-se de forma subliminar, subjetiva.

Serve-nos aqui de paradigma aquilo que Manoel Tosta Berlinck^{yyyyy} sugere como complexo paternal nas projeções do imaginário coletivo brasileiro. Levando em consideração a formação autoritária da sociedade brasileira, se expressa a ausência da figura paterna por dois vieses distintos convergentes. No caso das classes dominantes, a formação patriarcal da casa-grande projeta idealizadamente a figura de pai “herói”, “todo poderoso”; acima do bem e do mal, que acaba por se tornar ausente (por deliberação da autoridade, mas também por consentimento). No outro caso, na imigração compulsória das famílias que vieram do continente africano, o regime escravista promoveu a separação das famílias, e a violência material e simbólica transmitida para as relações sociais, esgarçando a representação da figura paterna. Evidentemente, a escravidão não impediu a formação das famílias escravas, como bem coloca a historiografia sobre o tema^{zzzzz}. O que queremos ressaltar são os aspectos relacionados à ausência da figura paterna (no sentido de ausência ou degradação da figura paterna), que pode atravessar toda a estrutura social, produzindo vácuo de autoridade e responsabilidade parental (inclusive do Estado), que culmina nas relações políticas objetivas entre o Estado e a sociedade como um todo. ^{aaaaaa}

^{yyyyy} Cf. BERLINCK, Manoel Tosta. “O que é Psicopatologia Fundamental”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 46-59, 1998.

^{zzzzz} Este assunto é bem trabalhado por Robert Slenes. Cf. SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava. Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. 288 p.

^{aaaaaa} Cf. NEDER, Gizlene. “Entre o dever e a caridade: assistência, abandono, repressão e responsabilidade parental do Estado”. *Discursos Seditiosos Crime Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. Ano 9, n. 14, p. 199-231, 2004; e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A Ideologia do Favor e A Ignorância Simbólica da Lei*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1993. 59 p.

O estupro das negras escravas, a servidão total e completa colocada na escravidão, a ausência deste corpo familiar construído e estabelecido se reflete nas classes populares numa repetição (até hoje) de uma indefinição da figura paterna. Resultando no abandono, no descomprometimento masculino com as funções paternas e num vácuo de autoridade (não autoritária, em princípio) que culminaram nas relações políticas objetivas entre o Estado e a sociedade como um todo.

Todos estes elementos, que acreditamos pertencer a um imaginário coletivo e que se imbricam, ao nosso ver, na construção e reprodução da imagem de Rio-Branco não se encerram por aí. Existe ainda muito campo para se explorar, nessa construção do imaginário e do afetivo nas suas relações com o poder, que defendemos aqui como uma das mais audaciosas e necessárias investigações no campo da Ciência Política. Este é com certeza um desafio que vem sendo assumido, mas que deve ser ampliado e reconhecido como um dos mais importantes desdobramentos dos estudos da Psicanálise nas suas relações com os estudos do campo político.

O fenômeno de legitimação da figura política, no início do século XX (quando do falecimento de Rio-branco), deve ser pensado também, através do campo de história das idéias, bem como nos estudos de ciência política, como um vínculo marcante entre idéias de progresso e compromisso nacional, derivadas de uma noção de dever e cumprimento da ordem que são traços ainda vigentes nas concepções políticas atuais. A afetividade que uniu Rio-Branco e as classes populares (ainda que ele fosse constantemente exaltado como homem das classes dominantes, aristocrata, branco, de hábitos e maneiras refinados) merece um estudo mais detalhado. Suspeitamos aqui, de maneira indutiva (sem que ainda tenhamos conseguido provar documentalmente esta hipótese), que esse vínculo pode ter sido produzido por Rio-Branco, em face de um dado curioso: há quem comente que o eminente ministro era capoeirista, reconhecidamente praticante da capoeira – prática associada com a marginalidade carioca, materializada nas figuras dos malandros ex-escravos. Até o momento, não foi possível encontrar os registros que percorram este possível caminho da trajetória de Rio-Branco, que certamente a maioria de seus biógrafos não ousou investigar. Cabe-nos aqui, talvez de maneira indutiva, levantar esta hipótese, como forma de sugerir, talvez, um possível envolvimento do imaginário popular que explique, de alguma forma, o sentimento de apreço e gratidão para com Rio-Branco. De qualquer forma, não deixa de ser interessante pensar que este – que não foi presidente e nem mesmo concorreu para o cargo de “chefe da nação” –

pertença ao hall das figuras de maior destaque, seja no campo editorial, ou mesmo no infindável número de referências ao seu nome nas ruas, escolas e outras instituições por todo o país. Dos homens de Estado que trabalham aqui, nenhum outro recebeu tantas referências no campo acadêmico quanto o Barão. O que, ao mesmo tempo constituiu um desafio – uma vez que não pretendíamos, desde o início, focar exclusivamente na sua trajetória – mas também um grande incentivo – pois foi possível entender pela sua singularidade na representação simbólica, o quanto seu “círculo”, o *Círculo Rio-Branco* girou ao seu redor.

CAPÍTULO IV - INTELECTUALIDADE E LITERATURA: A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA DAS IDÉIAS E DO CAMPO DA SOCIOLOGIA-HISTÓRICA PARA OS ESTUDOS DOS INTELECTUAIS: ALGUMAS CONCLUSÕES

1. A GERAÇÃO DE PENSADORES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: GILBERTO FREYRE E A QUESTÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

A formação geracional (e sociológica) de Gilberto Freyre deu-se no prolongamento das questões da intelectualidade brasileira na virada para o século XX. Entendemos que a importância de Gilberto Freyre neste quadro se dá por razões epistemológicas, uma vez que sua formação esteve influenciada pelo pensamento político e pelas idéias da geração anterior de intelectuais, expressa pelas obras de autores como Manoel de Oliveira Lima, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco e Eça de Queirós (no caso de Portugal).

A aproximação de Gilberto Freyre com o chamado romantismo melancólico, tratado também nas reflexões acerca da construção de uma identidade nacional (conforme examinado no capítulo III), reforça questões relativas a uma permanência geracional intelectualidade brasileira que atravessou a virada do século, mas também abre uma janela para uma outra interpretação da obra de Freyre inserida na teoria política no Brasil. *Casa-Grande & Senzala*, como sua obra de maior projeção nacional e internacional, desperta a nossa atenção, no que tange a apreensão do que Freyre vai identificar como “nação” e “povo” relativos à formação social brasileira; questões que recuperam o discurso dos “diplomatas-historiadores”, ainda no fim do século XIX, e que Freyre analisou a partir da terceira década do século XX. Trata-se,

mais uma vez, de uma abordagem que privilegia a análise da cultura política do campo da diplomacia, lançando mão da literatura e da história como pontos de partida metodológicos e, em particular, da sociologia histórica no plano teórico-conceitual. Interpretamos alguns aspectos de Gilberto Freyre, tendo em vista encaminhar algumas interpretações conclusivas de nosso trabalho relativas aos efeitos políticos, ideológicos, sociais e culturais do *Círculo Rio-Branco* no campo intelectual brasileiro. Gilberto Freyre foi autor emblemático da geração que seguiu ao núcleo dentro do círculo. Sua obra não foi fruto exclusivo de seu gênio ou predestinação. Ao contrário, suas inovações epistemológicas (com a introdução do paradigma culturalista) foram ressaltadas e tributárias do campo intelectual político liberal conservador (e aristocratizante) que o *Círculo Rio-Branco* deixou como legado.

1.1 A inserção *Casa-Grande & Senzala* no pensamento político brasileiro

Muitas vezes lançamos mão de uma análise individual do autor, a partir da qual somos capazes de perceber a real orientação e inspiração de uma obra. Em outros casos, giramos no sentido invertido, interpretamos a obra sobre a qual inserimos o ponto de vista do autor, procurando tratar o homem ou a mulher que estiveram por detrás das palavras e das imagens suscitadas pelo texto. Em todo caso, não é possível compreender os intelectuais sem apreender seu trabalho escrito, falado ou filmado, como também não temos como deslocar a obra do indivíduo de seu tempo. No caso de Gilberto Freyre, esses dois movimentos se dão num diálogo constante – aliás, como deveria ser, no caso de autores complexos e de projeção reconhecida.

O grande desafio, no caso de Freyre, é saber os limites da sua abordagem; até onde sua obra nos permite entender o Brasil dentro de uma perspectiva crítica, porém sem ceticismo, evitando se deixar escorregar pelo sentido conservador que a obra de Freyre pode conter. A qualquer leitor do senso comum que tenha entrado em contato com os livros de Freyre, principalmente *Casa-Grande & Senzala*, por ter sido esta uma das primeiras de um conjunto de obras do campo da sociologia e da antropologia brasileiras – surgem questões de importância quase sempre recorrentes. A primeira delas é o sentido conciliador do texto, confirmada pela expressão que Maria Lúcia Pallares Burke chama de “*Equilíbrio de Antagonismos*”^{bbbbbb} e que aponta para a harmonização dos diferentes elementos sociais de

^{bbbbbb} Cf. BURKE, Maria Lúcia G. Pallares. *Gilberto Freyre: Um Vitoriano nos Trópicos*. 1ª Edição. São Paulo: UNESP, 2005.

construção da identidade brasileira como um dos mais nítidos resultados da colonização portuguesa e de sua miscigenação racial, ou étnica (como diríamos hoje). As acusações de excessos conciliadores (e pacificadores) indicam que embora tentou relacionar os conflitos sociais e políticos na formação social brasileira, e sugerem que Freyre não reconheceu a continuidade do processo de formação social, mediante a existência do conflito. Dentro do sentido histórico da obra, *Casa-Grande & Senzala* acabou imobilizada, na reafirmação categórica dos aspectos positivos da integração entre os elementos culturais africanos, ameríndios e europeus.

A presença de uma miscigenação híbrida, conforme Freyre chama, escondeu, em grande medida, os aspectos de uso do poder e do excesso de autoridade que aparecem apenas de forma bastante discreta no texto do livro, embora bastantes nítidas nas relações sociais de dominação por parte da classe dominante sobre classes populares. Em outras palavras, a tradução do sentimento de uniformidade e hibridismo cultural diluiu as questões político-ideológicas e os aspectos de dominação e exploração de classe. Reunindo numa só categoria, denominada “miscigenação” – apaga-se as categorias étnicas “branco” e “negro” para se referir a identidade étnico-cultural do brasileiro, e se mascaram os preconceitos que ficam subsumidos em questões adjacentes, que emergem em situações particulares. Exercendo a crítica à idéia de pureza racial ou social, que iremos examinar mais adiante, aglomeram-se categorias em um bloco monolítico que responde pela identidade do grupo. “Miscigenados” somos todos os brasileiros, sem se levar em consideração que a identidade se processa para além dos símbolos étnicos. Os conflitos socioeconômicos que se processam no interior da sociedade brasileira visíveis principalmente por aqueles que sofrem a exclusão e que se encontram destituídos do direito de cidadania plena^{cccccc} passam a ser mascarados sob a imagem de “democracia racial”.

Muitas análises também vêm inserindo a obra de Gilberto Freyre dentro do quadro de propostas e sugestões encaminhadas de acordo com a defesa do chamado “projeto de identidade nacional”, que se assemelha, em muitos sentidos, com os “projetos de nação”

^{cccccc} Vale anotar aqui o contraste explícito com as colocações do geógrafo e intelectual Milton Santos (1926-2001), que afirma não existir, para aqueles que estão inseridos no quadro social brasileiro, pela ausência de elementos de classe, raça/etnia o caráter de cidadania. Para Milton Santos, no Brasil não ocorreu, nem ocorre a afirmação de direitos democráticos – princípios fundamentais para a formação da cidadania – mas a deliberação de privilégios para uma classe representada pela elite e por setores da classe média. Santos ressalta que o modelo pelo qual se apresentam as propostas de inclusão destes grupos, deve estar ligado a uma proposta de Estado Nacional de orientação reformuladora de princípios básicos. Cf. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização - do pensamento único a consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2000.

pensados pela intelectualidade na virada para o século XX. A questão nacional encaminhada a partir da segunda década do século XX fez parte de uma proposta concreta de prolongamento das questões de identidade e nacionalidade, transpostas, num segundo momento, para a afirmação da identidade da população, como forma de assegurar o pertencimento e a afirmação de um projeto de cidadania, que, até então, não passava de mera construção das classes dominantes. A Semana de Arte Moderna, ocorrida em São Paulo, em 1922 fez parte deste movimento de materialização de uma imagem do povo brasileiro, expresso nas obras de pintores, poetas e escritores que, apropriando a estética artística européia (em transformação), incorporaram alguns símbolos da história e da cultura nacionais brasileiras. As abordagens acerca do tema tenderam, via de regra, a expressar este “projeto de identidade nacional”, dentro das análises que consideraram as mudanças ocorridas dentro do aparelho de Estado a partir de 1930. Com a entrada de Getúlio Vargas e com os processos de urbanização e transformação social empreendidos por setores das classes dominantes em ascensão, os projetos artísticos que privilegiaram a afirmação da identidade brasileira (popular) acompanharam estes estudos.

Defendemos a idéia de que o uso da obra de Freyre pela busca de legitimidade da idéia de “projeto de identidade nacional”, tenha sido instrumento das classes dominantes no poder naquele período, que procuraram tratar de maneira homogênea e conveniente aos seus interesses, a imagem identitária do povo brasileiro. Encaminhamos nossa análise, portanto, no sentido de recolocar estas questões, relativas às referências ao povo brasileiro dentro de um modelo de identidade nacional acabado, para criticar as noções de “pacificação” e de “acomodação social” que apagam ou mascaram as contradições do processo político e social no Brasil.

Pretendemos analisar o uso do termo “exílio” como referência semântica que acompanhou os discursos de intelectuais brasileiros, dentre os quais se insere Gilberto Freyre. Situamos sua trajetória, seus deslocamentos físicos por diversos países, como uma forma de pensar sua herança cultural da intelectualidade brasileira da virada ao século XX. Examinamos até que ponto as obras de Freyre estiveram influenciadas pelas idéias de “exílio voluntário”, ou, para sermos mais precisos, de “auto-exílio” para, a partir daí, procurar refletir sobre esta idéia, como referência semântica que se repete, desde o século XIX. Sugerindo que tenha havido uma relação entre a identidade nacional – como preocupação de escritores e pensadores brasileiros – e a idéia de ausência e de confluência de tempos históricos, na

percepção e no uso do termo “saudade”, que, no português, tem significado particular. Nesse sentido, estamos preocupados em dialogar as questões referidas ao campo simbólico da identidade e da função do intelectual com o debate acerca do pensamento político no Brasil.

2. O AUTO-EXÍLIO COMO EXPERIÊNCIA INTELECTUAL

Canção do exílio^{ddddd}

<p>Minha terra tem palmeiras, Onde canta o Sabiá; As aves, que aqui gorjeiam, Não gorjeiam como lá.</p> <p>Nosso céu tem mais estrelas, Nossas várzeas têm mais flores, Nossos bosques têm mais vida, Nossa vida mais amores.</p> <p>Em cismar, sozinho, à noite, Mais prazer eu encontro lá; Minha terra tem palmeiras, Onde canta o Sabiá.</p>	<p>Minha terra tem primores, Que tais não encontro eu cá; Em cismar –sozinho, à noite– Mais prazer eu encontro lá; Minha terra tem palmeiras, Onde canta o Sabiá.</p> <p>Não permita Deus que eu morra, Sem que eu volte para lá; Sem que disfrute os primores Que não encontro por cá; Sem qu'inda aviste as palmeiras, Onde canta o Sabiá.</p>
--	--

A recordação do famoso, e tantas vezes referido poema de Gonçalves Dias é, para nós, uma informação de relevância, colocando já no título, a questão do exílio, sensivelmente expressa pelas palavras do poeta e autor. A referência ao espaço que não se percorre e à imagem lúdica do que é Brasil recorda o romantismo, movimento do qual Dias fez parte no Brasil – e que teve, como ícone, a figura do alemão Johann Wolfgang von Goethe. Em 1847 Gonçalves Dias nos informava seu tempo (seu Brasil), não necessariamente o mesmo Freyre. Mas a referência é pertinente, pois ressalta o envolvimento do poeta com sua nacionalidade, a partir da ilustração da natureza e do território; como já vimos, dois elementos constituintes da identidade nacional. Diferente de Freyre, que ressaltou sua relação de identidade com o povo e a cultura, mas em comum, persiste a questão do exílio, ou do “auto-exílio” como referência indireta ao desejo de ausência. A relação com a palavra “saudade” se deu, em ambos, pela questão da ausência, da distância, do tempo que não existe mais. Na obra de Gilberto Freyre, esses aspectos ficam nítidos ao percebermos o tom de saudosismo a que o autor recorre ao lembrar a casa-grande. Em Gonçalves Dias, no poema acima descrito, a relação de saudade do país de lá pela comparação constante do ambiente físico, que não oferece o mesmo sentimento idílico de pertencimento e harmonia.

^{ddddd} Cf. DIAS, Antonio Gonçalves. “Primeiros Cantos” in *Poesia*. São Paulo : Agir, 1969. (Nossos Clássicos).

Exílio, como indicação semântica, denota uma relação estreita com a partida, a despedida e uma espécie de necessidade imperiosa de partir. Não por acaso, o termo indica formalmente o movimento de ida daqueles que, numa dada situação política de conflito e de discordância, são forçados a sair do seu país, do seu lugar de origem. Não chegando a ser exatamente extradição, mais forte e mais incisiva, definitiva e integral, nem mesmo expatriamento^{eeeee}, o termo exílio envolve o significado entre uma escolha e uma falta de opção que traduz um sentido bastante particular. Especialmente, no que tange as análises acerca do pensamento político no Brasil, como desdobramento de um comportamento afetivo de cunho pessimista-romântico, conforme pretendemos trabalhar.

Edward Said^{ffffff}, em suas reflexões acerca do papel do intelectual e da sua própria vida, trata da condição de deslocamento do intelectual retirado de seu lugar – metafórica ou fisicamente – em prol de uma condição própria ou de um contexto circunstancial forçoso. Metaforicamente, quando representa a contra partida de ideais e posições discordantes do *mainstream*, e, por conseguinte, a distância que se elabora em relação a este – como viria a usar, a condição de “outsider” (em função da definição de Norbert Elias^{ggggg}, mas não exatamente como conceito). O uso do termo “outsider” por Said envolve uma opção pragmática, e não um engessamento intelectual de deslocamento definitivo para uma posição alheia ao núcleo ou ao meio político de ação do sujeito. Fisicamente, como foi no seu caso, quando a saída de sua “casa” (aqui como referência às origens culturais mais recônditas) permite enxergar uma certa questão sob uma perspectiva calcada em parâmetros distintos – ampliando a visão acerca do movimento que se processa de longe e possibilitando uma autocrítica interessante que se converte em um movimento reflexivo para o intelectual. Principalmente, quando, no caso de Said – árabe protestante^{hhhhh} - a partida representou uma necessidade de se readaptar a um contexto completamente diferente daquele no qual se constituiu o intelectual, e a partir do qual ele é capaz de entender como várias formas culturais

^{eeeee} O uso dos outros dois termos recoloca a interpretação semântica do termo exílio. Cumpre observar que no inglês, o termo utilizado para referir àquele que exercita o “auto-exílio” é “ex-pat”, diminutivo de “ex-patriated”, que, no português não corresponde ao “expatriado” (referido aqui como perda da nacionalidade – pátria). O debate acerca da acepção do termo “exílio” e da questão da nacionalidade (idéia de nação) será recuperado ao longo do capítulo.

^{ffffff} Cf. SAID, Edward. *Representações do Intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

^{ggggg} Cf. ELIAS, Norbert. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000. 228 p.

^{hhhhh} Cf. SAID, E. *Fora do Lugar: Memórias* 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 432p.

de entendimento humanístico são importados ou implantados de sociedades ditas “distantes” (orientais ou muçulmanas) dentro da chamada “civilização ocidental”. A distância cultural afetiva – segundo trata Said – constitui um substrato capaz de constituir a reformulação e a reorientação de valores pessoais e posições políticas, sem que haja com isso uma perda de identidade e de princípios de resistência, principalmente quando se trabalha como intelectual engajado em causas políticas e sociais (no caso de Said, sua defesa constante de um projeto real de independência e construção do Estado da Palestina).

Além disso, em outra obra de importânciaⁱⁱⁱⁱⁱⁱ para pensar o papel do intelectual nos dias de hoje, Said trata das questões pertinentes ao escrito – em sentido amplo – e, em que medida, sua *performance* e significado o aproximam do trabalho intelectual. Uma vez que os meios de comunicação e o contexto político, cultural (e também econômico) permitem um uso mais amplo da realidade vigente – seja na ambientação de um romance, seja também quando se abre espaço para se incorporar a crítica, já que há, no trabalho de escritor, mais do que a simples tarefa de suscitar sensações e promover descrições positivas ou negativas. Há o desafio de pensar o mundo (e porque não, a cultura e o campo político) que circunda o autor, a fim de parâmetros críticos, reflexivos e construtivos. Trabalho, aliás, que Said vai elogiar, no que tange autores como Gabriel García Márquez ou Günter Grass. Naquilo que concerne a nossa perspectiva de análise da obra de Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, esta questão adquire contornos bastante interessantes, pois serve para nos indagarmos os limites da obra de Freyre enquanto escritor e enquanto intelectual. É possível estendermos a importância deste livro (o mais citado, traduzido e referido de Gilberto Freyre) quando aproximamos a escrita de Freyre de uma escrita literária. A linguagem poética e o formato do realismo descritivo de influência romântica contribuem para uma abordagem diferente da temática da formação social do Brasil. Por outro lado, se pensarmos no papel de Freyre enquanto intelectual no sentido acadêmico (que acreditamos, não ser exclusivamente o que Said propõe), a obra se torna mais limitada e datada historicamente.

Em um de seus livros, de fins da década de 1960 *Como e Porque Sou e Não Sou Sociólogo*^{iiijj}, Freyre apresenta razões para se afirmar e se negar no ofício de sociólogo, antropólogo, para, por fim, assumir-se como escritor. Não seria por ingenuidade, nem mesmo

ⁱⁱⁱⁱⁱⁱ O livro de Edward Said ao qual nos referimos aqui é *Humanismo e Crítica Democrática*. Cf. SAID, E. *Humanismo e Crítica Democrática* 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

^{iiijj} Cf. FREYRE, Gilberto. *Como e Porque Sou e Não Sou Sociólogo*. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1968.

por preferência acadêmica que Freyre queria ser identificado como escritor. Freyre sabia que o uso das palavras de maneira tão sofisticada, ao longo da sua produção intelectual, rendeu a ele reconhecimentos legítimos de excelência na expressão, enquanto que, no ofício de sociólogo, apesar da ruptura com o paradigma etnicista-racista, deixava críticas claras. Até que ponto Freyre pode ser pensado como um autor, seguindo a lógica de Edward Said, que expressa a crítica pelo viés literário? Até onde Freyre procurou escapar das críticas sócio-antropológicas ao culturalismo homogêneo de que foi herdeiro, através do recurso da linguagem usada na sua obra mais conhecida? Até onde esbarram a qualidade da escrita freyreana, nos padrões da crítica intelectual e do engajamento com as questões humanísticas que defende Said? Se pudermos categorizar a obra de *Casa-Grande & Senzala* como uma obra ficcional, memorialista, narrativa de um universo particular do autor Gilberto Freyre, é possível pensarmos que ela, a obra, traduz um sentimento de ruptura e discussão, reflexão e crítica, nos dizeres de Said? E, por último: se formos capazes de pensar os aspectos de ruptura de Freyre, em que sentido esta ruptura se lida a questão do exílio intelectual?

No caso de Gilberto Freyre, não é possível aplicar exatamente aquilo que Said vai chamar de “exílio” ao período em que esteve fora do Brasil. Não só porque se tratou de uma decisão voluntária da parte de Freyre, como também não constituiu imersão para fora de sua posição social ou política ou, ainda que metafórica, não permitiu qualquer tipo de desprendimento. A própria formação acadêmica de Gilberto Freyre já não foi feita no Brasil, mas nos Estados Unidos. O que, a princípio, não seria um fator de desligamento, mas que, no caso de Freyre, aproximou-o da preocupação em pensar o Brasil, ao mesmo tempo em que o deslocou do eixo político na sua abordagem. Ainda que Freyre tenha se recusado a incorporar os valores protestantes, quando da sua formação universitária em Waco-Texas, reafirmando sua filiação latino-católica, a permanência de Freyre no exterior possibilitou uma boa assimilação teórica de pensadores e sociólogos americanos, a partir do qual ele esteve engajado em pensar o Brasil. No entanto, conforme sustentamos aqui, a referência ao Brasil se dá mais como um sintoma do que vamos chamar romantismo melancólico típico de uma geração e de um elemento comum da formação das classes dominantes na relação entre ausência, distância e tempo histórico-poético. A preocupação cultural e social de Freyre pode ser encarada por nós, como sendo um desdobramento da sua posição enquanto membro de uma elite pensante, herdeira de uma tradição intelectual muito forte.

Gilberto Freyre dedicou algumas de suas obras e escritos para tratar de Oliveira Lima, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, ou mesmo Rio-Branco. Com Oliveira Lima, Freyre chegou mesmo a trocar correspondências, nas quais, além do diálogo intelectual, se construiu um laço de afetividade, interrompido com a morte de Oliveira Lima, em 1928^{kkkkkk}.

Não podemos deixar de ressaltar ainda alguns aspectos relativos à formação de Freyre, que são extremamente importantes para a nossa análise. A colocação do eixo de pertencimento de Freyre dentro do campo acadêmico, conforme destaca Pallares Burke passou inicialmente por um processo de identidade com a nacionalidade brasileira e a identificação como latino-americano nos Estados Unidos. Este processo, que, segundo a autora, resultou num trauma, que defendemos ter possibilitado o confronto com sua identidade latino-americana (contrastante com os demais estudantes de *Bayle University*, que eram, majoritariamente, anglo-saxões), e com as questões referidas à etnia à inserção cultural e étnica. Questões estas que ao contrário de serem abandonadas, foram constantemente abordadas em seus escritos. É bem possível se cogitar que tenha sido esta espécie de estranhamento vivenciado por Gilberto Freyre, no contato com alunos e professores protestantes e anglo-saxões (e, em grande medida, exaltadores de tal identidade) que tenha amplamente influenciado os temas de Freyre, bem como impulsionado suas necessidades afirmativas de positivação da formação social no Brasil e na América Latina.

É possível também pensar que estas questões relativas à cultura e ao enaltecimento conciliador da formação social brasileira (e latino americana) tenham sido uma resposta “da posição de classe” de Freyre. Enquanto membro da classe dominante do nordeste brasileiro, supostamente “superior” na hierarquia social brasileira, a imediata associação de Freyre como latino-americano pode ter tido uma resposta de questionamento: pois como é que seria Freyre (se perguntando) associado àqueles adjetivos pejorativos relacionados a América Latina, se ele mesmo era filho de gente de poder? Como poderia ele partilhar sua identidade com uma imensidão de pardos e negros? Fora do Brasil, ele deixou de ser mais um dos membros da classe dominante, para ser, num sentido mais geral, um “comum”. E que repercussões esta ligação teria tido para sugerir a identidade brasileira como eixo do trabalho de Freyre? Em que medida este processo, tão comum a muitos brasileiros, que não se associam à identidade brasileira (no nosso imaginário, identidade “popular” e não “nacional”), sofrem e reproduzem

kkkkkk Cf.GOMES, Ângela de Castro (org) *Em família: correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre* organização, introdução e notas. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2005. v. 1. 295 p.

o sentimento de repúdio e negação das raízes culturais multi-étnicas quando fora do Brasil estão? Estas são questões que, para além do trabalho acerca de Gilberto Freyre, ficam como reflexões, de acordo com aquilo que poderíamos chamar de *pathos* (*sofrimento*), como imbricações do *ethos social*^{lIIII}. Questões que não devem ser abandonadas, mas que devem ser pensadas com maior profundidade ao longo do trabalho.

Portanto, quando Gilberto Freyre inicia seu prefácio à primeira edição de *Casa-Grande & Senzala*, em 1932, é bem possível, senão seguro, que esteve embebido de uma influência de idéias e percepções que remontam a intelectualidade brasileira – em especial, aquela que representava a elite política constituída de bacharéis e diplomatas – da chamada passagem à modernidade^{mmmmmm}.

Ao começar o prefácio, já de cara Freyre anuncia:

Em outubro de 1930 ocorreu-me a aventura do exílio. Levou-me primeiro à Bahia; depois a Portugal, com escala pela África. O tipo de viagem ideal para os estudos e as preocupações que este ensaio reflete.ⁿⁿⁿⁿⁿⁿ

A escolha do trecho é proposital. Na mesma frase, Freyre aponta seu movimento por três continentes; em especial, três formações culturais que irão ocupar sua atenção ao longo do livro. Quase de maneira emblemática, Freyre “é levado” à Bahia, berço da colonização e formação cultural brasileira, passando depois por Portugal, com “escala” pela África. O termo “aventura do exílio” nos sugere uma interpretação sobre o sentido pelo qual se enxerga o chamado “exílio”. Não como uma inflexão, mas como escolha voluntária e individual, de confrontar-se, assim, com um “novo”, que será, segundo Freyre, a inspiração inicial para a

^{lIIII} Esta terminologia é empregada por Gisálio Cerqueira Filho e constitui uma das principais vertentes da sua investigação no campo da Ciência Política, utilizando o campo da Psicanálise como instrumento de análise. A preocupação em pensar o sofrimento e os desdobramentos políticos de um comportamento ou de um *ethos* repetido e visualizável pelos aspectos subjetivos é uma das contribuições do autor para tratar o pensamento político brasileiro. Ver. CERQUEIRA Filho, Gisálio. *Autoritarismo Afetivo. Prússia como Sentimento*. Op.Cit.

^{mmmmmm} Muito embora, em alguns sentidos, Freyre tenha se deslocado visivelmente da imediata associação a esta elite tradicional de herança monarquista – como, por exemplo, ao ter escolhido os Estados Unidos como lugar para iniciar seus estudos universitários tendo concluído seu curso como Bacharel em Sociologia, e não no direito, como era de praxe, ou, também, por não ter entrado para o quadro de chancelaria, como era de costume, e continuou sendo, para a elite formal brasileira – foi, curiosamente, no encaminhar de suas obras e nas formulações principais nelas contidas, que o diálogo geracional se processou.

ⁿⁿⁿⁿⁿⁿ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 46ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.43

escrita de Casa-Grande & Senzala, “deixando-se levar”, ou seja, consentindo com as possibilidades e usufruindo delas.

Mais adiante, Freyre recupera suas lembranças para contextualizar o surgimento da idéia de escrever sobre a formação social brasileira. Já nos Estados Unidos, uma outra viagem, em que percorre a parte sul do país o faz pensar no Brasil, a partir de referências sensoriais e de percepções invocadas a partir das sensações experimentadas:

(...) regressei da Califórnia a Nova Iorque por um caminho novo para mim: Através do Novo México, do Arizona, do Texas; de toda uma região que ao brasileiro do norte recorda, nos seus trechos mais acres, os nossos sertões ouriçados de mandacarus e de xiquexiques. Descampados em que a vegetação parece uns enormes cacos de garrafa, de um verde duro, às vezes sinistro, espetados na areia seca.

(...) regressando pela fronteira mexicana, visava menos a esta sensação de paisagem sertaneja que a do velho sul escravocrata. Este se alcança ao chegar o transcontinental aos canaviais e alagadiços da Louisiana. Louisiana, Alabama, Mississippi, as Carolinas, Virgínia – o chamado “Deep South”. Região onde o regime patriarcal de economia, criou quase o mesmo tipo de aristocracia e de casa grande, quase o mesmo tipo de escravo e de senzala que no norte no Brasil e em certos trechos do sul; o mesmo gosto pelo sofá, pela cadeira de balanço, pela boa cozinha, pela mulher, pelo cavalo, pelo jogo, que sofreu, e guarda as cicatrizes, quando não as feridas abertas, ainda sangrando, do mesmo regime devastador de exploração agrária – o fogo, a derrubada, a coivara, a “lavoura parasita da natureza”, no dizer de Monteiro Baena referindo-se ao Brasil.⁰⁰⁰⁰⁰⁰

Fica nítido que a experiência de Freyre ao tocar neste solo estrangeiro, o faz relembrar o Brasil – as referências à cozinha, aos homens e às mulheres – chega a tocar o dedo em uma ferida, aquelas que, para ele, estão abertas, “*ainda sangrando*”. A recorrência no tempo, ao falar de “ainda” são muito mais ilustrativas ao passado, do que afirmativas para querer dizer que “ainda sangram”, no tempo presente, ainda hoje, como antes. Se acompanharmos a descrição de Freyre em seu paralelo, podemos nos referir mais a uma aproximação ilustrativa – portanto visual – resgatada da presença no outro. É a partir do americano do sul que Freyre, já com as respostas para suas perguntas, estabelece a comparação com o Brasil. O objeto, uma vez construído, é formulado em função das suas hipóteses e interpretações, teleologicamente. Como ponto de partida, não está a necessidade ou o sentimento real de enfrentamento da realidade – contraponto importante, principalmente se colocarmos Freyre em relação a Euclides da Cunha (este, intelectual do *Círculo Rio-Branco*), a quem o conflito se deflagrou ao alcance de seus olhos.

⁰⁰⁰⁰⁰⁰Ibid.

A lembrança do que foi o Brasil para Gilberto Freyre, projetada na imagem do outro (EUA) reproduz a questão da alteridade e é um dado interessante para analisar sua obra. Numa recordação envolta, até certo ponto, de um romantismo quase do quilate de Gonçalves Dias, as imagens da casa-grande reproduzem um prazer pessoal, um prazer do qual Freyre retira sua análise, onde trata da formação social, da construção do patriarcalismo rural, que ele acredita ter resultado numa riqueza cultural única. Riqueza esta que oferece ao mesmo tempo um potente argumento para se pensar América Latina, mas que serviu, contextualmente para legitimar uma idéia de formação social brasileira representada como pacífica e harmoniosa, chegando a ser, por assim dizer, passivo; e, da mesma forma uma idéia de miscigenação híbrida, de maneira uniforme e hegemônica, em que se desconstrói a possibilidade de identificar o excluído, uma vez que todos estão incluídos. Do ponto de vista da construção de uma idéia de nação (para falar de construção social e colonização, nos desdobramentos da herança portuguesa híbrida), Freyre desconstruiu o pessimismo daqueles que pensavam no porquê o Brasil “deu errado”, e reconstruiu uma visão otimista do Brasil que “deu certo”.

Retornando ao estudo da idéia de um auto-exílio vivenciado por Freyre, tal como Joaquim Nabuco, Oliveira Lima ou Euclides da Cunha, como uma construção sociológica a partir do qual ele se aproxima da geração de intelectuais que o precedeu, vale a pena tratarmos de dois aspectos bastante relevantes. Primeiro, ao recordar mais uma vez Gonçalves Dias, e sua inserção entre aqueles que ressaltavam a figura de um outro distante (no caso de Dias, o índio), temos uma evocação lúdica e transcendentalizada do outro. Quase um século antes de Freyre, Gonçalves Dias se declarava fruto das três raças formadoras do povo brasileiro – exercendo a crítica à idéia de pureza, muito antes da abordagem freyriana. Para ele, os elementos índios, portugueses e africanos assumiam uma riqueza cultural impossível de ser desprezada. Denominado indianista, estudioso da cultura indígena, e tendo tido sua formação em Portugal, muito da sua obra se deve também à distância do Brasil em que esteve em boa de sua vida^{PPPPPP}. O reconhecimento de sua obra veio com o livro *Primeiros cantos*, cuja abertura se dá com o famoso poema “*Canção do Exílio*”. Este poema, escrito quando da estadia do autor em Portugal, teve, talvez como nenhum outro poema deste período, a recorrência de muitos outros poetas e escritores. Principalmente, foi o poema que obteve maior número de releituras, pelas mãos dos chamados modernistas, dentre os quais se

^{PPPPPP} Ironicamente, Gonçalves Dias morreu, por assim dizer, no “exílio”, quando, o navio que o trazia de volta da Europa afundou na costa maranhense. Dias, que nascera no próprio Maranhão, foi a única vítima fatal do acidente, pois, adoentado em sua cabine, não conseguiu sair da embarcação.

destacam Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes e Mário Quintana. É interessante notar, que, embora emblematicamente relacionada com o romantismo e com o ufanismo de inspiração européia (Byron e Goethe), a recuperação do poema pelos autores modernistas foi bastante proposital. Pois, criticando o romantismo, apropriou-se da sua forma e da sua estrutura (e do seu apelo), para recuperar a questão da identidade.

Dá-se, portanto, pela mão dos chamados modernistas a apropriação do poema de Gonçalves Dias, e daquele que fora o manifesto romântico dos monarquistas do Império. A valorização positiva do caráter nacional, expresso no poema, pelo sentimento de saudade, permaneceu durante o modernismo como instrumento de entendimento da nacionalidade e como vínculo de ligação com o país. Deixando ainda mais claro que o chamado “exílio” de Freyre (que foi contemporâneo deste movimento) não se trata de uma iniciativa arbitrária ou individual, mas se insere no contexto de resgate do romantismo como viés de crítica ou de reafirmação.

O que muitos chamariam de “ufanismo modernista” redefiniu as formas inovadoras do movimento modernista, sem alterar radicalmente o conteúdo do romantismo nacionalista de finais do XIX. É interessante notar que o resgate deste formato como opção racional não foi operado, sem levar em conta a afirmação de identidade de cada autor.

O vigor da obra de artistas como Cândido Portinari, Alberto da Veiga Guignard, Emiliano Di Cavalcanti e Tarsila do Amaral, para citar alguns exemplos pode ser associado a uma busca de raízes (conforme os próprios artistas afirmaram), bem como uma positivação do caráter nacional, inserindo os elementos étnicos; sem, contudo, abandonar um conteúdo subjetivo de interpenetração de valores e símbolos com as categorias sociais^{qqqqqq}. O forte vínculo regionalista também superou, em boa medida, o caráter da identidade nacional, quando, por exemplo, escritores paulistas reafirmaram sua identidade (e a do próprio movimento modernista) com a do estado de São Paulo, quase como numa postura de

^{qqqqqq} Este tema é trabalhado por Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho ao trabalhar a idéia de “miscigenação por justaposição”, cunhada por Manoel Tosta Berlinck em contraste com a idéia de “miscigenação por mistura”. Por “miscigenação por justaposição”, entendemos o processo de miscigenação ocorrido em formações sociais como o Brasil, em que as noções de poder e as relações de autoridade (e autoritarismo) se misturam com as categorias étnicas, e que pode ser percebido nas simbologias deixadas em obras de arte (como as dos autores mencionados), onde o elemento afro-descendente, por exemplo, assume contornos de destaque e distinção, quando envolvido numa referência de valores europeus. Cf. NEDER, Gizlene e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Idéias Jurídicas e Autoridade na Família* Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

distanciamento da nacionalidade brasileira pela íntima relação com a chamada cultura paulistana. A identidade construída no modernismo esteve muito mais referida aos espaços particulares, bem como aos estados de alguns de seus representantes (crítica aliás, alardeada ao movimento), do que numa órbita de construção identitária nacional. O mesmo pode se pensar no que concerne Gilberto Freyre, que, recuperando a história privada relativa ao Nordeste, focou o estado de Pernambuco e aproximou-se de sua história e marcante intelectualidade, e de seus ícones, como, por exemplo, de Joaquim Nabuco e Oliveira Lima - dois conterrâneos que, de igual maneira deram voz ao seu estado.

A motivação em conduzir nossas reflexões conclusivas sobre Gilberto Freyre se dá pelo fato do autor ter tido uma proximidade bastante significativa dos intelectuais brasileiros da virada para o século XX, direta ou indiretamente. Embora inscrito numa outra temporalidade, Freyre apropriou os temas trabalhados pela intelectualidade brasileira da geração que o precedeu, especialmente pelos intelectuais do *Círculo Rio-Branco* (objeto de nossa análise). Também, Freyre se correspondeu diretamente com Oliveira Lima e fez análises sobre o Barão do Rio-Branco, Euclides da Cunha e sobre o próprio Oliveira Lima, de quem ele sempre se orgulhou de dizer que era “herdeiro intelectual”. Mas, sobretudo, porque compartilhou com estes intelectuais seu pensamento social e político compartilhado esteve numa relação dialógica com os aspectos liberais conservadores aristocráticos destes que pertenceram ao *Círculo*. Neste sentido, sua projeção esteve também ligada a três fatores:

1. Seus vínculos com a classe dominante pernambucana;
2. *Habitus* formados numa rede de sociabilidade através de sua formação escolar na Escola Americana do Recife que abriu as conexões das universidades norte-americanas, e, posteriormente, européias; isto deu projeção internacional à obra de Gilberto Freyre (especialmente, *Casa-Grande & Senzala*);
3. A inovação epistemológica produzida com a introdução do culturalismo, que permitiu a Gilberto Freyre romper com paradigma positivista-evolucionista^{xxxx} para pensar a “nação”

^{xxxx} Cf. KUHN, Thomas. *Estrutura das Revoluções Científicas*. 7ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2003. 262 p.

Podemos, assim, aproximar a obra de *Casa-Grande & Senzala* de *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Como já tratamos da figura de Euclides e dos aspectos pertinentes à obra euclidiana nos capítulos anteriores, somos capazes de analisar a perspectiva dos dois autores, em particular, a visão do outro, ou, no que trabalhamos ao longo dos demais capítulos, da chamada questão da Alteridade. Esta chave de reflexão, posicionada no campo da afetividade e do poder, permite um interessante diálogo sobre visões e enfrentamentos pessoais.

Casa-grande & Senzala e *Os Sertões* dialogam diacronicamente num sentido interessante. Ambas surgiram de um ambiente social de afirmação da identidade nacional e se pretenderam situar um tempo histórico específico. A idéia de escrever sobre Canudos, para Euclides, veio de uma proposta jornalística – portanto, ilustrativa e narrativa. Por outro lado, Freyre pretendeu resgatar nos detalhes da formação da sociedade do engenho, mais especificamente, no âmbito privado das casas-grandes e das senzalas, o processo de conformação dos elementos culturais na identidade nacional. *Casa-grande & Senzala* teve pretensões histórico-sociológicas, mas terminou por se constituir num retrato memorialista da narrativa pessoal de Freyre com seu passado. *Os Sertões*, pelo contrário, embora tenha dialogado constantemente com as noções e enfrentamentos pessoais de Euclides com o passado de lembranças; terminou por se constituir como obra de referência sociológica de ruptura com o paradigma racista. Ainda que afirmadamente positivista, e utilizando recursos de linguagem cientificistas, Euclides da Cunha provocou, pela experiência com o *outro pelo outro* – ou seja, pela alteridade – um diálogo de ruptura. Existe aí uma questão epistemológica importante a ser destacada. Embora estivesse escrevendo num contexto no qual o paradigma científico hegemônico era o determinismo biologista, Euclides rompeu com esta perspectiva, destacando os aspectos positivos do sertanejo (miscigenado) e, neste sentido, produziu efeitos de crítica sociológica e política. O positivismo, carregado de substratos racistas e de um instrumental teórico de afirmação evolucionista teve seus sinais invertidos na lógica de Euclides, bem como de outros autores da virada para o século XX, como foi o caso de Manoel Bomfim. Ambos estiveram preocupados em trabalhar a nacionalidade, a construção histórica do Brasil e o eixo evolutivo racial brasileiro, e, terminaram por romper com a própria lógica evolucionista onde construíram seu raciocínio. Esta questão, destacada e analisada por Flora

Sussekind e Roberto Ventura^{sssss} nos coloca mais uma questão para ser pensada na abordagem de Gilberto Freyre.

A percepção dos conflitos entre os homens, através do viés do sofrimento pessoal oriundo das suas relações humanas, emergiu na obra de Euclides da Cunha. Foi exatamente a partir daí que a ruptura epistemológica da obra se processou. Euclides retratou a barbárie, ao reconhecer a dor (*pathos*) do outro, o sofrimento e a morte de homens, como resultados de ações que, a princípio, eram defendidas como legítimas e justas (a campanha de destruição de Canudos).

O humanismo atingiu, por assim dizer, um realismo nevrálgico e instintivo no diálogo ficcional entre a obra e seu personagem, o sertanejo, sendo impossível, a partir daí, não suscitar uma reflexão crítica para repensar categorias e definições nas chamadas relações centro-periferia. Em última análise, a pergunta suscitada por Euclides era: foi legítimo matar cruelmente seres humanos (em última instância) por um ideal nacional ou político? É justo ou justificável defender as noções de um regime (republicano) a qualquer preço? Questões que se colocam num prisma para além das questões da nacionalidade, embora a coloque em cheque. No caso de *Casa-grande & Senzala*, as perguntas de Gilberto Freyre foram: Como se deu a formação (nacional) social do Brasil, em que hoje estamos (sendo hoje, a década de 1930)? Podemos ainda falar em pureza racial e cultural, depois do processo de miscigenação que acompanhou a formação social brasileira?

Freyre partiu do pressuposto de que a formação social brasileira existiu de maneira acabada, e imaginava, com a resposta, as imagens bem definidas do que era o Brasil. Freyre levou em consideração um só Brasil (já tendo incorporado a idéia de “nação”, centrada na unidade e na identidade como eixo de ligação com a nacionalidade), miscigenado e único. Que Brasil é esse, perguntamos a Freyre? Conforme suas colocações, é o país em que o hibridismo vingou e permitiu a singularidade pacífica de um povo. A ótica de Freyre privilegiou a análise do que foi o *ethos* da sociedade brasileira. O sofrimento (*pathos*), embutido nas perguntas, não vieram à tona nas suas respostas. Este sofrimento, que apareceu quando ele trabalhou as relações sexuais e os aspectos de sadismo e masoquismo na prática do ato sexual, transpunha-se também como a prática do ato político. Mas Freyre não se

^{sssss} SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. *História e Dependência. Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim*. Editora Moderna, Rio de Janeiro: 1984.

aprofundou na questão da submissão e do poder, a partir destas análises, e deixou apenas um registro. Estas questões não foram, de fato, parte da pauta de suas discussões Freyre, tal qual não foi o foco de análise de muitos representantes do campo intelectual no Brasil.

Há, no entanto, um ponto em comum entre Euclides e Freyre, além do fato de terem pertencido a uma órbita de intelectuais de proeminência em sua época (muito embora Euclides tenha usufruído muito menos prestígio e louvor do que Freyre). Ambos não consideram a questão racial de maneira pejorativa. Enquanto Freyre abordou a miscigenação como dada – ou seja, não existem no país, hoje, três, mas apenas uma cultura – lançando por terra as teorias lombrosianas e eugenistas que defendiam a idéia de pureza racial na sociedade brasileira; Euclides vivenciou a miscigenação (inclusive a sua) pelo contato direto com os homens do sertão, sertanejos, soldados, homens e mulheres, que morreram e que mataram, e onde a questão da raça tornou-se muitas vezes irrelevante. Curiosamente, as duas obras receberam o tratamento semelhante: as apropriações e leituras trazidas desde meados da década de 1970, tenderam uniformemente a desqualificar as duas obras, codificando sua complexidade e definindo-as, às vezes, como obras contrárias ao relativismo. Por motivos diferentes, tanto Euclides quanto Freyre sofreram críticas e desconsiderações que hoje, revistas, permitem entender aquele que seria o paradoxo de suas obras. Pensadas para entender o Brasil na sua contradição explícita, foram “etiquetadas” como conservadoras *strictu senso*, desprezando-se, em algumas releituras, fossem os aspectos de crítica sociológica e política (Euclides da Cunha), fossem os aspectos de inovação epistemológica (Gilberto Freyre).

2. ABORDAGEM LATINO-AMERICANA

A questão latino-americana constituiu um dos eixos da análise de Gilberto Freyre ao longo de sua atividade como escritor e intelectual. Freyre, que nunca escondeu seu apreço e dedicação ao estudo da cultura latino-americana, escreveu muitos trabalhos de reflexão sobre a integração cultural entre os países que compõe, segundo ele, as formações católico-latinas do continente americano. A contribuição de Gilberto Freyre nesse sentido nos é válida, pois significou uma ruptura com as opções temáticas tradicionais. Tendo optado por pensar a América Latina, sua tradição cultural e eixos de ligação, para além dos limites ditos nacionais, Freyre nos forneceu subsídios para abordar estas questões nos dias de hoje. Ainda que seu pensamento político possa ser criticado, por ter se dedicado a promover a idéia de um padrão

homogêneo, tanto à formação social brasileira, quanto nas suas referências à América Latina, optamos por considerar seus aspectos positivos. Aspectos que indicaram uma aproximação e diálogo no estudo convergente e amplo da história, literatura, cultura, e artes dos países que dividem com o Brasil a identidade latino-americana. Mais do que isto, hoje, este estudo representa a necessidade de se pesquisar e produzir conhecimento na América Latina sem isolamento cultural ou intelectual, para além das “ilhas sociológicas” denominadas pelo próprio Gilberto Freyre.

No período de maturidade intelectual, que correspondeu ao período de fins da década de 1960 e 1970, foram inúmeros os artigos, ensaios e obras de Gilberto Freyre, dedicados ao estudo da América Latina, em seus mais diversos assuntos. Curiosamente, este período correspondeu exatamente ao momento da carreira intelectual de Freyre de acentuação das suas posições políticas conservadoras, especialmente, no contexto da ditadura militar no Brasil e na América Latina. É nítido que este período coincidente com a aproximação dos setores políticos reacionários na América Latina não se deu de maneira fortuita. Houve efetivamente um projeto político de projeção de intelectuais conservadores, como Freyre, no sentido de afirmar aspectos de grandeza e riqueza artístico-culturais latino-americanas, que como um todo, atravessava críticas e contestações do campo da esquerda intelectual nos Estados Unidos e na Europa. Nesse sentido, Freyre cumpriu com seu papel de intelectual engajado com a direita, dando voz a um discurso que repercutiu no universo acadêmico em diversos países.

Entretanto, esta identificação com segmentos mais reacionários da política latino-americana não impediu que Freyre exercesse um deslocamento do eixo tradicional da intelectualidade brasileira nacionalista. Intelectualidade esta, que, na esteira da herança da tradição lusitana, tendeu a desprezar cultural e socialmente o restante do continente americano, como prolongamento da identidade cultural de cunho “continental” brasileira.

Freyre não se eximiu de pensar raízes da tradição cultural brasileira, mas também não deixou de trabalhar e reconhecer a qualidade e a riqueza da formação social latino-americana, segundo ele, mais próxima e mais proeminente do Brasil do que se pressupunha. Freyre exerceu um deslocamento parcial com a produção acadêmica tradicional no Brasil (especialmente no campo da direita), que tendia aos estudos nacionais, com ênfase nos aspectos culturais e políticos mais específicos e isolados. Dando espaço para refletir e debater

a América Latina, Freyre se preocupou em buscar uma política de aproximação cultural, mais nítida e real, no seu modo de ver, do que aparentemente se considerava.

Em *Americanidade e Latinidade da América Latina*^{ttttt}, coletânea de artigos de Freyre espalhados e reorganizados para discutir as questões pertinentes à identidade americana e latina do continente, textos jornalísticos e ensaios de Freyre, bem como de autores contemporâneos a ele, debatem acerca da temática latino-americana. A proposta do livro insere-se exatamente no contexto de se buscar a integração dos estudos culturais e políticos na América Latina, esquecidos, principalmente nas universidades e linhas de pesquisas nos países latino-americanos. Em um dos artigos mais interessantes, de título idêntico ao do livro, dirigido à revista *Diogenes* (publicada em Paris, pela UNESCO) Freyre abordou a construção da identidade latino-americana, iniciada pela questão das origens.

Que é, na verdade, em suas relações com outras partes do mundo, a América de ordinário denominada Latina? Que conjunto sociologicamente homogêneo forma no plano sociocultural para poder ser toda ela considerada latina além de geograficamente, e também sociologicamente, americana nas situações dentro das quais se vem desenvolvendo no tempo tanto quanto no espaço sua latinidade?^{uuuuuu}

Aproximando-se da questão fundamental de *Europa: Gênese de uma Civilização* de Lucien Febvre^{vvvvv}, Freyre, que se dirigia ao público francês, retomava a questão da identidade nacional, superada pelas questões relativas às misturas culturais e históricas que estabelecem semelhanças e identificações ultrapassando o conceito de nacionalidade (para atingir o grau de identidade continental específica). No seu ver, América Latina e América Anglo-Saxã guardavam semelhanças, mas se diferenciavam, essencialmente graças à presença de uma argamassa cultural que conferiu unicidade à cultura latino-americana. A Igreja Católica. Freyre pensava ser possível garantir, pela repetição e coincidência do processo histórico, a identificação cultural entre os países latinos da América, através do viés religioso que está presente na miscigenação híbrida, traço exclusivo da colonização luso-espanhola. O catolicismo, como instrumento de homogeneização, ultrapassou as diferenças políticas e culturais ibéricas ao longo dos séculos, e hoje dá vida a uma particularidade de uma sociedade capaz de migrar, revolucionar, renovar e retomar valores de maneira veloz e eficaz. Devido à

^{ttttt} FREYRE, . *Americanidade e Latinidade da América Latina*. Org. Edson Nery da Fonseca. Brasília e São Paulo: Editora UNB/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

^{uuuuuu} Id, op. cit. p.17.

^{vvvvv} FEBVRE, Lucien. *Europa: Gênese de uma Civilização*. Bauru - SP: Edusc 2004. O livro reúne aulas dadas por Febvre ao longo da década de 1930 na França, que abordam a questão da identidade européia.

plasticidade dos valores incorporados pelos conquistadores luso-espanhóis e a resiliência indígena, combinada com o vigor africano, nas formações que receberam o tráfico de escravos com maior vigor, as práticas culturais, na tradição folclórico-popular adquiriram uma capacidade de união e aperfeiçoamento. O processo de hibridização étnico-cultural, responsável por essa unicidade, permitiu que a cultura e as artes na América Latina se interpenetrassem de maneira tão clara e tão rica.

Em determinado momento, Freyre procura estabelecer, mais uma vez, de acordo com o paradigma de ruptura com a pureza étnico-racial, o descolamento com a Europa e os Estados Unidos. Ao longo de três parágrafos seguidos, Freyre reafirma a idéia de renovação e superação inscrita no processo de interpenetrações culturais na América Latina, a subversão da lógica da “inferioridade” dos povos e culturas latino-americanos, e no potencial de revalorização, sem a perda das identidades nacionais, possível num processo de integração regional:

Em certo momento, Freyre afirma:

A correlação do fenômeno atual de ascensão socioeconômica de camadas durante longo tempo – longo, saliente-se sempre, para a América Latina – “inferiores”, das populações latino-americanas importa com o outro acontecimento de importância sociológica – na revalorização de elementos culturais associados a essas camadas de população e à sua condição socioeconômica de “inferiores” é o ponto que mais desejamos fixar nessas páginas. **Revalorização dentro da estrutura sociocultural latino-americana: uma estrutura bastante plástica ou flexível para permitir que se processe tal revolução, sem que ela, estrutura, se deslatinize ou se desamericanize nos seus característicos essenciais.** (...) ^{wwwwww}

[grifos nossos]

E, ao fim do texto:

Creio falar por todos quantos, europeus e americanos colaboram neste número especial de Diogène, dizendo que para nenhum de nós **a chave de interpretação do ethos e da cultura latino-americana está num latinismo (europeu) rigidamente puro ou num indigenismo (americano) igualmente puro. Nenhum dos dois, em termos assim absolutos definiria jamais o passado, o desenvolvimento ou o ideal latino-americano.** Para serem compreendidos em seus significados mais característicos, esse passado, esse desenvolvimento e esse ideal precisam de ser considerados – repita-se – nos conjuntos de suas interpenetrações, (...) ^{xxxxxx}

[grifos nossos]

^{wwwwww}FREYRE, 2003 op.cit, p.32
^{xxxxxx} Ibid., p.34

Mais uma vez, preocupado em reconhecer a homogeneidade e a semelhança, em detrimento das diferenças, Freyre promoveu um espaço de discussão que hoje, quase quarenta anos depois, ainda repercute na intelectualidade, como temas caros à formulação de uma integração cultural e institucional, no âmbito da aproximação do Brasil com os demais países da América Latina. Este, que foi, um dos temas caros, na inflexão intelectual com sua filiação político e ideológica com o campo conservador, serviu também (e nos serve hoje), para pensar aspectos da função do trabalho do intelectual e sua interpretação como passíveis de leituras discordantes. Se em 1968, ano de publicação do artigo, a intenção se ligava a um interesse político conservador, hoje, ela nos serve para refletir sobre os eixos de ligação políticos, culturais e, principalmente, intelectuais que unem acadêmicos e pensadores, críticos e escritores progressistas pela América Latina. A pergunta que fica é: somos capazes hoje de estabelecer contato e intercâmbio da produção cultural e artística com a América Latina? Até onde vai nosso conhecimento e poder de debate com os países latino-americanos nesse sentido e por onde se encaminham as propostas de atuação política visando o estreitamento de laços esgarçados pelo Colonialismo e pelo Imperialismo, ao longo de mais de quinhentos anos?

4. ESTRANHAMENTO E (IN) TOLERÂNCIA EM CASA-GRANDE & SENZALA: AUERBACH E VOLTAIRE EM UMA ABORDAGEM DO INDICIARISMO

Conclusivamente, queremos trabalhar as noções de tolerância e estranhamento em *Casa-Grande & Senzala*. Numa abordagem metodológica de aplicação do método indiciário, colocamos estas questões através de um diálogo interessante com Carlo Ginzburg em seu texto: “*Tolerância e Comércio – Auerbach lê Voltaire*”^{yyyyyy}.

Neste ensaio, Ginzburg trabalha algumas categorias usadas por Voltaire para interpretar seu uso, contextualizando-o historicamente e se referindo às obras que exerceram sobre ele influência teórica. Dentro dessa proposta, Ginzburg quer usar um lado da abordagem feita por Erich Auerbach – filólogo e crítico literário alemão de origem judaica – em sua obra *Mimesis*^{zzzzzz} (1946).

^{yyyyyy} In GINZBURG, C. *O fio e os rastros - Verdadeiro, falso, fictício*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. Rio de Janeiro, 2007. 454p. p.112-138

^{zzzzzz} AUERBACH, Erich. *Mimesis : a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

O texto se inicia com a reprodução de um trecho da obra de Voltaire que retrata o perfeito entendimento entre diferentes membros de diversas religiões no interior da Bolsa de Londres:

Entrem na Bolsa de Londres, esse lugar mais respeitável do que muitas cortes; verão reunidos aí os deputados de todas as nações para a utilidade dos homens. Lá, o judeu, o maometano e o cristão tratam um com o outro como se fossem da mesma religião e só chamam de infiel quem vai à bancarrota; lá o presbiteriano confia no anabatista e o anglicano aceita a promessa do quaker. Ao saírem dessas reuniões pacíficas e livres, uns vão para a sinagoga, outros vão beber; este vai se fazer batizar numa grande pia em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; aquele faz cortarem o prepúcio do filho e murmurarem sobre o menino palavras hebraicas que não entende; aqueles outros vão à sua igreja esperar a inspiração divina, com o chapéu na cabeça, e todos estão contentes.^{aaaaaaa}

Este, que foi um exemplo usado por Voltaire para representar as noções de tolerância religiosa dentro do eixo das relações comerciais, acaba tomando, sob a ótica de Auerbach (que trabalha esse mesmo trecho), uma outra perspectiva. Auerbach parte desta descrição bastante singela feita por Voltaire, para tratar um dos principais instrumentos de uso da literatura – segundo ele, intitulada “técnica do refletor”. Através dele, Auerbach entende a escolha de elementos estéticos na obra literária a fim de mascarar alguns elementos e ressaltar outros; no caso, ao ilustrar uma cena na Bolsa de Londres, destacando o princípio da tolerância como orientador das relações entre membros da religião católica, judaica, muçulmana (etc.), Voltaire está preocupado em discutir a liberdades comerciais como sendo promotoras das liberdades religiosas, e ocultando de fato que haja um conflito entre diferentes grupos religiosos, numa espécie de orientação pela ilustração positiva de um mundo aparentemente em equilíbrio. Auerbach, segundo Ginzburg, preocupado em refletir sobre as liberdades religiosas de Voltaire pelo viés do comércio, não se descola de sua condição crítica para analisar que o próprio pensador francês trás elementos de um mundo secular (melhor dizendo, mundano, nos termos das colocações sobre a “mundanização”) e não presta atenção aos dois principais aspectos do texto: a questão do estranhamento e da tolerância.

Partindo desta inferência, Ginzburg investiga, com minúcias, as influências literárias de Voltaire, passando por alguns autores do campo da filosofia e da literatura. Ele cogita uma possível leitura por parte de Auerbach do filósofo Baruch Spinoza (1670), que teria rendido a

^{aaaaaaa} VOLTAIRE, François-Marie A. “Lettres philosophiques” in *Mélanges*, J. van den Heuvel (org.), Paris, 1961. Apud GINZBURG, C. op.cit. p.112.

inspiração para trabalhar o âmbito comercial e religioso das relações no interior da Bolsa de Londres. Spinoza, que havia deixado escritos sobre Amsterdã como ambiente de boa circulação de gente de diferentes religiões, e onde o âmbito da liberdade comercial sobressaia, vinculou a idéia de boa fé [derivada de *fidèle*, *bona fides*] a noções não religiosas (*strictu sensu*), quando as percebeu no âmbito das noções jurídicas de boa fé [*bona fides*] como correspondente à confiabilidade comercial. Nesse sentido, há o que podemos chamar de “mundanização” do termo boa fé [*bona fides*] que da referência religiosa passa então a referir ao universo cotidiano das relações comerciais. Adquiria-se, então, uma nova representação lingüística das palavras daqueles que seriam os veiculadores do Iluminismo (tal qual Voltaire foi), no sentido de propor o uso de idéias referidas à metafísica (divina) no âmbito das relações cotidianas. Voltaire, que teria lido as obras de Spinoza, em especial o *Tratado Teológico-Político*^{bbbbbb}, apropriou-se de suas colocações para pensar crença e fé no sentido humano do termo, enquanto devoção de um homem a um Estado (enquanto corpo político-institucional), devoção esta conhecida através das ações. Este princípio, aliás, foi também um dos temas principais trabalhados por Maquiavel, em seus *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*^{cccccc}. As instituições políticas (inseridas numa noção de Estado), passam, por assim dizer, a receber as referências dos homens das relações de fé, fidelidade, crença e aceitação.

Prosseguindo pelo caminho do indiciário de cunho filológico, a partir de uma perspectiva bifocal, Ginzburg então nos apresenta o segundo aspecto relativo ao episódio da Bolsa de Londres (aludida por Voltaire). O estranhamento, enquanto proposta de se colocar para fora de si, portanto, desnaturalizar *a priori* as relações e as sensações (visuais e afetivas), como uma utopia factível de ser exercitada, tornou-se um dos eixos do trabalho de escrita iluminista. A capacidade de se imaginar para fora de si mesmo é inscrita, no pensamento de Voltaire, quando ele exprime a irrelevância das diferenças religiosas (a princípio, óbvias), e passa a se tornar uma espécie de instrumento obsessivo do autor no trabalho de tudo aquilo que é humano. As obras de Voltaire receberam por demais as influências deste instrumento literário, através do uso de metáforas e aproximações (sinestésicas ou metonímicas). Este estranhamento, como forma de re-construção da imagem de si e do outro, usa de uma redução de pessoas e acontecimentos, gestos e comportamentos triviais em eventos absurdos, a fim de

^{bbbbbb} ESPINOSA, Baruch de. *Tratado Teológico-Político*. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 514 p.

^{cccccc} MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 478p.

(em tese) apresentar o olhar, a representação de um desconhecido. Tal qual se arrancássemos os olhos do outro para pôr no lugar dos seus próprios olhos, a fim de ver e dizer sobre o que está próximo de si; surge aí o grande paradoxo de se verificar se, de fato, corresponde a uma proposta de estranhamento ou apenas de reafirmação de si mesmo. Cabe aqui perguntar se tratava-se do estranhamento enquanto processo de redescoberta do “eu” permitia a anulação de seus próprios olhos (visão), ou apenas sua retirada, para então colocá-lo no lugar de um outro “eu” imaginário. As imbricações deste processo na fantasia e no imaginário têm decerto um desdobramento interessante.

No caso de Voltaire, que experimentou o exílio durante dois anos (entre 1726 e 1728) em Londres, podemos perceber que muito do seu esforço de desconstruir a naturalidade das ações humanas e reavaliá-las sob forma de estranhamento, encaminhou-o, muitas vezes, para um sentido de uma conformação, uma espécie de justificativa final, capaz de resolver as questões relativas ao seu desconhecimento. Categorizando pelo inverso, Voltaire abordou a maldade e a crueldade dos homens, analisou raça (etnia) e religião, mas não conseguiu romper em definitivo com os limites teóricos e filosóficos de seu tempo. Ao atravessar o processo de construção do humanismo iluminista francês, Voltaire enxergou, da Inglaterra, um modelo de aplicação de relações que desconsideraram o conflito, embora tenham tratado o sofrimento. Por exemplo, ao falar da escravidão, e dos negros, em situação de submissão política e social, através do tráfico, Voltaire procurou humanizar os homens, contudo sem jamais sair do paradigma comparativo-essencialista. Hierarquizando os homens em raças e, a partir delas, em seus papéis sociais, ele insiste em um princípio de diferença entre os homens, que determina seus graus de gênio e características que, por fim, explicam o fato de os negros serem escravos dos outros homens. Em seu *Essai sur les moeurs*^{dddddd}, derivado de *Dívidas sobre o Homem*, Voltaire chega a falar em essência humana, inserindo humano e divino (essência) numa só noção. Aqui, cabe dizer (como vem sido trabalhado por historiadores e outros acadêmicos), que não poderíamos falar em secularização do mundo – no correspondente ao processo de descolamento promovido pelo Iluminismo em relação às idéias religiosas. Poderíamos, ao contrário, de acordo até mesmo com o título de uma obra de Voltaire, e com o uso do termo durante os séculos XVII e XVIII, defender a idéia de uma “mundanização” do mundo - a abordagem filosófica Iluminista toma a tônica de uma discussão sobre o cotidiano humano, aspectos relativos às relações entre os homens e suas

^{dddddd} VOLTAIRE, François-Marie A. *Essai sur les moeurs et l'esprit des nations* (1756). Paris : Éditions sociales, 1962, 304p. Collection : Les classiques du peuple.

instituições sociais e políticas – que, a partir daí assume um destaque e passa a ocupar diferentes campos do conhecimento.

Conforme cita Ginzburg, a respeito de Voltaire: “A escravidão correspondia a novos desejos, a novas exigências, a novas necessidades; dava a entender Voltaire que era um resultado cruel, mas inevitável do processo”.^{eeeeeee} Questões axiais para Voltaire, como a maldade, a crueldade, a divindade e o humano imbricam-se de uma maneira bastante confusa na sua análise. Ao mesmo tempo em que explora, através do uso de recursos lingüístico-literários, a maldade na morte de animais (e critica o paradigma cartesiano que não admitia existir alma nos seres não-humanos), no que tange o sentido estritamente humano, parece querer explicar (ou quiçá justificar) a maldade como um exercício do humano. Ao conceber crueldade e injustiça como noções humanas, ao mesmo tempo em que desconstrói o paradigma da “justiça e da punição divina”, cai numa espécie de ascetismo político, capaz de justificar a maldade por essência. A própria noção de “paraíso” e “inferno”, traduzidas por Voltaire na sua condição individual (ao experimentar o sucesso ou a dor, como, por exemplo, quando testemunha o grande terremoto de Lisboa) são um outro exemplo de sua relação ambígua com deus e com os homens.

Retomando Auerbach, mais à frente, Ginzburg se pergunta sobre o porquê de ter o filólogo alemão se dedicado de tal forma à crítica de Voltaire. A resposta estaria menos na obsessão pelo autor, e mais no fenômeno histórico do Iluminismo. Para Auerbach:

Não obstante as suas enormes diferenças, Iluminismo e Nazismo lhe apareciam como etapas de um processo histórico longuíssimo, que reduziria as particularidades (religiosas ou de outro gênero) a elementos diversificados e irrelevantes, antes de suprimi-los definitivamente.^{ffffff}

Aliás, a crítica ao Iluminismo não foi apenas preocupação deste, mas de vários outros pensadores e intelectuais alemães (principalmente do campo da história, da filosofia e da filologia), dentre os quais se destaca a obra *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer^{ggggggg}. Esta preocupação em pensar o Iluminismo chega mesmo a ser um dos mais importantes fenômenos da historiografia (literária) alemã pós-segunda guerra mundial, o que

^{eeeeeee} GINZBURG, C. op. cit. p.131

^{ffffff} AUERBACH, Erich. Op. Cit. Apud GINZBURG, C. op.cit. p.126

^{ggggggg} ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max; *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

aponta para uma repetição de cunho bastante peculiar. Tanto Reinhardt Koselleck, quanto Adorno, ou mesmo Auerbach expressaram (cada um a sua forma) uma necessidade constante de relação entre passado e presente na qual Iluminismo e Nazismo constituem um lócus especial de análise. Vale citar que, na publicação *Futuro Passado*^{hhhhhh}, de Koselleck, a revisão de conceitos históricos relativos à noção de tempo (histórico) remonta a Idade Média, mas principalmente, lança-se sobre o Iluminismo, para verificar a continuidade de noções e idéias divinas dentro do processo de secularização (“mundanização”) da Europa. Este fenômeno, que atende até hoje na Alemanha pelo nome de *Begriffgeschichte* (Histórias dos Conceitos, numa tradução literal) reuniu a geração de intelectuais deste período numa tentativa de cobertura completa do processo histórico, sob um manto de preocupações metodológicas que tiveram a ver com o fenômeno do nazismo nas gerações que o vivenciaram de perto.

Trazendo a discussão para o campo das ciências sociais (e da história) no Brasil, podemos utilizar a análise metodológica de Ginzburg para a pensar de aspectos de *Casa-Grande & Senzala*. Principalmente, no sentido de discutir questões como tolerância e estranhamento, derivando numa perspectiva conciliadora presente na obra do escritor brasileiro. Tendemos, aqui, a utilizar, em especial, os capítulos IV e V do livro, a fim de observar questões para discussões mais aprofundadas.

Ao longo da escrita de *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre perseguiu o esgotamento das descrições do universo social, político e religioso das regiões rurais (patriarcais e tradicionais) do Brasil. A essencialização dos tipos raciais (étnicos) em Freyre é uma constante, ainda que tenha se proposto a desconstrução de noções de pureza racial – trazendo para o âmbito da pureza religiosa, o grande agente segregador da formação colonial no Brasil. No capítulo IV de *Casa Grande & Senzala*, Freyre procura abordar inicialmente uma suposta (para ele, legítima) superioridade (adaptativa) do negro em relação ao índio (sendo o negro mais forte e resistente que ele) e em relação ao português (sendo o negro mais plástico e flexível que o europeu, nesse caso). Tal qual afirma:

(...) O indígena da América, caracteristicamente introvertido, e, portanto, de difícil adaptação. O negro, o tipo extrovertido. O tipo de homem fácil, plástico, adaptável. Absoluto esse critério, não deixariam de ter motivos, embora indiretos, os indianófilos, para acreditarem na superioridade moral dos indígenas no Brasil.

^{hhhhhh} KOSELLECK, R. op.cit.

E ainda, no mesmo parágrafo:

(...) Por todos esses traços de cultura material e moral revelaram-se os escravos negros, dos estoques mais adiantados, em condições de concorrer melhor que os índios à formação econômica e social do Brasil. Às vezes melhor que os portugueses.ⁱⁱⁱⁱⁱⁱ

Além de cair no mesmo eixo de percepção e comparação étnicas (que contradizem com o paradigma culturalista), Freyre tende a construir um quadro de elaborações sobre raça bastante categórico e hierárquico. Além disso, a voz de Freyre se confunde com a de outros autores, especialmente, encontramos ecos dos intelectuais do *Círculo Rio-Branco*, uma vez que ele usa o discurso argumentativo de outros autores, sem claramente discuti-los ou se posicionar criticamente. De modo que, em alguns momentos, é impossível saber os limites entre o que seria a sua análise e o que seria apenas apropriação. Por exemplo, Freyre começa o parágrafo dizendo:

Bryant e Seligman, por exemplo, de estudos comparativos entre escolares bantos e europeus na África do Sul concluíram pela maior precocidade e mais rápido desenvolvimento mental dos bantos até a idade de doze anos (...) concluíram ainda, que o africano, excedido pelo europeu no confronto de qualidades de reflexão, julgamento, compreensão, excede o branco em memória, intuição ou percepção imediata das cousas, e capacidade de assimilação.ⁱⁱⁱⁱⁱⁱⁱ

Nesse exemplo, Freyre está procurando refutar a idéia de que se possa aplicar um método matemático de avaliação de qualidades relativas na comparação entre negros e brancos. Com o qual de fato estamos de acordo. Já na página 356, Freyre afirma:

Não se negam diferenças mentais entre brancos e negros. Mas até que ponto essas diferenças representam aptidões inatas ou especializações devidas ao ambiente ao às circunstâncias econômicas de cultura é problema difícilimo de apurar.

Aqui ele se aproxima do paradigma culturalista, reconhecendo o papel das estruturas sociais no processo de formação intelectual do indivíduo, para além do aspecto étnico (racial). Fica claro, na relação entre os dois trechos, uma contradição bastante explícita entre uma afirmação e contestação da categorização étnica de grupos sociais. Dando prosseguimento a

ⁱⁱⁱⁱⁱⁱⁱ FREYRE, 2002 op.cit., p.346-347.

ⁱⁱⁱⁱⁱⁱⁱ Ibid., p.354-355,

um embate entre diferentes autores racistas ou arianistas (como Oliveira Vianna, a quem Freyre insiste em criticar^{kkkkkkk}), Freyre inicia sua colocação particular (pessoal), quando pretende defender que tenha sido o negro (africano) o “*agente de ligação com os portugueses e com a Igreja*”.

(...) Diante dos caboclos os negros foram elemento europeizante. Agentes da ligação com os portugueses. Com a Igreja. Exerceram não só aquele papel de mediadores plásticos entre os europeus e os indígenas a que se refere José Maria dos Santos, mas, em alguns casos, função original e criadora, transmitindo à sociedade em formação elementos valiosos de cultura ou técnica africana.^{lllllll}

Neste trecho específico notamos: 1) O uso do argumento de outro autor, para legitimar o que está defendendo (nada de ilegítimo nisso); 2) a colocação do negro em posição de mediação, recupera um lado positivo (criador) das suas realizações, mas não aprofunda nem as questões pertinentes ao aspecto político que expliquem suas motivações, e não acentua a tônica do conflito, no que surge, como exemplar, o limite entre a valorização (resgate) de uma participação social do negro e um esquecimento da dominação e do uso da violência da escravidão neste processo. Logo no parágrafo abaixo, Freyre descortina:

O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapé. Vieram-lhe da África ‘donas de casa’ para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas, artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão, mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos. Por outro lado, a proximidade da Bahia e de Pernambuco da costa da África atuou no sentido de dar às relações entre o Brasil e o continente negro um caráter todo especial de intimidade. Uma intimidade mais fraternal que com as colônias inglesas.^{mmmmmmmm}

A ilustração pitoresca da colonização nos permite imaginar, quiçá que tenha havido uma imigração de negros ao Brasil, como se desta enormidade de homens e mulheres com função social, tivessem vindo todos homens e mulheres livres e aptos a exercer para seu próprio bem e comodidade tais atividades – o que, para além de falso, é de certa forma, cruel. Estupro, exploração, subordinação, dominação, sofrimento, dever, compromisso; termos que se inserem numa perspectiva de conflito e em um aspecto de afirmação do regime escravista estão isentos, quase como se fosse possível pensar em tráfico e escravidão sem estes

^{kkkkkkk} VIANNA, Francisco José de Oliveira [1938]. *Raça e assimilação*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

^{lllllll} FREYRE, 2002, op.cit. p.365

^{mmmmmmmm} Ibid.

pressupostos. Visualizamos aqui, o que, acima, Auerbach chamaria de “técnica do refletor”, mascarando-se um lado da realidade, se constrói uma propaganda elementar, porém vívida. O caminho da escrita literária é capaz de trazer estes elementos à tona de maneira bastante eficiente. A rica escritura de Freyre romantiza o processo histórico e acomoda os eventos mais violentos da sua formação, lançando uma espécie de argamassa capaz de fechar os buracos abertos da não solução dos conflitos sociais e políticos flagrados até o presente.

Continuando por este caminho, as assertivas de Freyre acerca da religião católica tornam-se ainda mais chamativas. Imaginando uma espécie de sincretismo religioso a partir do catolicismo, em seu contato com o chamado “elemento maometano” (religião muçulmana), Freyre defende uma harmonia combinatória resumida na prática religiosa relativa ao senso comum brasileiro. Se, por um lado é possível dialogar com Freyre, para falar de resiliência religiosa como resultado de um processo de acomodação e arremedo de diferentes práticas e símbolos religiosos (como, por exemplo, no caso do candomblé), por outro, não é possível pensá-lo sem mencionar seu aspecto político – no sentido do uso do poder da Igreja a fim de constituir-se como matriz única e referência exclusiva no contexto da formação social no Brasil. Todos os processos de submissão e uso da autoridade (e da violência normativa ou física) a fim de esconder ou minimizar essa presença escapam como um dos componentes do que defendemos ser a “mistura por justaposição”, nos desdobramentos da já trabalhada idéia de “miscigenação por justaposição”. Pensar os aspectos de resistência e resiliência dentro da Igreja Católica ainda constitui um desafio para o presente.

Retomando o diálogo do texto de Ginzburg na interpretação de *Casa-Grande & Senzala*, revemos agora a noção de estranhamento. Comum a Voltaire e a Freyre, este estranhamento, capaz de delimitar e reduzir as noções sobre o outro, inserem-se como um dos mais nítidos processos da tradição iluminista – no sentido de que configuram uma mudança no eixo de colocação das preocupações dos homens, trazendo à tona sua própria existência (enquanto humanidade) e suas relações sociais. É também, uma das ferramentas mais difundidas pelo campo da Antropologia Cultural, no sentido do trabalho de campo de realidades distintas e semelhantes, quando, por exemplo, ao fazer o trabalho de campo relativo a Antropologia Urbana, sugere-se um estranhamento da realidade cotidiana, a fim de conseguir se desconectar da naturalidade de atos, gestos e comportamentos. Da mesma forma, no caso de Freyre, há um entendimento trazido pelos símbolos das ilustrações, considerações acerca de homens e mulheres, escravas e senhores de engenho, e a fim de se delimitar e

reconfigurar uma construção do outro, de um outro tempo, de uma outra realidade ainda presente no seu imaginário, ou no uso das palavras (adjetivos e advérbios) as (des) qualificações necessárias a fim de resolver o impasse inscrito no conflito político, na dominação, na luta, no sofrimento. Cada um dos elementos culturais responsáveis pela formação do Brasil enquanto sociedade (no seu modo de pensar) assumiu uma abstração ideal com o que suas relações se tornaram primeiro estranhas (obscuras), para assumir uma lógica no encontro de cada um de seus elementos formadores. Geografia e etnia, história e religião assumem a caracterização específica capaz de ambientar a familiaridade com a qual, no fim, se conquista um equilíbrio, a solução sintética dos conflitos históricos e presentes.

No caso de Voltaire é bem provável que seu deslumbre pelo modelo inglês de liberalismo no eixo das disputas religiosas (colocadas em outro patamar) tenha servido para que ele pensasse em uma “anulação dos conflitos religiosos” pelo viés das relações comerciais, nutrindo-se de códigos “mundanos” e de costumes (*commonlaw*) para a orientação normativa da sociedade. Voltaire, que era francês e vivenciou inúmeras disputas religiosas (entre católicos de diferentes ordens e puritanos) no interior da França pré-revolucionária, deparou-se com uma possibilidade de conciliação e resolução dos conflitos pelo viés possível: o do comércio.

Freyre (a quem não pensamos haver comparação ou paralelo direto com Voltaire), exerceu seu diálogo com pensadores e intelectuais (do campo da Antropologia norte-americana) capazes de colocar as questões perguntadas por ele, e de respondê-las, de acordo com a sua suposição. Freyre também sofreu influência bastante forte da tradição inglesa (e assumidamente anglófilo), e seus vínculos com a referência católica (neo) tomista adquiriam um tom conciliatório e sintético, tendo ele sido capaz de abarcar diferentes elementos para descrever e construir a idéia do que era, para ele, a formação social brasileira. Sem esgarçar suas categorias, nem radicalizar nas avaliações, o compromisso intelectual de Freyre foi suscitar uma ilustração ideal do povo (nacional), a partir do processo histórico, enxergando seus traços constituintes, muito mais do que em avaliar as incongruências deste processo. Este compromisso final de Freyre ficou particularmente explícito, quando abordada a questão da sexualidade no interior da casa-grande.

Podemos dizer que uma das preocupações mais claras de Freyre, ao tratar das relações sexuais dentro da casa-grande (e da senzala) foi desconstruir o mito repetido por muitos de

sua geração (bem como das gerações anteriores) que relacionavam a depravação dos costumes e das práticas sexuais entre os brasileiros (desde a colonização) a uma essência degradante herdada pelo africano; ou ao não compromisso moral do índio. Freyre toca nesta questão, pelo viés do sistema colonial, e, depois de recusar a idéia de uma “tendência sexualizante” da mulher e do homem africanos, fala da escravidão, como sendo a grande responsável pelos exageros e obsessões sexuais no interior da sociedade patriarcal nordestina, como, ao afirmar “*Não há escravidão sem depravação sexual*”.ⁿⁿⁿⁿⁿⁿⁿⁿ Nesse momento, Freyre promoveu uma ruptura, ao descolar etnia e posição social, para concluir que as categorias: “escravo” e “negro” acabam por adquirir significados especiais, ao se tratar de relações sexuais. Para ele, é impossível analisar estas relações de excesso sem considerar o sistema econômico escravista, uma vez que mulheres e homens escravos assumiam características e papéis sociais em que o sexo e a sexualidade eram de suma importância. A figura da ama de leite, como aquela escrava responsável pela amamentação do filho do senhor de engenho, a figura da mucama, bem como as nuances étnicas que ele ressalta na representação da sexualidade “*branca para casar, mulata para trepar e negra para trabalhar*” dão os contornos de uma ilustração não acabada do processo de subordinação política. A voz do homem (*pater familias*) é expressa de maneira distinta, sob os signos de poder e afirmação (quase legítima) de seu exercício. A mulher, por sua vez, assume os contornos de fragilidade, submissão e somente ultrapassa esses limites, quando, por exemplo, Freyre relata as ordens de tortura (ambientadas numa projeção de sadismo) das mulheres do senhor de engenho, em relação às escravas “sedutoramente” perigosas.

Pensar na condição feminina, a partir de Freyre, não deixa, contudo de ser uma tarefa difícil. Ainda que Freyre não estivesse inserido no contexto crítico nas abordagens das questões de gênero, isto não significa que a condição feminina esteja ausente da narrativa de *Casa-Grande & Senzala*. Obviamente, não esperamos de Freyre, inserido no contexto histórico anterior aos debates das questões de gênero, formulações de ruptura radical e crítica incisiva, que defenda a posição da mulher frente à sociedade patriarcal do Nordeste. A questão do domínio pela força, pelo sexo e do uso do sexo como conquista de poder foi (e ainda é) uma das mais difíceis de serem pensadas dentro das discussões das questões de gênero. Com relação à casa-grande, entretanto, é impossível não se chocar com o tom adocicado das memórias de Freyre com relação ao casamento, com a precocidade da gravidez

ⁿⁿⁿⁿⁿⁿⁿⁿ FREYRE, 2002. op.cit. p.372

(e a mortalidade materna e infantil) e com a interferência direta da Igreja Católica nesse processo. Inserido num contexto político-cultural de certo gozo nas tradições agrárias em relação às mulheres, Freyre ignora a subordinação das mulheres, sem se aprofundar sobre a violência a qual foram submetidas no interior do sistema escravista. Apesar de reconhecer o vínculo entre escravidão e abuso sexual, o que parece haver é uma posição de reconhecimento, mas não de crítica mais aprofundada. Citando Joaquim Nabuco, em *O Abolicionismo*^{oooooooo}, Freyre reconhece: “*A parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador*”. Nesse sentido, há, mais uma vez, uma boa aproximação dos dois pernambucanos, na lógica intelectual (geracional) que percorreu suas trajetórias, além da mais singela observação. “Ventre gerador” como ventre negro-escravo, “propriedade” e “produtivo”, como termos que denotam posse (pertencimento) e estímulo. As relações sexuais no interior da casa-grande – no ver de Nabuco e Freyre – reverenciam a lógica do sistema escravista. Implícita ou ausente estaria a crítica a esta lógica?

A seguir, Freyre deixa escapar um indício que pode nos ajudar a pensar sobre esta questão:

Tanto o excesso de mimo de mulher na criação dos meninos e até dos mulatinhos, como o extremo oposto – a liberdade para os meninos brancos cedo vadiarem com os muleques safados na bagaceira, deflorarem negrinhas, emprenharem escravas, abusarem de animais – constituíram vícios de educação, talvez inseparáveis do regime de economia escravocrata, dentro do qual se formou o Brasil (...). Não negamos de todo a ação do clima: também na zona sertaneja do Brasil – zona livre de influência direta da escravidão, da negra, da mulata – o menino é um antecipado sexual. Cedo se entrega ao abuso de animais. A melancia e o mandacaru fazem parte da etnografia do vício sexual sertanejo. **A virgindade que ele conserva é a da mulher. E nisto tem consistido sua superioridade tremenda sobre o menino do engenho.**^{PPPPPPP}

[grifos nossos]

Neste pequeno trecho, Freyre deixa escapar sua relação com a moral sexual e com a misoginia extremamente interessantes. Ao considerar a sexualidade veiculada como parte de um “vício” (vícios da educação) ou uma repetição aprendida socialmente, ele constrói uma noção sobre a constituição da sexualidade determinada pela ação do clima – capaz de alterar e tornar precoces as experiências sexuais tanto no sertão, quanto na zona agreste (zona da mata). O termo “antecipação sexual” é impreciso, porque não menciona em que idade inicia-se as atividades sexuais. Certamente, não esperamos de Freyre uma abordagem Freudiana. No

^{oooooooo} Ver NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo* São Paulo: Publifolha, 2000.

^{PPPPPPP} FREYRE, 2002. op.cit. p.427-428.

entanto, o que surge com maior destaque está no final do parágrafo, quando anuncia a “*superioridade tremenda*” do sertanejo por iniciar suas experiências sexuais com uma chamada “entrega ao abuso de animais”, preservando-se virgem do contato com a mulher. Para Freyre, pelo que denota, há uma relativa importância positiva e necessária na virgindade, na pureza relativa ao contato sexual com a mulher. Neste caso, que, segundo ele próprio menciona, não envolve a escravidão (diretamente), nas relações do sertanejo com a sexualidade, é a mulher que representa a “perversão”, consistindo, portanto, a virgindade, um dado de representação da superioridade em relação ao menino de engenho. Fica aí um outro aspecto de importante colocação nas referências à questão de gênero em *Casa-Grande & Senzala*, assim como nas percepções do autor que escreveu a obra. Vale lembrar que Freyre repetia freqüentemente que gostava muito de reler seus textos, que, para ele, eram constantemente re-editados e corrigidos. O que nos faz indagar se, ao longo de tantas edições e releituras, ele possa ter vindo a refletir ou mesmo observar o cunho tendencioso de misoginia na sua obra mais destacada nacional e internacionalmente.

Em uma outra análise do uso das palavras, podemos trabalhar a abordagem de Freyre, na referência aos aspectos sutis, e talvez mais simbólicos, da relação de poder no interior da casa-grande. Ainda que não as elabore a exaustão, vale mencionar que o autor se preocupa em pensar a linguagem nas relações entre a casa-grande e a senzala (que aqui para nós assume a posição do senhor, do pai [*pater familias*] e do dominado – seja ele escravo ou escrava, ou mesmo a mulher, esposa). Através da observação do uso do imperativo e do pronome pessoal pelo senhor de engenho e pelo escravo, pela mulher, pelo filho e pela mucama, Freyre quer demonstrar a diferença nas relações afetivas, entre senhores de engenho e escravos. Na forma de imperativo formal – *faça-me, dá-me, obedeça-me* – o homem que constitui a figura do patriarca se expressa. A ênfase da ordem se sobrepõe ao sujeito, ao contrário do imperativo pronominal (informal) das relações com os (ditos) subordinados: *me dê, me faça, me diz*. Adquire-se aqui um significado cujo referente é o pedido, uma intervenção ao invés de uma ordem (como no imperativo formal). Sugere o que poderíamos chamar de ênfase no favor, numa relação de concessão e autorização. Ainda, nos diminutivos, que, segundo Freyre, “adocicam” a pronúncia, podemos procurar também uma relação com este sentido de informalidade que anuncia uma relação de obediência e favor (e não de direito e compromisso, inscrito no paradigma legalista de direitos, enquanto normas). As referências aqui, no âmbito mais específico e micro das relações privadas – abordadas por Freyre e trabalhadas por nós – nos suscitam uma discussão sobre subjetividade e poder.

Ao falarmos de violência, dor, crueldade e sofrimento, somos remetidos mais uma vez à análise de Voltaire e Gilberto Freyre. Ambos repetem suas posições descritivas, mas a resposta à recepção da dor sensível (dos afetos) é diferente. Voltaire se transforma num pessimista, conferindo ao homem a maldade e a injustiça, e por aí encerrando sua confecção do que se torna humano. Ginzburg nos propõe pensar sob o signo da distância, recuperando de um de seus ensaios de seu livro *Olhos de Madeira*^{qqqqqq}, a discussão sobre o que nos parece distante (e próximo), sobre o que nos toca (afeta) e nos faz transformar em nosso o que antes não era. O que parece cruel de um ponto de vista, na dimensão do universo (real ou afetivo) adquire irrelevância quando se trata de um outro longínquo, sobre o qual não sabemos, sobre quem não nos comovemos. Por exemplo, a dor de um cavalo nos comove mais do que a morte de uma formiga; o atentado ao *World Trade Center* (muito mais inserido nas nossas referências culturais ocidentais) nos toca mais do que a morte de milhares de pessoas em um terremoto no Irã. Utilizar esta reflexão processo para pensar em Freyre pode ser fascinante. Até que ponto sua distância (afetiva) redimensiona seu poder de sofrer e recuperar a identidade sob o signo da violência? Até que ponto a ilustração bem acabada da casa-grande não corresponde a sua própria casa-grande e as dores e sofrimento dos que ao seu redor estiveram representa-se com um relevo mais realçante do que a dor de um escravo ao ser chicoteado à morte?

O estranhamento, no caso de Freyre construiu a beleza estética da crueldade, um quadro que, de perto, certamente mais sangrento e contraditório do que de longe^{rrrrrr}. As características modernas de Gilberto Freyre não estão somente nas formas e na proposta histórica de construção da identidade nacional, mas também na apreensão sensível do mundo, na “mundanização” do espaço e das coisas que não necessariamente corresponde a uma “humanização” de seus elementos em conflito.

Um outro detalhe curioso surge como coincidência entre Voltaire e Freyre: ambos leram *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift^{ssssss} e reconheceram a enorme importância do texto para suas trajetórias intelectuais. Voltaire, trouxe *Gulliver* para as suas análises sobre a condição humana, mas não deixou de ver a humanidade como um “gigante”, de cima,

^{qqqqqq} GINZBURG, C. *Olhos de Madeira Nove Reflexões Sobre a Distância*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 336p.

^{rrrrrr} Ver. ŽIŽEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real!* São Paulo: Boitempo, 2003. 192p.

^{ssssss} SWIFT, Jonathan. *As Viagens de Gulliver*. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch. L&M Pocket. 440p.

envolvido com a perversidade humana e suas possibilidades. Freyre não optou pelo gigantismo, mas partiu em viagem (ele mesmo) pelas memórias e suas lembranças, procurando remontar, com a ajuda da história, a sua enorme *Liliput*, aquilo que ele chamava de sua “casa-grande”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A HISTÓRIA COMO POSSIBILIDADE

Não acreditamos ter esgotado a discussão e a reflexão envolvendo a temática da intelectualidade no sentido estrito das imbricações do campo da diplomacia no Brasil no período de passagem do século XIX ao XX neste trabalho. Esta seria uma tarefa para além de um mestrado e de interligações com outras disciplinas. A proposta de contribuir com um trabalho que enfoque o Círculo Rio-Branco, ademais das inúmeras obras biográficas e de política exterior (já escritas), que privilegie o estudo sociológico, histórico e literário desses chamados “homens de Estado” (ou intelectuais, no sentido menos restrito e categórico, e numa perspectiva crítica) atravessou este estudo, e promoveu descobertas que não pensávamos alcançar durante estes dois anos. As abordagens sobre Euclides da Cunha e sobre Gilberto Freyre que vieram a se juntar ao plano de estudos da dissertação enriqueceram o diálogo entre o campo da diplomacia e outros campos das chamadas humanidades. literatura, ciências sociais e história – pensamos - são quase indivisíveis. Embora cada uma dessas disciplinas desfrute tradicionalmente de uma metodologia diferente, todas não deixaram de contribuir para uma compreensão do campo intelectual daquela geração, bem como para a nossa geração no tempo presente. Podemos, portanto, chamar este trabalho de um trabalho interdisciplinar – não só por ter sido constituído oficialmente do contato entre historiadores e cientistas sociais, cientistas políticos e sociólogos. Mas também por ter representado o esforço da multidisciplinariedade, que, hoje, constitui o maior desafio dentro da universidade no Brasil.

Podemos dizer que chegamos a algumas conclusões. Concordando com as abordagens de Hobsbawm^{tttttt} e Koselleck^{uuuuuuu}, pudemos entender de que maneira a idéia de nação pensada neste trabalho se aproxima da construção do próprio campo da História, como agrupadora de conhecimento capaz de refletir sobre o tempo histórico. Aquele que Koselleck chamaria de *Sattelzeit* (o “entre-tempos”) seria o período que fez a divisão semântica do conhecimento e interpretação do tempo em diferentes outros tempos, numa visão retórica do mundo que abrangeria passado, presente e futuro. Da mesma forma, conseguimos entender de que maneira esse tempo era vivenciado numa geração iluminista católico-ilustrada, em que a ruptura para com a referência sacralizada da sociedade, não se realizou muito além da apropriação semântica dos termos no cotidiano das relações políticas.

Intelectuais que foram, Rio-Branco, Domício da Gama, Oliveira Lima, Euclides da Cunha, entre os outros, tiveram seu perfil sociológico detalhado. Entendemos também de maneira mais completa de que forma o jogo de poder nos interstícios do Itamaraty materializava deveres, obrigações, favores pessoais e concepções de mundo históricas e culturais. No esticamento da análise de Gilberto Freyre, pudemos concluir como o processo histórico estende-se para além de uma geração. De que forma, visões de mundo, projetadas nas análises da sociedade brasileira (em *Casa-Grande & Senzala*), trouxeram revivificações de um tempo passado acabado e inacabado na imaginação e no desejo de quem o recria^{vvvvvvv}. Por meio de memórias e construções literárias que querem dar voz ao pretérito, se permite criar uma visão ideal de povo que corresponda àquela idéia de nação “ideal” cujos símbolos justifiquem o sofrimento e a submissão de uns por outros.

As questões relativas ao catolicismo (e à apropriação da Igreja Católica Romana) dentro do Itamaraty foram mencionadas, mas não se esgotaram – constituem ainda um tema a ser discutido. A fim de se perceber de maneira mais aprofundada as nuances sutis desse processo que abrange não só o conhecimento sobre as disputas internas dentro da Igreja Romana Católica, e seus transbordamentos para o campo político do Império. Sabemos que houve, durante este período, um embate entre a Igreja e o Estado que envolveu alguns dos ícones da política do Segundo Reinado. Figuras como o Visconde do Rio-Branco e Nabuco de Araújo compuseram a geração anterior do Círculo que esteve diretamente ligada ao debate

^{tttttt} HOBBSAWM, 1997, op.cit.

^{uuuuuuu} KOSELLECK, 2006, op.cit.

^{vvvvvvv} SCHORSKE, 1998, op.cit

político no contexto da “Questão Religiosa”. De que maneira a geração posterior - representada pelo *Círculo Rio-Branco* - absorveu esses debates e se posicionou formal ou informalmente nos seus momentos de exercício do poder, já no século XX são questões que ficam para serem pensadas pela historiografia, em especial, nos tópicos que envolvem cultura religiosa. Vale lembrar que o Código Civil – que foi fruto de discórdias e brigas ideológicas e políticas no Segundo Reinado – só veio a ser aprovado, finalmente, em 1916. Com o auxílio de republicanos radicais como Clóvis Beviláqua, que, contudo, não escondeu sua ligação com a Igreja Católica. Conciliação, consenso e conflito foram palavras-chaves que devem ser analisados futuramente, a fim de garantir uma melhor crítica e análise deste período. No campo simbólico, pensamos que ainda é necessário se investigar, de maneira mais aprofundada, o carisma e o envolvimento afetivo entre Rio-Branco e a população brasileira (especialmente, os setores populares).

Há de sobremaneira, um deslumbramento com a história da diplomacia que faz com que o historiador se depare com o *glamour* e o encanto com o poder ao estudá-lo. As descrições infundas dos salões, das viagens, dos encontros, dos homens das letras que percorrem nosso imaginário, nossas aspirações intelectuais de grandeza e reconhecimento estão também nestes homens, que falam por si, mas que, ao trazermos a público, tendemos a validar ainda mais. A distância do chamado “Brasil Profundo”, conforme mencionou Euclides da Cunha não é apenas de seu tempo: é nosso também. Por isso, falar de Gilberto Freyre e Euclides torna-se tão importante. Ambos descolaram-se de uma descrição tradicional do Brasil, e ilustram seus livros com tonalidades mais vivas de um sofrimento aparente ou não. Ainda que Freyre naturalize as relações sociais em *Casa-Grande & Senzala*, ele proporciona uma visão não urbana, não ligada à *belle-époque* nos trópicos que incorremos viver até hoje, como muitos dos que estudam a Monarquia e o início da República e terminam por se vestirem quase como homens daquela época – tão envolvidos afetivamente com o ambiente estudado. Freyre, que retratou à sua maneira a casa-grande, não deixou de fazê-la de acordo com a sua memória, numa reflexão que envolve o profundo conhecimento da palavra “saudade”.

Os limites do historiador, ou do investigador – nos dizeres de Manoel de Oliveira, cineasta de destacável interesse pela História – na sua relação com o objeto tornam-se particularmente difíceis, principalmente se envolvemos aí a trajetória dos personagens históricos com a nossa própria história. Esses limites – que não são tão claros muitas vezes –

devem nos orientar, para que possamos traduzir a pesquisa em uma crítica produtiva do campo intelectual e produzir conhecimento. Mais difícil do que isto é perceber até onde vai seu envolvimento afetivo com o objeto, seu carinho, sua atenção dedicada ao estudo, à leitura e à escrita e saber re-encaminhar-se daqui adiante, sem deixar de atualizar e re-discutir o trabalho. Parece simples produzir uma dissertação em um dado momento, mas re-produzir o texto e reconduzi-lo quando necessário é definitivamente um grande desafio. Tendemos, invariavelmente, a mantermos a obra (tal qual uma estátua), engavetá-la como monumento, como se fosse um objeto firme e sólido, um conhecimento acabado, quando de fato, não o é.

Procuramos detalhar neste trabalho as noções do que poderíamos chamar de intelectual (daquele contexto), bem como trabalhar as idéias de nação inseridas no panorama das preocupações geracionais – estamos pensando a História como um processo de longa duração que encontra, ainda hoje; seus prolongamentos nos parâmetros das ações políticas no campo da diplomacia. Insistimos na idéia de que as agora chamadas “relações internacionais” não compõem um campo por si só, pois são vazias de conteúdo sem sua afirmação política e ideológica. A construção do campo intelectual fez parte de um processo datado, contextualizado pelo início da guerra fria, em que os estudos de política internacional assumiram uma posição de esvaziamento das questões pertinentes ao diálogo e ao estudo da história. Se por algum tempo, como sustenta Carl Schorske e Reinhardt Koselleck, a história apresentada era a “*Historia Magistra Vitae*” – detentora de todos os saberes, mestra orientadora dos princípios do campo de Humanidades – esta foi submetida a um processo de mascaramento. Sob uma perspectiva dos estudos culturais ou das relações internacionais, assumiram, em face de um disciplinamento técnico da ordem da economia (a)política (neo) liberal um âmbito de renomeação pelos termos “comércio exterior” ou “relações internacionais”. Os estudos históricos, sociológicos; e do campo político e das idéias políticas - orientados e assumidos em uma perspectiva crítica - ficaram fadados (em muitos casos) aos novos “temas” ou viram acabaram mais uma vez exercidos por embaixadores e membros do Ministério das Relações Exteriores que, com certa autonomia, tiveram a preocupação e o envolvimento afetivo capaz de possibilitar um encontro feliz com a produção de obras ricas e vigorosas. Além de virem de uma tradição geracional de resgate da História, tiveram (em alguns casos) os meios objetivos (acesso e posse particular, muitas vezes dos documentos) para exercer o ofício de investigador.

Visualizamos, no entanto, um momento ímpar, para um reengajamento cultural e intelectual capaz de recuperar a História – agora não mais como mestra, mas como condutora de possibilidades. A História como possibilidade, embora seja o objeto e o método da *Escola dos Anales*, vislumbra hoje uma oportunidade única de encaminhar a multidisciplinariedade como uma marca viva. A circulação de idéias e de pessoas, facilitada nos meios atuais; a maior abertura das fontes, constantemente submetidas à crítica e ao uso do historiador e do intelectual e o intercâmbio de informações, leituras e idéias entre instituições e acadêmicos são fatores que indicam para uma construção do conhecimento móvel, vivo e mais fluido. O que não significa dizer que a crítica e a resistência, o engajamento e as vinculações com uma defesa do humanismo crítico e dos valores humanísticos devam ser por completo ignorados. A lição de Edward Said, ao propor a movimentação do intelectual numa cadência nova, sem perder o ritmo (para usar a metáfora da dança) pode e deve ser uma contribuição para a geração de jovens intelectuais, para quem o termo “intelectual bailarino” não seria inapropriado. Bailarino, pois há que ser gracioso, sem ser esnobe; há que se ter disciplina, sem perder o movimento, há de cadenciar a forma, sem perder o conteúdo. Acreditamos que este seja um processo possível. Inseridos num processo que acompanhamos e que procura ser veiculado como bipolar: ou estamos ou não estamos inseridos (ou é ou não é *outsider*), somos chamados a acreditar que devemos optar pela especialização e pela opção “única” em relação ao campo intelectual. Estamos ou não no *mainstream*. O que surge como um enorme paradoxo com os valores incontestáveis de mudança e fluidez do tempo (veloz) e presença (completamente abstrata). As análises sobre o intelectual, desconectadas do diálogo com a História (nas suas relações com os demais campos de saber) tornam-se inúteis. E pensar com ela (a História) como possibilidade é um processo, intelectual, acadêmico e pessoal, que rompe com os determinismos materiais e especulativos de nossos dias. A possibilidade da História nos guiou neste trabalho e certamente nos guiará daqui para frente; em quaisquer que sejam os campos acadêmicos do conhecimento.

FONTES

1. Fontes bibliográficas:

Joaquim Nabuco "*Um estadista do Império: Nabuco de Araújo*". Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 1975.

Oliveira Lima, Manoel de. "*Reforma Diplomática*", 25 agosto de 1903. *Correio da Manhã*, republicado in *Cousas Diplomáticas* (Lisboa: A Editora, 1908).

Barão do Rio Branco. *Efemérides Brasileiras*, Brasília: Editora do Senado Federal, 1999.

2. Periódicos:

Revista Americana – org. A. G de Araújo Jorge (editor responsável e secretário de Rio Branco no Itamarati)- Editora do Senado (edição fac-simile).

3. Manuscritos:

Arquivo Histórico do Itamaraty / Parte III – 34 – Arquivo particular do Barão do Rio Branco [concluído por Aluizio Napoleão] – seção de publicações, 1967.

Papéis Particulares:

3.1 Correspondências do Barão com:

- a) J.A.G de Araújo – lata 813, maço 3;
- c) Euclides da Cunha – lata 821, maço 2;
- d) Manoel de Oliveira Lima – lata 827, maço 4;
- e) Joaquim Nabuco – lata 831, maço 3;

3.2 Relações Exteriores:

- a) Conferências e Convenções Internacionais: III Conferência Pan Americana (1906), III Congresso Científico Latino Americano (1905) – lata 857 – maço 2;
- b) Estados Unidos da América – lata 857 – maço 2;

3.3 Limites: Lata 858, maço 5

3.4 Diversos (discursos):

- a) III Congresso Científico Latino Americano (1905) – lata 876, maço 3;
- b) III Conferência Pan Americana(1906),abertura e encerramento- lata 876, maço3;
- c) Na faculdade de direito de São Paulo (1907) - lata 876, maço 3;
- d) Agradecimento à manifestação pública (1909) - lata 877, maço 2;

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de (Org). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1984. 5 vol, 6211p.

ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max; *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*, Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima. Vidas paralelas, itinerários divergentes*. Disponível em <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/935BarOlivLimaSem22Ago.htm>>. Acesso em: 16 jan.2008.

AMARAL, Luis Gurgel do. *Meu Velho Itamarati: de Amanuense a Secretário de Legação 1905-1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. 359p.

ASSIS, Machado de. *Correspondência de Machado de Assis, com Joaquim Nabuco, José Verissimo, Lucio de Mendonça, Mario de Alencar e outros, seguida das respostas dos destinatários*. Coligida e anotada por Fernando Nery. Rio de Janeiro: Off. Industrial Graphica, 1932.

AUERBACH, Erich. *Mimesis : a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BAGGIO, Kátia Gerab: “Os Intelectuais Brasileiros e o Pan-Americanismo: A Revista Americana (1909-1919)” – 4º ENCONTRO DOS ANAIS DA ANPHLAC (sem data)

BAKTHIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. SP, Hucitec e Brasília, Universidade de Brasília, 1987.

BASTOS, Maria Helena Camara - *Cuore, de Edmundo de Amicis (1886). Um sucesso editorial*. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2004. Porto Alegre. Comunicação, acontecimento e memória., 2004. v. 1. p. 1-2,

BERLINCK, Manoel Tosta. “O que é Psicopatologia Fundamental”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 46-59, 1998.

BIBLIOTECA NACIONAL: *Brasiliana da Biblioteca Nacional / Guia das fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 3ª Edição. São Paulo. Bertrand Brasil. 2000.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papyrus, 1996.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Obras do Barão do Rio Branco. IX. Discursos*. Rio de Janeiro: MRE, 1948, p. 101. Disponível em <www.wikipedia.org.br>

BROCA, José de Brito. *A Vida Literária no Brasil: 1900*. 4ª Edição. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2004. 336p.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua Política Exterior (1889-1902)*. Editora Unesp e Funag. São Paulo, 1995.

_____. *Política Externa da Primeira República*. Editora Unesp e Funag. São Paulo, 1995.

_____. ; Amado Cervo. *História da Política Exterior do Brasil*. Editora Ática. São Paulo, 1992.

BURKE, Maria Lúcia G. Pallares. *Gilberto Freyre: Um Vitoriano nos Trópicos*. 1ª Edição. São Paulo: UNESP, 2005.

BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as Relações Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Funag, 2003.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. 1ª Edição. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Autoritarismo Afetivo – A Prússia como sentimento*. São Paulo: Escuta, 2005.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A Ideologia do Favor e A Ignorância Simbólica da Lei*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1993. 59 p.

CORTESÃO, Jaime. *A História do Brasil nos velhos Mapas*. Instituto Rio-Branco. 1956

_____. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. MEC 1958.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Circulo do Livro, 1975. 496p.

_____. *Peru versus Bolívia*. São Paulo: Cultrix, 1975.

DIAS, Gonçalves - *Poesia*. São Paulo : Agir, 1969. (Nossos Clássicos).

ELIAS, Norbert. *Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997

_____. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Trad.Vera Ribeiro. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2000. 228 p.

_____. *Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ESPINOSA, Baruch de. *Tratado Teológico-Político*. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 514 p.

FEBVRE, Lucien. *Europa: Gênese de uma Civilização*. Bauru - SP: Edusc 2004. O livro reúne aulas dadas por Febvre ao longo da década de 1930 na França, que abordam a questão da identidade européia.

FREYRE, Gilberto. *Americanidade e Latinidade da América Latina*. Org. Edson Nery da Fonseca. Brasília e São Paulo: Editora UNB/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

- _____. *Casa Grande & Senzala*. 46ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.43
- _____. “A estátua e o homem”. In *Pessoas, Coisas e Animais*. Org. Edson Nery da Fonseca. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.
- GALVÃO, Walnice e GALOTTI, N. Oswaldo. *Correspondência de Euclides da Cunha (ativa)*. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 207-208.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- _____. *O fio e os rastros - Verdadeiro, falso, fictício*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. Rio de Janeiro, 2007. 454p
- _____. *Olhos de Madeira Nove Reflexões Sobre a Distância*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 336p.
- _____. *Relações de Força*. São Paulo, Companhia das letras, 2002.192p.
- GÓES MONTEIRO, Norma. *Dicionário biográfico de Minas Gerais (período republicano: 1889-1991)*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. *Em família: correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Mercado de Letras
- GRAMSCI, Antonio. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HAMILTON, Edith. *O Eco Grego*. São Paulo: Editora Landy, 2001,190p.
- HOBBSAWM, Eric J.. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
- _____. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2004.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 220p.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro. PUC-Rio e Contraponto, 2006.
- KUHN, Thomas. *Estrutura das Revoluções Científicas*. 7ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2003. 262 p.
- LACOUTURE, Jean. *Montaigne à cavalo*. 1ª Edição Rio de Janeiro: Record, 1998.

LEGENDRE, Pierre. *Amor do Censor* 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1983. 248p.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história, in BURKE, Peter (org.), *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

LIMA, Manoel de Oliveira. *Memórias. Estas minhas reminiscências*. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. 1986

_____. *Obra Seleta*. Org. Barbosa Lima Sobrinho. Volume Único, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971. 1040p.

_____. *Reforma Diplomática*, I, 25 agosto de 1903 In *Correio da Manhã*, republicado in *Cousas Diplomáticas* Lisboa: A Editora, 1908.

LINS, Álvaro. *Rio Branco (O Barão do Rio Branco): Biografia Pessoal e História Política*. São Paulo, Editora Alfa-ômega e FUNAG, 1996. 516 p.

LYRA, Heitor. *Minha Vida Diplomática*. Coleção Temas Brasileiros. Volume 17. Tomo I Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972. 369p.

MACHADO, Álvaro Manuel, *A Geração de 70 – Uma Revolução Cultural e Literária*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1977,

MAGNOLI. *O Corpo da Pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)* – Demétrio Bauru:UNESP, 1997.

MALATIAN, Teresa. *Diplomacia e Letras na correspondência acadêmica: Machado de Assis e Oliveira Lima*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, 1999

_____. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. São Paulo: Fapesp e Bauru: Edusc; 2001. 460p.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 478p.

MENDONÇA, Renato *Um Diplomata na Corte de Inglaterra - O Barão do Penedo e sua época*. Brasília, Editora do Senado, Coleção Edições do Senado Federal Volume 74, 2006. 444p.

MONTELLO, Josué. *Uma palavra depois da outra*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

MORSE, Richard M. *O Espelho de Próspero: Cultura e Idéias nas Américas*. 5ª Edição. Trad. Paulo Neves. São Paulo, Companhia das. Letras, 2000. 192p.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004. 254p.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo* São Paulo: Publifolha, 2000.

NEDER, Gizlene. *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, Editor, 1995. 168p.

_____. “Entre o dever e a caridade: assistência, abandono, repressão e responsabilidade parental do Estado”. In *Discursos Sediciosos Crime Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. Ano 9, n. 14, p. 199-231, 2004;

_____. *Iluminismo Jurídico-Penal Luso Brasileiro: Obediência e submissão*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos / ICC, 2000.

_____. “O Daguerreotipista e os Direitos: o debate sobre os direitos civis de estrangeiros residentes no Brasil me meados do século XIX”; In: Encontro Regional de História, 12, 2006, Niterói. *Anais...* ANPUH/ RJ, 2006.

_____. “Os Filhos da Lei”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 16. Fevereiro. Nº45. ANPOCS. 2001.

_____. e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Idéias Jurídicas e Autoridade na Família*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

_____. *Idéias Jurídicas e Pensamento Político no Brasil: entre Dois Catolicismos*. In: II ENCONTRO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO, 2006, Niterói. *Anais do II ENCONTRO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO*. São Paulo: INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO, 2006. v.1. p.1-21

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1981. Publicado originalmente em Estudos Cebrap (2), 1972.

OLIVEIRA, Luís da Silva Pereira de. *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*. Edição Fac-símile. Lisboa: Editora: Edição do Autor, 2002. 360p.

PEREIRA DE ARAÚJO, João Hermes. “A Herança Colonial” in *Três Ensaios sobre Diplomacia Brasileira*. Brasília: MRE, 1989.

PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um Gênio Brasileiro*. São Paulo. Imprensa Oficial.2006

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICUPERO, Rubens. *Um personagem da República in João Hermes Pereira de Araújo* (org.), José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica. Brasília: Funag, 1995.

RIO BRANCO, Barão do. *Biografia do Visconde do Rio Branco*. In: MRE (org) Obras do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. v.7.p123-294.

RODRIGUES, José Honório, Ricardo A.S. Seitenfus. *Uma História Diplomática do Brasil. (1531-1945)*. Organização: Leda Boechat Rodrigues. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1995.

- SAID, Edward. *Representações do Intelectual*. São Paulo: Companhia das letras, 2005
- _____. *Fora do Lugar: Memórias* 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 432p
- _____. *Humanismo e Crítica Democrática* 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2005..
- SAINT-EXUPÉRY. Antoine de. *O Pequeno Príncipe*. 48ª Edição. Rio de Janeiro: Agir, 2006. 94p.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. 212p.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização - do pensamento único a consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2000.
- SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava. Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. 288 p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999; 501 p.
- SCHORSKE, Carl. *Pensando com a História: Indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 282p.
- SCHWARZ, Roberto. “As Idéias fora do lugar”. In: *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1977. São Paulo.
- _____. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*. 4ª Edição. São Paulo, Editora 34, 2000. 250p.
- DA SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro. *Evaristo de Moraes, Direito Penal e a desqualificação jurídica das classes subalternas..* Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal Fluminense, 2007
- SOARES, José Antonio de Macedo. *História e Informação Diplomática – Tópicos de Historiografia, Filosofia da História e Metodologia Histórica de interesse para a Informação Diplomática*. IPRI/FUNAG. Brasília, 1992.
- SUSSEKIND, Flora, VENTURA, Roberto. *História e Dependência. Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1984.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros*. Volume I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das Idéias Religiosas no Brasil*. Grijalbo. São Paulo, 1968.
- VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha - esboço biográfico* - Org. Mario C. Carvalho e José Carlos B. de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 350p.

VIANNA, Francisco José de Oliveira [1938]. *Raça e assimilação*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

VIANNA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio-Branco*. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967. 511 p.

VOLTAIRE, François-Marie A. “*Lettres philosophiques*” in *Mélanges*, J. van den Heuvel (org.), Paris, 1961

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 336p.

ŽIŽEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real!* São Paulo: Boitempo, 2003. 192p.